

TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ

A IMPORTÂNCIA DA BORRACHA DE MANIÇOBA NA  
ECONOMIA DO PIAUÍ: 1900 - 1920

Dissertação apresentada ao  
Curso de Pós-Graduação em  
História do Brasil - opção  
História Econômica - do Se-  
tor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes da Universi-  
dade Federal do Paraná, co-  
mo requisito parcial à ob-  
tenção do grau de Mestre.

Orientador:

Dr.<sup>a</sup> CECÍLIA MARIA WESTPHALEN

CURITIBA

1984

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

#### AGRADECIMENTOS

- aos professores do Curso de Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná e, em especial, à Profa. Dra. CECÍLIA MARIA WESTPHALEN, pela orientação e incentivo;
- a Chefia do Departamento de Geografia e História da Fundação Universidade Federal do Piauí pela oportunidade de realização do curso;
- ao Prof. FERNANDO DIB TAJRA pelo apoio;
- à Arlene Blum, pelos serviços datilográficos;
- a todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

	Página
LISTA DE ANEXOS .....	vi
LISTA DE TABELAS .....	vii
INTRODUÇÃO .....	1
1. FONTES E METODOLOGIA .....	7
1.1. BIBLIOGRAFIA E FONTES .....	7
1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
1.2.1. Procedimentos quanto as Fontes Relativas à Ma- niçoba .....	19
1.2.2. Procedimentos Metodológicos Específicos .....	21
2. A MANIÇOBA .....	29
2.1. A DEMANDA EXTERNA .....	29
2.2. DESCOBERTA E EXPLORAÇÃO .....	32
2.3. OCORRÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DAS ESPÉCIES .....	39
3. O PIAUÍ NA DÉCADA DE 1890: ECONOMIA E POLÍTICA .....	45
3.1. O PIAUÍ NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO .....	45
3.2. ECONOMIA .....	54
3.3. FINANÇAS .....	67
4. AS ÁREAS DE PRODUÇÃO .....	73
4.1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	73
4.2. A OCORRÊNCIA DE MANIÇOBAIS NO PIAUÍ .....	81
4.3. A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO POR MUNICÍPIOS .....	88
4.4. A MANIÇOBA E A DINÂMICA POPULACIONAL .....	107

	Página
5.	AS CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO ..... 117
5.1.	O CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL ..... 117
5.2.	A MÃO-DE-OBRA ..... 121
5.3.	A EXPLORAÇÃO NOS MANIÇOBAS NATIVOS ..... 124
5.3.1.	Instalação e Organização ..... 124
5.3.2.	As Técnicas Utilizadas ..... 128
5.4.	O CULTIVO DA MANIÇOBA ..... 136
5.4.1.	Expansão e Características ..... 136
5.4.2.	As Técnicas de Cultivo ..... 142
5.5	MUDANÇAS OCORRIDAS ..... 145
6.	COMERCIALIZAÇÃO ..... 151
6.1.	O COMÉRCIO NO ÂMBITO LOCAL ..... 151
6.2.	O COMÉRCIO A NÍVEL REGIONAL ..... 160
6.3.	O COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO ..... 173
7.	O PAPEL DO ESTADO ..... 179
7.1.	O SIGNIFICADO DAS EXPORTAÇÕES ..... 179
7.2.	A QUESTÃO FISCAL ..... 198
7.3.	EXPECTATIVAS DO PERÍODO ..... 210
7.4.	A DEFESA DA BORRACHA ..... 218
7.4.1.	Intervenção Estadual ..... 219
7.4.2.	Plano de Defesa da Borracha ou Intervenção Federal ..... 224
	CONCLUSÃO ..... 234
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 243

## LISTA DE ANEXOS

1.	RECEITA ARRECADADA PELO ESTADO EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS .....	253
2.	POPULAÇÃO DO PIAUÍ .....	254
3.	EXPORTAÇÃO DA MANIÇOBA DO BRASIL, POR PORTOS .....	255
4.	PAÍSES IMPORTADORES DA MANIÇOBA DO BRASIL .....	256
5.	VALORES OFICIAIS DO TOTAL DOS EXPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO DA BORRACHA .....	257
6.	RECEITAS DAS EXPORTAÇÕES DO PIAUÍ .....	258

## LISTA DE TABELAS

	Página
1. RECEITAS E DESPESAS DO PIAUÍ .....	69
2. A PECUÁRIA NA RECEITA DO ESTADO .....	70
3. PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA RECEITA DO ESTADO..	71
4. OCORRÊNCIA DE MANIÇOBAIS NO PIAUÍ EM 1913 .....	83
5. EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DE MANIÇOBA DO PIAUÍ .....	89
6. PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE MUNICÍPIOS NA EXPORTAÇÃO DA MANIÇOBA .....	96
7. A EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DO PIAUÍ .....	97
8. QUANTIDADES EXPORTADAS DE BORRACHA NO PIAUÍ .....	98
9. PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NA EXPOR - TAÇÃO DA BORRACHA .....	99
10. IMPOSTO ESTADUAL ARRECADADO SOBRE EXPORTAÇÃO DA BOR- RACHA DO PIAUÍ .....	101
11. A MANIÇOBA NA RECEITA DO ESTADO .....	102
12. IMPOSTO ESTADUAL ARRECADADO SOBRE EXPORTAÇÃO DA BOR- RACHA DO PIAUÍ .....	104
13. IMPOSTOS MUNICIPAIS SOBRE A BORRACHA DE MANIÇOBA ...	106
14. INCREMENTO POPULACIONAL NO PIAUÍ .....	110
15. INCREMENTO POPULACIONAL NOS MUNICÍPIOS DE SÃO RAI - MUNDO NONATO, SÃO JOÃO DO PIAUÍ E OEIRAS .....	112
16. INCREMENTO POPULACIONAL EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS..	114

17.	EXPORTAÇÃO DE MANIÇOBA PELO PORTO DA "ILHA DO CAJUEIRO" E EXPORTAÇÃO DO BRASIL .....	165
18.	BORRACHA EXPORTADA PELO ESTADO DO PIAUÍ .....	167
19.	EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DE MANIÇOBA DO PIAUÍ..	169
20.	EXPORTAÇÃO DA MANIÇOBA DO BRASIL POR PORTOS %	174
21.	PAÍSES IMPORTADORES DA MANIÇOBA DO BRASIL %..	177
22.	RECEITAS DERIVADAS DA EXPORTAÇÃO DE DIVERSOS PRODUTOS .....	181
23.	PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA NA RECEITA DAS EX - PORTAÇÕES .....	183
24.	PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA NO VALOR OFICIAL DAS EXPORTAÇÕES .....	186
25.	EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DO ALGODÃO E DA CERA-DE-CARNAÚBA .....	187
26.	PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA RECEITA DO ESTADO .....	188
27.	PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA NA FORMAÇÃO DA RE - CEITA DO ESTADO .....	190
28.	RECEITAS E DESPESAS DO PIAUÍ .....	192



## INTRODUÇÃO

As questões básicas que orientaram este trabalho estão ligadas essencialmente à forma de articulação existente entre o Estado do Piauí e sistemas econômicos mais amplos em que se insere, ou seja, à própria economia da União e à parte do mundo capitalista com a qual mantém relações.

Embora a análise tenha sido limitada a um produto em particular, pretendeu-se que a história econômica do Piauí fosse tomada como referencial.

A análise privilegiou o período de 1900 a 1920, quando a exportação da borracha no Piauí contribuiu acentuadamente para a formação da receita do Estado e demandou o esforço produtivo de grande parte da sua população.

Objetivou-se, pois, na abordagem do tema A IMPORTÂNCIA DA BORRACHA DE MANIÇOBA NA ECONOMIA DO PIAUÍ, contribuir para o esclarecimento de questões como as seguintes:

- em que medida fatores conjunturais externos, como a exportação da borracha do sudeste asiático e as exigências em termos de preços e qualidade dos mercados consumidores, afetaram a economia gomífera do Piauí, determinando variações na produção e exportação e na própria extensão dos cultivos?
- de que forma fatores conjunturais internos, como a infra-estrutura de comunicações e transportes, a oferta de mão-de-obra e sua qualificação, a tecnologia disponível, o nível de capitalização nas áreas pro-

dutoras e as formas de comercialização vigentes, influíram sobre o processo de crescimento do setor?

- qual a participação do Estado, enquanto instituição, nessa atividade e que expectativas de mudança da conjuntura econômica foram criadas a partir dessa exploração?
- de que maneira as políticas federais, visando o incremento da produção e exportação da borracha brasileira afetaram a produção e a exportação da maniçoba, no Piauí?

Do contato inicial com o tema resultou um quadro explicativo prévio, hipotético, que foi alterado, mas, principalmente complementado à medida em que foi realizada a pesquisa e procedida a análise das fontes. Era definido, de forma sucinta, nos termos seguintes:

A economia da borracha de maniçoba no Piauí, inserida num quadro extrativo-exportador, teve suas tendências de produção e exportação determinadas pelo preço internacional do produto, ou, em outros termos, pela demanda externa. A alta dos preços verificada na conjuntura, igualmente determinou a exploração racional do produto - via plantio - efetivada em diversos municípios do Estado. Surgindo como resposta à conjuntura favorável de preços internacionais, sucumbiu com a concorrência asiática e a queda acentuada dos preços, a partir de 1911.

No que diz respeito à produção, definia-se como sendo de caráter extrativo, extensivo - resultante da própria localização das árvores produtoras, além de realizada de forma depredatória. Salvo nas áreas de plantio, não parecia ter-se di-

ferenciado, em termos de exploração, das demais atividades extrativas desenvolvidas no Estado, como a exploração da carnaúba e do babaçú.

Com relação ao fator terra, teria sido desenvolvida, em grande parte, em terras devolutas e em latifúndios particulares. Não havia evidências de que houvesse alterado a estrutura fundiária do Estado, baseada no grande latifúndio, sobretudo pecuário. Ao contrário, parecia ter sedimentado tal estrutura, desde que o modelo pecuário-extrativista solidificar-se-ia com os produtos que a seguiram no comércio internacional - babaçú e carnaúba.

A exploração da borracha de maniçoba não teria apenas incorporado novas áreas à órbita da circulação de mercadorias, como alocado e re-alocado recursos humanos ociosos e subocupados oriundos da economia de subsistência - elemento de permanência na economia do Estado.

Atividade eminentemente incorporadora de mão-de-obra, as evidências eram no sentido de que havia igualmente atraído população de outros estados nordestinos, particularmente de Pernambuco, do Ceará e da Bahia. À medida em que fixou alguns contingentes no campo, contribuiu para a diminuição da drenagem de braços para a Amazônia.

A conjuntura favorável da economia do Estado, nos primeiros anos do século XX, teria sido determinada pela borracha de maniçoba que, a despeito de não ter provocado alterações fundamentais no sistema de propriedade da terra ou nas relações de trabalho, teria contribuído para a efetiva autonomia do Estado na fase de consolidação do sistema republicano.

No intuito de operacionalizar o objetivo geral do tra-

balho, definido como a análise do processo do surgimento, expansão e decadência da atividade de produção da borracha de maniçoba no Piauí e de avaliar a adequação desse conjunto de hipóteses, procedeu-se ao tratamento do tema em capítulos específicos.

No capítulo FONTES E METODOLOGIA são apresentadas e comentadas as principais fontes em que se baseia o trabalho, expressos os problemas relativos à natureza e aos limites das informações, além dos procedimentos adotados quanto ao seu tratamento.

O capítulo A MANIÇOBA visa contribuir para a caracterização da atividade de exploração e cultivo da maniçoba no Brasil e, em particular, no Nordeste. Com esse objetivo destacou-se a conjuntura em que se inseriu essa atividade e alguns fatores que contribuíram para sua expansão, inclusive a propaganda desenvolvida nesse sentido. Foram indicadas as principais áreas de ocorrência das árvores exploradas, nas formas espontânea e cultivada.

O objetivo do capítulo O PIAUÍ NA DÉCADA DE 1890: ECONOMIA E POLÍTICA, é apresentar a situação econômica do Piauí na primeira década após a instituição da República, com o intuito de determinar, em linhas gerais, as principais características definidoras de sua economia e as expectativas existentes, por parte da administração, no tocante às modificações que deveriam ser propiciadas pelo novo regime. Pretende-se, igualmente, atentar para a existência ou não, de continuidades no que diz respeito à organização econômica do Estado, nessa fase de transição política.

Ao ser estudada a economia piauiense na década em que

foi iniciada a exploração da borracha de maniçoba e seu correspondente discurso político, o intuito é o de analisar as modificações havidas na fase de predomínio da cultura gomífera, quando já estão consolidados o pensamento e a prática da República.

O objetivo do capítulo AS ÁREAS PRODUTORAS é estudar o processo de expansão da produção da borracha de maniçoba à medida em que se modificavam as condições da procura externa, expressa no mecanismo dos preços e as modificações havidas no âmbito das áreas produtoras, como corolários dessa expansão. No processo de expansão foram consideradas, não só a abertura de novas áreas de maniçobais nativos, como a disseminação dos cultivos pelos municípios, independente da ocorrência natural das espécies. Também foi observado até que ponto houve correlação entre a expansão da produção, incremento do povoamento e criação de novos municípios no Estado.

A proposta do capítulo AS CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO é explicar, embora ainda de forma preliminar, como o homem, no Piauí, mobilizou-se para a produção da borracha de maniçoba, conjugando-a às atividades tradicionalmente desenvolvidas. Foram consideradas a extração nas árvores nativas, a realização das culturas, as formas de exploração adotadas, a mobilização da mão-de-obra, bem como os resultados ou os efeitos desse esforço produtivo sobre a população da área.

Em outros termos, para produzir a borracha de maniçoba, no Piauí, dispunha-se de certas condições geo-econômicas e sociais que serviam de base para a produção. Evidentemente, esse conjunto social passou por alterações ou modificações à medida em que a atividade se desenvolveu. O objetivo foi o de anali -

sar não só o fenômeno da montagem da produção, como seus resultados em termos sociais.

No capítulo COMERCIALIZAÇÃO foram estudadas as formas e os mecanismos da comercialização a nível local e regional, além da origem e do destino da produção da borracha do Nordeste e, particularmente, do Piauí.

Entendeu-se por formas e mecanismos da comercialização as relações entre os diversos grupos de comerciantes, entre estes e os produtores, as práticas comerciais vigentes ou introduzidas com a borracha. Essas relações foram analisadas nas condições concretas em que foi desenvolvida a atividade, em que foram incluídos os transportes, o crédito, as distâncias dos portos comerciais de exportação e os próprios preços vigentes para o produto.

O capítulo O PAPEL DO ESTADO busca analisar a ingerência do Estado na economia da borracha, considerando sua visão do processo e as políticas adotadas no sentido de promover o crescimento da atividade e de superar a crise manifestada com a concorrência asiática.

Pretendeu-se retomar a análise iniciada no terceiro capítulo, quando foi tentada a observação da realidade econômica em confronto com as posturas ideológicas prevalecentes.

Na CONCLUSÃO do trabalho a proposta foi a de avaliar a contribuição da atividade de produção e comercialização da borracha de maniçoba, no sentido de determinar as modificações que se processaram na economia e na sociedade piauiense, na fase de sua dominação, e a importância dessas modificações em período subsequente.

## 1. FONTES E METODOLOGIA

Para efeito de referência neste trabalho, a documentação utilizada foi classificada em duas categorias fundamentais: fontes e bibliografia. Apesar das publicações disponíveis sobre a manobra serem referidas, nos trabalhos recentes, como bibliografia, optou-se pela sua classificação como fonte. Esse critério foi adotado menos em função da origem do documento, que dos objetivos que os inspiraram e que não eram, intencionalmente, os de fazer história, em seu sentido teórico. A contribuição a que se propunham os autores estava ligada à prática da atividade. Isso posto, a classificação utilizada deve ser entendida neste contexto particular e em vista dos objetivos da dissertação. Em oposição, os trabalhos disponíveis sobre a história nacional, regional e local, quer se refiram a aspectos da economia, da sociedade, da política, em seu sentido mais amplo e, evidentemente, quando elaborados com o fim expresso de contribuir para a reconstituição histórico-social, serão tratados como bibliografia. Tal distinção não pode ser rígida e, em função disso, quando necessário, serão procedidas explicações mais detalhadas sobre cada obra em particular, no intuito, não de classificá-las, mas de caracterizá-las com precisão.

### 1.1. BIBLIOGRAFIA E FONTES

A história do Piauí durante a Primeira República ainda

está por ser escrita. Referências a esse período, mas sem o objetivo primordial de se ater às suas características, constam fundamentalmente de dois trabalhos: *Evolução histórica da economia piauiense*, de Raimundo Nonato Monteiro de Santana, de 1964 e *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*, de autoria de equipe interdisciplinar, realizado sob os auspícios da Fundação CEPRO, em 1979.

O trabalho de SANTANA constitui o primeiro esforço de síntese da história econômica do Piauí e representa, sem dúvida, um marco historiográfico. Um dos seus pontos fortes é a proposta de periodização baseada na evolução econômica. Em vista do seu caráter de síntese, não há aprofundamento de nenhum tema ou período em particular. Todavia, dele constam as primeiras referências históricas e o reconhecimento da importância da maniçoba no contexto da economia piauiense.<sup>1</sup>

O ensaio da Fundação CEPRO, a despeito de não contri- buir em termos do avanço da pesquisa documental sobre a maniçoba, a analisa como parte integrante do setor extrativo vegetal, o mais representativo da economia piauiense em toda a primeira metade do século, atribuindo à maniçoba as características gerais do setor. A despeito da insuficiência das informações com que contavam os autores, o que, evidentemente, limitou a interpretação, a borracha de maniçoba já aparece integrada à análise econômico-social do Piauí.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. Teresina, Cultura, 1964. 123 p.

<sup>2</sup> MARTINS, Agenor et alii. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina, Fundação CEPRO, 1979. p. 49-66.



Afora estudo recente de COSTA poucos trabalhos referen -  
tes ao Piauí, nesse período, para o objetivo em questão e fei -  
ta a ressalva de ordem metodológica, podem ser caracterizados  
como bibliografia para a história.<sup>3</sup> Trabalho como o de NEVES,  
historiador contemporâneo da exploração, que poderia ter dado  
informações mais substanciais sobre a atividade, limita-se a  
breve referência sobre as espécies existentes.<sup>4</sup> IGLESIAS a  
focalizou do ponto de vista da implementação das políticas de  
defesa.<sup>5</sup>

Entretanto, todo um conjunto de publicações das duas  
primeiras décadas do século, relativas à propaganda do porto  
de Amarração,<sup>6</sup> às questões de limites,<sup>7</sup> principalmente com o  
Maranhão, reminiscências de viagens, como os *Estudos piauiens-*  
*ses*, de MIRANDA, passaram ao largo do tema.<sup>8</sup> Outras publica -

<sup>3</sup>COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira da. Um coronel do meio-norte.  
In: \_\_\_\_\_. *Arraial e coronel*; dois estudos de história social. São Paulo,  
Cultrix, 1978. p.105-206.

<sup>4</sup>NEVES, Abdias. *Aspectos do Piauí*; formação territorial, composição  
étnica, valores econômicos, organização política. Teresina, Tip. do Piauí,  
1926.

<sup>5</sup>IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões*. São Paulo,  
Ed. Nacional, s.d. 638 p. (Brasiliana, 271).

<sup>6</sup>AMARRAÇÃO ou Tutóia? Parnaíba, Associação Comercial de Parnaíba,  
1920. 202 p.; LIMA REBELLO, José Pires de. *Amarração e o comércio do rio*  
*Parnaíba*, propaganda do porto de Amarração. Parnaíba, Associação Comer -  
cial da Parnaíba, 1920. 62 p.

<sup>7</sup>FREIRE, Antonino. *Limites do Piauí*, Rio de Janeiro, 1921; MADEIRA,  
Armando. *Interesses piauienses*. São Paulo, Olegário Ribeiro, 1920. 113 p.;  
INTERESSES maranhenses e piauienses. s.n.t.

<sup>8</sup>MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos piauienses*. São Paulo, Ed.  
Nacional, 1938. 215 p. (Brasiliana, 116).

ções como a *Corografia* <sup>9</sup>, de SOUZA, a *Breve notícia sobre o Estado do Piauí*, de 1908 <sup>10</sup> e o *Almanaque de 1903* <sup>11</sup> fazem referências específicas pouco significativas para a interpretação histórica da atividade.

O maior significado dessas obras foi no sentido de proporcionar informações gerais relativas à época e, mais do que isso, ajudar na tentativa de compreender o pensamento e a ação dos contemporâneos. A leitura de jornais, de almanques, enfim de publicações da época foi extremamente importante no esforço de realização do enquadramento da atividade.

Se ainda não se pode falar de uma historiografia piauiense relativa à Primeira República, isso é menos possível quando se trata do tema específico da maniçoba. Entretanto, no início do século, foram publicadas pesquisas de extrema importância, como a de LIMA REBELLO, peça básica e de inestimável valor na elaboração desta dissertação, e outras de interesse secundário, mas igualmente resultantes de pesquisa local, como a de SILVA <sup>12</sup>.

Comparadas ao conjunto das informações disponíveis sobre a maniçoba, em geral, ou sobre essa atividade na Bahia, para tomar como exemplo um Estado, as fontes localizadas referentes ao Piauí não são as mais completas e nem em maior número. Em vista disso, o trabalho resultou da consulta a um

<sup>9</sup>SOUZA, Bernardino José de. *Corografia do Estado do Piauí*. Parnaíba Bastos, 1913, 54 p.

<sup>10</sup>BREVE notícia sobre o Estado do Piauí. Rio de Janeiro, s. ed., 1908. 72 p.

<sup>11</sup>ALMANAQUE piauiense para o ano de 1903. Teresina, Tip. do Piauí, 1902. 213 p.

<sup>12</sup>LIMA REBELLO, José Pires de. *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha. 1913. 62 p; SILVA, Raimundo Fernandes e. *Maniçoba piauiense*. *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, 2(3):94-102, maio/jul. 1913

grande número de publicações de diversas origens, cujas informações eram muitas vezes pequenas e esparsas, como foi o caso de diversas fontes hemerográficas.

As fontes disponíveis, em sua generalidade, foram de grande proveito na elucidação de aspectos particulares da atividade, nem sempre claramente expressos na documentação diretamente relacionada ou originária do Piauí. Em todos os momentos da pesquisa, as fontes relativas aos demais Estados ou regiões, as informações gerais não só sobre a maníçoba como relativas aos Estados, complementaram, reafirmaram, ou até contribuíram no sentido de que fossem mudadas certas posições iniciais sobre o tema em particular e sobre a própria história regional.

Tendo em vista a necessidade de conhecimento mais aprofundado da estrutura da economia e da sociedade nordestina na Primeira República, sobretudo das áreas semi-áridas e na impossibilidade de realização de pesquisa mais ampla, recorreu-se à bibliografia sobre o Nordeste, tendo sido particularmente úteis os trabalhos de ANDRADE<sup>13</sup>, de CHANDLER, sobre a região dos Inhamuns, fronteira ao Piauí<sup>14</sup> e de PANG, sobre a Bahia.<sup>15</sup>

Obras gerais sobre a economia e a sociedade na Primeira República<sup>16</sup>, alguns trabalhos sobre a economia da

<sup>13</sup>ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste* 4.ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. 278 p.

<sup>14</sup>CHANDLER, Billy Jaynes *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns; a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil - 1700-1930*. Fortaleza, Edições UFC, 1980. 213 p.

<sup>15</sup>PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias; 1889-1934. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 265 p.

<sup>16</sup>CARONE, Edgar. *A República Velha; instituições e classes sociais*. 2.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. 390 p.

borracha<sup>17</sup>, além do excelente livro de SANTOS sobre a história econômica da Amazônia,<sup>18</sup> embora pouco citados, foram essenciais principalmente na fase inicial da pesquisa, quando as primeiras idéias estavam sendo formuladas. Nesse caso devem também ser incluídas as tradicionais obras de PRADO JUNIOR e de FURTADO sobre a história econômica do Brasil.<sup>19</sup>

Deve-se reforçar que todo o conjunto de publicações localizadas referentes ao tema e principalmente as fontes contemporâneas à atividade, revestiu-se de importância maior do que pode parecer à partir das referências. Apesar da maior parte delas não ter fornecido indicações diretas quanto ao desempenho da atividade no Piauí, as informações nelas veiculadas foram essenciais no sentido do conhecimento de aspectos da economia e da sociedade em diferentes regiões, para que fossem vislumbrados seus problemas específicos e as propostas de solução, as semelhanças e diferenças intra-regionais, as interligações e contatos entre os Estados e regiões. Certas fontes sobre a borracha são tão ricas em informações gerais que podem contribuir sobremaneira para a construção da história dos Estados a que se referem.<sup>20</sup>

<sup>17</sup>FONSECA, Cássio. *A economia da borracha*. Rio de Janeiro, Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950; MENDES, José Amando. *A borracha no Brasil*. São Paulo, Sociedade Impressora Brasileira, 1943.

<sup>18</sup>SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. *História econômica da Amazônia*. 1800-1920. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. 358 p.

<sup>19</sup>PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. 364 p.; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1976. 248 p.

<sup>20</sup>SILVA, Alberto Pereira da. *A indústria da borracha no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 118 p.; LIMA REBELLO, José Pires de. *A indústria...*; CARNEIRO, Antonio Joaquim de Souza, *A borracha no Estado da Bahia*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913.

As fontes impressas disponíveis sobre a maniçoba são, em sua maior parte, do início deste século. As informações mais sistematizadas e completas sobre a borracha nos Estados foram publicadas em 1913, como parte do programa então desenvolvido pela Superintendência da Defesa da Borracha. As monografias relativas aos Estados compreendidos entre o Maranhão e o Paraná referem-se basicamente à maniçoba e à mangabeira.\* O *Boletim da Superintendência*, publicado mensalmente durante aquele ano e os *Relatórios* anuais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, entre 1912 e 1914 também deram subsídios à elaboração do trabalho.

Desde os anos finais do século XIX, boletins agrícolas e outras publicações periódicas, tratavam da divulgação de inúmeras culturas, dentre as quais a maniçoba. Dessa forma, o *Jornal dos Agricultores*, publicado no Rio de Janeiro, o *Boletim da Agricultura*, de São Paulo, o jornal *Lavoura*, órgão da Sociedade Nacional de Agricultura, o *Boletim* da Diretoria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas do Estado da Bahia, a *Revista Comercial e Agrícola Mineira* e similares em várias partes do Brasil, inclusive a imprensa periódica, registravam informações importantes sobre a ocorrência das plantas, sobre a extração e seus métodos, sobre o rendimento das espécies, os resultados de experiências agrônômicas, informações de agricultores e comerciantes, cotações em diversos mercados, ins-

\* Os únicos Estados a respeito dos quais não tivemos indicação de monografia sobre a borracha foram os de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No caso do Paraná, existe a monografia, em que, entretanto, é destacada a inexistência da atividade.

truções para o cultivo. Essas informações diziam respeito à diversas regiões do país. Dezenas desses artigos foram localizados possibilitando o cotejo entre informações de várias procedências e origens e a comparação do exercício da atividade em diversas regiões do país.

Outra categoria de fontes utilizada e que contribuiu para a avaliação do nível do conhecimento sobre a maniçoba e também para mostrar a difusão das árvores nativas e propiciar a identificação das áreas exploradas, foram os relatórios de cientistas que visitaram os Estados produtores, caso dos estudos de ULE, na Bahia e no Piauí,<sup>21</sup> dos relatórios de viagens de ZEHNTNER<sup>22</sup> e da obra de LABROY e CAYLÁ<sup>23</sup>.

Desses relatórios, o mais utilizado foi o de ULE. Deve ser reforçado o pioneirismo da obra de ZEHNTNER enquanto pesquisa experimental realizada em vastas áreas da Bahia, sobre a produtividade, a produção e os processos de cultivo. Estas informações, a despeito de sua relevância, ainda não foram devidamente aproveitadas nos trabalhos modernos. De cunho também científico é o relatório LABROY e CAYLÁ, encomendado pela Superintendência da Defesa da Borracha.

<sup>21</sup> ULE, Ernest. *Extração e comércio da borracha da Bahia*. Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, 1909. 52 p.

<sup>22</sup> ZEHNTNER, L. *Relatório sobre o estudo da borracha de maniçoba do Estado da Bahia apresentado ao governo, depois de uma excursão na respectiva zona*. Bahia, Of. da Empresa "A Bahia", 1911. 27 p.; \_\_\_\_\_. *Estudo sobre as maniçobas do Estado da Bahia, em relação ao problema das secas*. Rio de Janeiro, IFOCS, 1914. 113 p.

<sup>23</sup> LABROY, O. & CAYLÁ, V. *Maniçoba*. In: *A borracha no Brasil; hévea, maniçoba, caucho e mangabeira; cultura e exploração*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913 p. 94-141.

O trabalho que contém, de forma sistematizada, o maior volume de informações sobre a maniçoba é *A borracha no Estado da Bahia*, de CARNEIRO, obra que não tem sido utilizada pelos pesquisadores atuais.\* Das obras desse período, a mais abrangente em termos espaciais - nela constam informações relativas a todo o Brasil, além de referências ao cultivo no exterior - é a de BELLO, cuja leitura foi indicativa não só de novas fontes, como de aspectos a serem abordados nesta dissertação.<sup>24</sup>

A partir da segunda metade da década de 1970, reaparece o interesse pelo estudo das maniçobas. Diversos órgãos públicos, entre os quais a SUDHEVEA, o CNPq e a SUDENE passam a ter interesse na reativação da exploração e no incremento do cultivo. Tal interesse era justificado pelo fato da maniçoba, numa conjuntura de crise do petróleo, de crise do balanço de pagamentos e de desemprego, representar alternativa para substituir a importação de borracha natural e ao mesmo tempo constituir atividade geradora de emprego e renda, principalmente no Nordeste, sua principal área de ocorrência ecológica.<sup>25</sup>

\*Pelo menos não consta na bibliografia dos trabalhos recentes.

<sup>24</sup> BELLO, Wenceslao. Borracha maniçoba. In: *A borracha*. Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura, 1908, p. 79-106.

<sup>25</sup> BRASIL. SUDHEVEA. *Estudo de viabilidade técnica e econômica da exploração da maniçoba (Manihot sp) e mangabeira (Hancornia speciosa) como produtoras de borracha no Brasil*. Rio de Janeiro, 1978, 73p. CNPq./SDA. *Perspectivas do aproveitamento econômico da maniçoba, mangaba, mangaba e guayule como plantas produtoras de borracha; versão preliminar*. Brasília, 1980. 86 p.

É nesse contexto que aparece o estudo de viabilidade econômica realizado pela SUDHEVEA, em 1978 e o relatório do CNPq de 1980, este com o objetivo de sintetizar as informações disponíveis sobre a maniçoba, mangaba e guayule, que deveriam servir de subsídio para a definição da política científica e tecnológica daquele órgão a respeito do assunto. No Piauí e no Ceará, foram elaborados relatórios sobre a maniçoba e projetos preconizando o retorno da atividade.<sup>26</sup>

Está em andamento, no Ceará, projeto de experimentação agrônômica financiado com recursos do CNPq e da SUDENE, em convênio com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura. Relatórios acerca dos trabalhos de campo e de laboratório têm sido publicados sistematicamente.

Afora esses relatórios, todos os demais trabalhos têm como base a bibliografia disponível do início do século, cujas informações foram acrescidas de observações genéricas atuais sobre as áreas em que a atividade teve importância econômica e de estudos de mercado. Enfim, do ponto de vista dos objetivos deste trabalho as fontes modernas foram de pouca utilidade.

O corpus documental utilizado de forma mais sistemática, em função de suas características e das necessidades do trabalho foi constituído pelas *Mensagens dos Governadores* e os *Relatórios da Secretaria de Estado da Fazenda*. Tais fontes foram essenciais no sentido de detectar as condições econômicas e financeiras do Estado, a participação da borracha nesse contexto, as políticas econômicas preconizadas, as expectativas dominan-

<sup>26</sup> ARAUJO, Hildemar de. *Projeto maniçoba*. Teresina, CEPA, 1980. 37 p.; CAMPOS, José de Arimatéia. *Produção de borracha de maniçoba no Ceará*. versão; preliminar. Fortaleza, CEPA, 1978. 18 p.



tes no período. As estatísticas sobre a exportação da borracha são dessa origem e da *Estatística Comercial da República*, complementadas por fontes privadas. Os dados sobre a população foram coletados nos *Censos Demográficos* relativos aos anos de 1890, 1900 e 1920.

Muitas informações específicas sobre o Piauí derivaram de publicações como almanaques, catálogos, relatórios federais. A leitura de jornais, principalmente entre 1897 e 1914 forneceu subsídios a respeito dos principais problemas da época. A pesquisa realizada tendo como fonte a *Coleção de Leis e Decretos* do Estado contribuiu para a reafirmação de certos argumentos, principalmente quando relacionados à intervenção do Estado.

As fontes referidas resultaram de pesquisa procedida em vários arquivos e bibliotecas. A pesquisa básica relativa ao Estado foi realizada no Arquivo Público do Estado do Piauí (Casa Anísio Brito), onde estão disponíveis as principais coleções consultadas, como as *Mensagens e Relatórios*, além de parte da bibliografia sobre o Piauí e de fontes sobre a maniçoba.

As fontes mais importantes sobre a maniçoba foram localizadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, e na Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), em Brasília, cujo material foi conseguido por meio do serviço de Comutação Bibliográfica. Foram também consultadas a Biblioteca do Ministério da Fazenda e a Biblioteca da Fundação IBGE, ambas no Rio de Janeiro.

As informações complementares, principalmente de natureza bibliográfica, resultaram de pesquisas efetuadas na Bi -

biblioteca da Fundação Universidade Federal do Piauí, em Teresina, na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPR, na Biblioteca do Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, na Biblioteca Pública do Paraná e na Biblioteca do Instituto Neopitagórico, todos em Curitiba.

## 1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico geral adotado consistiu na leitura, seleção e registro das informações. Concluída a coleta dos dados, procedeu-se à análise e à crítica bem como à síntese, constante do relatório final. O registro das informações foi feito em fichas de conteúdo e resumo. Em vista das condições da pesquisa, recorreu-se sistematicamente ao processo de registro por meio de xerografia, principalmente quando o material não constava do acervo documental do Arquivo Público do Piauí ou das bibliotecas do Estado.

Em consideração à natureza das fontes utilizadas, optou-se por proceder a observações de ordem metodológica gerais quanto às fontes relativas à manipulação, utilizadas na generalidade dos capítulos. Maior grau de detalhamento fez-se necessário quando foram tratadas as informações de natureza quantitativa, que foram utilizadas na confecção das tabelas constantes no texto. Os procedimentos específicos quanto à elaboração dessas tabelas foram explicadas na ordem de inserção, por capítulos.

### 1.2.1. Procedimentos Quanto as Fontes Relativas à Maniçoba

As fontes específicas sobre a maniçoba, com poucas exceções, apresentam características, comuns, que se constituíram em limites à interpretação, só superáveis pelo trabalho permanente de análise e de crítica. Dentre essas características, deve ser referida a prática usualmente adotada de utilização de trechos de outros autores sem a devida recorrência à fonte original e a falta de separação entre os resultados das pesquisas ou observações próprias e de terceiros. Quanto ao conteúdo dos trabalhos observou-se a insistência havida em relação a certos temas, como era o caso das instruções acerca do plantio e dos procedimentos para a extração láctea e a preparação da borracha. Em muitos casos, os autores não demonstravam o devido conhecimento do assunto, daí a falta de coerência em grande parte das informações.

Dessa forma, ao lado de uns poucos bons trabalhos, surgiam outros de valor secundário, inclusive pela falta de originalidade e de critério na seleção das informações.

Com a maior parte das fontes disponíveis sobre a maniçoba é contemporânea à sua exploração, em maior escala, e em virtude de constar de grande número de descrições empíricas e de artigos destinados à propaganda da cultura, onde eram indicados os processos que deveriam ser utilizados, uma das primeiras medidas de ordem metodológica consistiu na separação, para efeito de análise, entre os aspectos realmente descritivos das informações e os de caráter normativo.

Em vista da excessiva repetição, não só dos conteúdos, como das instruções, só o contato continuado com as fontes é que possibilitou precisar o grau de originalidade de cada trabalho, a origem das informações - se observações pessoais em campo, se experiências desenvolvidas ou apenas informações bibliográficas, assim como avaliar as informações procedentes dos próprios agricultores, que comunicavam sua experiência empírica. Esses passos foram importantes no sentido de definir as informações que deveriam ser consideradas quando do trabalho final.

Dessa forma, relatórios de observações em campo e de experiências agronômicas, quando realizadas por profissionais evidentemente especializados, não requereram o mesmo procedimento crítico utilizado quanto aos artigos ou informações de agricultores ou da imprensa periódica. Nos artigos destinados à propaganda, as informações eram geralmente muito positivas e pouco rigorosas, principalmente quando se tratava de dados como o custo de implantação de maniçobal, quantidade de árvores por unidade de área, vantagens do consórcio, maturidade da planta, produtividade em látex e em borracha e, evidentemente, o lucro esperado.

As próprias fontes de caráter predominantemente informativo incorriam em exageros se considerados os resultados de experiências. Assim, em função da natureza, da origem e do objetivo da informação é que foi possível avaliar não só o grau de confiabilidade da informação, como sua importância e adequação aos diferentes objetivos da dissertação.

Evidentemente, essas características enriqueceram as fontes consultadas, pluralizando os ângulos de análise. De ou -

tro lado, sua importância não se limitou à tentativa de caracterizar a atividade na forma como foi desenvolvida, mas de evidenciar o nível de conhecimento sobre o assunto e de possibilitar o confronto entre as indicações normativas e a prática efetiva da exploração.

### 1.2.2. Procedimentos Metodológicos Específicos

Além dos procedimentos metodológicos gerais aplicados a toda documentação, relacionados à hermenêutica e à crítica histórica, particularmente à crítica interna, técnicas específicas foram utilizados no sentido de adequar certas informações constantes nas fontes a objetivos particulares do trabalho. Em vista do grau de detalhamento, essas técnicas serão tratadas considerando-se cada capítulo em particular.

No Capítulo 2 A MANIÇOBA, na tentativa de situar a atividade num contexto mais amplo, em termos nacionais e, evidentemente, na conjuntura internacional e em vista da natureza puramente descritiva das fontes, não foram requeridas técnicas específicas de tratamento de informações. Foram adotados os procedimentos usuais do método histórico, consideradas as especificidades das fontes básicas, conforme tratadas no item 1.2.1.

No Capítulo 3, O PIAUÍ NA DÉCADA DE 1890: ECONOMIA E POLÍTICA procurou-se identificar a situação econômica e financeira do Estado, além do teor do discurso oficial, numa década que foi considerada como de transição político-ideológica. Em vista deste objetivo, dentre as fontes utilizadas, as de caráter ofi-

cial tiveram grande importância, pois tanto as variáveis selecionadas quanto sua interpretação, tiveram mais o sentido de possibilitar o entendimento da visão do Governo sobre as questões definidas à época como prioritárias que de aprofundar o estudo das condições econômicas e sociais. O que, de resto, nem as fontes oficiais utilizadas nem a escassa bibliografia disponível sobre o período poderiam propiciar.

No Capítulo 4, AS ÁREAS PRODUTORAS, fez-se ampla utilização do Apenso IV<sup>\*</sup> da obra de LIMA REBELLO. As informações não foram trabalhadas de forma exaustiva, em vista da riqueza de dados contidos, principalmente quando considerados a nível de proprietários e não apenas de municípios, conforme foi procedida a análise. A opção pela agregação em nível de município foi feita não só em virtude do objetivo do trabalho, que é mais geral, como também pela extensão que a análise mais pormenorizada dessa fonte lhe conferiria. Apesar dos limites de sua exploração foi possível, por meio deles, evidenciar a extensão tomada pelo cultivo da maniçoba no Piauí.<sup>27</sup>

É ocioso reforçar o caráter de imprecisão que caracteriza esse tipo de estatística. Aliás, o próprio autor chama

\* O Apenso IV indica, por municípios, os nomes dos proprietários de maniçobais; nome dos estabelecimentos cultivados; a distância do porto de embarque; o preço do transporte ao porto de embarque e ao mercado consumidor, por arroba; o meio de transporte utilizado; o valor do imposto municipal; a diária dos operários por estabelecimentos. Além disso informa o número de árvores nativas e cultivadas por estabelecimentos e o capital empregado. Conforme ressaltado no próprio título, esses dados não se referem à totalidade dos maniçobais existentes no Piauí à época.

<sup>27</sup> LIMA REBELLO, José Pires de. Apenso IV. Estatística parcial dos maniçobais existentes no Piauí em 1913. In: \_\_\_\_\_. *A indústria* ...

atenção não só para os limites da informação estatística, em geral, como para o fato de que a pesquisa de que resultou esse documento não foi aplicada à totalidade dos maniçobais existentes no Piauí em 1913.

Do Apenso IV derivou a Tabela 4, que agrega, por municípios as informações relativas ao número de cultivos e cultivadores, número de estabelecimentos envolvidos na cultura, quantidade de árvores cultivadas, capital empregado e número de árvores. Vale ressaltar que a avaliação do capital nem sempre era procedida em todos os estabelecimentos, assim como nem sempre havia distinção entre maniçobais nativos e cultivados. Para vários municípios importantes, não constavam informações detalhadas, daí as lacunas, principalmente nas colunas relativas ao capital empregado e ao número de árvores cultivadas.

Na tentativa de propor regionalização do Estado em termos de importância das áreas produtoras da borracha, utilizou-se, na medida do possível, as séries históricas relativas às quantidades exportadas e às receitas auferidas, ao nível dos municípios. Além de consideradas as informações do Apenso IV, foram trabalhadas, com esse objetivo, os dados do Apenso V<sup>\*</sup> Esta fonte permitiu avaliar a participação do produto na forma-

<sup>\*</sup>O Apenso V informa para todos os municípios do Estado, entre 1903 e 1912, as quantidades exportadas de borracha de maniçoba, mangabeira e caucho, com respectivo valor oficial, além do imposto arrecadado pelo Estado. Resulta de minuciosa pesquisa realizada sob a direção do autor, em virtude de ter considerado insatisfatórias não só estatísticas federais, como estaduais. Para sua confecção procedeu à revisão nos despachos da exportação oficial do Piauí durante aquele decênio.

ção da receita pública estadual, por municípios, bem como inferir o grau de sua importância, a nível local. Por essa via, procedeu-se à hierarquização e à seleção dos principais municípios exportadores.<sup>28</sup>

Conforme referido ao tratar do Apenso IV, as informações não foram estudadas de forma exaustiva e sim na medida em que se adequavam ao interesse imediato da monografia. A despeito da margem de erro que esse tipo de dado deve necessariamente conter, essas fontes se constituem na documentação básica e fundamental no sentido de dirimir as dúvidas ainda existentes a respeito da extensão e da importância dessa atividade no Piauí, bem como da ocorrência de plantio sistemático das maniobras nas primeiras décadas do século.

Das informações do Apenso V, foram elaboradas as Tabelas 5, 6 e 12 constantes desse capítulo, com o objetivo de evidenciar por meio das quantidades exportadas e das receitas arrecadadas pelo Estado, a ocorrência por municípios e o grau de concentração da atividade.

Em vista do interesse pela região de maior concentração do produto, essas informações foram trabalhadas no sentido de identificar os dez principais municípios produtores, selecionados anualmente.

Considerando o registro nas estatísticas oficiais, em alguns anos, das quantidades exportadas por municípios e das receitas arrecadadas, procedeu-se à elaboração dos dados daquela origem, com o objetivo de confirmar a principal área pro-

<sup>28</sup> LIMA REBELLO, José Pires de. Apenso V. Estatística da borracha exportada e do imposto arrecadado nos anos de 1903 a 1912. In: \_\_\_\_.



dução. Não foi considerada correta qualquer das fontes, mas ambas como passíveis de orientar no sentido de melhor conhecimento do fenômeno.

No sentido de evidenciar a participação da maniçoba na receita pública estadual em alguns municípios selecionados e confirmar, por outro critério, a principal área de ocorrência foram confrontados os dados do total da receita estadual arrecadada e a receita derivada da exportação da borracha. Os resultados constam da Tabela 11.

Em vista do interesse em trabalhar com a categoria município e da forma assumida pelas informações dos *Relatórios da Secretaria da Fazenda* a receita da borracha foi encontrada pela soma das várias estações arrecadadoras situadas nos municípios. A opção pelos dados estaduais foi feita para manter a coerência nessa avaliação, desde que o critério era a participação na receita estadual e essa variável não havia sido submetida a correção, como fez LIMA REBELLO para as quantidades e valores da exportação da maniçoba.

Nas tabelas em que foi utilizado o agrupamento dos dez principais municípios produtores, o critério de seleção adotado foi o da consideração dos dez primeiros colocados a cada ano. Explica-se, pois, que o fato das referências à principal área produtora implique em alusões a número maior de municípios, que correspondem aos que ocuparam essas posições ao longo dos dez anos considerados.

Procedeu-se, em todo o trabalho, à atualização das denominações dos municípios.

No Capítulo 5 AS CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO, a preocupação básica foi com a análise da inserção da atividade na formação econômico-social, além da indicação de possíveis modificações ocor-

ridas. Nesse contexto, foram privilegiados os produtores e os aspectos técnicos da produção.

Na elaboração desse capítulo foram utilizadas várias categorias de fontes, cujo nível de detalhamento era grande quando se tratava das técnicas empregadas, mas pouco precisas e nem sempre ricas quanto às informações de ordem social. Em vista da natureza dessas fontes, cujo objetivo primordial não era o de tratar de questões relativas às condições de vida da população, nem discutir sua forma de inserção no contexto da produção, os poucos testemunhos apresentaram-se de grande validade.

Nesse capítulo, em vista da inexistência de bibliografia específica a nível do Estado, para esse período, recorreu-se a leituras correlatas sobre o Nordeste semi-árido, no sentido de interpretar com maior acuidade as informações disponíveis.

O Capítulo 6, COMERCIALIZAÇÃO, no atendimento ao objetivo de definir as diversas instâncias do comércio da borracha, bem como de determinar as principais vias de escoamento e sua importância, recorreu-se às estatísticas gerais de exportação da borracha do Estado, conforme especificado no texto.

Certas informações, entretanto, são necessárias para melhor entendimento desses dados. A Estatística Estadual, derivada dos Relatórios da Secretaria da Fazenda, inclui em seus totais, junto à maniçoba propriamente dita, pequenas quantidades de borracha de mangabeira e de caucho, esta de origem goiana, em alguns anos escoada pelo Piauí. Como não foi possível, para todos os anos fazer a separação da borracha por tipos e ainda considerando que as receitas arrecadadas englobavam a todas, optou-se pela utilização conjunta sob a denominação de exporta-

ção da Borracha. Em nenhum ano, entretanto, a participação da mangabeira e do caucho, somados, alcançaram 10% do total exportado. Os valores oficiais também eram registrados de forma conjunta.

O critério básico adotado para a elaboração das tabelas ou para a comparação de valores, foi a manutenção da homogeneidade da série, em vista da coerência com os valores correlatos, quer fossem receitas, quer valores oficiais.

A estatística de LIMA REBELLO, também utilizada nesse capítulo, é originária dos dados da arrecadação estadual e refere-se apenas à exportação da maniçoba. As diferenças anuais, entre as duas séries, em certos momentos, chegam a ser significativas, como em 1910, mas, no longo do tempo, não se revelaram tão importantes. Assim é que as diferenças nos totais dos dez anos comparados de 1903 a 1912, é inferior a 10%.

A Estatística Federal, que é baseada apenas no porto exportador e associada ao Estado em que o porto está situado, mostra-se bastante aquém das primeiras, entretanto, esse comportamento era esperado em virtude das condições de escoamento da produção piauiense.

Quanto aos valores oficiais, tanto do total das exportações, quanto os referentes à borracha, foram tomados anualmente dos *Relatórios da Secretaria da Fazenda*, e não sofreram nenhuma elaboração.

O Capítulo 7, O PAPEL DO ESTADO, busca evidenciar não só o significado da maniçoba enquanto fonte da receita pública, como as expectativas do Governo quanto ao desempenho da atividade, além de sua intervenção. As fontes básicas, *Relatórios e Mensagens*, além das leis estaduais e dos decretos, foram trabalhadas no sentido de elucidar os pontos referidos.

Na avaliação da participação das receitas da borracha no conjunto das receitas públicas, a nível estadual, foram utilizadas somente as Estatísticas Estaduais, para manter a coerência dos dados, desde que as receitas da borracha correspondiam a uma parte das receitas totais auferidas em cada exercício.

A tabela correspondente às Receitas e Despesas públicas, e as que utilizaram esses valores, resultaram não de transposição mecânica das informações dos *Relatórios e Mensagens*, mas de elaboração no sentido de que correspondessem apenas ao total das receitas auferidas dentro de cada exercício. Assim, enquanto naqueles documentos os saldos dos anos anteriores ou a cobertura dos déficits passados eram incluídas ou computados nas receitas orçamentárias, nas tabelas utilizadas não foram consideradas essas variáveis, pois o objetivo não era identificar as disponibilidades financeiras do Estado, mas avaliar o significado da receita das exportações e os reflexos das crises externas ou de problemas da conjuntura interna sobre as receitas públicas. Constituem, pois, no contexto do capítulo, critério de avaliação do nível de integração da economia do Estado à economia mundial. E, primordialmente, do significado das receitas auferidas sobre a borracha nessas alterações. É nesse sentido que se justifica a elaboração sofrida pelos dados financeiros.

## 2. A MANIÇOBA

### 2.1. A DEMANDA EXTERNA

A exploração das maniçobas no Nordeste, para a produção de borracha, inscreveu-se em limites históricos bastante precisos. Como atividade econômica generalizada nessa região, principalmente nas áreas semi-áridas, alcançou relativa importância entre 1897 e 1913. A partir de 1911 a tendência dos preços foi persistentemente decrescente, o que não desativou por completo a produção mas contribuiu para que diminuísse de forma progressiva. Na década de vinte a exportação era insignificante no conjunto da economia regional.

A exploração das maniçobas para a produção láctea tornou-se economicamente viável com os altos preços internacionais da borracha, na segunda metade do século XIX e início do XX, impulsionados pela demanda dos países industrializados, sobretudo a Inglaterra, que constituía o principal centro comprador e distribuidor dessa matéria-prima. O incremento na procura e a correspondente alta dos preços estão intimamente ligados ao crescimento das indústrias automobilística e elétrica, sobretudo a primeira, em franca expansão no início do século. Dessa forma o desempenho do setor industrial na Europa e nos Estados Unidos da América, refletia-se no comportamento da produção gomífera do Brasil, então principal área

produtora e em cuja dependência estavam aqueles mercados.

O quase monopólio que exercia o Brasil sobre o fornecimento de borracha - matéria-prima estratégica no início do século, pelas características e exigências do processo de industrialização - assegurou a manutenção de um nível extremamente alto dos preços internacionais. Sem essa conjuntura de preços não teria sido possível a inserção do Nordeste como área produtora, pela falta de rentabilidade na exploração das maniobas. Vale lembrar que a produção da borracha no Nordeste era secundária, não só em relação ao conjunto da produção mundial, como em relação à produção brasileira, o que a tornava mais vulnerável às alterações na demanda. Reagindo de forma mais intensa à baixa de preços que a similar amazônica, declinou a atividade, sendo abandonados os cultivos e a própria exploração das árvores nativas.\* A queda dos preços internacionais resultou da inserção dos competidores asiáticos no mercado, até então praticamente controlado pelo produto brasileiro. A instalação de empresas produtoras na Ásia teve o sentido de superar a dependência dos países consumidores à oferta natural, inelástica, de alto custo e qualidade heterogênea, na maior parte de procedência brasileira, bem como de tornar fácil e direto o controle dos países consumidores sobre as áreas produtoras. Em outros termos, representava o controle do capital sobre a produção e a possibilidade de determinar não só as quantidades e os preços, como a qualidade do produto final requerido pelo processo industrial em curso na Europa.<sup>1</sup>

\*Com a concorrência asiática, as borrachas consideradas de qualidade inferior foram as primeiras a perder cotação nos mercados consumidores.

<sup>1</sup>FURTADO, p. 129-135; PRADO JUNIOR, p. 236-241.

A exploração da borracha de maniçoba no Nordeste, ainda como reflexo da conjuntura externa, volta a ser exercida em maior escala durante a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses controlam as áreas de produção do sudeste asiático. Os Estados Unidos da América, em busca de produtores substitutos incrementaram a atividade no Brasil, através da Rubber Development Corporation.<sup>2</sup> Normalizada a situação mundial, a produção retornou ao nível anterior, de quantitativos mínimos, até quase desaparecer completamente na década de 1970.<sup>3</sup>

O interesse manifestado pelas maniçobas e outras plantas lácteas como a mangabeira e o guayule, hoje, está ligado a outra conjuntura. Trata-se da necessidade de atender à demanda interna de borracha natural, de que o Brasil é grande importador.

De outro lado, as perspectivas quanto ao consumo interno são de que essa dependência vai ser aprofundada se não forem adotadas políticas de cultivo sistemático das plantas produtoras de látex, haja vista a inelasticidade da oferta natural amazônica.

Ocorreu, pois, uma inversão quanto à posição do Brasil no mercado da borracha.

<sup>2</sup> FORMAN, Hugo. *Sinopse histórica da atuação da Rubber Development Corporation no Brasil*. p. 1.

<sup>3</sup> CAMPOS, p 14, reproduz estatísticas relativas à produção da borracha natural no Nordeste, entre 1950 e 1971.

## 2.2. DESCOBERTA E EXPLORAÇÃO

As primeiras notícias disponíveis sobre a produção comercial da borracha derivada da maniçoba datam dos meados do século XIX.<sup>4</sup> A atividade era desenvolvida no Ceará por toda a segunda metade desse século, de forma contínua, conforme se depreende das estatísticas de exportação.<sup>5</sup> Por essa época, a única espécie explorada era a *Manihot glaziovii*.

Na última década do século, com a alta dos preços no mercado internacional, viabilizou-se a exploração em outras áreas do Nordeste, tendo início a extração do látex em outras espécies produtoras como foi o caso da *Manihot piauhyensis*, da *Manihot heptaphylla* e da *Manihot dichotoma*. A descoberta das novas espécies produtoras de látex é em geral atribuída a seringueiros cearenses e piauienses, que teriam penetrado as caatingas e cerrados do sertão nordestino em busca dessas árvores e das mangabeiras (*Hancornia speciosa*), também exploradas nessa época.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. Maniçoba. In: \_\_\_\_\_. Org. *O Ceará no centenário da independência do Brasil*. Fortaleza, Minerva, 1926 p. 237-44. Este autor reproduz trecho do Relatório do Presidente Ignácio Correia de Vasconcelos à Assembléia Legislativa do Ceará, em 1º de julho de 1847, em que ele destacava a importância da exportação da maniçoba e propunha a instituição de prêmio a ser pago a quem cultivasse de 100 a 1.000 árvores ou mais.

<sup>5</sup> PEQUENO, Antonio Fiúza. *A indústria da borracha no Estado do Ceará*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913, publica, em anexo, as quantidades exportadas entre 1845 e 1912. BRAZIL, p.242-44, informa as quantidades, os valores oficiais e os impostos percebidos pelo Estado entre 1845 e 1921.

<sup>6</sup> BELLO, p.61-78; ZAMBONI, p. 35-61.



Existem inúmeras versões no que concerne ao início da exploração das maniçobas, tanto no Piauí,<sup>7</sup> como na Bahia.<sup>8</sup>

Principalmente a partir de 1898, alguns jornais do Nordeste deram início à divulgação da atividade, não só informando dos avanços na descoberta de novos maniçobais, como acerca da viabilidade e rentabilidade da cultura sistemática. Era o caso dos periódicos *República*, de Fortaleza, *Diário do Maranhão*, de São Luis e do *Estafeta*,\* de Teresina. Atuação similar teve o *Boletim da Agricultura*, publicado na Bahia. Assim, ao tempo em que era iniciada a exploração dos maniçobais nativos do Nordeste, era desenvolvido esforço de vulgarização da atividade e de estímulo ao plantio das espécies produtoras.

A classificação botânica e, portanto, a distinção das árvores por espécies, do ponto de vista científico, ainda não

\* De circulação restrita ao ano de 1898, registrou, sistematicamente, o avanço na descoberta e exploração de maniçobais no Piauí, além de promover a propaganda da cultura.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Antonio José de. *Descrição geral do Estado do Piauí*. Teresina, Imprensa Oficial, 1963. p. 46, afirma que a produção piauiense do período de 1895-98 teria sido comercializada no Ceará, correspondendo a cerca de 350 toneladas; LIMA REBELLO, em *A indústria...* p.37, afirma que as maniçobas lactíferas já eram conhecidas de longa data no Piauí, entretanto, o método cearense de incisão no tronco, adotado para a extração, não apresentava rendimento satisfatório. Em 1895 teria sido propagado o sistema de incisão na raiz, que aumentou o rendimento, viabilizando a indústria. Acrescenta que até essa época, havia apenas uma firma compradora de gêneros de exportação no Piauí e que os preços pagos não estimulavam o crescimento da atividade.

<sup>8</sup> ZEHNTNER, em *Estudo...*, p.25-6, generaliza a descoberta das maniçobas lactíferas - que teria ocorrido em 1897 - para os Estados do Piauí e da Bahia. Esse autor reproduz parte de um artigo publicado pelo *Diário de Notícias* da Bahia, em 11 de novembro de 1911, onde era comunicada a descoberta ao Governador Luís Viana, e que teria resultado na viagem de inspeção realizada pelo engenheiro Joaquim Bahiana, a serviço do Governo.

havia sido feita. A imprensa, os governos, as sociedades agrícolas e os extratores, em geral, referiam-se às árvores produtoras por seus nomes vulgares, dados de acordo com a principal área de ocorrência. As maniçobas eram conhecidas como do Ceará, do Piauí, do São Francisco, de Jequié. As três últimas eram consideradas variedades do Ceará já classificada como *Manihot glaziovii*. \*

Segundo vários autores contemporâneos, a propaganda excessivamente otimista teria contribuído de forma negativa principalmente sobre o cultivo.<sup>9</sup> Descrita geralmente como uma atividade de custos insignificantes, com necessidades de insumos mínimos, retorno de capital muito rápido e de lucratividade fabulosa, criava expectativas que não se confirmavam na prática.<sup>10</sup>

Via de regra as culturas do algodão, da cana-de-açúcar e do café eram tomadas como parâmetros, no sentido de evidenciar as vantagens do investimento na cultura da maniçoba.<sup>11</sup>

\* As espécies *Dichotoma*, *Heptaphylla* e *Piauihyensis*, além de outras espécies e variedades foram estudadas e classificadas por Ernest Ule, entre 1906 e 1907, após viagem de estudo nas áreas de ocorrência.

<sup>9</sup> SILVA, Alberto Pereira da, p. 94-5.

<sup>10</sup> SAMPAIO e BRAZIL, obras citadas, apresentam claramente caráter apologético.

<sup>11</sup> O Ministro Pedro de Toledo, em seu Relatório de 1911, p.158, considerava como vantagens da maniçoba, em relação ao café: a necessidade de capital para o investimento inicial incomparavelmente menor; despesas de custeio mais reduzidas; transporte mais econômico, em vista do pequeno peso e grande valor do produto. Afirmava ainda que era uma indústria ideal para países que, como o Brasil, não dispunham de capitais e precisavam criá-los. Ministério da Agricultura. Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Dr. Pedro de Toledo no ano de 1911*. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística, 1911.

No Piauí, além da divulgação mais ou menos sistemática dos maniçobais descobertos, a população era incentivada no sentido de abrir novas áreas de maniçobas e, sobretudo, para realizar o seu cultivo. O incentivo à produção partia, as vezes, das próprias empresas comerciais interessadas na compra da borracha.

No Maranhão, o jornal Diário do Maranhão como parte de sua campanha visando incrementar o cultivo das árvores produtoras, procedeu, durante o ano de 1898, à distribuição de sementes, recebidas do Ceará.

Na fase inicial da exploração no interior do Nordeste, foi predominante o esforço dos particulares interessados na abertura de novas fontes de renda. A ignorância dos exploradores, o teor dos artigos da imprensa periódica e as pretensões fiscais dos Governos criaram expectativas exageradamente otimistas para uma exploração que dava os primeiros passos.

No centro-sul do Brasil também se fez campanha em favor da aclimação das maniçobas. Esta tentativa estava associada à crise da cafeicultura, quando eram estudadas possibilidades de implantação de culturas alternativas, de grande rentabilidade.

No Rio de Janeiro, a Sociedade Nacional de Agricultura, e o Governo do Estado, visando o incremento da atividade - promoveram sua divulgação, não só por meio da distribuição de folhetos informativos e de sementes da espécie cearense, como pela instituição de prêmios aos cultivadores, a ser pago pelo Estado.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> BELLO, p.88 e 94.

Em São Paulo, o prêmio criado para ativar a exploração da mangabeira foi estendido para a maniçoba.<sup>13</sup> Posteriormente, a Secretaria de Agricultura contratou agricultor experiente para divulgar no oeste do Estado o processo de incisão por meio de machadinhas.<sup>14</sup>

A propaganda da cultura dessa Euforbiácea no centro-sul causava polêmica. Evidência disso foi o desenvolvimento, em fins de 1899, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de querela em torno da conveniência ou não da cultura de plantas lácteas.<sup>15</sup> Recorde-se que, a essa época, o café, principal cultura nesses Estados atravessava uma conjuntura de preços desfavoráveis e era intuito dos respectivos governos dar incentivo a outros produtos, que pudessem contribuir para a solução dos seus problemas econômicos e financeiros.

O posicionamento mais realista em torno dessa cultura, era o defendido pelo Instituto Agrônomo de Campinas. Afirmava-se, em 1898, que até então ninguém possuía "dados seguros e observação prática suficiente para dizer com acerto sobre o seu valor real, como cultura e rendimento" e que na exploração das maniçobas muito se tinha exagerado, principalmente em

<sup>13</sup>BELLO, p.77 e 92. Os prêmios referidos foram criados pela Lei nº 565, de 28 de agosto de 1898. O incentivo à cultura de outras plantas lácteas era de 10 contos de réis.

<sup>14</sup>DUTRA, Gustavo. Maniçobeiras de Jequiê. *Boletim de Agricultura* 10:706-24, 1909. p. 707.

<sup>15</sup>MEDEIROS, Antonio de. Cultura da maniçoba no Estado do Rio de Janeiro. *Jornal dos Agricultores*. jun., 1904. p.200.

relação à quantidade de látex fornecida por árvore e de borra-  
cha contida no leite. A conclusão, enfim, era de que os resul-  
tados dos experimentos, em São Paulo, aconselhavam moderação e  
não euforia em torno das possibilidades oferecidas pela cultu-  
ra sistemática das maniçobeiras.<sup>16</sup>

Até os primeiros anos do século, mais especificamente  
até 1906, a única espécie submetida a experiências agronômicas  
no Brasil fora a Ceará ou *Manihot glaziowii*.

A partir de 1907 a espécie *Dichotoma*, já identificada  
por Ule, começou a ser submetida a experiências no Instituto  
Agronômico de Campinas, cujo diretor, Gustavo Dutra, fez via-  
gem de inspeção à área de ocorrência, na Bahia.<sup>17</sup>

A divulgação processada no Nordeste, e, em parte, a di-  
fusão da atividade estavam ligadas às expectativas geradas a  
partir do desempenho da economia amazônica - centrada na ex-  
ploração da borracha. A articulação entre aquela região e o  
Nordeste, por essa época, era grande, sobretudo se se consi-  
dera que a mão-de-obra empregada na exploração da borracha se-  
ringa era basicamente nordestina e que a Amazônia era um dos  
principais mercados consumidores de produtos dessa origem. Do-  
minava, portanto, uma conjuntura que facilitava os intercâmbios

<sup>16</sup> A MANIÇOBA e sua cultura. *Boletim do Instituto Agronômico de  
Campinas*, 9(1):389-401, 1898.

<sup>17</sup> DUTRA, em artigo de 1909, citado, registra as observações feitas  
na área de ocorrência da espécie, no sul da Bahia, onde esteve em viagem  
de estudo, em 1906. As observações sistemáticas iniciadas em São Paulo não  
tiveram continuidade, em vista de sua saída do Instituto em 1907.

bios econômicos e sociais entre o Nordeste e a Amazônia, embora o conhecimento que se tivesse sobre a última região fosse bastante deformado. As fantasias em torno da riqueza amazônica constituíam a referência básica na propaganda da cultura da maniçoba.

No Nordeste, a continuidade da exploração ajustou, até certo ponto, à realidade, as expectativas que se haviam criado em torno do produto. No centro-sul as tentativas de aclimação das maniçobas e as discussões sobre o assunto perderam consistência à medida em que o café superava sua crise, mediante a adoção de políticas intervencionistas.

No Nordeste, além da extração nos maniçobais nativos do Ceará, do Piauí e da Bahia, que eram os principais produtores, em todos os Estados, inclusive naqueles, foram realizadas plantios na fase de alta dos preços internacionais. Milhares de árvores foram plantadas no Maranhão, em Pernambuco, em Sergipe, em Alagoas e, fora da região, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, as culturas tiveram basicamente caráter experimental.

Os altos preços dominantes até 1910 contribuíram para a rápida propagação do cultivo das espécies *Piauhyienses*, *Dichotoma* e *Heptaphylla*. Os plantios, via de regra, conjugavam espécies diferentes, o que contribuiu para alargar as áreas de ocorrência natural, uma vez que houve intensa migração de sementes.

A reversão havida no comportamento dos preços internacionais da borracha bloqueou esse processo de expansão. Milhares de árvores plantadas foram abandonadas antes da primeira extração, principalmente após 1913, uma vez que a atividade se

tornou antieconômica.

A resposta rápida que os plantadores do Nordeste deram à solicitação do mercado faz crer que em persistindo os altos preços vigentes na primeira década do século, a evolução teria sido no sentido da transformação da maniçoba em cultura generalizada na região, sobretudo nas áreas semi-áridas, em que as alternativas econômicas se mostravam bastante reduzidas. Evidentemente, a maior ou menor receptividade aos estímulos dados ao desenvolvimento dessa atividade só podem ser explicados a partir das características particulares assumidas pela economia de cada área em particular.<sup>18</sup>

### 2.3. OCORRÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DAS ESPÉCIES

Para tornar mais compreensíveis as referências às diversas espécies de maniçobas lactíferas, é mister que sejam descritas sucintamente as características gerais das princi -

<sup>18</sup> RIBEIRO, José Pedro. *A indústria da borracha no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa de Borracha, 1913. 40 p.; PEQUENO, obra citada; CARVALHO, J.A. *Monografia sobre a indústria da maniçoba e mangabeira no Estado da Paraíba do Norte*. Paraíba, 1912. 38 p.; ANDRADE, Nilo Cahetê Pereira de. *A indústria da borracha no Estado de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 47 p.; CARNEIRO, obra citada; MORAES, Luiz de. *A indústria da borracha no Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro. Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 23 p.; RABELLO, A.M. *A indústria da borracha no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 62 p., são algumas das obras que informam sobre a extração e a cultura da maniçoba no Nordeste.

pais árvores produtoras, bem como as áreas de maior densidade natural.\* Evidentemente, a exploração indiscriminada das árvores nativas e o incremento do plantio modificaram essas condições iniciais, entretanto, em função do pequeno período de tempo em que o fenômeno ocorreu, as alterações não foram de modo a invalidar a regionalização básica apresentada pelos diversos autores.<sup>19</sup>

Ressalve-se que apesar de serem conhecidas muitas espécies de maniçobeiras produtoras de látex, poucas espécies eram exploradas comercialmente. Considerar-se-ã, pois, apenas as quatro espécies mais exploradas na época.

A *Manihot glaziovii* foi a primeira espécie explorada com fins de produção láctea. A borracha, exportada para o mercado europeu desde 1845, era produzida apenas na então Província do Ceará.<sup>20</sup> Foi a primeira espécie classificada e submetida a experiências de cultivo sistemático, inclusive no exterior.<sup>21</sup>

\* Em vista dos objetivos deste trabalho, as informações dizem respeito à fase contemporânea à exploração. A partir dessa época ocorreram mudanças significativas nas condições originais, derivadas do processo continuado de ocupação e aproveitamento das terras para a agricultura, da destruição intencional das reservas nativas para evitar o envenenamento do gado (caso da *Manihot glaziovii*) e da procura de madeira para fabricação de tamancos e peças artesanais.

<sup>19</sup> ULE e BELLO, apresentam em seus trabalhos, mapas das áreas de maior densidade natural das maniçobeiras no Brasil. ZEHNTNER realizou em 1914, o mapeamento das espécies para o Estado da Bahia.

<sup>20</sup> BRAZIL, p.241.

<sup>21</sup> BELLO, p.89-90; ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. Valorização da borracha. *Boletim da Diretoria de Agricultura do Estado da Bahia*, 5(1):1-32, 1907. p.6.



Segundo SANTOS, como a *Hévea brasiliensis*, foi levada para o Jardim de Kew, na Inglaterra, e daí transplantada e aclimatada em colônias européias na África e Ásia.<sup>22</sup> BELLO acrescenta que foi experimentada não só como cultura isolada, mas em consórcio com outras espécies vegetais, como o cacau e o chá.<sup>23</sup>

A principal área de ocorrência dessa espécie era o Ceará, onde se disseminava por todo o Estado, em especial nas serras.<sup>24</sup> Ocorria também no norte do Piauí, no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

A *Manihot dichotoma*, também conhecida como maniçoba de Jequiê ou maniçoba das grandes sementes foi explorada, como suas congêneras desde os fins do século XIX.

Sua principal área de ocorrência era o centro-sul da Bahia, nas imediações de Poções, Maracás, Caititê, Lençóis e Jequiê.<sup>25</sup> Como a espécie precedente, foi cultivada em outras regiões, alargando-se, assim, seu espaço natural. Era a espécie que mais se aproximava da *Manihot glaziovii* do ponto de vista das técnicas de extração láctea, em vista das semelhanças de caráter morfológico.

<sup>22</sup> SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo, T.A. Queirós, 1980, p.230. Este autor afirma que em 1875 Cross teria levado 1.000 sementes da *Hévea* e 42 de *Manihot* para a Inglaterra.

<sup>23</sup> BELLO, p.90, afirma que no Ceilão a maniçoba era utilizada apenas como porta sombra de culturas arborescentes.

<sup>24</sup> PEQUENO, p.27; BELLO, p. 80; FORMAN, p.2.

<sup>25</sup> ZEHNTNER, p.8 e 21; ULE, p. 17-8.

A *Manihot heptaphylla* ocorria ao norte da Bahia, na região do médio curso do rio São Francisco, compreendendo, dentre outros, os municípios de Pilão Arcado, Remanso, Xiquexique, Morro do Chapéu, Jacobina e Bonfim. Era vulgarmente conhecida como maniçoba do São Francisco.<sup>26</sup> É uma espécie semelhante à *Piauhyensis* em termos botânicos. Do ponto de vista do processo de exploração as técnicas utilizadas para as duas espécies eram similares.

A *Manihot piauhyensis* tinha como principal área de ocorrência o sudeste do Estado do Piauí. A grande zona de produção era composta pelos municípios de São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Jaicós, Picos, Oeiras, Floriano, dentre outros. Árvore de pequeno porte e muito resistente às secas, atinge maturidade por volta dos 3 anos.

Todas as espécies referidas foram plantadas sistematicamente fora de suas regiões de origem.

A *Manihot Piauhyensis* estendeu-se, das zonas naturais, a todo o Estado de origem. Foi igualmente cultivada no Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia. As sementes da maniçoba do Piauí eram exportadas para a formação de culturas fora do Estado, pois, à época, era considerada a espécie mais produtiva.

Em 1913, as sementes encomendadas para distribuição pela Superintendência da Defesa da Borracha orientavam-se para essa espécie, definida como a mais precoce, de fácil adaptabilidade e bom rendimento.<sup>27</sup> Um dos objetivos da viagem de FER-

<sup>26</sup> ZEHMNER, p.8 e 11-7; ULE, p. 18-9.

<sup>27</sup> SILVA, Alberto Pereira da. p. 92.

REIRA ao sudeste do Piauí foi o de providenciar a aquisição de sementes para aquele órgão.<sup>28</sup>

De modo geral, as culturas realizadas em todo o Nordeste derivavam de sementes de várias espécies, não constituindo, quanto a esse aspecto, plantações homogêneas.

Em Pernambuco, os agricultores cultivam as várias espécies conjuntamente denominando-as indiferentemente maniçobas de Belmonte, pelo fato da cidade desse nome ser o grande centro dessa cultura no Estado e núcleo distribuidor das sementes.<sup>29</sup>

O nível de conhecimento e o esforço de pesquisa sobre as maniçobas, em qualquer aspecto, não avançou muito do início do século até hoje. Questões relevantes referentes a essas espécies, como as exigências de natureza edafo-climáticas, a produtividade média em látex e em borracha, por árvores e espécies, a época mais adequada para a extração, os melhores processo de coleta - enfim, muitos dos problemas centrais, relativos à extração e à cultura continuam em aberto.

Os trabalhos recentes sobre a maniçoba reforçam a necessidade de pesquisas experimentais como o primeiro passo no sentido do soerguimento da atividade.

O Quadro 1 apresenta as principais características morfológicas relativas às quatro espécies referidas.

<sup>28</sup> A CULTURA da maniçoba no Estado do Piauí. *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha*, 1(9):276-7, 1913. Este artigo é uma resenha do relatório apresentado por José Fonseca Ferreira à Superintendência da Defesa da Borracha.

<sup>29</sup> ANDRADE, Nilo Cahete Pereira de. *A borracha...* p.8.

QUADRO 1

## PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DE QUATRO ESPÉCIES DE MANIÇOBAS NO BRASIL

Características	<i>M. glaziovii</i>	<i>M. heptaphylla</i>	<i>M. piauiensis</i>	<i>M. dichotoma</i>
Porte (altura)	12 a 15 m	3 a 6m	3 a 5m	3 a 6m
Diâmetro do tronco	15 a 45cm	10 a 30cm	10 a 30cm	15 a 30cm
Projeção da copa	2,5 a 3,5m	1 a 2m	1 a 3m	2 a 3m
Características do látex	branco, grosso de coagulação rápida	branco, passando a amarelo, coagulado	branco passando a amarelo, coagulado	branco e grosso
Tipo de semente	dura e rajada	cor de terra, com linha divisória	muito dura, oblonga, clara	castanha
Tipo de fruto	trilocular, com 3 sementes	trilocular, esverdeado, com 3 sementes, amarelo quando maduro	trilocular, esverdeado com 3 sementes	trilocular, esverdeado com 3 sementes
Flores	grandes e unissexuadas	glabras	brancas caliciformes, odor agradável	brancas caliciformes
Folhas	palhada, verde-clara	5 a 6 folíolos, nervuras salientes	com 5 a 6 folíolos, nervuras salientes	com 3 a 5 folíolos

Fonte: CAMPOS, José de Arimatéia. *Apreciações sobre a maniçoba do Ceará*. Fortaleza, CEPA, 1978. O quadro foi reproduzido de BRASIL SUDHEVEA. *Estudo de viabilidade técnica e econômica ...* p. 9.

### 3. O PIAUÍ NA DÉCADA DE 1890: ECONOMIA E POLÍTICA

#### 3.1. O PIAUÍ NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO

A década de 1890 pode ser caracterizada, ao nível político, como a fase de ajustamento ou transição do centralismo imperial para a de organização do Estado, nos moldes federativos. Esse caráter de transição também se evidencia quando se observa o teor do discurso oficial. Nessa conjuntura, as questões da autonomia e da independência são amplamente discutidas, fundadas que estavam no Art. 49, Título I, da Constituição do Estado, em vigor a partir de 1892. As mesmas características de autonomia e independência a tudo quanto dissesse respeito aos seus interesses específicos, marcavam as relações do Estado com os municípios (Art. 72, Título II). Dessa forma, a ação do Estado e dos municípios só era restringida à medida em que extrapolasse as suas respectivas esferas de competência, definidas nas cartas constitucionais. Ou, para ser mais fiel à organização proposta, era da competência dos Estados o que a União não definisse como sendo de sua órbita e da mesma forma quando se tratava da relação Estado-Município.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> CARONE, p. 288; LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*; o município e o regime representativo no Brasil. 2.ed. São Paulo. Alfa.Omega, 1975. 276 p.p.80-4.

A falta de uma definição mais rigorosa das esferas de atuação das diferentes instâncias político-administrativas,\* aliada às dificuldades iniciais de estabelecimento da organização nova e desconhecida e, ainda às crises políticas e financeiras sucessivas, induziam à discussão, com certa intensidade, dos limites e da própria natureza dessa autonomia e independência. O discurso político no Piauí era marcado por essa preocupação.

Observa-se que, ao longo da década, os termos autonomia e independência não têm uma significação precisa, sendo utilizados de forma ambígua, e que perdem progressivamente o conteúdo jurídico-político para ganhar, em contrapartida, maior conotação ideológica. Reflexo desta mudança foi a ligação com questões que de alguma forma envolviam solicitação do Governo à população, por exemplo, quando da criação de novos impostos, na tomada de medidas que objetivassem sustar o contrabando, no encaminhamento de questões com os outros Estados e com a própria União. Enfim, todas as medidas adotadas nessa conjuntura se justificavam a partir da necessidade de consolidação da autonomia do Estado. À medida em que se organizava a administração, que a estrutura tributária ganhava consistência, que as finanças públicas se encaminhavam no sentido do equilíbrio orçamentário, as preocupações em torno do assunto diminuían. Firmada em bases mais seguras a arrecadação da receita pública, já no final da década e sobretudo no início da seguinte, a autonomia do Estado era considerada consolidada.

\* Tanto a Constituição Federal como a Estadual e as próprias leis municipais, logo começaram a mostrar suas falhas, à vista dos problemas concretos da administração pública.

Nos primeiros anos do século XX, dada como resolvida a questão da viabilidade do Estado, referências à autonomia somente são feitas à vista de problemas concretos, por exemplo, quando da interferência da União ou de outros Estados no que o Piauí considerava sua área legal de atuação.

O caráter de ajustamento da década de 1890 extrapola a esfera político-ideológica e pode também ser atribuído às áreas da administração e das finanças. Se, nos anos iniciais da República, a presença da União é mais forte não só em termos da interferência no jogo político, como pela presença financeira, ela vai cedendo progressivamente ao Estado as atribuições e os encargos relativos à manutenção política e administrativa. Ao nível das finanças, o Estado é testado em sua capacidade de auto-sustentação e os repasses financeiros da União - a despeito da insistência com que são requeridos - tornam-se cada vez menos frequentes.

A omissão do Governo Federal em relação às reivindicações do Estado colocava duas questões à elite governante: a do grau da independência dos Estados em relação à União e a da predominância dos interesses econômicos do centro-sul na definição das políticas adotadas. Este posicionamento crítico, vai persistir pelas décadas seguintes, contribuindo no sentido de fortalecer certo sentimento de que o Estado exercia papel secundário no conjunto dos interesses mais gerais do país.<sup>2</sup> Os governantes canalizavam as omissões federais no sentido de fortalecer uma ideologia que induz à intensificação de um sentimento do piauinidade que será solicitado em todo o período.

<sup>2</sup> SILVA, Coriolano de Carvalho e. *Mensagem ... 1896* p. 5-7.

Observa-se regionalização cada vez mais intensa dos interesses do Estado que são definidos em oposição aos das demais unidades federadas e, quiçá, da própria União. Sobretudo na área da economia e das finanças a ação político-administrativa é no sentido de impor-se frente aos demais Estados. Assim, a República não é integradora. As omissões federais fazem também dominar a idéia de que o Estado, como unidade autônoma, deve encontrar o seu próprio caminho em direção ao progresso.<sup>3</sup>

Na segunda metade da década de 1890, começa a delinear-se outro discurso, que será dominante por toda a primeira década do século XX - caracterizado pelo otimismo e pela euforia frente às novas possibilidades que se apresentam ao Estado, mormente no plano financeiro, com a descoberta de outra fonte de receita - a exportação da borracha.

Ao nível propriamente do discurso político, a transição caracteriza-se pela propagação e consolidação de um novo conjunto de idéias, de perspectivas, enfim de justificativas do modo republicano de organização política. A base teórica em que se assentara a propaganda republicana e a própria implantação da República era a do positivismo comtiano, consubstanciada no próprio lema da República - o da Ordem e do Progresso, e manifestada concretamente na preocupação com a segurança pública, no sentido de nacional e no posicionamento progressista em que se pode incluir pretensões de crescimento material.

No Piauí, uma das formas de propagação da nova ideologia foi uma severa crítica ao Império, expressa sobretudo na atribuição das dificuldades por que passava o Estado e da pró-

<sup>3</sup> VASCONCELLOS, Raimundo Arthur de. *Mensagem ... 1900*, p.17.



pria situação de atraso que lhe era característica, à política pública imperial.<sup>4</sup> Esta crítica, entretanto, nem sempre mostrava consistência, o que se revelava claramente quando das tentativas de comparação entre o papel desempenhado pelo Império em relação à ex-província e as novas relações entre a União e o Estado.

A crítica mais contundente ao regime deposto era a de que o excessivo centralismo político e administrativo teria asfixiado a iniciativa individual, não permitindo sequer o aproveitamento dos recursos naturais e reduzindo o Estado à condição de eterno pretendente. De outro lado, o Império se teria omitido em termos dos problemas e necessidades da Província, que não fora cumulada de favores como acontecera com suas irmãs do sul. Acrescentava que aquele regime legara, dentre outros vícios que haviam concorrido para abater o caráter do povo piauiense - o do contrabando e que cabia à República por em prática meios de reabilitação.<sup>5</sup>

Deve-se notar, todavia, que essas exigências de crescimento ou, em termos da época, de desenvolvimento material são características da República recém-instituída.\*

\* Optou-se pela utilização das expressões *crescimento material* e *desenvolvimento material* conforme expressos na época, em virtude dos conteúdos assumidos hoje pelos termos crescimento e desenvolvimento.

<sup>4</sup> SILVA, *Mensagem ... 1895*. p.3-4.; \_\_\_\_\_. *Mensagem ... 1896*. p.4-5.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *Mensagem ... 1894*. p.8 e 11.

A ambigüidade na interpretação da estrutura político - administrativa do Império, refletia as modificações e os ajustamentos que se processavam não só ao nível político, como ao nível ideológico nessa fase de transição para a defesa de outros interesses.

As expectativas em torno das benesses que adviriam com a República frustraram-se bastante cedo. Logo as imperfeições atribuídas ao Império estenderam-se à nova República, apresentando-se as críticas, em geral, praticamente nos mesmos termos. Reclamação constante era a de que a República continuava com a política imperial de esquecimento dos Estados mais pobres, como o Piauí, que não dispunham de fontes de rendas suficientes para prescindirem dos auxílios da União.

A Constituição Federal definia as áreas de incidência tributária da União e dos Estados, o que possibilitava o controle da evasão de valores para o Governo Central e das transferências para os Estados. O Governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 1896, referindo-se à carga tributária imposta ao povo piauiense pelo novo regime, revelava que durante a fase imperial o povo "só havia concorrido com uma partícula mínima para as despesas da ex-província", desejando com esta declaração ressaltar as dificuldades e os sacrifícios feitos para a organização dos serviços administrativos, em vista da exigüidade dos recursos com que contava o Estado.<sup>6</sup>

Assim, nem sempre era mantida a coerência do discurso, cujo objetivo maior deveria ser o de fazer a apologia do novo regime e de se constituir em elemento de destruição de resquícios de simpatia para com o regime deposto. Críticas com o

<sup>6</sup> SILVA, *Mensagem ... 1896*, p.4-5.

mesmo teor, manifestadas em relação ao Império e à República refletem não só a fragilidade ideológica na justificativa da mudança, como os primeiros sinais de que as expectativas criadas em torno da República, da qual se cobrava ruptura de natureza econômica-financeira, não seriam concretizadas.

A discussão torna-se mais específica quanto aos problemas do Estado à medida em que se consolida sua autonomia financeira, no final da década. Tal mudança deve ser atribuída à montagem da estrutura administrativa compatível com a organização republicana, à relativa estabilidade política por que passava o Estado e à normalização financeira - com a perspectiva de realização do equilíbrio orçamentário.

Esses ajustamentos, entretanto, não seriam feitos sem problemas. A partir de 1893 registram-se querelas entre o Estado e a União, que põem à mostra a flexibilidade e a falta de rigor na delimitação das áreas de atuação de cada instância político-administrativa. Um exemplo disso foi a suspensão por ordem do Ministro da Fazenda, da cobrança do Imposto de Patente Comercial, que tinha como base as mercadorias recebidas para o giro comercial. Aquela autoridade alegava a inconstitucionalidade do imposto, pelo fato de incidir sobre mercadorias importadas do estrangeiro.\* O Governador suspendeu a cobrança, porém, alegando que o Ministro não tinha autoridade para intervir numa questão meramente estadual. Ao mesmo tempo sugeria que o imposto fosse restabelecido sob outra denominação, de modo a ressaltar os escrúpulos constitucionais, mas sem deixar de onerar a classe dos comerciantes que

\* A decretação de impostos de importação era da competência da União.

pouco contribuía para a manutenção da autonomia do Estado.<sup>7</sup>

Embora não haja, nas fontes consultadas, referências expressas ao parecer do Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade ou não do imposto, o resultado deve ter sido favorável ao Estado, pois entre 1895 e 1898 ele foi cobrado normalmente, sob a denominação de Giro Comercial.<sup>8</sup>

À medida em que crescia o número de itens das propostas orçamentárias e que o sistema tributário tornava-se mais complexo, aumentavam os choques de interesses entre a União, o Estado e os municípios. Nesse contexto, as reclamações sobre a interferência indevida da União eram tão freqüentes quanto os apelos à Assembléia Legislativa do Estado para que fossem determinados com clareza os limites da tributação municipal.

Constantes desde a década de 90, as reclamações apresentavam-se no sentido de que a presença da União era apenas uma presença fiscal. As questões tributárias de outro lado, marcariam todo o processo político-administrativo da Primeira República.

As cobranças do Estado em relação à União, bem como a insatisfação manifesta com a omissão do Governo Federal no período, não podem ser dissociadas da percepção de que dominavam os interesses das regiões cafeeiras e que a política pública nacional a eles se subordinava.<sup>9</sup> De outro lado, estava bem definido e caracterizado o processo de mudança e diferenciação por que passava o centro-sul, ao tempo em que se acelerava o

<sup>7</sup> SILVA, *Mensagem ... 1893*, p.8-9.

<sup>8</sup> VASCONCELLOS, Raimundo Arthur de. *Mensagem ... 1899*, p. 28.

<sup>9</sup> CARONE, p. 157.

processo de decadência da economia nordestina - onde a produção do açúcar, a despeito das transformações que ocorriam, continuava a perder terreno em termos internacionais e até nacionais, e a economia de subsistência, mesmo a pecuária, a se mostrar incompatível com as transformações sociais, inclusive com o crescimento demográfico.<sup>10</sup>

A instituição da República nos moldes federativos ao viabilizar a autonomia dos Estados, possibilitando a livre manifestação dos interesses de cada unidade federada, contribuiu para que esse processo de diferenciação se tornasse mais nítido e para que os antagonismos se manifestassem. Contribuiu também para que essas mudanças fossem creditadas essencialmente a uma maior ou menor intervenção do Estado na estrutura econômica - por meio de políticas apropriadas ao desenvolvimento de cada região em particular.

O Piauí na década de 1890 não só acompanha, como reflete, em diversos níveis, a crise mais geral por que passa a República - cuja instalação e consolidação foi processada em meio a convulsões de natureza política que extrapolam inclusive o núcleo central, como também por embaraços de natureza econômica e financeira. As dificuldades desse período, que ficou conhecido como do Encilhamento podem ser evidenciadas pelo descontrole das finanças públicas, em déficit permanente, pela depressão do câmbio, pela dependência de empréstimos externos, pelas altas taxas de inflação. A normalização das finanças da União, como é sabido, só iria concretizar-se após a assinatura da Funding Loan, em 1898, com a política de saneamento adotada por Campos Sales e seu Ministro da Fazenda - Joa-

<sup>10</sup> PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas; um estudo de história econômica e social do Nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

quim Murtinho.<sup>11</sup> A crise creditícia, a onda inflacionária, os reajustes de natureza administrativa, as alterações no aparato legal caracterizam tanto a situação do Estado, como a da União. Os problemas nacionais, em sua generalidade, afetam o bom desempenho da economia piauiense, cuja articulação e dependência da situação nacional é muito mais forte na primeira década republicana.

As exportações do Estado, que já asseguravam boa parte de suas receitas, eram feitas na sua quase totalidade para o mercado interno, o que o tornava extremamente vulnerável ante as crises que se processavam no todo. Dessa forma, além dos problemas de ordem puramente local refletiam-se no Estado as crises mais gerais que afetavam o sistema. Essa dependência aos mercados nacionais apresentou tendência declinante nessa etapa. Na passagem do século, a inserção cada vez maior do Estado no comércio internacional torna-lo-ia mais permeável às crises mundiais, pela via de articulação direta principalmente com o mercado europeu. Assim, a estrutura econômico-social ganha maior complexidade, ao tempo que reflete as injunções externas de forma direta e indireta.

### 3.2. ECONOMIA

Em 1896 o Governador Coriolano de Carvalho e Silva fez uma avaliação da situação econômica do Estado, que corresponde a uma síntese não só das principais informações oficiais rela-

<sup>11</sup> VIEIRA, Dorival Teixeira. *Evolução do sistema monetário brasileiro*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas. 1980, p.159-203. LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976, p. 130-49.

tivas à economia nessa década, como à expressão do pensamento da classe governamental acerca dos problemas do Estado e de suas soluções. A avaliação parte de alguns dados básicos: reduzida população em termos de extensão territorial\*; vias de comunicação e transporte reduzidas ao trecho navegável do rio Parnaíba; fontes de rendas limitadas a uma pecuária em decadência; a agricultura em crise com a escassez de mão-de-obra, em virtude da liberação dos escravos; ausência de instrução pública que possibilitasse ao povo a compreensão de seus direitos e deveres. Considerava esta a herança deixada pela Monarquia ao Piauí, em sessenta e seis anos de predomínio.

Prosseguindo na descrição da economia destacava que o comércio, que poderia contribuir para a melhoria das condições do Estado, estava passando por grandes dificuldades e que os braços que podiam concorrer para a agricultura local emigravam para a região da borracha, na Amazônia, ou incorporavam-se ao Exército Nacional. Seu cálculo era de que nos últimos cinco anos mais de quatro mil cidadãos haviam concorrido para as fileiras do Exército. Acrescentava que se a bancarrota ainda não havia atingido o Piauí, isto se devia exclusivamente ao elevado preço que o gado alcançara nessa época.

Na mesma ocasião aquela autoridade propunha várias medidas cujo objetivo era a melhoria do desempenho da economia

\* Não há indicações precisas sobre a superfície, mesmo porque os limites ainda não estavam demarcados. A população de acordo com o Censo de 1890 era de 267 609 habitantes.

do Estado. A imigração e colonização eram tidas como inadiáveis, pois delas dependiam, não só o povoamento do solo, como o renascimento da lavoura. Sugeria inclusive que fosse iniciada a propaganda na Europa, a exemplo de outros Estados. A criação de um estabelecimento de crédito que concedesse empréstimos aos lavradores deveria contribuir para o desenvolvimento da agricultura, além do que deveriam ser dispensados cuidados especiais à indústria pastoril - por meio da instituição de prêmios aos criadores que se destacassem no cruzamento de raças. Ressaltava que a pecuária piauiense ainda se utilizava do mesmo processo rotineiro de há cinquenta anos atrás e que só cuidados especiais evitariam a perda da supremacia que era atribuída ao Estado nessa atividade.

Quanto à falta de comunicações e de vias fáceis de transportes, eram considerados fatores impeditivos da comercialização de grande parte dos produtos, principalmente agrícolas, que se circunscreviam aos mercados do próprio Estado. A exportação se reduzia ao gado em pé e a alguns poucos produtos de "mais pronta saída". O próprio gado, principal fonte da receita pública, já sofria a ação de concorrentes em seu principal mercado consumidor - o Pará. Afirmava que havia produtos que, devido a falta de uniformidade nas pautas dos municípios ribeirinhos do Parnaíba, terminavam por ser despachados pelo Maranhão, com o que indicava a conveniência de acordo entre os dois Estados, visando a uniformidade das tarifas.<sup>12</sup>

Em termos gerais são estas as informações contemporâneas relativas à primeira metade da década de noventa. O Governador seguinte, Raimundo Arthur de Vasconcellos apresenta visão similar do processo e suas propostas, com poucas exce-

<sup>12</sup> SILVA, *Mensagem* ... 1896, p.4-11.



ções, correspondem a uma continuidade do Governo anterior.

Na Mensagem de 1897 já estão delineadas suas proposições mais importantes no que concerne ao crescimento material do Estado. Como Coriolano Silva, considerava o problema da escassez de mão-de-obra, rompendo, entretanto, em termos da solução proposta. Em sua opinião era infrutífera a manutenção de perspectivas otimistas no que concerne à introdução de imigrantes estrangeiros no Piauí, defendendo a idéia de que o mais conveniente para o Estado era a fundação de colônias agrícolas de trabalhadores nacionais. Sua política era também de conter a emigração de piauienses para a Amazônia.

Para Vasconcellos o maior obstáculo que se antepunha ao adiantamento do Estado era a falta de capitais e a dificuldade de sua obtenção, o que representava grande entrave ao desenvolvimento da iniciativa particular.

A partir de 1896, a política de desenvolvimento material do Estado vai ter como centro técnico a Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, instituída pela Lei nº 86, de 12 de junho desse ano. Esse órgão foi criado para responder pela construção e manutenção das obras públicas, pelo aperfeiçoamento e introdução de indústrias novas no Estado e ainda pelos serviços relativos à agricultura, comércio, navegação, terras, minas e pedreiras, pela imigração e colonização. O serviço de terras era então indicado como capaz de propiciar bons resultados financeiros para o Estado e compreendia a revalidação e legitimação das posses, demarcação e definição dos limites entre as terras públicas e privadas, venda e aforamento, além do registro geral.<sup>13</sup> Eram estas, basicamente, as

<sup>13</sup> VASCONCELLOS, *Mensagem ... 1897*, p. 12-14.

preocupações e as propostas públicas no que concerne à economia nessa década.

Percebe-se que, embora em menor escala, o Estado reproduz as idéias mais gerais difundidas em todo o Brasil, em termos dos problemas econômicos e das formas de superação. Assim, três características podem ser destacadas como a comporem um quadro explicativo utilizado para o próprio Brasil: a escassez de mão-de-obra, cuja solução apontada era a imigração de europeus a escassez de capitais, que deveria ser superada pela fundação de estabelecimentos de créditos; a inexistência de uma estrutura adequada de transportes e comunicações, tida como responsável pela asfixia do comércio e que deveria ser resolvida com a construção de estradas-de-ferro.

Não é possível discutir, neste trabalho, nem o conjunto das dificuldades apontadas nem o alcance que teriam as medidas propostas como capazes de resolvê-las. Entretanto, recorrendo a outras fontes, pode-se lançar novos dados sobre a conjuntura.

Fontes relativas à economia do Piauí na segunda metade do século XIX caracterizam-na nos seguintes termos: a atividade econômica mais importante era a pecuária, que ainda utilizava as mesmas técnicas oriundas do período colonial e, portanto, afastava-se cada vez mais da mesma atividade em outras regiões, embora, em termos do Estado fosse relativamente importante não só pela população que ocupava, como pela geração de receitas; a agricultura de subsistência, geralmente limitada ao consumo local, empregava a maior parte da população, cujas condições não eram suficientemente prósperas para que se estabelecessem como fazendeiros ou comerciantes. A depender da conjuntura de preços, eram produzidos

o algodão, o fumo e, eventualmente, o arroz, para exportação. As atividades comerciais e industriais, pouco desenvolvidas, refletiam o baixo nível de divisão social do trabalho. Dominava, em todo o Estado, artesanato de cunho doméstico e, portanto, a maior parte das necessidades da população eram atendidas a nível familiar e, no máximo, na instância local. Nessa estrutura, as feiras semanais tinham grande importância.<sup>14</sup>

Em relação à tão difundida idéia de que o problema econômico fundamental do Estado era o da escassez de mão-de-obra, e de que a Abolição teria sido responsável pela desestruturação e decadência da agricultura do Estado, mesmo não dispondo de informações detalhadas sobre a produção agrícola nem sobre a participação do trabalho escravo no campo, dados gerais sobre a economia do Estado, inclusive sobre as exportações e sobre o contingente de população escrava em relação ao conjunto da produção livre, permitem colocar algumas questões:<sup>15</sup>

1. embora tenham sido registradas exportações de produtos agrícolas durante o século XIX e particularmente na segunda metade, sabe-se que só foi significativa a exportação do algodão. Outros produtos, como fumo, arroz, farinha de mandioca, rapaduras, aparecem numa proporção insignificante em relação aos produtos derivados da pecuária - couros, peles, crias e do próprio algodão, em algumas fases em que o preço era mais alto. Se houve esse propalado desenvolvimento da agricultura durante a Monarquia, ele não foi suficiente para propiciar integração do Estado nas correntes comerciais e pouco

<sup>14</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. v.4. p.125-202; COSTA, p.129-39; LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 19-21.

<sup>15</sup> SILVA, *Mensagem ...* 1896, p.4.

ultrapassou as necessidades do mercado local;

2. mesmo admitindo que na segunda metade do século tenha havido relativa prosperidade da agricultura, é discutível que ela possa ser creditada ao trabalho escravo ou, fundamentalmente, à vigência desta instituição. Nesse período, o contingente de escravos não era tão significativo, representando em 1886 cerca de 16.000, para uma população total que se aproximava de 260.000 mil pessoas.<sup>16</sup> O número de escravos vinha reduzindo-se com maior intensidade a partir da década de sessenta, com a liberação de voluntários para a Guerra do Paraguai, e nas décadas seguintes, com a intensificação das vendas para o centro-sul e a concessão mais freqüente de alforrias.

O Nordeste e o Piauí atravessavam conjuntura de secas prolongadas e, segundo NUNES, nessa situação o escravo tornava-se oneroso ao senhor, especialmente nas regiões de caatingas.<sup>17</sup> O trabalho do escravo era utilizado na agricultura para o consumo da senzala e da fazenda, nos trabalhos com o gado, geralmente como auxiliar do vaqueiro ou do senhor e, em grande parte, absorvido no trabalho doméstico. Deve-se considerar ainda que aquele contingente estava situado nas áreas rurais e urbanas. LIMA REBELLO assegura que, embora cativante na forma como era apresentada, a tese da decadência da agricultura como resultado da Abolição, era falsa, pois era impossível que tão reduzido número de escravos fosse capaz de produzir o suficiente para alimentar a população do Estado e ainda deixar sobras para a exportação. Sua opinião era de que a questão não poderia ser explicado apenas por esse fenômeno;<sup>18</sup>

<sup>16</sup> NUNES, p. 249.

<sup>17</sup> NUNES, p. 248.

<sup>18</sup> LIMA REBELLO, *A indústria* ... p. 23.

3. a considerar as informações contemporâneas, a imigração para a Amazônia e para a composição do Exército Nacional, teriam provocado a agudização do problema. Mesmo sem apresentar a gravidade que o Governo deseja emprestar-lhe, o movimento emigratório demonstra que os problemas da economia são de natureza mais profunda, já que esses emigrantes não se constituíam necessariamente em ex-escravos, evadidos das fazendas.

Do que não resta dúvida é de que a insistência nos efeitos negativos da supressão do trabalho escravo sobre a agricultura, além de constituir explicação superficial era, sobretudo, a crítica maior, generalizada em todo o Brasil contra o regime monárquico, a que se aliava o reforço de que a Abolição havia representado agressão ao direito de propriedade.

No caso do Piauí, insistia-se também no problema da escassez de mão-de-obra, porque a idéia veiculada em todo o Brasil era a de que a solução dos problemas nacionais estava na intensificação do povoamento, do que derivaria o incremento da agricultura e da indústria, além da criação do mercado e do desenvolvimento do comércio. Era a fórmula que havia funcionado no centro-sul, principalmente na região do café. Todavia, a população a ser introduzida deveria ser de origem européia em vista de sua superioridade e porque deveria ter a função de servir de exemplo aos trabalhadores nacionais.

No Piauí manifestavam-se também essas preocupações e, durante a década de noventa, falava-se na criação de núcleos coloniais de imigrantes europeus, como uma das formas de ativar seu crescimento. No Governo de Coriolano de Carvalho e Silva, essa autoridade justificava a ausência do serviço no Estado, não

por falta de interesse da administração, mas pela ausência de condições para receber qualquer contingente imigratório que se quizesse encaminhar para o Piauí. Em 1896, ao discutir-se a aplicação da verba Colonização, repassada pela União, sugeria-se a fundação de duas ou mais colônias agrícolas. A idéia vigente era de que o Piauí deveria seguir política já adotada por outros Estados da Federação, iniciando séria propaganda na Europa no sentido de atrair imigrantes.<sup>19</sup>

Já se havia tentado, a essa época, a imigração italiana, promovida pelo arrendatário das Fazendas Nacionais,<sup>\*</sup> Antonio José de Sampaio. A opinião do Governador era de que o insucesso parcial dessa primeira tentativa não deveria inibir outras. Informava que oito das famílias de italianos estabelecidas nas Fazendas estavam muito satisfeitas e que já haviam escrito para a Itália, mandando buscar parentes e fazendo elogiosas referências ao Piauí.<sup>20</sup>

Esta não era, entretanto, a opinião dominante acerca dessa experiência de colonização. O Delegado do Tesouro Federal no Piauí, em seu Relatório de 1900, referia-se a essa imigração como um total fracasso e que resultara na transferência das famílias para Amarante e, posteriormente, para Teresina, a fim de procurarem serviços que lhes proporcionassem a alimentação.<sup>21</sup>

\*Antigas fazendas de Domingos Afonso Mafrense. Nessa época faziam parte do patrimônio da União.

<sup>19</sup> SILVA, *Mensagem* ... 1896. p.7.

<sup>20</sup> SILVA, *Mensagem*... 1896. p.7-8.

<sup>21</sup> RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda pelo Delegado Fiscal do Tesouro Federal no Estado do Piauí. Maranhão, A.P. Ramos d'Almeida, 1901. p.23.

No Governo de Vasconcellos mudam-se as perspectivas no que se refere aos planos de colonização. O Governador não acreditava na viabilidade dos projetos de canalização da mão-de-obra estrangeira para o Piauí. Apesar de no seu Governo, construir-se prédio destinado a uma Hospedaria Central de Imigrantes, no que atendia as exigências do Governo Central quanto à aplicação da verba Colonização, referia-se a ele como passível de abrigar "repartição mais distinta", desde que feitas pequenas modificações. Sua opinião era de que a fundação de colônias agrícolas de trabalhadores nacionais era de maior conveniência aos interesses do Estado.<sup>22</sup>

Como em todo o Brasil, as expectativas em torno de eficiência e da superioridade da mão-de-obra européia eram grandes. Em não podendo a imigração ser efetivada, por razões como a impossibilidade de custeio desse serviço pelo Estado, a insuficiência do apoio do Governo Federal, mas, principalmente pela natureza da própria economia, cuja decadência e falta de perspectivas de expansão não caracterizavam o Estado como área de atração e fixação de mão-de-obra daquela origem, os planos foram abandonados. De qualquer forma, assumidas as dificuldades na condução desse processo, as expectativas dirigiem-se para a utilização de trabalhadores nacionais e é em torno dessa mão-de-obra que serão feitos os projetos das décadas posteriores.

A escassez da mão-de-obra, como a de capitais, eram tidas como fatores de primeiro plano na explicação da pobreza do Estado. As referências à escassez de capitais, relacionavam-se, sobretudo, à dificuldade de consegui-los, em vista da inexistência de instituições de crédito no Estado.

De fato, a euforia que caracterizou a primeira década da República, sob o signo do Encilhamento, não trouxe resultados positivos para o Piauí. As constantes emissões promovidas pelos bancos autorizados e pelo Tesouro, a afluência de empréstimos externos e a baixa cotação do câmbio, promoveram circulação monetária jamais vista, que terminou por favorecer os negócios, apesar da especulação havida. No Piauí essa conjuntura se manifestou pela elevação dos preços internos, que se mostraram favoráveis ao comércio do gado, mas, promoveram aumento generalizado do custo de vida. Se essa influência não foi maior foi devido à pequena circulação monetária no Estado, cuja população, predominantemente rural, estava alijada da economia de mercado.

O Estado não foi favorecido pela baixa cambial porque a exportação ainda era dirigida principalmente para o mercado interno. De outro lado, o encarecimento das importações contribuiu para a evasão dos escassos capitais que circulavam no Estado.

A expressão *escassez de capital* não deve ser limitada ao seu sentido monetário, de liquidez. O processo de capitalização, definido como acumulação de bens ou valores que possam gerar novos bens ou gerar capital, em vista da estrutura econômico-social dominante, processava-se principalmente em mãos de fazendeiros, materializando-se em terras e em gado. O efeito dessa acumulação sobre a população como um todo era mínimo. Elucidativo é o texto de COSTA, quando ao delinear o cenário piauiense da Primeira República como adequado à manifestação do fenômeno do coronelismo, ressalta a pobreza dos proprietários de terras e dos agregados, afirmando que os primeiros eram ri-



cos e poderosos, mas o eram apenas naquele contexto de penúria, isolamento e ignorância.<sup>23</sup>

Tendência que já se manifesta nessa época é a do fortalecimento da classe comercial. Vale notar, todavia, que os comerciantes mais abastados eram muitas vezes os próprios fazendeiros, e que estes, além do comércio, também exerciam atividades industriais relacionadas ao processamento de produtos agrícolas, como a fabricação de açúcar, rapadura, cachaça:

Para superar a escassez de capital propunha-se a criação de estabelecimento de crédito que também operasse com financiamentos para a agricultura e para a pecuária. Tal proposta, encampada não só pelo Governo como pelos comerciantes marcará as décadas seguintes.

Considerada essa estrutura econômica, em que as permanências são muito mais significativas do que as mudanças, é forçoso avaliar a natureza e o grau do isolamento dessas populações. Evidentemente, os contatos econômicos e sociais mais importantes são os procedidos a nível local. A integração mundial da economia ainda está se esboçando e as relações mais freqüentes, inclusive em termos comerciais, são com os mercados regionais em que a Amazonia desempenha papel importante. Com essa região os contatos sociais se estreitam nessa fase, com o fluxo e refluxo de seringueiros.

É nessa conjuntura que devem ser avaliados os efeitos da precariedade dos meios de comunicação e transportes. De fato, não há como minimizá-los, já que a possibilidade de escoamento e o próprio custo de transporte poderiam inviabilizar qualquer tentativa de aumento da produção, limitando-a, portanto, à

<sup>23</sup> COSTA, p. 134.

instância local.

A despeito disso, a abertura de vias fáceis de comunicação e transportes não representava a condição necessária e suficiente para o aprofundamento da integração da economia piauiense aos mercados regionais e internacional. Com relação aos primeiros há que se observar fatores limitantes como a similaridade entre a produção do Piauí e a de extensas áreas com que o Estado se relacionava, além do desenvolvimento da pecuária que se processava em várias regiões antes consumidoras do gado piauiense, caso do Maranhão, Ceará e do próprio Pará. Nesse caso, é fundamental considerar que, ao longo do tempo, a tendência da pecuária era no sentido de regredir - tanto em produção como em produtividade. A integração em termos mundiais pressupunha a criação de condições favoráveis a algum produto já constante da pauta de exportações ou de algum novo produto. Entretanto, a demanda externa não estava condicionada ao controle interno da economia.

Os principais mercados consumidores do gado piauiense eram, tradicionalmente, Bahia, Pernambuco, Ceará e Guiana Francesa, a partir da primeira metade do século XIX. À medida em que se intensificava a produção da borracha ganhava importância um novo mercado - a Amazônia.

Essa região poderia ter assumido papel mais importante em termos do consumo dos produtos piauienses, caso não existissem tantas dificuldades de comunicações terrestres e fossem melhores as condições em que se processava a navegação marítima de cabotagem.

### 3.3. FINANÇAS

Embora só possa ser atribuída em parte ao regime republicano, a situação financeira do Piauí durante a década de 1890 era bastante delicada. As dificuldades foram mais sentidas nos anos iniciais, quando se organizavam os serviços administrativos adequados ao novo regime e montava-se a estrutura tributária. Nessa conjuntura uma das primeiras medidas do Governador Gregório Taumaturgo de Azevedo foi a tomada, em 11 de março de 1890, de um empréstimo no valor de Rs. 526:000\$000 ao Banco da Lavoura e Comércio do Brasil,\* para garantir os compromissos do Estado. Além disso, até 1892, grande parte dos recursos com que contava o Estado derivava de repasses da União.

No caso do Piauí, as dificuldades financeiras não eram devidas apenas aos fatores de caráter transitório relacionados à mudança político-administrativa, nem a reflexos da caótica situação financeira em que se debatia a República, mas representavam a continuidade em termos das finanças da fase imperial. Sob o Império, a exigüidade das receitas não era tão notória em vista da responsabilidade da administração da Província caber à Monarquia que a realizava de forma centralizada. Com a República essa situação torna-se mais nítida, em vista da atribuição ao Estado das responsabilidades administrativas e da total separação das receitas da União.

\*O capital mais os juros constituíam total de Rs.844.151\$640. A amortização, que foi suspensa entre 1892 e 1896, veio a ser concluída em 1900.

A exigüidade das rendas estaduais estava relacionada à natureza das fontes econômicas passíveis de tributação. Os impostos incidiam basicamente sobre a pecuária e as atividades comerciais.

A observação das Receitas e Despesas do Estado, constantes na Tabela 1, evidencia que elas são quase estacionárias até 1897. Os dois primeiros exercícios financeiros, apesar dos resultados apresentados, representam fase de grandes dificuldades do Estado, quando a dependência da União ainda é muito grande. Essas receitas, em parte têm origem no empréstimo negociado junto ao Banco da Lavoura e Comércio, nos auxílios concedidos pela União<sup>\*</sup> e em verbas federais transferidas ao Estado - como as de Colonização e de Melhoramentos do rio Parnaíba, além de contribuição no valor de 200 contos de réis para a construção de poços artesianos, açudes e barragens.<sup>24</sup>

\* De acordo com as informações contidas nas Mensagens os auxílios da União não eram numerosos nem de grande expressão. Eram, repassados com alguma regularidade as verbas denominadas *Colonização*, *Auxílio do Liceu* e a cota da *Loteria Federal*. Há referências a um auxílio no valor de 500 contos de réis, em 1892 e a outro de 300 contos, em 1895, que foram aplicados quase integralmente na amortização de dívidas do Estado, inclusive a do Banco da Lavoura e Comércio do Brasil.

<sup>24</sup>

SILVA, *Mensagem* .... 1893, p. 11-3.

TABELA 1

## RECEITAS E DESPESAS DO PIAUÍ

1890 - 1899

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1890	627:000\$261	610:100\$800	+ 16:899\$461
1891	644:776\$160	630:500\$200	+ 14:275\$960
1892	634:000\$000	647:000\$000	- 13:000\$000
1893	619:534\$465	643:013\$543	- 23:479\$078
1894	716:578\$274	790:010\$662	- 73:432\$388
1895	752:518\$633	779:122\$946	- 26:604\$313
1896	701:886\$959	678:683\$638	+ 23:203\$321
1897	671:422\$001	667:197\$359	+ 4:224\$642
1898	747:419\$001	718:634\$699	+ 28:784\$302
1899	936:222\$582	828:023\$966	+ 108:198\$616

Fonte: Mensagens dos Governadores do Piauí

A partir de 1893 é que realmente entra em vigor o princípio de autonomia financeira do Estado, com o que se intensifica a criação de novos tributos, no sentido de torná-la efetiva. Entre 1892 e 1895 os orçamentos são deficitários, embora haja elevação no nível da receita em relação à fase anterior. A partir de 1896 começam a aparecer superávits, embora neste, como no exercício seguinte, tanto as receitas como as despesas se apresentem decrescentes.

Somente a partir de 1898 é que realmente se pode falar em crescimento da receita e em saldos que não sejam determinados unicamente pela contenção das despesas.

Duas observações são pertinentes em termos do comportamento das receitas e despesas nesse período: primeiro, a de que entre 1890 e 1895 o Estado passa realmente por fase de adequação ao regime republicano, quando são criados os diversos serviços necessários ao seu funcionamento nesse molde político; segundo, que a partir de 1898, a ascensão da receita deriva da abertura de duas novas fontes tributárias, o serviço de registro de terras, iniciado nesse ano e as primeiras receitas derivadas da exportação da borracha.

A receita arrecadada é, na sua maior parte, derivada da pecuária. Sobre esta atividade incidiam os impostos de exportação do gado e derivados - couros, solas, peles, chifres e crinas, além do dízimo e do imposto sobre gado abatido, para só falar nos tributos que competiam ao Estado.

A Tabela 2 mostra a participação da pecuária na receita total do Estado no quadriênio 1895-98.

TABELA 2

A PECUÁRIA NA RECEITA DO ESTADO

Ano	Receita Total do Estado	Receita da Pecuária *	Participação %
1895	752:518\$633	313:824\$014	42
1896	701:886\$959	289:470\$140	41
1897	671:422\$001	339:607\$890	50
1898	747:419\$001	327:078\$244	44

Fonte: Mensagem de 1899.

\*O item Pecuária corresponde ao total de todos os impostos referidos.

Esses dados põem em evidência a participação e o significado da pecuária na arrecadação total do Estado. Sua contribuição nesse período foi sempre superior a 40% e há evidência de ter sido muito maior nos anos anteriores.

Tendência que se delineia nesse período é a da crescente participação das receitas das exportações no conjunto da arrecadação do Estado.

Os dados da Tabela 3 configuram essa participação entre 1895 e 1899.

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA RECEITA DO ESTADO

Ano	Receita Total	Receita das Exportações	Participação %
1895	752:518\$633	179:292\$570	24
1896	701:886\$959	153:960\$703	22
1897	671:422\$001	186:809\$824	28
1898	747:419\$001	209:137\$609	28
1899	936:222\$582	255:553\$010	27

Fonte: Mensagens de 1899 e de 1900.

Era corrente nos testemunhos do período que as receitas arrecadadas sobre as exportações não correspondiam à realidade das transações efetuadas pelo Estado. Afirmava-se que grande parte dos gêneros e do gado exportados, escoava-se como contrabando, principalmente pelas fronteiras com a Bahia, Ceará e

Maranhão, onde a fiscalização do Estado não era exercida. E ainda que impostos como o de Dízimos, cuja base era o lançamento anual, também não correspondiam ao valor real. As irregularidades na cobrança desses impostos eram atribuídas ao fato dos agentes fiscais, em sua maior parte, serem originários da própria região em que atuavam, onde mantinham relações, não só políticas como de parentesco, o que implicava no favorecimento de alguns contribuintes. Propunha-se, como medida saneadora, a nomeação de agentes fiscais estranhos às localidades. Em várias oportunidades, inclusive para efetivar a cobrança da Dívida Ativa, o Governo teve de recorrer a membros do corpo de polícia.



#### 4. AS ÁREAS DE PRODUÇÃO

##### 4.1. INFORMAÇÕES GERAIS

São freqüentes na literatura sobre a maniçoba, informações de natureza qualitativa relacionadas à extensão e à magnitude da produção desse gênero e, em particular, a respeito das áreas em que essa produção se realizava. De outro lado, difundiu-se muito, na literatura contemporânea à fase áurea da maniçoba, que o Piauí se constituía na principal área de produção derivada de árvores nativas e também como o Estado em que a cultura ganhou maior expressão. Dezenas de fontes dessa época divulgam essa idéia e a localização de informações mais por-menorizadas e consistentes que viessem a fundamentar essas afirmativas constituiu-se num problema cuja solução só pode ser encontrada por meio de pesquisa empírica mais cuidadosa. Antes, porém, que sejam apresentadas indicações mais precisas nesse sentido, há que se destacar algumas passagens dessas fontes cujas referências a atividade no Piauí têm caráter mais geral.

Informações da *Enciclopédia e dicionário internacional*, dão conta da existência da maniçoba em:

*"Quase todo o Estado do Piauí, predominando principalmente nos municípios de Oeiras, São João, Jerumenha, Parnaguá, São Raimundo Nonato, Valença, Picos, Jaicós e quase*

*todo o Norte do Estado".*<sup>1</sup>

Sobre a produção quer oriunda de árvores nativas, quer de cultivadas, é importante a contribuição de BELLO. Referindo-se ao comércio da borracha piauiense em 1907, afirma que:

*... "a produção real do Estado eleva-se muito, excedendo à do Ceará e também à da Bahia, que são menores do que se infere das estatísticas gerais do país".*<sup>2</sup>

Muitos dos autores da época seguem essa afirmativa. É o caso de SILVA\*, cuja posição é a de que:

*"Entre todos os Estados que produzem maniçoba no país é, incontestavelmente, o do Piauí aquele que possui maiores áreas desta planta, quer em estado selvagem, quer já cultivada".*<sup>3</sup>

Observação mais acurada da bibliografia relativa à maniçoba no Brasil, revelou que grande parte das informações se constitui apenas em transcrições de alguns trabalhos básicos, da fase inicial do século. O fato da bibliografia disponível sobre o tema estar embasada em número relativamente pequeno de

\* O texto utilizado para consulta foi publicado sob o pseudônimo de Lúcio Agrícola. Optou-se pelo emprego do nome real do autor para evitar duplicidade desnecessária e em vista dessa fonte ter sido referida em trabalhos de autores piauienses, como o de Raimundo Nonato Monteiro de Santana e Orgmar Monteiro, que fizeram uso da edição publicada em 1912, no Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> ENCICLOPÉDIA e dicionário internacional. s.n.t. p. 6969.

<sup>2</sup> BELLO, p. 97.

<sup>3</sup> SILVA, Raimundo Fernandes e. A maniçoba piauiense. *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. 2(3):94-102 maio/jul. 1913.

trabalhos que, por sua vez necessariamente não resultam de pesquisas empíricas, dificulta afirmações conclusivas apenas por essa via.

O trabalho de SILVA também coloca o Piauí como principal produtor da maniçoba, a despeito dos dados estatísticos indicarem o contrário. Segundo ele, o fato do Piauí não figurar nas estatísticas como primeiro produtor se explicava facilmente, pois, a borracha piauiense, comprada no interior do Estado, era transportada no lombo de animais para os portos de Petrolina, Juazeiro, Tutóia, Camocim, nos Estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Ceará, daí seguindo para as capitais dos referidos Estados, de onde era exportada para o estrangeiro como produto natural de seus solos.<sup>4</sup>

Consta também desse trabalho, a afirmação, tantas vezes reproduzida, da existência de cultura sistemática na Fazenda Paraíso, no município de Bertolínia, bem como da existência de importantes fazendas com essa cultura nas imediações de Teresina.<sup>5</sup>

O trabalho de SILVA resulta de viagem à principal zona produtora do Estado, no início do século e suas informações são importantes em vista não só da qualificação do autor, que era agrônomo, como por tratar-se de estudo realizado *in loco*.

Também resultante de viagem de inspeção à área de ocorrência é o relatório de ULE. Referindo-se à *Manihot piauhyensis* esclarece que sua área de dispersão se estendia pelo su -

<sup>4</sup> SILVA, Raimundo Fernandes e. A maniçoba piauiense. *Bol etim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. 2(3):99 maio/jul. 1913.

<sup>5</sup> SANTANA, p. 82; ARAÚJO, Hildemar. *Projeto maniçoba*, p.5.; MONTEIRO, Orgmar. *Borracha no Piauí*. Teresina, 1959. p.8.

deste do Piauí ao longo do seu limite com a Bahia, vegetando na maior parte das cadeias de montanhas baixas que se estendem até o sul do Ceará.<sup>6</sup> ULE fez estudos na região do Piauí fronteira com a Bahia, mais precisamente em São Raimundo Nonato e arredores, inclusive a área de Caracol. Informa que, em 1906, além da extração das árvores nativas, costumava-se, nas próprias terras exploradas, realizar o plantio dessas árvores, que substituíam as nativas que estavam sendo progressivamente dizimadas.<sup>7</sup>

A primeira versão do plano de defesa da borracha organizada pelo Ministro Pedro de Toledo, Cândido Mendes de Almeida e Raimundo Pereira da Silva, faz referência ao cultivo da maniçoba sobretudo no Piauí, Ceará e Bahia, "se bem que em pequena escala".<sup>8</sup>

O *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha*, número de maio de 1913, refere-se a fazenda Veneza, situada no município de Simplício Mendes, cujo proprietário possuía nesse ano plantação de maniçoba de 180 hectares, 01 ares e 20 centiares. Com essa cultura ele se habilitava a receber prêmio instituído pelo Ministério da Agricultura. Constava do relatório do proprietário, a informação de que na fazenda citada existiam várias culturas, antigas e mais recentes.<sup>9</sup> IGLESIAS, nesse mesmo ano, inspecionara várias culturas em Ama-

<sup>6</sup> ULE, p. 19.

<sup>7</sup> ULE, p. 34.

<sup>8</sup> *Relatório do Ministério da Agricultura ... 1911*, p. 154.

<sup>9</sup> A CULTURA da maniçoba no Piauí. *Boletim da Superintendência de Defesa da Borracha*. 1(1):34 p. 34.

rante e Regeneração.<sup>10</sup>

Pode ser observado que a maior parte das informações disponíveis sobre a área de ocupação da maniçoba, quer nativa, quer cultivada, ou tem um grau de generalidade muito grande ou é bastante específica. Exemplo de informação do primeiro caso é a de NEVES, contemporâneo dessa exploração, que se limita a afirmar que "o habitat da maniçoba piauiense estende-se por além da Serra dos Dois Irmãos e alcança a margem direita do São Francisco"<sup>11</sup>

Aliás, conforme referido no Capítulo 1, apenas informações genéricas sobre a maniçoba têm sido reproduzidas na literatura piauiense. Trabalhos que merecem ser referidos são os de SANTANA, que dá a devida importância ao assunto, embora tratando-o de forma sucinta e o de MONTEIRO que, além de algumas referências à cultura no início do século XX, trata da exploração nas décadas de 1940 e 1950.<sup>12</sup>

Referindo-se às plantas produtoras de borracha no Brasil, MONTEIRO afirmá que

*"O Piauí produziu em épocas passadas, pelos anos de 1908 a 1913, apreciável volume de borracha de maniçoba, não só resultando do extrativismo sobre os maniçobais selvagens, espontâneos das terras secas como, notadamente, dos maniçobais cultivados nas caatingas e chapadões."*<sup>13</sup>

MARTINS et alii coloca a questão da pesquisa sobre a ma -

<sup>10</sup> IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões*. São Paulo, Ed. Nacional, s.d., p.53.

<sup>11</sup> NEVES, *Aspectos do Piauí*, p. 101.

<sup>12</sup> SANTANA, p.76-83; MONTEIRO, em anexo, fornece dados relativos à produção da borracha de maniçoba nos anos de 1945, 1957, 1958 e 1960.

<sup>13</sup> MONTEIRO, p. 2.

niçoba em sua real posição, ao alertar para a insuficiência dos dados que, até aqui têm embasado as afirmativas relacionadas sobretudo à extensão assumida pelos cultivos no Piauí.<sup>14</sup>

Maior detalhamento, aliado ao caráter de observação realizada no próprio local, só foi conseguida por meio de duas fontes. Trata-se do *Questionário sobre as condições da agricultura no Estado do Piauí*<sup>15</sup> realizado sob os auspícios do Ministério da Agricultura, entre 1910 e 1912 e dos apênsos IV e V da obra de José Pires de LIMA REBELLO, *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. A primeira fonte não contempla todos os municípios e é de natureza qualitativa. Os apênsos referidos trazem informações quantitativas de grande importância no sentido de responder às questões não só da magnitude da atividade no Piauí, como da extensão dos cultivos e de sua difusão.\*

Além das informações constantes dos anexos estatísticos, LIMA REBELLO afirma que não havia município no Piauí em que não existissem maniçobais mais ou menos extensos e que vicejavam densos bosques em estado espontâneo na parte sul e oriental do Estado. Nessa área, mesmo nas fazendas de cultura, a *Manihot piauhyensis* dominava quase com exclusividade. Para o ocidente, à medida em que se descia para as margens do rio Parnaíba é que havia sido tentado o cultivo da *Manihot glaziovii*. A pesquisa dirigida por LIMA REBELLO, ao contrá -

\* Essas fontes serão analisadas nos itens 4.2. e 4.3.

<sup>14</sup> MARTINS, Agenor et alii. *Piauí : evolução ...* Ver especialmente nota de rodapé nº 13, p. 58.

<sup>15</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Questionário sobre as condições da agricultura no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, 1912.

rio de outras fontes, sô constatou, no Estado, a existência das duas espécies referidas, calculadas na proporção de 85% para a Piauí e 15% para a Ceará.<sup>16</sup>

Publicação do Ministério da Agricultura, de 1922, dá informações interessantes sobre a maniçoba no Piauí. Destaca que no quinquênio de 1905 a 1910 o alto preço da borracha contribuiu no sentido de que os agricultores abandonassem outras culturas pela maniçoba e que em 1912 não havia um sô dos municípios do Estado que não possuísse maniçobais mais ou menos extensos. A queda dos preços fez com que as plantações desapercessem progressivamente, umas abandonadas, outras substituídas por culturas diversas. Afirma que, em 1922, ainda eram encontradas, embora em número reduzido, fazendas com dezenas de milhares de maniçobeiras, embora raros proprietários as explorassem, em virtude do baixo preço de venda e que, a despeito das culturas serem encontradas em todos os municípios, era nas regiões sul e oriental que existiam os densos bosques da *Euforbiaceae*.<sup>17</sup>

Na Exposição Nacional de 1908 o Piauí concorreu com dez amostras de borracha de maniçoba, na maior parte oriundas de cultivos. As amostras procediam dos municípios de Teresina, Amarante, Floriano, Pedro II e Parnaíba. O *Catálogo* ainda informa que a planta, que crescia por toda parte, principalmente nas regiões centro e sul, estava sendo cultivada em grande escala,

<sup>16</sup> LIMA REBELLO, *A indústria*. ... p. 47-8.

<sup>17</sup> *Aspectos da economia rural brasileira*. p. 139-40.

requerendo pouca atenção e trabalho e oferecendo lucros superiores a toda e qualquer cultura.<sup>18</sup>

Vale destacar, quando se fala da área de produção da maniçoba, que ela, na verdade, se distingue da área de ocorrência natural das espécies. Esta era muito mais dilatada enquanto a área realmente explorada ou cultivada se contraía e/ou se expandia na medida da oscilação dos preços do produto. A depender da localização da reserva havia variações nos custos de transporte e outros, inclusive mão-de-obra, que poderiam comprometer a rentabilidade da exploração. No caso do Piauí, o que se observou concretamente foi que à medida em que os preços subiam não só se incorporavam novas áreas de maniçobais nativos, mais distantes dos núcleos urbanos, como se intensificava o plantio sistemático. Oscilações negativas nos preços do produto implicavam em redução da área nativa explorada, abandono da extração nos cultivos e suspensão dos próprios plantios. De outro lado, regiões em que a ocorrência desse vegetal era diminuta contaram com a introdução dessas árvores por meio do cultivo. Isso é particularmente notório no que concerne aos municípios do norte do Estado, cuja pequena produção era originária quase que exclusivamente de culturas, caso de José de Freitas.

SMALL, na segunda década deste século, já se referia à maniçoba no Piauí como coisa do passado. Afirmava que houve extensa cultura da maniçoba, mas que a indústria estava em decadência, ou melhor, estacionária. A causa, que dispensava maiores detalhes, era a baixa do preço. Em regiões, como a da

<sup>18</sup> CATÁLOGO dos produtos do Estado do Piauí na Exposição Nacional de 1908. p. 47-8.



chapada do nordeste de Jaicós, nas chapadas do vale superior do rio Piauí, à oeste de Caracol, viam-se grandes plantações em depreciação, por falta de cuidados. Acrescentava que não fora a baixa do preço da borracha - o que significava que os maniçobais só podiam ser explorados com prejuízo - essas plantações seriam fonte de grandes rendas.<sup>19</sup>

SOUZA afirmava em 1913, que a atividade de extração da borracha era a principal do Estado e que o produto ocupava o primeiro lugar no quadro das exportações.<sup>20</sup>

#### 4.2. A OCORRÊNCIA DE MANIÇOBAS NO PIAUÍ

Embora a produção de maniçoba deva ser vista de uma forma dinâmica, implicando em oscilações tanto nas quantidades produzidas, como na área abrangida pela atividade, e essas variações devam ser atribuídas em grande parte ao comportamento dos preços, apresenta validade a observação da atividade em dado momento, desde que se considere as peculiaridades não só desse momento histórico como as pertinentes à atividade em questão. Assim, o ano de 1913 deve ser entendido como um ano de crise da borracha, mas, igualmente, como um momento em que ainda pode ser vislumbrada a exploração da borracha em seu apogeu. \* É com essas ressalvas que deve ser analisada a Tabela seguinte.

\* As características e os limites das informações estão discutidas no Capítulo 1.

<sup>19</sup> SMALL, Horácio L. *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará*. Rio de Janeiro, s.l., 1923. p. 42.

<sup>20</sup> SOUZA, p. 20 e 36.

## ESTADO DO PIAUÍ

SEDES DOS MUNICÍPIOS

1913



TABELA 4

## OCORRÊNCIA DE MANIÇOBAS NO PIAUÍ EM 1913

Municípios	Número de Cultivos	Número de Cultiva - dores	Número de Estabele - cimentos	Árvores Cultivadas (em milhares de pés)	Capital Em - pregado no Cultivo	Total de Árvores (em milhares de pés)
São João do Piauí	200	197	39	-	-	5.176,0
Jaicós	163	114	43	2.861,0	398,5	3.190,6
São Raimundo Nonato	87	85	20	450,0	170,0	1.957,0
Caracol	82	80	11	-	-	1.118,0
Valença do Piauí	59	59	41	1.895,9	310,8	3.057,4
Simplicio Mendes	53	49	21	-	-	2.624,0
Picos	33	18	14	542,1	241,3	1.762,2
Paulistana	28	21	10	176,4	55,9	416,6
Pio IX	28	19	10	50,0	67,2	171,9
Pedro II	24	22	20	381,3	45,7	381,3
Castelo do Piauí	22	22	13	-	103,5	249,3
União	21	08	11	2.761,0	39,7	2.761,0
Bertolínia	15	15	11	887,0	163,0	2.526,0
Barras	15	10	12	90,5	32,4	125,5
Amarante	12	09	05	1.265,0	67,2	1.336,7
Campo Maior	11	11	11	117,0	67,0	195,0
Regeneração	10	09	04	1.821,4	69,6	1.821,5
Bom Jesus	10	10	07	787,0	293,0	2.573,0
José de Freitas	09	09	09	283,0	33,5	283,0
Piripiri	09	09	08	2,0	36,5	83,0
Oeiras	08	08	08	83,5	16,5	588,0
Jerumenha	06	06	06	-	-	195,0
Piracuruca	06	04	06	25,0	7,0	35,3
Buriti dos Lopes	06	05	06	50,0	15,5	50,0
Parnaíba	05	05	05	26,4	1,0	26,4
Floriano	03	03	03	-	-	30,0
Batalha	03	03	03	0,2	-	0,2
Luzilândia	02	02	02	21,0	6,0	21,0
Gilbões	01	01	01	-	5,0	-
Corrente	01	01	01	-	10,0	12,5
Santa Filomena	01	01	01	4,0	4,0	7,0
Miguel Alves	01	01	01	1,0	0,2	1,0
TOTAL	934	816	363	14.581,7	2.260,0	32.775,40

Fonte: Apenso IV. Estatística parcial dos maniçobais existentes no Piauí em 1913. LIMA REBELLO; José Pires de.

*A indústria da borracha no Estado do Piauí.*

A Tabela 4 , derivada das informações do Apenso IV dá amostra bastante significativa dos maniçobais existentes no Piauí em 1913, quer nativos, quer cultivados. A primeira observação pertinente é a de que os maniçobais ocorriam em todo o Estado do Piauí, confirmando-se o que indicavam as fontes descritivas desse período.

A pesquisa de LIMA REBELLO resultou na identificação em 1913, de 934 cultivos, pertencentes a 816 cultivadores, sediados em 363 estabelecimentos, empregando 2.260 contos de réis. Dos 32 municípios recenseados, \* 24 declararam a existência de culturas da maniçobeira num total de 14.581,7 milhares de pés, enquanto 8 não fizeram discriminação nesse item. O total de árvores recenseadas foi de 32.775,4 milhares de pés. No caso das árvores cultivadas, municípios importantes e em que a cultura foi significativa não declararam esse item.\*\*

Quanto às árvores nativas era impossível avaliar o número de pés a essa época, entretanto, as informações indicam as regiões em que essas árvores eram mais concentradas. Dadas as quantidades produzidas anualmente e a média de borrachaseca por árvore, o número de árvores exploradas e em vias de explorar deveria ser significativamente maior.<sup>21</sup> De outro la-

\*A pesquisa não foi realizada nos municípios de Teresina, AltoLongoá, Parnaçuá, Luiz Correia, Uruçuí e Palmeiras (antigo Belém).

\*\* Caso de São João do Piauí, Caracol, Simplício Mendes e Floriano.

<sup>21</sup> A estimativa da produtividade média por árvore/ano está baseada na produção da Fazenda Serra, de São Raimundo Nonato, para o ano de 1911, que foi de 18 toneladas para um total de 746.925 mil árvores da exploração. A CULTURA da maniçoba. *Boletim da Superintendência da Borracha*, p.34.

do, deve-se ainda considerar que os plantios realizados entre 1910 e 1913 ainda não estavam em condições de ser explorados.

Os dados, em geral, indicam que a concentração maior dos maniçobais era na região sudeste do Estado, compreendendo os municípios de São João do Piauí, Jaicós, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Valença, Caracol, Picos, Bertolândia, Amarante, Bom Jesus e Paulistana e que ao norte, destacava-se Pedro II.

Quanto à expressão assumida pelas árvores nativas e cultivadas, feitas as ressalvas de ordem metodológica e, considerando que municípios importantes em termos de produção não declararam esse item, são indicados com grande concentração de árvores plantadas os municípios de Jaicós, Valença, União, Amarante, Regeneração, Bertolândia e Bom Jesus, o que, de resto, concorda com o exposto em outras fontes. No caso de União, não se dispõe de outras informações específicas sobre a borracha. Observa-se que, mesmo nos municípios em que a ocorrência natural era expressiva, realizava-se a cultura em grande escala.

Os municípios do norte do Estado caracterizam-se pela pequena expressão em termos de número de árvores recenseadas e ainda por serem, na quase totalidade, devidas ao cultivo. É o caso dos municípios de Luzilândia, Batalha, Parnaíba, Buriti dos Lopes e José de Freitas, onde não há indicação da existência de maniçobais nativos.

Considerando o número de cultivos, cultivadores e estabelecimentos declarados, caracteriza-se com maior precisão a hierarquia no que concerne à importância da produção nos diversos municípios. Distinguem-se, com relativa clareza,

três grupos de municípios que, para efeito de análise, serão tratados como do sudeste, do norte e do sudoeste.

Dentre os municípios do primeiro grupo, os do sudoeste do Estado, destacam-se São João do Piauí, Jaicós, São Raimundo Nonato, Caracol, Valença, Simplício Mendes, Paulistana, Pio IX e Picos, que formam a principal área produtora. O número de cultivadores é bastante expressivo nesta área, mostrando-se, via de regra, inferior ao número de cultivos, o que indica a posse de mais de uma cultura por algumas pessoas, enquanto que no norte do Estado e nos municípios do sudoeste, em que a produção não tem o mesmo significado, a cada cultivo, em geral, corresponde um cultivador.

Essas informações indicam que, numa área bem especifica do Estado, a do sudeste, o cultivo da maniçoba já se caracterizava como uma boa alternativa de investimentos, concentrando-se os fatores de produção no seu sentido.

O número reduzido de plantios no norte do Estado induz à conclusão de que as culturas ainda guardavam caráter experimental, o que pode ser evidenciado também pela pouca expressividade do número de árvores plantadas. De outro lado, não deve ser esquecido que, no norte do Estado, dominava a cultura do algodão, era extraída regularmente a cêra-de-carnaúba, cujo preço estava em ascensão e que estas atividades ainda se consorciavam com a pecuária, que era a dominante.

Nos municípios do norte do Estado, com exceção de Pedro II, onde foi constatada a ocorrência natural em grande escala, dominavam as culturas, em pequeno número e envolvendo poucos proprietários e estabelecimentos.

Nos municípios do sudoeste, como Santa Filomena, Gilbues,

Corrente, a atividade era pouco expressiva embora houvessem extensos maniçobais nativos nessa região. As indicações são de que o processo de incorporação de novas áreas de exploração se dava naquela direção.

Assim como no norte, também no sudoeste observa-se equivalência entre número de cultivos, cultivadores e estabelecimentos.

Quanto ao capital empregado nessa cultura, por municípios, afora Bom Jesus que apresenta uma superestimação dos dez cultivos recenseados, todos os demais guardam certa coerência. Municípios em que a cultura era significativa como São João do Piauí, Simplício Mendes e Caracol não declararam esse item. Entretanto, em termos do Estado, ou seja, a um nível de agregação cada vez maior, os dados são razoavelmente consistentes. Eles correspondem ao valor oficial da exportação do produto em 1912 e à cerca de 4 vezes o valor do imposto sobre o produto em 1910. De todo modo, indicam que havia capitalização no setor e que a tendência, se persistissem os altos preços, era a continuidade dos investimentos na atividade.

Desse conjunto de informações resulta que, em 1913, ano de crise da exploração da borracha, o esforço produtivo do Estado ainda estava, em grande escala, voltado para esse produto. Embora a atividade fosse desenvolvida em todo o Piauí, na região sudeste do Estado ela tinha maior importância que no norte e no sudoeste.

Espacializada a produção, é mister verificar se as quantidades exportadas e as receitas auferidas por municípios confirmam essa distribuição ou induzem a reformulações.

#### 4.3. A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO POR MUNICÍPIOS

Dispõe-se de duas fontes de natureza quantitativa capazes de informar sobre a produção e exportação da maniçoba a nível de municípios: as estatísticas de LIMA REBELLO, constantes do Apenso V e as da Secretaria da Fazenda do Piauí.

A Tabela 5 resulta das informações da primeira fonte e informa as quantidades exportadas por 35 dos 37 municípios do Piauí, entre os anos de 1903 e 1912. Não houve, nesse período, exportação nos municípios de Amarração e Miguel Alves, aliás, o último instituído em 1911.

Esses dados informam os municípios de São João do Piauí, Floriano e São Raimundo Nonato como os principais exportadores, seguidos de Oeiras, Picos, Valença, Jaicós, Simplício Mendes, Pedro II, Paulistana, Bom Jesus e Amarante com exportação anual média superior a 20 toneladas anuais. Em menor escala, mas, com exportação regular do produto, os municípios de Bertolínia, Castelo do Piauí, Parnaguá, Jeromenha, Pio IX, Teresina, Regeneração e Campo-Maior. Os demais municípios exportavam a maniçoba em pequena escala ou de forma eventual.

Não se dispõe de informações quantitativas referentes à produção, mas, consideradas as descrições das atividades econômicas nos municípios a essa época, é de supor-se que ocorreria um processo de centralização do comércio em direção a alguns núcleos importantes, como era o caso de Floriano, em detrimento dos núcleos menores de sua área de influência. Assim,



TABELA 5

## EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DE MANIÇOBA DO PIAUÍ

( em quilos )

MUNICÍPIO	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	TOTAL
São João do Piauí	204 331	216 129	238 013	202 432	154 286	165 062	182 559	176 742	152 964	107 627	1 800 145
Floriano	151 281	105 648	163 323	169 052	172 184	120 339	129 014	188 261	223 192	169 388	1 671 682
São Raimundo Nonato	104 713	99 848	87 102	100 160	105 488	130 532	171 981	246 046	216 678	107 932	1 370 480
Oeiras	143 769	145 283	142 601	82 982	73 090	34 995	54 047	56 547	84 255	69 355	886 924
Picos	78 039	100 666	76 996	89 405	69 185	40 593	62 799	83 710	92 088	102 265	795 746
Valença do Piauí	42 552	57 915	61 476	79 265	78 616	35 772	64 180	94 180	64 600	70 275	648 831
Jaicós	25 433	21 048	34 294	38 345	43 305	33 670	49 780	78 566	123 420	2 250	450 111
Simplicio Mendes	39 321	45 278	57 797	51 945	34 407	32 725	45 042	57 290	44 090	26 850	434 745
Paulistana	12 031	18 602	22 892	31 020	26 075	18 625	21 983	54 559	52 228	48 533	306 548
Pedro II	27 205	18 021	25 500	36 790	32 740	4 170	29 375	19 960	38 800	30 700	263 261
Bom Jesus	1 199	1 230	1 926	3 108	9 278	29 242	41 262	44 226	52 643	44 061	228 175
Amarante	37 199	36 982	20 617	25 313	25 047	6 552	11 310	15 020	23 676	23 099	224 815
Bertolínia	6 084	5 250	4 187	10 527	12 153	11 300	20 693	28 157	54 886	36 967	190 204
Castelo do Piauí	2 231	5 401	2 522	9 815	20 358	16 104	18 273	34 240	22 000	27 898	158 842
Parnaguá	682	2 108	1 491	2 976	13 960	4 886	16 179	27 807	46 339	18 380	134 808
Jeromenha	4 251	2 214	5 895	8 794	10 163	10 834	7 717	28 688	14 017	4 735	97 308
Pio IX	874	3 055	5 333	3 083	3 350	669	3 592	9 715	13 950	24 667	68 288
Teresina	5 232	4 986	5 516	7 559	13 977	4 628	1 405	8 269	3 954	1 373	56 899
Regeneração	1 450	182	719	3 011	3 176	200	2 535	8 052	4 937	4 000	28 262
Campo-Maior	6 458	1 782	3 215	7 360	4 603	2 340	1 430	2 230	140	45	29 603
Uruçuí	15	-	-	50	259	210	1 490	4 606	2 693	3 820	13 143
Piripiri	3 300	3 312	2 797	2 260	2 480	100	329	598	1 000	-	16 176
José de Freitas	80	464	252	472	879	690	1 457	1 944	389	1 728	8 355
Palmeirais	-	-	-	-	-	-	-	1 380	1 605	2 705	5 690
Parnaíba	-	-	2 460	-	75	-	408	1 546	63	125	4 677
Corrente	-	-	8	-	-	75	250	14	2 814	300	3 461
Alto Longá	-	1 370	1 113	737	320	-	83	159	130	-	3 912
Santa Filomena	-	-	-	-	-	-	-	260	180	419	859
Gilbões	-	-	-	375	-	76	58	-	1 590	-	2 099
União	-	-	-	-	-	-	392	245	366	134	1 137
Barras	-	-	-	-	-	-	-	207	-	-	207
Piracuruca	-	-	-	-	200	-	250	-	10	-	460
Buriti dos Lopes	-	-	-	24	-	-	-	-	145	106	275
Luzilândia	136	-	-	-	-	-	-	-	-	-	136
Batalha	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	7
TOTAL	897 866	976 774	968 045	966 860	909 654	704 389	939 880	1 273 224	1 339 842	929 737	9 906 271

Fonte: Apenso V. Estatística da borracha exportada e do imposto arrecadado nos anos de 1903 a 1912. In: LIMA REBELLO, A. *Indústria...*

quer se crer que a produção realmente era significativa e relativamente homogênea em termos da área polarizada pelo núcleo maior e que a comercialização do produto é que ocorria a um alto nível de concentração.

Dessa forma, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Floriano teriam desempenhado a função de canalizar a produção que, por sua vez, era realizada em área geográfica bem mais extensa. Essa função dos grandes núcleos, por seu turno, estava em parte atrelada às condições de escoamento em direção aos portos exportadores.

No caso de Floriano e sua área de influência, não há nenhuma justificativa de ordem geográfica que explique as disparidades entre as quantidades exportadas por esse núcleo e as exportações de Amarante, Regeneração e Jeromenha, por exemplo. As informações bibliográficas são indicativas nesse sentido.

Assim, em 1910, afirmava-se em relação a Amarante que, no município, cuidava-se com interesse da cultura da maniçoba e que a produção era considerável.<sup>21</sup> Em 1916 ainda era uma das principais culturas, juntamente com a cana-de-açúcar, o fumo, algodão e cereais.<sup>22</sup>

Em Regeneração, em 1910 a cultura da maniçoba era a dominante, com perspectivas de que "no futuro também dominaria".<sup>23</sup>

<sup>21</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Piauí*, p. 9.

<sup>22</sup> ALMANAQUE Laemmert, 1916. p. 3743.

<sup>23</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*, p.81.

As informações sobre Jerumenha são relativas ao ano de 1916, e dão conta de que até a criação do município de Floriano, em 1897, aquela cidade era florescente. E que, com a instalação daquele município Jerumenha quase se despovoara. Em relação às culturas indicava que se havia plantado grandes roças de maniçoba e que parte das plantações já dava resultados.<sup>24</sup>

Quanto a Floriano, indicações quer sobre a extração em maniçobais nativos, quer sobre as culturas, são relativamente escassas. Era definida, geralmente, em termos do seu comércio, bastante desenvolvido, o que a caracterizava como cidade "muito comerciante e florescente" em 1913 e, em 1916, como "nova e florescente".<sup>25</sup> Além do desenvolvimento comercial, a agricultura e a pecuária eram também importantes. Cultivava-se a maniçoba, algodão e os cereais. Sediava vários engenhos de aguardente.<sup>26</sup>

Os municípios de São João do Piauí e de São Raimundo Nonato teriam exercido a mesma função no que se refere aos municípios de suas áreas de influência e cuja produção era em última instância, canalizada para Pernambuco e, sobretudo, para a Bahia.

No caso de São João do Piauí, os municípios sobre os quais sua influência se fazia sentir eram, sobretudo, Simplício Mendes e Paulistana.

Simplício Mendes, desmembrado de São João do Piauí, deve seu crescimento e sua instituição enquanto município, à feira de compra e venda da maniçoba, realizada no povoado Barreiro

<sup>24</sup> ALMANAQUE Laemmert.p. 3757.

<sup>25</sup> SOUZA, p.45; ALMANAQUE Laemmert.p. 3755.

<sup>26</sup> ALMANAQUE p. 3755.

Branco, que lhe deu origem.

Quanto à São João do Piauí, torna-se, a essa época, um dos mais importantes municípios do Estado, com comércio e indústria bastante desenvolvidos e esse incremento das atividades econômicas era atribuído à exploração da maniçoba.<sup>27</sup>

São Raimundo Nonato tornou-se, após 1910, o principal produtor da borracha, tanto de origem nativa quanto cultivada. Pelos dados de LIMA REBELLO ocupa o terceiro lugar no cômputo geral das exportações nos dez anos considerados. Indicações quanto à importância da produção, constam de várias fontes contemporâneas, dentre as quais se deve destacar o *Questionário* aplicado no município em 1912, segundo o qual só a fazenda pertencente a Adolfo Hirschs, de 200 quilômetros quadrados, produzia cerca de 20 toneladas na safra de 1911, oriunda de maniçobais nativos e cultivados\*. A proeminência do município nessa cultura é confirmada no relatório de José Fonseca Ferreira, de 1913, que afirma em relação ao município que "tem grandes maniçobais nativos e cultivados. É o mais notável quanto à produção de borracha de maniçoba".<sup>28</sup> A produção dos municípios situados mais ao sul era dirigida para esta cidade que SOUZA descrevia em 1913, como sede de um município rico, bastante habitado, de avultado movimento comercial e que continha extensos maniçobais.<sup>29</sup>

Municípios como Oeiras, Picos e Valença mantiveram praticamente a mesma posição em termos da produção e exportação de maniçoba, conforme estão a indicar as quantidades exporta-

\* Tratava-se da Fazenda Serra, pertencente à empresa americana Hirschs & Hess, sediada na Bahia, com comércio de importação e exportação.

<sup>27</sup> SOUZA, p. 48.

<sup>28</sup> Citado em A CULTURA da maniçoba no Estado do Piauí. *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha*. 1(5):276-7. p. 277.

<sup>29</sup> SOUZA, p. 48-9.

das. Todos eles tiveram grande impulso em seu crescimento que pode ser creditado à ocorrência e exploração da maniçoba.

Oeiras, em secular processo de decadência, acentuada pela perda da função de capital do Estado em 1852, teve um surto de reflorescimento com a exploração da borracha.<sup>30</sup>

Valença, em 1903, já tinha seus vastos maniçobais explorados com entusiasmo crescente. Na fase áurea da borracha, abrigava povoados bastante movimentados, todos sediando feiras e com comércio regular, alguns dos quais, como Pimenteiros e Aroazes, vieram a dar origem a municípios.<sup>31</sup>

Picos, cuja influência advinha principalmente de sua posição de centro comercial por onde transitavam as boiadas em demanda do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, também exportou a maniçoba em grandes quantidades. Não se dispõe de informações relativas à produção.

Quanto aos municípios do sudoeste, Parnaguá e Bom Jesus, estavam empenhados tanto na extração como na cultura da maniçoba. Do primeiro se dizia, em 1912, que a maniçoba era a principal fonte de renda e que, inclusive, prejudicava a agricultura local.<sup>32</sup> Em Bom Jesus, onde ocorriam extensos maniçobais nativos, havia também grandes roças. A população estava empenhada na extração da borracha, em detrimento de outras culturas.<sup>33</sup>

<sup>30</sup> SOUZA, p. 46.

<sup>31</sup> ALMANAQUE piauiense para o ano de 1903, p. 148.

<sup>32</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*. p. 54.

<sup>33</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*. p. 22.

Com relação à produção no norte do Estado há que se destacar a participação de Pedro II e de José de Freitas. No caso de Pedro II, a atividade teve grande significado, situando-o entre os dez principais produtores no Estado. Descrição do município, em 1911, indicava que a produção e exportação de cereais eram fracas e que em virtude do alto custo dos transportes extraia-se exclusivamente o leite da maniçoba, único produto capaz de suportar fretes tão onerosos.<sup>34</sup> Em José de Freitas, as culturas teriam sido iniciadas por volta de 1901 e, dez anos depois, era tida como a principal. A espécie cultivada era a *Manihot glaziovii*.<sup>35</sup> Em 1916 as plantações no município eram avaliadas em 500.000 pés, cuja exportação, embora em pequena quantidade, era classificada como de primeira qualidade.<sup>36</sup>

A despeito da produção verificar-se em todo o Estado, alguns municípios, sem dúvida, compunham o que se pode definir como a grande região produtora. A identificação dessa área já esboçada no item anterior foi feita a partir da seleção dos dez primeiros municípios em termos da exportação anual. Ocuparam essas posições, de acordo com os dados de LIMA REBELLO, os seguintes municípios: São João do Piauí, Floriano, São Raimundo Nonato, Oeiras, Picos, Valença, Jaicós, Simplício Mendes, Pedro II, Bom Jesus, Amarante, Paulistana e Bertolínia. A produção e exportação nessa área não deve, entretanto,

<sup>34</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*. p.65.

<sup>35</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*. p.44-5.

<sup>36</sup> ALMANAQUE Laemmert, 1916. p. 3757.

ser vista de forma estanque. Observação mais acurada desses dados indicou algumas tendências importantes em relação à dinâmica dessas áreas, de que se destacam as seguintes:

- a. a posição assumida pelos municípios do sudoeste indica que a expansão se dava naquela direção, haja vista a inserção de Bom Jesus e Bertolínia entre as dez primeiras posições, a partir de 1908 e 1911, respectivamente;
- b. ao crescimento de Floriano corresponde perda de posição de Amarante e, da mesma forma, o avanço de São Raimundo Nonato em direção à primeira posição implicou em perda por parte de São João do Piauí;
- c. na região Oeiras, Picos, Jaicós, Valença, ocorre perda de posição de Oeiras, em favor de Picos e Valença;
- d. definem-se com clareza os centros comerciais mais importantes e, ao que se observa, esse movimento se dá em função das rotas comerciais que encaminham a produção para outras unidades federadas.

A importância da área compreendida pelos municípios citados também pode ser deduzida da observação dos dados relativos aos dez primeiros exportadores anuais em confronto com os demais municípios, conforme mostrado na Tabela 6.

Observa-se alta concentração da produção/exportação por municípios selecionados ocupando as dez primeiras posições e, que alcançam média de 90% nos anos considerados. De outro lado, observa-se que, a partir de 1909, número cada vez maior de municípios insere-se nessa atividade, contribuindo no sentido de descentralizar a produção, o que, muito provavelmente ocorre pela via do cultivo, caso dos municípios do norte do

Estado e, em parte pela extensão da área nativa explorada. As posições que vêm a ser ocupadas após 1908 por municípios como Bom Jesus, Bertolinia e Parnaguá confirmam essa evidência. De qualquer forma, a produção a partir desse período é mais descentralizada. Essa descentralização, por seu turno, estava ligada ao comportamento dos preços que possibilitavam, nesse intervalo, o aproveitamento de reservas até então inexploradas e que se situavam a distâncias cada vez maiores dos centros urbanos. Os altos preços também induziam ao cultivo em maior escala e ao aproveitamento das culturas já existentes. Outros municípios periféricos que tendem a ganhar melhor posição são os de Castelo, Pio IX e Paulistana, o que indica que havia também um movimento de expansão na direção nordeste.

TABELA 6

PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE MUNICÍPIOS NA EXPORTAÇÃO DA MANI-  
ÇOBA

1903 - 1912

Ano	Os Dez Primeiros Exportadores Anuais	Os Outros Municípios
1903	95,1	4,9
1904	94,9	5,1
1905	94,0	6,0
1906	91,2	8,8
1907	86,8	13,2
1908	91,1	8,9
1909	88,3	11,7
1910	84,8	15,2
1911	83,4	16,6
1912	84,7	15,3
Média	89,4	10,6

Fonte dos dados brutos. Apenso V. Estatística da borracha exportada e do imposto arrecadado ...



TABELA 7

## EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DO PIAUÍ

MUNICÍPIOS	1909	1910	1911	1912	1913	1914
Florianópolis	275.110	219.060	242.278	172.018	146.362	160.777
São Raimundo Nonato	170.662	186.236	248.017	107.832	117.427	118.436
São João do Piauí	137.238	186.916	132.754	106.947	94.031	78.568
Oeiras	54.690	75.225	88.152	69.135	28.255	40.705
Picos	61.783	95.970	85.248	102.535	47.735	45.460
Jaicós	46.420	98.886	120.674	2.250	19.850	62.638
Valença do Piauí	64.670	85.956	91.127	49.625	17.780	10.950
Simplicio Mendes	42.934	84.479	48.320	23.950	11.760	37.020
Paulistana	20.570	122.557	32.228	48.533	9.225	18.020
Pedro II	29.373	45.785	39.620	30.700	2.569	-
Bom Jesus	32.039	24.944	52.700	43.683	18.136	7.412
Amarante	11.611	95.520	25.615	23.649	20.491	5.936
Bertolínia	10.228	92.259	35.030	36.967	232	4.480
Castelo do Piauí	18.274	46.695	25.930	27.898	2.090	5.560
Parnaíba	15.018	22.473	52.358	18.380	5.096	1.347
Jeromenha	7.717	35.205	16.090	4.735	2.687	515
Pio IX	3.408	28.117	13.650	24.757	9.100	6.670
Teresina	1.405	16.543	3.954	1.373	7.222	2.980
Regeneração	2.939	7.059	5.237	4.000	6.000	2.100
Campo-Maior	1.430	2.230	140	045	-	-
Uruaçu	2.203	56.497	3.311	4.688	3.087	1.436
Piripiri	329	3.390	1.000	-	150	-
José de Freitas	1.456	11.949	389	1.727	580	-
Palmeirais	-	9.445	1.605	3.425	2.182	200
Parnaíba	408	2.746	138	125	3.400	950
Corrente	250	28.145	13.416	250	-	-
Alto Longá	11	75	220	-	-	-
Santa Filomena	-	11.040	806	764	980	50
Gilbúes	39	-	1.500	150	-	-
União	269	1.245	369	134	25	-
Barras	-	207	-	-	-	-
Piracuruca	167	-	10	-	-	-
Buriti dos Lopes	45	84	140	106	50	-
Luzilândia	-	-	-	-	-	-
Batalha	7	-	-	-	-	-
Caracol	-	-	-	-	-	2.702
Anarração	-	-	-	-	-	-
Miguel Alves*	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.012.703	1.696.938	1.382.026	910.381	576.502	614.912

Fonte: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

As quantidades exportadas entre 1909 e 1914, de acordo com os Relatórios da Secretaria da Fazenda, estão sistematizados na Tabela 7 . Apesar das discordâncias com os dados de LIMA REBELLO, denunciam as mesmas tendências gerais.

Característica interessante dos dados estaduais é que eles demonstram o movimento de retração da área explorada, que se manifesta no abandono progressivo da atividade, principalmente nos municípios do norte e nos do sudoeste do Estado. Confronto entre as quantidades exportadas originárias das duas fontes, entre 1909 e 1912, evidenciou que a tendência dos dados de LIMA REBELLO era no sentido de maximizar a participação de São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Bom Jesus, em detrimento de Floriano e dos outros municípios em geral. Essas diferenças, por seu turno, são em grande parte compensadas pelas diferenças nos totais da exportação encontrados nas duas fontes e que são, entre 1903 e 1912, as seguintes:

TABELA 8

QUANTIDADES EXPORTADAS DE BORRACHA NO PIAUÍ  
1903 - 1912

Ano	Relatório da Secretaria da Fazenda	Estatística de LIMA REBELLO	Diferença
1903	945.003	897.866	+ 47.137
1904	855.255	976.774	- 121.519
1905	1.064.034	968.045	+ 95.989
1906	1.191.024	966.860	+ 224.164
1907	957.561	909.654	+ 47.907
1908	626.685	704.389	- 77.704
1909	1.012.703	939.880	+ 72.823
1910	1.696.938	1.273.224	+ 423.714
1911	1.382.026	1.339.842	+ 42.184
1912	910.381	929.737	- 19.356
TOTAL	10.641.610	9.906.271	+ 735.339

Tais diferenças, embora mais acentuadas nos anos de 1906 e 1910, são relativamente pouco significativas nos demais, tornando-se irrelevantes no cômputo geral. Não poderia ser de outra forma, desde que a proposta de LIMA REBELLO era de corrigir os defeitos da estatística estadual, separando, tanto quanto possível os diversos tipos de borracha exportada - maniçoba, caucho e mangabeira. Essas diferenças são mais insignificantes quando se considera que a delimitação da principal área de produção não sofreu alteração e que as tendências de concentração/dispersão igualmente foram confirmadas, como evidencia a Tabela seguinte:

TABELA 9

PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS MUNICÍPIOS NA EXPORTAÇÃO  
DA BORRACHA

1909 - 1914

Ano	Os 10 Principais Exportadores Anuais	Os Outros Municípios
1909	90,34	9,66
1910	74,71	25,29
1911	84,05	15,95
1912	84,36	15,64
1913	90,52	9,48
1914	94,32	5,68
Média	86,38	13,62

Fonte dos dados brutos: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

Confirma-se, pois, que a descentralização e a agregação de novas áreas à produção estavam atreladas ao mecanismo dos preços e, que, à medida em que caía a cotação do produto, restringia-se o número de municípios produtores. Em 1914, último ano para o qual se dispõe desse tipo de informação, os dez primeiros municípios colocados já são responsáveis pela quase totalidade da produção/exportação.

No que concerne à classificação anual dos dez primeiros exportadores, a distinção observada entre as duas fontes foi a relativa à inserção de Bertolândia (duas vezes) no quadro de LIMA REBELLO e de Parnaguá (uma vez) na Estatística Estadual, entretanto, ocupando as últimas posições. De qualquer forma, evidenciam o avanço do sudoeste na fase final do ciclo da borracha.

Entretanto, certas observações a nível de municípios é que vêm evidenciar com maior clareza a importância do produto nesta etapa e o quanto as repercussões de sua decadência se fizeram sentir. A decadência da borracha estão ligadas não só as dificuldades financeiras do Estado e das municipalidades, estas certamente que numa escala muito mais elevada, mas, fundamentalmente, os problemas de ordem social que afloraram nos municípios da região, em particular em Caracol e em Canto do Buriti.

Na falta de informações relativas aos orçamentos municipais, recorreu-se à arrecadação do Estado nos municípios selecionados como os principais produtores, no intuito de evidenciar a participação da maníoba na composição da receita pública. Desses resultados inferem-se a dependência e a relevância do produto para estes municípios.

TABELA 10

## IMPOSTO ESTADUAL ARRECADADO SOBRE EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DO PIAUÍ

1906 - 1913

(em mil réis)

MUNICÍPIO	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
Floriano	55:949\$700	58:124\$480	29:648\$520	...	87:661\$452	72:872\$580	51:968\$742	31:879\$038
São Raimundo Nonato	30:048\$000	30:916\$200	31:152\$240	...	94:167\$920	74:105\$160	46:344\$783	28:323\$356
São João do Piauí	57:197\$800	44:439\$480	33:195\$698	...	66:816\$136	39:826\$386	21:091\$500	16:817\$780
Oeiras	24:744\$000	22:444\$650	8:678\$200	...	30:339\$600	26:578\$200	19:912\$500	8:371\$860
Picos	26:573\$300	20:755\$500	9:619\$320	...	42:352\$200	28:961\$400	31:399\$500	11:189\$460
Jalcós	11:503\$500	12:996\$500	8:169\$600	...	35:098\$319	36:202\$300	27:088\$500	11:936\$468
Valença do Piauí	23:794\$795	23:589\$249	7:977\$095	...	41:595\$487	20:538\$000	21:712\$500	4:468\$000
Simplicio Mendes	10:999\$800	10:322\$100	7:968\$400	...	26:418\$000	14:496\$000	7:995\$000	7:597\$860
Paulistana	9:297\$000	7:849\$000	4:321\$200	...	18:650\$700	9:668\$400	9:778\$900	2:635\$500
Pedro II	11:037\$000	9:822\$000	1:034\$400	...	16:627\$200	11:886\$000	9:210\$000	770\$700
Bom Jesus	828\$220	2:507\$300	5:113\$960	...	14:303\$457	15:805\$060	13:224\$300	5:303\$160
Amarante	8:465\$040	7:754\$520	1:456\$800	...	7:356\$000	7:681\$560	7:086\$900	4:829\$868
Bertolínia	2:391\$600	2:148\$600	1:858\$018	...	7:462\$800	10:509\$120	6:284\$100	2:127\$780
Castelo do Piauí	2:940\$300	6:107\$400	4:101\$960	...	11:340\$600	7:779\$000	7:600\$100	102\$000
Parnaíba	-	4:042\$800	1:139\$760	...	12:019\$890	15:707\$200	5:821\$200	3:808\$500
Jeromenha	2:638\$200	2:992\$700	2:610\$360	...	13:304\$800	4:829\$820	1:420\$500	797\$460
Pio IX	924\$900	1:005\$000	160\$560	...	4:277\$200	4:095\$000	7:667\$100	2:247\$840
Teresina	2:267\$700	4:017\$535	1:381\$480	...	4:252\$320	1:189\$260	411\$900	1:545\$684
Regeneração	908\$300	952\$800	48\$000	...	3:934\$920	1:571\$232	1:200\$000	1:256\$400
Campo Maior	2:208\$000	1:380\$900	321\$600	...	1:938\$300	42\$000	13\$500	-
Urucui	75\$000	141\$300	-	...	108\$000	-	1:361\$040	235\$080
Piripiri	678\$000	144\$000	24\$000	...	612\$240	300\$000	-	45\$000
José de Freitas	141\$600	263\$850	165\$600	...	852\$854	116\$700	518\$400	111\$360
Palmeirais	-	-	-	...	-	-	1:027\$500	57\$600
Parnaíba	-	22\$500	-	...	653\$160	38\$880	37\$500	1:201\$456
Corrente	-	-	18\$000	...	-	402\$480	45\$000	-
Alto Longá	221\$700	42\$000	16\$200	...	51\$300	66\$000	-	-
Santa Filomena	-	41\$400	-	...	230\$400	241\$920	483\$360	187\$200
Gilbués	5\$000	-	33\$120	...	-	450\$000	36\$000	-
União	-	-	-	...	117\$600	110\$940	40\$200	7\$500
Barras	-	3\$000	23\$160	...	99\$360	-	-	-
Piracuruca	-	60\$000	-	...	-	3\$600	300\$000	-
Burití dos Lopes	7\$200	-	-	...	35\$280	52\$200	31\$800	15\$000
Luzilândia	-	-	-	...	-	-	-	-
Batalha	-	-	-	...	30\$000	-	-	-
Luis Correia	-	-	-	...	-	-	-	124\$500
Caracol	-	-	-	...	-	-	-	-
Miguel Alves	-	-	-	...	-	-	-	-
TOTAL	285:846\$255	274:885\$834	160:237\$251	...	542:708\$155	406:126\$398	301:112\$325	147:993\$410

Fonte: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

TABELA 11

## A MANIÇOBA NA RECEITA DO ESTADO

1906 - 1913

MUNICÍPIOS	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
Floriano	59,0	53,6	42,0	...	58,9	48,9	42,4	27,9
São Raimundo Nonato	...	77,6	77,5	...	85,9	84,0	80,9	63,8
São João do Piauí	78,1	59,4	54,2	...	66,5	64,3	55,8	42,1
Picos	58,0	48,9	29,5	...	64,1	50,8	49,5	23,4
Oeiras	42,3	35,3	18,5	...	43,8	36,1	30,0	15,0
Valença do Piauí	50,7	42,1	21,2	...	58,5	37,6	45,4	12,2
Jaicós	57,4	55,2	44,0	...	72,9	70,8	69,3	37,8
Simplicio Mendes	47,2	53,4	49,0	...	74,8	60,4	46,7	42,9
Paulistana	63,0	54,2	42,3	...	68,3	72,1	54,1	23,4
Bom Jesus	8,7	52,8	47,2	...	68,6	60,8	65,3	43,6
Amarante	17,1	13,1	4,5	...	19,6	21,5	19,2	14,4
Pedro II	55,6	37,2	9,6	...	53,7	44,5	41,2	5,4
Bertolândia	34,6	35,9	34,8	...	42,0	57,7	37,3	31,3
Parnaguá	...	49,4	18,3	...	67,8	73,5	39,0	32,3
Castelo do Piauí	10,2	16,8	10,0	...	23,8	17,1	19,6	0,3

Fonte dos dados brutos: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

Da observação desses dados há que tecer algumas considerações:

a. dos quinze municípios selecionados, apenas Castelo do Piauí e Amarante guardavam certa independência em relação à maniçoba, ou seja, a receita auferida sobre a borracha não era o item mais importante no conjunto da arrecadação;

b. pode-se inferir que os treze municípios restantes, tinham como principal fonte de renda, ao nível de seus orçamentos, a receita derivada da exportação da borracha, provavelmente na mesma proporção que para o Estado no conjunto de suas receitas por municípios;

c. a queda na participação percentual da borracha na arrecadação do Estado em cada município correspondeu a queda no valor total da arrecadação nestes municípios. O mesmo comportamento deveria ser seguido pelos orçamentos municipais, do que se conclui que, a nível desses municípios, a crise da borracha foi muito mais profunda que a nível do Estado como um todo, cujas receitas poderiam ser contrabalançadas em outros municípios;

d. a arrecadação sobre a borracha nos municípios considerados e, por conseqüência, a própria arrecadação do Estado nesses municípios, eram extremamente oscilantes nessa fase, apresentando queda acentuada a partir de 1911.

Estes municípios, via de regra, passaram por dificuldades até, pelo menos, o início da década de 1920, conforme se depreende das receitas do Estado e das convulsões sociais por que atravessaram, dentre outras evidências. Alguns dos municípios desta região, entretanto, tiveram recuperação bastante rápida, como foi o caso de Floriano, Amarante e Castelo do Piauí, que não sofreram o impacto da borracha, em virtude

TABELA 12

## IMPOSTO ESTADUAL ARRECADADO SOBRE A EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DO PIAUÍ

1903 - 1912

MUNICÍPIOS	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	TOTAL
São João do Piauí	49 802\$460	51 966\$960	61 673\$580	60 729\$600	46 285\$ 800	44 156\$280	64 277\$640	86 632\$680	49 967\$700	32 288\$100	547 780\$800
Floriano	40 291\$140*	56 903\$760*	46 138\$080	55 891\$900	58 124\$520*	29 648\$520*	47 690\$760*	61 931\$100*	72 565\$020*	51 990\$240*	521 165\$040
São Raimundo Nonato	25 696\$920	25 860\$240	22 623\$780	30 048\$000	31 646\$400	32 061\$480	60 865\$200	97 208\$520	75 072\$360	32 379\$600	433 462\$500
Oeiras	36 251\$760	41 032\$500	39 993\$720	24 894\$600	21 934\$500*	8 608\$800	19 311\$120	28 288\$260	26 611\$200	20 806\$500	267 732\$960
Picos	21 053\$100	29 655\$600	21 414\$600	26 821\$500	20 755\$500	9 777\$720	22 241\$640	40 054\$800	30 782\$280	30 679\$500	253 236\$240
Valença do Piauí	11 099\$100	14 218\$440	18 207\$240	23 779\$500	23 589\$300*	8 669\$280	23 104\$800	51 637\$200	20 430\$000	21 082\$500	215 817\$360
Jaicós	6 470\$160	5 361\$720	9 585\$720	11 503\$500	12 991\$500	8 150\$400	16 615\$200	23 569\$800	42 507\$000	675\$000	137 430\$000
Simplício Mendes	10 290\$660	12 666\$720	14 160\$720	15 583\$500	10 322\$100	8 468\$400	15 351\$720	25 438\$200	13 726\$800	8 055\$000	134 063\$820
Paulistana	3 169\$020	5 417\$460	6 694\$680	9 306\$000	7 822\$500	4 598\$400	7 767\$430	19 522\$620	16 574\$100	14 559\$900	95 432\$160
Pedro II	6 478\$660	4 325\$040	7 098\$000	11 037\$000	9 822\$000	1 034\$400	10 575\$000	9 187\$200	12 318\$000	9 210\$000	81 085\$500
Bom Jesus	329\$160*	295\$200	587\$040	922\$620*	2 798\$400	6 792\$000	14 872\$320*	23 649\$600	15 804\$900*	13 237\$500*	79 288\$740
Amarante	9 855\$216*	10 919\$880*	7 207\$740*	8 465\$040*	7 754\$520*	1 326\$000*	4 179\$960*	7 746\$000	7 738\$860*	7 056\$900*	72 250\$116
Bertolínia	1 539\$600	1 545\$360	1 088\$880	3 168\$900*	3 663\$000	2 713\$200	7 453\$830*	13 762\$980*	18 688\$440	11 090\$100	64 724\$340
Castelo do Piauí	669\$300	1 171\$416	621\$480	2 940\$300	6 107\$100	4 080\$960	6 578\$280	14 522\$400	7 921\$000	8 369\$400	52 982\$936
Parnaíba	188\$460	524\$820	380\$760	927\$480	4 210\$260	1 200\$960	5 629\$800	16 234\$680	15 146\$400	5 514\$000	49 957\$620
Jeromenha	1 275\$300	691\$200*	1 537\$620	2 636\$200	3 051\$900	2 610\$360*	2 778\$120	13 432\$200	5 008\$860	1 420\$500	34 444\$260
Pio IX	262\$200	780\$900	1 350\$720	924\$900	1 005\$700	160\$560	1 293\$120	4 080\$300	4 185\$000	7 400\$100	21 442\$800
Teresina	1 358\$400*	1 386\$120*	1 579\$320	2 267\$700	4 193\$100	1 381\$560*	505\$800	4 217\$040*	1 186\$200	411\$900	18 487\$140
Regeneração	435\$000	46\$200	179\$220	903\$900	952\$800	48\$000	912\$600	3 888\$960	1 481\$100	1 200\$000	10 047\$780
Campo-Maior	1 796\$160	427\$680	964\$500	2 208\$000	1 380\$300	321\$600	514\$800	1 142\$400	42\$000	13\$500	8 811\$540
Uruaçu	4\$500	-	-	91\$500*	380\$220*	39\$600	717\$120*	2 874\$300*	1 236\$000*	1 354\$320*	6 697\$560
Piripiri	871\$200	794\$880	839\$100	678\$000	744\$000	24\$000	118\$440	326\$640	300\$000	-	4 696\$260
José de Freitas	19\$200	93\$744	60\$480	141\$600	263\$700	165\$600	524\$520	846\$000	116\$700	518\$400	2 749\$944
Palmeiras	-	-	-	-	-	-	-	828\$000	577\$800	811\$500	2 217\$300
Parnaíba	-	-	590\$400	-	22\$500	-	146\$830	653\$160	38\$880*	37\$500	1 489\$320
Corrente	-	-	1\$920	-	-	18\$000	90\$000	5\$040	1 275\$120	90\$000	1 480\$080
Alto Longá	-	327\$720	272\$400	221\$700	135\$000*	-	29\$880	86\$580*	66\$000*	-	1 139\$280
Santa Filomena	-	-	-	-	-	-	-	374\$400	241\$920*	208\$500*	824\$820
Gibuês	-	-	-	-	-	-	96\$840	102\$900	110\$940	40\$200	350\$880
União	-	-	-	-	-	-	-	99\$360	-	-	99\$360
Barras	-	-	-	-	-	-	-	99\$360	-	-	99\$360
Piracuruca	-	-	-	-	60\$000	-	60\$000	-	3\$600	-	123\$600
Buriti dos Lopes	-	-	-	7\$200	-	-	-	-	52\$200	31\$800	91\$200
Luzilândia	40\$800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40\$800
Batalha	-	-	-	-	2\$520	-	-	-	-	-	2\$520
TOTAL	229 247\$676	266413\$560	264 851\$700	296 092\$140	280 019\$340	176 056\$080	334 312\$092	552 442\$680	441 778\$380	280 532\$460	3 121 746\$936

Fonte: Apenso V. Estatística da borracha exportada e do imposto arrecadado nos anos de 1903 a 1912. In: LIMA REBELLO, A indústria ...



da valorização externa de outros produtos piauienses, como a cêra-de-carnaúba, os couros, as peles, o babaçú e o algodão.

Embora não se disponha dos orçamentos municipais é lícito concluir, em vista das quantidades exportadas e do imposto cobrado, que a maniçoba era também a fonte básica na formação da receita desses municípios.

LIMA REBELLO dá informações sobre a cobrança de impostos por municípios, durante o ano de 1913.

Não consta, desse documento, o valor do imposto cobrado em municípios importantes como Floriano, Simplício Mendes, Caracol e São João do Piauí. É de crer, entretanto, que se situassem entre \$ 020 e \$ 100 réis, os valores mínimos e máximos cobrados pelas municipalidades nesse ano. Alguns municípios cobravam o imposto *ad valorem*.

Da observação dos tributos municipais cobrados sobre a borracha, há que se fazer algumas considerações:

a. a taxaço sobre a borracha era bastante alta, considerando-se que sobre ela já incidiam impostos estaduais e que o setor estava em plena crise;

b. mesmo no âmbito da principal região produtora as variações nos impostos cobrados eram significativas o que indica a possibilidade de que a borracha escoasse preferencialmente pelos municípios em que o imposto era menor;

c. o imposto sobre a exportação da maniçoba deveria ser a principal fonte de receita dessas municipalidades.

A exportação da maniçoba assim como proporcionou a alguns municípios fase de relativa autonomia financeira, também provocou problemas bastantes sérios dessa natureza que se manifestaram com a deterioração dos preços e a queda da exportação.

TABELA 13

## IMPOSTOS MUNICIPAIS SOBRE A BORRACHA DE MANIÇOBA - 1913

Município	Imposto por quilo exportado (em mil réis)
Castelo do Piauí	\$ 050
José de Freitas	\$ 020
Campo-Maior	\$ 080
Regeneração	\$ 030
Amarante	\$ 050
Pio IX	\$ 100
Paulistana	\$ 100
Picos	\$ 040
União	\$ 100
Pedro II	\$ 100
Barras	\$ 100
Miguel Alves	6% <i>ad valorem</i>
Piripiri	10% <i>ad valorem</i>
Batalha	\$ 100
Luzilândia	\$ 020
Parnaíba	10% <i>ad valorem</i>
Piracuruca	10% <i>ad valorem</i>
São Raimundo Nonato	\$ 050
Corrente	\$ 060
Santa Filomena	\$ 100
Bertolândia	\$ 050
Gilbúes	\$ 040
Bom Jesus	\$ 050
Valença do Piauí	\$ 060
Jaicós	\$ 100
Oeiras	\$ 100

Fonte: Estatística parcial dos maniçobais cultivados ... In:  
LIMA REBELLO, *A indústria* ...

Dos dados analisados conclui-se que apesar de difundida em todo o Piauí, a produção da maniçoba era mais concentrada no sudeste do Estado e que, entre os municípios colocados anualmente entre os dez principais produtores apenas Pedro II, Bom Jesus, Parnaíba e Bertolínia, colocados eventualmente e nas últimas posições estavam fora desta região. O primeiro situa-se no norte do Estado e os demais no sudoeste, entretanto, representando a continuidade física da área de maior produção/exportação.

#### 4.4. A MANIÇOBA E A DINÂMICA POPULACIONAL

À despeito das conhecidas falhas dos censos populacionais, agravadas no caso dos primeiros realizados no Brasil, foi possível, utilizando esta fonte, ter idéia do processo de ocupação e da dinâmica populacional do Piauí no período de 1890 a 1920. Esses dados como outros de natureza estatística, não foram analisados de forma exaustiva, mas somente à medida em que pudessem lançar luz sobre o problema da relação entre crescimento populacional e exploração da maniçoba no Piauí.

A idéia inicial era a de que nas áreas em que essa exploração foi mais intensa, bem como nos polos que vieram a centralizar o escoamento da produção, as atividades econômicas teriam se intensificado de tal forma que terminaram por transformá-las em áreas de atração para a população dos municípios circunvizinhos e de outros Estados. Dessa forma, além de intensificar o processo migratório interestadual, a atividade teria provocado igualmente transferências internas de população ou

a nível dos próprios municípios do Estado.<sup>37</sup>

Em tendo validade esta hipótese, além das descrições relativas aos diversos municípios no período, também as estatísticas disponíveis e a própria política de criação dos municípios deveriam indicar algo nesse sentido.<sup>37</sup>

A política de criação de municípios nas três décadas consideradas revelou-se bastante estável. O Piauí em 1890, encontrava-se, para efeitos político-administrativos, dividido em 32 municípios,<sup>\*</sup> que abrigavam população de 267.609 habitantes, de acordo com o Censo desse ano. Os municípios mais populosos estavam distribuídos principalmente nas áreas do norte e do sudeste e em núcleos tradicionais como Oeiras, Valença, Amarante, Picos, Campo-Maior, Barras, Jaicós e Regeneração. Teresina era dos mais recentes e seu povoamento foi intenso na segunda metade do século, quando de sua instalação. Apenas em nove municípios, entre os quais o da Capital, a população era superior a 10.000 habitantes. Todos os demais abrigavam população entre 3 e 9 mil habitantes.

Afora a Capital, apenas Amarante, Parnaíba, Picos e Valença, demonstraram crescimento, em vista de suas localizações em rotas comerciais de certa importância.

O Censo de 1900, aplicado em 33 municípios,<sup>\*\*</sup> encontrou no Piauí o total de 334.292 pessoas. Na década de 1890 foram instalados os municípios de Floriano, antigo povoado Colonia,

<sup>\*</sup> Colonia, atual Floriano, era sede do município de Manga.

<sup>\*\*</sup> Jerumenha, assim como ocorrera em 1890, também não foi recenseada em 1900.

<sup>37</sup> SOUZA, *Corografia*; ALMANAQUE Laemmert, 1916; *Questionário sobre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Piauí*; FRANCO, José Patrício. *O município no Piauí*. 1761-1961. Teresina, Comepi, s.d. 156 p.

Santo Antonio de Gilbúes, depois Gilbúes e o de Bertolândia, antiga Aparecida.<sup>38</sup>

As informações disponíveis são de que, na última década do século, certo movimento econômico, baseado na pecuária e no incremento da lavoura da cana, para produção de aguardente e rapaduras, caracterizava as regiões marginais do Parnaíba, cuja navegação se estendia progressivamente para o sul.

As informações constantes do Censo de 1910, que deveriam ser as mais significativas para a análise proposta, constituem apenas estimativas da população. Em vista disso, as informações qualitativas são extremamente importantes na caracterização da primeira década do século.

Entre 1900 e 1910 foram criados os municípios de Simplicio Mendes e de Uruguí com o que o Piauí passou a contar com 36 municípios, cuja população totalizava 428.145 habitantes.

Embora a distribuição da população se mostrasse bastante homogênea, cidades ribeirinhas como Parnaíba, União, Floriano, Amarante mostravam a continuidade do surto econômico iniciado no final do século XIX. Floriano já mostrava sua superioridade em relação às cidades circunvizinhas, que tendiam a perder movimento, sobretudo comercial, em seu favor. Parnaíba também tomava impulso nessa década, duplicando sua população. Enquanto, no norte, a população continuava a se adensar, o sudoeste caracterizava-se pelo povoamento extremamente ralo e por sediar os municípios maiores e menos populosos. As cidades com-

<sup>38</sup>

FRANCO, p. 106, 113 e 112.

TABELA 14

## INCREMENTO POPULACIONAL NO PIAUÍ

1890 - 1920

Municípios	1890/1900	1900/1910	1910/1920	1890/1920	1900/1920
Estado do Piauí	24,9	28,1	42,2	127,6	82,2
Teresina	43,8	7,3	18,3	82,4	26,9
Valença do Piauí	- 22,2	39,0	81,6	96,4	152,4
Picos	0,7	16,0	59,1	86,0	84,6
Oeiras	23,7	15,3	- 13,3	23,7	-
Parnaíba	125,6	94,9	24,4	474,0	142,5
Jaicós	- 8,2	16,0	78,9	19,8	107,6
Pedro II	40,9	51,2	55,1	230,4	134,4
São Raimundo Nonato	97,5	- 1,6	70,4	231,0	67,6
Floriano	- 8,3	16,1	125,2	139,7	161,4
São João do Piauí	- 12,4	91,8	18,4	99,0	27,1
Castelo do Piauí	23,7	16,0	166,3	282,4	209,1
Amarante	54,0	11,2	62,9	2,0	88,9
Paulistana	- 8,3	16,0	51,4	61,2	75,8

preendidas na principal região produtora da maniçoba, afora as de povoamento antigo, eram indicadas, tanto em 1900 como em 1910, com população inferior a 10.000 habitantes. Entretanto, algumas alterações já estavam presentes nesse momento e podem ser configuradas a partir da análise conjunta dos Censos.

Deve ser ressaltado, todavia, que nem as estimativas de 1910 nem o Censo de 1920 foram capazes de registrar o movimento populacional das áreas maniçobeiras em sua dinâmica própria em vista dos limites dos próprios recenseamentos, mas, sobretudo pelo fato dos movimentos populacionais serem processados de forma mais complexa, obedecendo às injunções por que passou a atividade. Grosso modo, o movimento de agregação ou adensamento populacional teria ocorrido entre 1898 e 1913 e a partir daí, a tendência seria inversa.

Entre 1910 e 1920 foram criados os municípios de Miguel Alves, Caracol e Canto do Buriti, os dois últimos na principal área produtora da maniçoba, cujo incremento populacional está evidenciado na Tabela 14.

Considerou-se, para efeito de análise, todos os municípios que apareceram nas dez primeiras posições enquanto exportadores de maniçoba. O resultado mais geral a que se chegou foi o de que esses municípios cresceram numa proporção superior à média dos demais, inclusive o da Capital, com exceção dos situados nas rotas comerciais mais importantes.

A análise desta Tabela põe em evidência uma série de pontos relativos ao incremento e aos deslocamentos populacionais no Piauí. Em princípio, fica claro que:

a. os municípios de Floriano, Valença, Picos, Parnaíba, Jaicós, Pedro II, Castelo e Amarante, todos com peso nas ati -

vidades de extração e comercialização da borracha apresenta - ram nos primeiros vinte anos do século, crescimento popula - cional superior à média do Estado, de 82,2% e, inclusive, da capital do Estado, que cresceu de forma lenta nesse período;

b. os municípios de São Raimundo Nonato e São João do Piauí aparentemente não acompanharam o crescimento dos demais. Aparentemente apenas. Com o artifício da inclusão da popula - ção dos municípios deles desmembrados no correr dos vinte anos considerados, os resultados foram estes:

TABELA 15

INCREMENTO POPULACIONAL NOS MUNICÍPIOS DE SÃO RAIMUNDO NONATO,  
SÃO JOÃO DO PIAUÍ E OEIRAS  
1890 - 1920

Municípios	1890/1900	1900/1910	1910/1920	1890/1920	1900/1920
Estado do Piauí	24,9	28,1	42,2	127,6	82,2
São Raimundo Nonato	97,5	- 1,6	70,4	288,43	96,7
São João do Piauí	- 12,4	91,8	149,4	233,6	219,7
Oeiras	23,7	34,5	34,8	46,8	18,6

De São João do Piauí, ou melhor, da área por ele com - preendida em 1900, foram desmembrados o município de Canto do Buriti, em 1915 e parte do território de Simplício Mendes, cria - do em 1905. Os valores da Tabela 15 resultaram da agregação da população total do primeiro município, em 1920 e 50% da popu -



lação do segundo, em 1910 e 1920. Aliás, não fora o adensamento da população nessa área, não se teria viabilizado a criação dos novos municípios.<sup>39</sup>

Da área de São Raimundo Nonato foi desmembrado, em 1912, o município de Caracol. Agregada a população dos dois municípios, em 1920, evidenciou-se que o crescimento real da área foi de 96,7% nos vinte anos considerados.

c. no caso de Oeiras, considerado o período 1900-1920, não se constatou crescimento populacional expressivo. Entretanto, entre 1900 e 1910, período mais significativo no caso da borracha, o incremento populacional foi maior. Agregando-se 50% da população de Simplício Mendes, o resultado foi o incremento de 34,8% na população de sua área.

O caso de Oeiras e dos municípios referidos na Tabela 16 evidenciam que, no auge da exploração do produto, processou-se a transferência de população de municípios de menor para os de maior importância em termos de produção. O fenômeno de perda da população ocorreu principalmente nos municípios mais próximos da área de concentração da produção e nas proximidades dos maiores centros de comercialização.

Assim como as fontes descritivas, tanto de natureza oficial quanto privada, os Censos demográficos também apontaram nesse sentido, como se depreende da análise de alguns municípios selecionados, em que o crescimento populacional foi inferior à média do Estado.

TABELA 16

## INCREMENTO POPULACIONAL EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS

1890 - 1920

Municípios	1890/1900	1900/1910	1910/1920	1890/1920	1900/1920
Estado do Piauí	24,9	28,1	42,2	127,6	82,2
Bom Jesus	23,7	16,0	21,4	74,2	40,8
José de Freitas	31,2	16,0	27,4	94,0	47,8
Parnaguã	23,0	16,7	- 8,3	31,7	7,0
Piracuruca	82,5	11,0	10,2	123,1	22,3
Regeneração	23,7	28,2	- 11,7	40,0	13,2
Santa Filomena	23,7	15,0	- 36,4	- 9,5	- 26,8
Luis Correia	7,9	7,9	60,0	86,3	72,6

Antes de verificar a situação dos municípios, e em vista da natureza das informações censitárias relativas ao ano de 1910, deve ser observado que:

a. a aplicação de índice pré-estabelecido homogeneizou de forma excessiva o possível incremento real da população. No caso, quatro dos municípios selecionados apresentam o mesmo percentual de crescimento, o que é de ocorrência pouco provável na realidade;

b. é possível que tenha havido super-avaliação da população para alguns municípios e sub-avaliação para outros. Nesse caso, a explicação para o crescimento negativo de certos mu-

nicípios na década de 1910-1920 seria dada a partir de dois pontos: imperfeições inerentes ao próprio recenseamento e perda de população para outros municípios do Estado.

Para efeito de análise, os dados mais relevantes são os que dizem respeito ao período 1900-1920. Eles indicam que nesses municípios o crescimento demográfico foi bastante inferior à média registrada no Estado como um todo e, em particular, em relação ao índice dos municípios circunvizinhos, voltados para a extração e comercialização da borracha. Dessa forma, o baixo índice de crescimento de Luiz Correia, José de Freitas e Piracuruca em parte se explicaria pela mobilidade da população em direção a centros como Parnaíba, União, Miguel Alves e Pedro II, cujo crescimento foi acelerado nessa etapa.

Similarmente, o incremento populacional nas áreas de Floriano, São João do Piauí e São Raimundo Nonato se teria processado, em parte, devido a transferência de população dos municípios circunvizinhos como Parnaguá, Regeneração, Bom Jesus, Jeromenha e até Amarante. Esta cidade começou, na verdade, a sofrer os efeitos do crescimento e da concorrência de Floriano ainda nos fins do século XIX, o que culminou com a perda de sua hegemonia sobre a região do médio Parnaíba. Jeromenha, por seu turno, vinha sofrendo perdas, inclusive territoriais, desde a década de 1890 quando, de sua área, foram desmembrados Bertolândia, em 1890, Floriano, em 1896, e, em 1902, parte da área que viria a formar o município de Uruçuí.

Considerados os limites dos dados a distribuição populacional do Estado configurada em 1920, mostra que os municípios que compunham a área de extração mais intensiva de mão-de-obra haviam passado por período de adensamento populacional

quando seu crescimento foi superior à média do Estado e que, nesse processo, foram acompanhados pelos municípios ribeirinhos atingidos pela navegação fluvial e que se caracterizavam como polos comerciais.

Dessa forma, à exploração da maniçoba estão ligados a ocupação e o incremento populacional em vastas áreas do Estado. Esse processo se manifestou não só no crescimento dos centros urbanos, na ocupação e expansão do povoamento interior, como na criação de povoados que vieram a originar novos municípios, como Itaueira, São Julião, Itainópolis, Conceição do Canindê e outros, cuja origem está nas agências fiscais arrecadadoras do imposto sobre a maniçoba.

## 5. AS CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO

### 5.1. O CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL

Quando do início da exploração da maniçoba no Piauí, nos anos finais do século XIX, a economia e a sociedade do Piauí apresentavam características similares às de extensas áreas do interior dos Estados do Nordeste, onde, a uma pecuária secularmente estacionária, para não dizer decadente, associava-se rudimentar agricultura de subsistência praticada principalmente por moradores de grandes latifúndios.

A sociedade estruturava-se tendo no ápice os detentores das maiores e melhores extensões de terra dedicadas à pecuária e que, em alguns casos, também incursionavam pelas atividades mercantis.

Na base, todo o restante da população, constituída de pequenos proprietários e posseiros, mas, sobretudo de não detentores de terras que habitavam as fazendas como vaqueiros, agregados e arrendatários.

A população era ainda predominantemente rural. A economia podia ser definida como fechada e auto-suficiente. A produção agrícola - com exceção do algodão, em alguns anos em que os preços eram mais favoráveis - geralmente se circunscrevia ao mercado local e a maior parte das necessidades dos habitantes, que eram poucas, eram satisfeitas no âmbito da própria família. Móveis, utensílios domésticos, calçados, redes, alimentos, qua-

se tudo era produzido localmente.

O poder político estava centrado nas mãos dos coronéis, que compunham ou dominavam as Câmaras dos Municípios, cuja "autonomia e independência" a Constituição Estadual de 1891 institucionalizara. O pacto do poder com as oligarquias dominantes garantia a autoridade dos chefes locais, a cuja força e influência se subordinavam, em maior e menor grau, os habitantes das comunas. A lei era determinada ou derivada da vontade do chefe do momento e sua vinculação era menor com o Direito que com a força, a qual se media, em muitos casos pela capacidade de aliciar e comandar cabras ou jagunços e, evidentemente, pelo poder econômico.

A descoberta do valor comercial do látex da maniçoba no Piauí ocorreu num momento em que a economia do Estado passava por sérias dificuldades, agravadas pela queda nos preços do gado e pelas secas que então ocorriam.<sup>1</sup>

A pecuária, de que o Estado dependia em mais de 40% de suas receitas, continuava em franco processo de decadência, conforme atestam as receitas do dízimo e da exportação do gado em pé, principal produto exportável do Piauí desde sua formação.<sup>2</sup>

Assim, a exploração da maniçoba teve início num momento crítico da economia do Piauí. Do ponto de vista do Governo representava a oportunidade de, pela via do fortalecimento econômico, garantir a autonomia e a estabilidade políticas, preo-

<sup>1</sup> A MANIÇOBA e a fome. *Estafeta*. Teresina, 06 de junho 1898. p. 4.; PELO Piauí. *Pátria*. Teresina, 18 de Nov. 1905, p. 1.

<sup>2</sup> Ver nota nº 36. Capítulo 7.

cupações básicas do Estado recém-constituído. Do ponto de vista privado abria-se a possibilidade de superação das dificuldades econômicas e financeiras que se intensificavam com a ocorrência freqüente de secas no período e pelos reflexos da conjuntura financeira nacional sobre os mercados consumidores do gado.

As notícias veiculadas pelos jornais *Estafeta* durante o ano de 1898, e *Pátria*, nos anos de 1902 e seguintes, geralmente fornecidas pelos correspondentes nos municípios produtores, davam conta do clima de expectativa e até de euforia popular em torno da extração da maniçoba.

Para um melhor entendimento das atividades da extração e do cultivo da maniçoba, faz-se necessária caracterização mais precisa da estrutura econômico-social, particularmente no que se refere à atividade agrícola desenvolvida no Piauí. Como foi ressaltado, a agricultura era predominantemente realizada por pequenos plantadores que, em geral, não possuíam terras próprias e que ainda utilizavam o primitivo sistema de roça herdado da fase colonial. A produção era suficiente apenas para a alimentação da família e a compra de artigos indispensáveis como fósforo, café, instrumentos agrícolas, com o resultado da venda do excedente no mercado local.<sup>3</sup>

As informações relativas à agricultura no Piauí não são diferentes, em suas grandes linhas, de autor para autor. ROCHA a definia, em 1913, como atividade rotineira, pouco lucrativa, que não dispunha de crédito ou de qualquer mecanismo de financiamento da produção.

<sup>3</sup> No sentido literal do termo, não havia excedente. A venda de parte da produção anual implicação em restrições ao consumo da família.

Quanto aos agricultores, afirma, viviam em situação de extrema pobreza, enfrentando problemas como o da falta de capitais, de técnicas, de instrumentos de crédito e da baixa produtividade do trabalho resultante desses fatores e das condições naturais.<sup>4</sup>

Considerando que a atividade agrícola era desenvolvida predominantemente em terras de terceiros, com as características apontadas por ROCHA, há que se concluir que o nível técnico alcançado por essa atividade era extremamente baixo.

De outro lado, as indicações mais frequentes até o início do século eram de que as diversas categorias de moradores e de agricultores sem terra não pagavam qualquer espécie de renda pela utilização das terras das fazendas e de que não eram colocados quaisquer óbices ao apossamento e exploração das extensas áreas devolutas pertencentes ao Estado.

A descoberta de grandes reservas de maníobais nativos, concorrendo para a súbita valorização econômica de extensas áreas, sobretudo na região semi-árida do Estado, contribuiu no sentido de reverter essas posições. O caráter coletivo do aproveitamento das propriedades, sua indivisão, a falta de exatidão em seus limites e o próprio desconhecimento da extensão das propriedades vão criar, face à valorização, problemas sérios em torno da posse e do usufruto da terra, em que a força vai entrar como elemento fundamental.

Essa valorização não vai circunscrever-se às terras com maníobais devolutos ou aptas ao seu cultivo: vai alcançar a mão-de-obra, os cereais, os artigos de primeira necessidade. Em

<sup>4</sup> ROCHA, Evandro. *Relatório apresentado ao diretor geral do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas*. Teresina, 1913 p. 9-17.



outros termos, à medida em que a atividade se vai instalando, certas condições originais vão sendo subvertidas.

## 5.2. A MÃO-DE-OBRA

As fontes sobre a maníçoba privilegiam, quanto à mão-de-obra os chamados maníçobeiros alienígenas. As referências a esses trabalhadores eram mais constantes pelo fato de lhes ser atribuída a origem dos conflitos sociais de que as regiões sudeste e sudoeste do Estado foram palco. Em oposição, os trabalhadores de origem local eram definidos como ordeiros e pacíficos.<sup>5</sup> O que interessa aqui, entretanto, é tentar detectar a inserção desses trabalhadores no âmbito do sistema produtivo.

A caracterização da mão-de-obra pode ser feita a partir de classificação simplificada. Considerar-se-á a mão - de-obra empregada sob o sistema de barracão, a produção autônoma ou por conta própria e o trabalho nos cultivos.

A mão-de-obra empregada sob o sistema de barracão, quer em maníçobais devolutos, quer privados, era referida nas fontes de forma bem característica. Eram descritos como grupos de maníçobeiros volantes, masculinos, subordinados a um barraquista e com atividade exclusiva de explorar os maníçobais. Esses grupos eram compostos de dezenas de homens, de idade variável, mas com participação acentuada de adolescentes.

Esses grupos de extratores, em função de sua origem, eram tratados como maníçobeiros pernambucanos, cearenses, baianos e adjetivados como turbulentos e malfeitores. À sua afluência era

<sup>5</sup> NOGUEIRA, Arlindo Francisco. *Mensagem ... 1903*, p.6. \_\_\_\_\_. *Mensagem ... 1904*. p.6.

atribuída a situação de desordem e insegurança reinantes nas áreas produtoras.

Apesar da aparente homogeneidade da mão-de-obra empregada nos barracões, os trabalhadores eram em grande parte originários das próprias áreas produtoras. A mão-de-obra local dominava nos maniçobais privados, explorados pelos proprietários ou por arrendatários. Dessa forma, os moradores, que contribuíam com o maior contingente dessa mão-de-obra, conjugavam seus trabalhos normais na agricultura e na pecuária às tarefas de extração do látex da maniçoba. Essa transferência de trabalhadores que ocorria durante a safra da borracha, em detrimento das atividades agrícolas, contribuía para acen - tuar a escassez de alimentos que se registrava nessas áreas.

O trabalho autônomo ou por conta própria era realizado tanto em maniçobais devolutos quanto em pequenas propriedades. Nos maniçobais mais distantes dos centros habitados os trabalhadores passavam, sozinhos ou acompanhados pelas famílias, dias e até meses empenhados na coleta do látex da maniçoba e de outros produtos extrativos.

A exploração livre em terras devolutas, era cerceada pela dominação exercida por barraquistas, instalados nessas áreas. Não se dispõe de informações que permitam avaliar o peso desse tipo de exploração. Para LIMA REBELLO a exploração por conta própria era a mais significativa.<sup>6</sup> A mão-de-obra empregada nesses moldes era, na maior parte, das próprias áreas produtoras.

ULE, em 1906, encontrou muitos desses trabalhadores, habitando as inúmeras cavernas naturais da região de São Raimundo Nonato ou ranchos toscos construídos para esse fim.

<sup>6</sup> LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 51

Os maniçobais cultivados distinguíam-se em grandes e pequenos. As grandes culturas empregavam o trabalho assalariado ou pagamento de diária, que apresentava pequenas variações no âmbito da área produtora e que poderia ser a seco ou incluindo a refeição principal.

Nas tarefas de implantação das culturas - preparação dos terrenos e plantio, nas capinas anuais, quando realizadas, mas fundamentalmente na coleta do látex - os proprietários recorriam aos moradores e a trabalhadores autônomos, principalmente pequenos proprietários e familiares.

Na coleta do látex em maniçobais cultivados, como na agricultura em geral, eram empregados homens, mulheres e crianças. Esses trabalhadores eram na maior parte, os moradores das propriedades, que eram remunerados com base na produção semanal. Em plantação visitada por ULE a participação do trabalhador correspondia a  $\frac{1}{3}$  da borracha colhida. Tal participação, evidentemente, deveria estar relacionada às condições locais de oferta de mão-de-obra.

As pequenas culturas eram realizadas tanto em terras próprias quanto em terras de terceiros, sob o sistema de parceria. Os proprietários, em alguns casos, para estimular a realização dessas culturas, distribuíam sementes aos moradores. Nas pequenas culturas era utilizada basicamente a mão-de-obra familiar.

A escassez de mão-de-obra nas áreas produtoras era atribuído o abandono de muitas culturas de maniçoba. Na coleta do produto, de qualquer origem, além dos trabalhadores locais recorria-se a trabalhadores alienígenas - de outros municípios e dos Estados limítrofes.

<sup>7</sup> ULE, p. 48.

### 5.3. A EXPLORAÇÃO NOS MANIÇOBALIS NATIVOS

#### 5.3.1. Instalação e Organização

Os maniçobais nativos ocorriam em terras públicas e privadas. As formas de sua exploração, a depender da condição jurídica da terra, podiam apresentar algumas distinções. Tais distinções, entretanto, não eram suficientes para negar a existência de um modelo básico a orientar o processo da produção. Dessa forma, os maniçobais nativos, considerados o status jurídico da terra e a forma de organização do trabalho, poderiam classificar-se em três grupos:

- a. maniçobais devolutos explorados sob o sistema de barracão;
- b. maniçobais privados explorados pelos proprietários ou por arrendatários sob o sistema de barracão;
- c. maniçobais devolutos ou privados explorados por "conta própria" .

Um dos primeiros passos na exploração dos maniçobais devolutos era a instalação do arranchamento, em áreas em que a densidade natural das árvores compensasse a exploração econômica. Arranchar consistia em instalar barracão, para venda de gêneros e compra da borracha e em erigir ranchos ou galpões para habitação dos extratores.

A demarcação do maniçobal era feita com sinal particular, aplicado às árvores e indicativos dos limites da área explorada pelo barraquista. Procedia-se depois à abertura de

carreiros ou estradas principais. O mais exterior era dominado carreiro-em-círculo. As ligações entre as árvores, por caminhos destocados a machados, facões e foices eram denominados pernas-de-carreiro.

A condição para montagem de barracão de maniçoba era a disponibilidade de capital inicial e/ou crédito junto aos negociantes das cidades e vilas ou aos agentes de casas exportadoras nessas localidades. O capital inicial era constituído principalmente por mercadorias - gêneros alimentícios, manufaturados e instrumentos de trabalho, fornecidos aos maniçobeiros a partir do momento em que os trabalhos de instalação do barracão eram iniciados.

Tanto a compra dos gêneros como a venda da borracha eram obrigatoriamente feitas no barracão e os maniçobeiros já eram contratados sob esta condição.<sup>8</sup>

O processo acima descrito, que era adotado na generalidade das explorações em terras devolutas, comunicou-se às terras particulares, embora fossem observadas variações em algumas práticas.

Os maniçobais particulares nem sempre eram explorados por seus possuidores: difundiu-se bastante a prática do arrendamento, realizado mediante certa importância em dinheiro ou quantidade estipulada de borracha. Os maniçobais arrendados eram explorados, via de regra, sob o sistema de barracão, instalado pelo arrendatário.<sup>9</sup> Maniçobais nativos de domínio privado também serviam para alimentar a especulação em

<sup>8</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*, p. 86.

<sup>9</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*, p. 65-6.

torno das terras que continham a riqueza, em vista de sua súbita valorização. ULE informa que, em 1906, dono de extensos maniçobais na Serra do Caracol (Piauí) preparava-se para vendê-los a uma empresa francesa.

Além dessas formas, os maniçobais nativos eram também explorados por trabalhadores autônomos. Em muitos casos esses exploradores também se forneciam de gêneros alimentícios e ferramentas no comércio local, a serem pagos com o resultado do trabalho.

A rotina diária do trabalho nos maniçobais nativos era basicamente a mesma. As tarefas eram iniciadas logo nas primeiras horas da manhã, quando o maniçobeiro internava-se na caatinga em busca das árvores a serem lavradas. À tarde, quando voltava ao arranchamento, tomava a refeição mais substancial do dia, constituída geralmente de feijão, farinha de mandioca, carne-seca e às vezes, café e que era preparada depois da jornada no maniçobal. A água, escassa em quase toda a região produtora, era buscada a quilômetros do centro da exploração. Seu fornecimento constituía em alguns casos, responsabilidade do barraquista que, em troca, recebia quantidade fixa semanal de borracha, geralmente um quilo por cada trabalhador. A depender das distâncias a serem percorridas durante o trabalho de extração, a água era levada pelos maniçobeiros em bolsas de couro apropriadas para esse fim.

O sábado, independente do tipo de exploração, era destinado à entrega da borracha nos barracões e à venda nas feiras ou nos armazéns. Nos barracões procedia-se à pesagem e registro da borracha extraída pelo maniçobeiro, feitas as contas e deduzidos os fornecimentos e os vales sacados durante a

semana contra o barracão. A aceitação desses vales, em geral, era restrita à área do maniçobal.

O preço dos gêneros fornecidos no barracão eram bastante superiores ao do comércio local, sendo freqüente o endividamento progressivo dos maniçobeiros no decorrer da safra, com o que eram obrigados a permanecerem trabalhando para o mesmo patrão.

Tendo em vista as características da demanda por mão-de-obra nessas regiões, o endividamento constituía forma compulsória de fixação do trabalhador. Segundo LIMA REBELLO havia escassez de mão-de-obra durante a fase mais intensa da extração da maniçoba - de maio a setembro, quando eram também realizadas a colheita de cereais, a condução das boiadas aos centros consumidores e intensificado o comércio de importação e exportação.

Considerando a existência de uma fase de pico nas atividades econômicas em geral e agrícolas, em particular, explica-se a escassez temporária desse fator e a importância da mão-de-obra originária de outros Estados, bem como a sub-ocupação que, em última instância, terminava por induzir à emigração. Assim, a escassez de mão-de-obra deve ser entendida como uma escassez relativa.

A manutenção da força-de-trabalho se fazia, em certos momentos, inclusive pela utilização da força. Nos maniçobais, os trabalhadores fugitivos eram buscados pelos patrões quase da mesma forma como eram perseguidos os escravos no século anterior. As dívidas eram transferidas de patrão a patrão e

de safra a safra.<sup>10</sup>

A força imperava em todos os domínios. O próprio aposamento e a manutenção dos limites dos maniçobais estavam na dependência da capacidade de defesa do barraquista, pois a disputa em torno dessas terras era acirrada, principalmente se estivessem bem localizadas do ponto de vista do fornecimento d'água.

O sistema de barracão e as formas de endividamento que lhe são características comunicaram-se posteriormente à extração da cêra-de-carnaúba e do babaçu. Sua origem parece estar ligada às velhas práticas comerciais vindas da fase colonial, em que o crédito era uma instituição generalizada e a circulação monetária restrita à classe dos fazendeiros. Da forma como foi utilizado proporcionou o desenvolvimento da atividade, desde que contribuiu no sentido de superar um dos maiores obstáculos à dinamização da produção no Piauí - a falta de capital. Entretanto, constituiu a forma mais direta de exploração da mão-de-obra, exploração esta que não se resumia aos trabalhadores engajados na produção da borracha numa primeira instância, mas era processada numa cadeia em cujo ápice estava um pequeno número de casas exportadoras.

### 5.3.2. As Técnicas Utilizadas

O nível técnico alcançado pela extração da borracha dos

<sup>10</sup> LACERDA, Manuel Messias de. *Subsídios para estudo das maniçobas ladescentes*, Rio de Janeiro. Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. p.42; *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*, p. 86.



manipobais sô pode ser compreendido se levadas em conta as características da estrutura econômica e do contexto social em que se inseria a atividade. Dessa forma, as técnicas de extração dominantes refletiam o baixo nível de capitalização característico de suas regiões de ocorrência e da própria atividade.

O baixo nível de capitalização nesse setor pode ser evidenciado a partir da observação dos instrumentos de trabalho utilizados. Em geral, os instrumentos eram criados na própria área, confeccionados pelos extratores, e substituíam os artigos importados em uso nas áreas mais prósperas.<sup>11</sup> As lêgas e goivas aperfeiçoadas, as canecas de folha de flandres, as facas específicas para o trabalho de coleta do látex não eram instrumentos de uso generalizado no Piauí. É possível que distâncias cada vez maiores das áreas de produção em relação aos centros comerciais, ou seja, dificuldades na aquisição desses artigos industrializados também induzissem à adoção de instrumentos de fabricação local ou regional.

A remuneração dos trabalhadores em qualquer tipo de exploração, estava relacionada à quantidade produzida. Esta prática contribuía para intensificar a depredação dos manipobais, principalmente, os situados nas terras devolutas do Estado, pois o interesse dos exploradores era conseguir quantidades cada vez maiores de borracha. LIMA REBELLO afirma que, com esse objetivo, os manipobeiros adicionavam paus, pedras e minerais à borracha em coagulação falsificando-a pela mistura de corpos estranhos.<sup>12</sup> Enfim, o aperfeiçoamento

<sup>11</sup>Sobre os instrumentos de produção adotados na Bahia, ver CARNEIRO, *A borracha na Bahia*, p. 125-31.

<sup>12</sup>LIMA REBELLO, *A indústria...* p. 51.

das técnicas de extração, inclusive o cuidado com a conservação das reservas nativas, não eram compatíveis com as formas de exploração dominantes.

À comercialização pode ser atribuída parte da responsabilidade pela má qualidade do produto final, desde que a aquisição do produto era feita com base em um "preço médio", vigente para quaisquer qualidades de borracha, o que desestimulava a produção de tipos superiores. ZEHNTNER, em 1911, ao analisar estoques de borracha procedentes do Piauí e do Alto São Francisco, admirava-se de que o produto encontrasse compradores, pois as impurezas nele contidas excediam a quantidade de borracha.<sup>13</sup> Em 1902 a imprensa terezinense publicava circular da empresa Thomaz, Irmão & Cia aos agricultores, alertando para a necessidade de aperfeiçoamento do processo de coleta em vista da depreciação do produto piauiense nos mercados estrangeiros.<sup>14</sup>

A relação do trabalhador com a terra era fundamental no sentido de definir um interesse maior ou menor na realização de investimentos e na própria conservação das árvores produtoras. Dado o caráter itinerante da extração dificilmente, de ano para ano, a exploração era feita no mesmo local e com os mesmos trabalhadores. A atividade era revestida de característica de nomadismo incompatível com a realização de investimentos vultosos de qualquer natureza e, inclusive, com a conservação das árvores exploradas.

<sup>13</sup> ZEHNTNER, *Relatório* ... p.15-7.

<sup>14</sup> PIAUÍ, maniçoba. *Jornal Piauí*. Teresina, 7 de jun. 1902. p.1.

O processo de dizimação era tão flagrante que o aumento da produção dava-se, em grande parte, a partir da incorporação de novas reservas nativas. Em 1912 apelava-se para ação do Governo no sentido de controlar a destruição dos maniçobais, pela transformação da indústria extrativa em indústria agrícola. A mesma fonte informa que mais da metade dos maniçobais nativos do município de Pedro II estava arruinada pelo processo de exploração adotado.<sup>15</sup> Informações similares constam para quase todo o Estado, nas mais diversas fontes da época.

No Piauí, foi constatada a ocorrência apenas das espécies *Piauhyensis* e *Glaziowii*. Apesar de variações técnicas registradas em sua exploração, é possível definir o modelo básico de extração adotado para cada espécie em particular. Essas técnicas dizem respeito tanto à coleta em maniçobais nativos como em cultivados. Grosso modo, pode-se vincular o método de incisão na raiz e no colo da planta à espécie *Piauhyensis* enquanto o método de cortes ou incisões no tronco era mais utilizado no caso da espécie *Glaziowii*.

O método de incisão na raiz, tantas vezes descrito nas fontes da época e que também era adotado na extração do látex espécie *Heptaphylla*, consistia, basicamente, nos seguintes procedimentos:

- a. escavação e limpeza do colo da planta, até a descoberta das raízes principais;
- b. revestimento da cova com tabatinga em pó;
- c. incisão nas raízes;
- d. coleta das placas lactíferas, após a coagulação.

<sup>15</sup> Questionário sobre as condições da agricultura ... no Piauí, p. 66.

Os instrumentos utilizados para proceder a essas operações podem ser classificados em principais e auxiliares. Entre os primeiros, o mais importante era a *lêga*,\* com a qual eram realizadas as duas principais etapas da extração do látex - a descoberta e a incisão das raízes. A escavação em que era recolhida a seiva era usualmente forrada com tabatinga, espécie de argila sedimentar com alto grau de impermeabilidade, cuja função era isolar o látex do solo propriamente dito. Material muito comum em todo o Estado, era exportado para áreas de difícil aquisição, principalmente para a Bahia. Os maniqueiros conduziam-no em cumbucas ou em embornais, apropriados a esse fim. A coagulação processava-se de forma espontânea e as lapas ou placas de borracha eram recolhidas no dia posterior à incisão.\*\* Enquanto o látex acumulava-se na cova ocorria, a mistura de materiais de origem vegetal e mineral e até de pequenos animais, que se agregavam à borracha comprometendo sua qualidade. Muitos instrumentos poderiam ser considerados auxiliares ou de uso indireto, como as cumbucas, o *pilão* em que a tabatinga era moída, as *urupembas* e *gamelas*, utilizadas para separar os detritos maiores da tabatinga.<sup>16</sup>

\* *Lêga* era o instrumento cortante utilizado para realizar incisão no caule ou no colo da planta. No Piauí era usualmente fabricado com pedaços de arco-de-barril dobrados e convenientemente amolados. Era também conhecido como *legra*. Associada a um cavador, geralmente de madeira, era o instrumento básico do trabalho nos maniquebais. A denominação era aplicada tanto à parte cortante como a todo o instrumento.

\*\* Não há homogeneidade em relação ao procedimento para coleta da lapa. Muitos autores afirmam que era procedida apenas na sexta-feira e no sábado, quando deveria ser entregue no barracão.

<sup>16</sup> LIMA REBELLO. *A indústria...* p. 50.

O método de incisões no tronco era utilizado para extração do látex das espécies *Glaziowii* e *Dichotoma*. Estas espécies, pelas características de porte, diâmetro, enfim, por distinções de caráter morfo-fisiológico apresentavam maior rendimento quando incisadas no caule, nos moldes da extração do látex da hévea. As primeiras tentativas de exploração da *M. piauihyensis* foram feitas adotando esse método, entretanto, os resultados não se mostraram satisfatórios.

O método cearense, como era usualmente conhecido, consistia, grosso modo:

- a. no levantamento de parte da casca da árvore, onde seriam feitas as incisões;
- b. na realização de cortes com instrumentos apropriados;
- c. na colocação de tigelinhas para recepção do látex;
- d. recolhimento das tigelinhas e preparação da borra - cha.

Apresentava inúmeras variações, observáveis tanto nas formas de incisões (puncturas, cortes) quanto no processo de coleta do produto. Os cortes obedeciam aos mais diversos formatos: longitudinais, paralelas, irregulares, em espiral, em forma de espinhas de peixe, em vês, incisões sem cunho geométrico definido. Nem sempre as tigelinhas eram utilizadas na coleta do látex. Às vezes ele era deixado a escorrer no próprio tronco da árvore, onde vinha a coagular ou era dirigido para o solo por meio de cortes apropriados, para ser recolhido sobre folhas de palmeiras ou de outros vegetais ou até diretamente sobre o solo. Como era pequena a ocorrência de *M.*

*glaziowii* no Piauí, esse processo não era muito generalizado.<sup>17</sup>

Os instrumentos utilizados para realizar as incisões, eram, em geral, legas, facas e machadinhas de diversas formas, cuja resistência e capacidade de corte deveriam ser adaptadas às particularidades das espécies produtoras.

Tanto o processo de extração na raiz como no caule, na forma como eram realizados apresentavam problemas que comprometiam a qualidade do produto final e a preservação das árvores produtoras. As incisões na raiz eram particularmente danosas para as maniçobas, em vista do pouco cuidado que os extratores demonstravam na realização dos cortes, geralmente muito profundos e em quantidade superior ao que seria desejável para a conservação das árvores. As incisões profundas dificultavam a cicatrização das raízes, o que, aliado ao fato das escavações, não serem convenientemente tapadas, concorria para a invasão das árvores por cupins, formigas e outros pequenos animais, além da contaminação por doenças, nem sempre identificadas no período.<sup>18</sup> Além disso, milhares de árvores morriam anualmente, danificadas pela ação dos ventos.

Ao método cearense eram igualmente atribuídas falhas. A irregularidade, aliada à falta de conhecimentos técnicos sobre a forma mais adequada de realizar as incisões contribuíam para a aplicação de cortes muito profundos, de difícil cicat-

<sup>17</sup> PEQUENO, Antonio Fiuza. *A indústria da borracha no estado do Ceará*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. p.11-2; CARNEIRO, *A borracha*, p. 145; SILVA, Raimundo Fernandes e. *A maniçoba piauiense*, p. 97-8.

<sup>18</sup> CARNEIRO, em *A borracha na Bahia*. p. 113-23 e LACERDA, p.15-20. tratam das moléstias que atacavam as maniçobas.

trização que, em muitos casos, tornavam a planta inapta para futuras extrações ou levavam-na à própria morte. Indicava-se como forma mais adequada e racional de aplicação desse método, o corte em apenas uma das faces da árvore a cada ano de exploração, o que daria tempo suficiente para a recuperação total da planta. Era comum a utilização de instrumentos cortantes muito fortes, que originavam feridas mortais e criavam nódulos que dificultavam a livre movimentação da seiva lactífera.

A despeito da coagulação do látex se fazer espontaneamente, a forma que tomava o produto final variava com o processo de coleta e beneficiamento. A *M. piauhyensis*, recolhida em placas ou lapas, recebia tratamento mínimo que consistia apenas na lavagem e numa espécie de secagem ao ar livre. As lapas eram acumuladas em armazéns, ensacadas em aniagens de cerca de 60 quilogramas e exportadas sem nenhuma outra elaboração. Da coleta do látex em tigelinhas resultava um produto de melhor qualidade. Entretanto, a borracha resultante da coleta pelo processo de choro apresentava um teor de impurezas bastante alto.<sup>19</sup>

Há notícias de funcionamento no Piauí, no Maranhão e no Ceará, de aparelhos de lavagem e prensagem do produto com o objetivo de melhorar sua qualidade e cotação nos mercados consumidores. Em 1913 alguns já estavam desativados.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> A borracha tipo choro era obtida pela lavragem do caule da árvore onde o látex coagulava diretamente. PEQUENO, p. 11-2.

<sup>20</sup> LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 52; PEQUENO, p. 14.

#### 5.4. O CULTIVO DA MANIÇOBA

##### 5.4.1. Expansão e Características

À medida em que os maniçobais nativos iam apresentando menor produtividade, situando-se cada vez mais distantes dos núcleos urbanos e que os preços da borracha se mostravam em ascensão, difundia-se e ampliava-se cada vez mais o espaço ocupado pelos maniçobais cultivados.

Ainda em 1898, propunha-se que as municipalidades tomassem a seu cargo a distribuição de sementes aos agricultores, a serem obtidos do Ceará.<sup>21</sup> Informações sistemáticas sobre cultivos no Piauí, a partir de 1902, constam no jornal *Pátria*. Em seu número de 18 de janeiro de 1903, tratava de cultivos realizados nos municípios de Amarante e Regeneração, por 14 agricultores e totalizando 1.356.000 pés. De acordo com fonte oficial o plantio sistemático da maniçobeira já era uma realidade por volta de 1902/3. É o que se depreende da citação seguinte "o povo piauiense ... dedica-se esperançoso e crente, não só à extração da borracha nativa ... como também ao plantio da árvore que a produz".<sup>22</sup>

De José de Freitas dizia-se, em 1911, que a maniçoba era plantada há mais ou menos dez anos. Artigo do *Pátria*, de 1902, informava que no mesmo município já haviam sido planta-

<sup>21</sup> PLANTAÇÃO da maniçobeira. *Estafêta*. Teresina, 17 de abr. 1898. p.2.

<sup>22</sup> NOGUEIRA, Arlindo Francisco. *Mensagem...* 1903, p. 16-7.



dos mais de 400.000 pés.

A propaganda da cultura do Piauí não teve efeitos ponderáveis no início da extração. As reservas nativas, em processo de descoberta,<sup>\*</sup> ainda se mostravam suficientes para atender às solicitações do mercado e o interesse dos extratores. De outro lado, as expectativas criadas pela propaganda não se confirmavam na prática comprometendo o desenvolvimento da cultura. O excesso de facilidades de que seria revestida, aliado a exageros no cálculo da produção e da produtividade, induzia os agricultores a esperarem lucros fabulosos de suas explorações. Assim, em alguns municípios o interesse pela cultura chegou a ser caracterizado como uma "febre", de rápida duração.<sup>23</sup>

Longe da propaganda idealizadora, a cultura da maniçoba apresentava as mesmas características e os mesmos problemas da agricultura piauiense em geral, subordinada ao sistema tradicional de roças e, como as demais realizada por proprietários e moradores, em pequenas e grandes explorações. Apenas num aspecto ela se distinguia - no destino da produção. Enquanto a agricultura em geral era de subsistência e voltada para o consumo local, a borracha demandava outros mercados, a cujas necessidades respondia. Era geralmente plantada em consórcio com as demais e dificilmente como cultura principal e exclusiva. Era mais uma característica a aproximá-la do conjunto das atividades agrícolas piauienses.

\*A exploração dos maniçobais de Pedro II, por exemplo, só foi iniciada em 1903.

<sup>23</sup> LIMA REBELLO, Anexo IV, s.p.

Conforme observado na Tabela 4, no Capítulo 4, o plantio da maniçoba foi realizado em todo o Estado, embora de forma não homogênea. Percebe-se que a região dos municípios do sudeste concentrava o maior número de cultivos e que, no norte do Estado e no sudoeste, a maniçoba também era cultivada embora em menor escala. A análise daquelas informações revela características da organização da atividade:

a. não há correspondência entre o número de cultivos, de cultivadores e de estabelecimentos cultivados;

b. observação da relação nominal dos possuidores de maniçobais e dos nomes dos estabelecimentos evidenciou que estes eram utilizados por pessoas diferentes, em muitos casos com o mesmo nome de família, o que indica o usufruto coletivo das terras; nomes de diferentes cultivadores no mesmo estabelecimento sugere a utilização por moradores e rendeiros;

c. distinguem-se a posse legal e o uso efetivo da terra.

Da análise das variáveis - cultivos, cultivadores e estabelecimentos, ficou evidenciada a existência de dois grupos de municípios situados em três regiões distintas formados pelos municípios do sudeste, os do norte e os do sudoeste. As duas últimas serão agrupadas para efeito de análise por mostrarem as mesmas características.

Nos municípios da região sudeste observou-se que:

a. havia grande concentração de cultivos por estabelecimentos e que o número de cultivadores era, em geral, menor que o de cultivos, o que indica que algumas pessoas cultivavam mais de uma área. A diferença entre o número de estabelecimentos e de cultivos e cultivadores indica que grande parte destes não utilizava terras próprias. Esta situação caracteriza municípios como São João do Piauí, Caracol, Simplício Mendes e São Raimun-

do Nonato;

b. o número de cultivos recenseados nessa região era significativamente maior que nas demais, assim como o número de pessoas envolvidas na atividade. Dessa forma, dos dez principais municípios ordenados de acordo com o número de cultivos, apenas o de Pedro II, não se localizava nesta região. Esses municípios concentravam 704 dos 934 cultivos recenseados, ou seja, cerca de 75,4% do total.

As regiões do norte e do sudoeste apresentavam condições similares em termos do cultivo da maniçoba. De um modo geral, nos municípios dessas regiões:

a. a cada estabelecimento cultivado correspondia apenas um cultivo e um cultivador;

b. a quantidade de cultivos por municípios era muito pequena, o que demonstra que a atividade tinha pouco significado nessas regiões;

c. as experiências nesses municípios eram realizadas geralmente a nível individual, embora não possa ser determinado se pelo proprietário do estabelecimento ou por terceiro.

Certos casos podem ser considerados atípicos. No município de União, por exemplo, um só cultivador possuía 14 cultivos, sediados em 6 estabelecimentos.

Apesar de nem sempre ser indicada a área ocupada por cada maniçobal, outras informações disponíveis, como o número de árvores cultivadas e o capital empregado demonstram a existência de pequeno número de grandes explorações ao lado de grande número de pequenas - nas quais devem ser incluídas as realizadas em terras de terceiros.

Era comum que os proprietários cedessem suas terras pa-

ra a realização de plantios de maniçoba, assim como já o faziam para outras culturas, desde que tivessem certa participação quando da coleta do produto - que ocorria geralmente a partir do terceiro ano. Certas características da atividade, como o consórcio com as culturas anuais de subsistência, contribuíram para a rápida expansão do número de cultivos e da área cultivada. Muitos desses cultivos, entretanto, eram abandonados após a colheita dos cereais.

Avaliação da necessidade de capital para instalar cultura de maniçoba pressupõe que se tenha em vista a característica de consórcio, já referida. Assim, as despesas de instalação de maniçobal e de roça de cereais eram comuns: broca, aceiro, queima, cercamento e plantio requeriam certo empate de capital.<sup>24</sup> Custo adicional era representado pela compra de sementes. Considerando que a cultura da maniçoba fosse exclusiva, o que era pouco freqüente, além do dispêndio já referido, até a semeadura, calculava-se, em regra, mais o custo de duas capinas anuais.

De acordo com LIMA REBELLO o custo de maniçobal de 12 hectares, ao final de três anos, era de Rs. 2.375\$000, assim distribuídos:

Preço de 12 hectares de terras.....	1.200\$000
Derrubada, queima, limpeza e cercamento	800\$000
Plantio das sementes, em espaçamento	
4 x 4m .....	75\$000
Capina anual, por 3 anos.....	300\$000
TOTAL .....	2.375\$000

<sup>24</sup> ROCHA, p.9-13, trata das técnicas de preparação das roças.

Segundo seus cálculos, o algodão plantado e colhido nos três anos considerados daria uma receita de Rs.3:600\$000, com o que o plantador teria saldo líquido de 1:225\$000. A pretensão de LIMA REBELLO era justificar a idéia, bastante difundida à época, de que a cultura era gratuita. De qualquer forma, maiores dispêndios de capital só eram requeridos quando da coleta do látex, para remuneração da mão-de-obra empregada nesse mister.

A queda dos preços, a partir de 1911, desestimulou os plantios e a própria extração nos maniçobais nativos, principalmente nos mais distantes dos núcleos urbanos. Segundo IGLÉSIAS, as políticas de defesa propagadas a partir de 1912 alimentaram as expectativas dos agricultores que, nesse ano e no seguinte teriam feito plantios.<sup>25</sup> LIMA REBELLO afirma que nem sempre os cultivadores demonstravam interesse pelos prêmios governamentais. Transcrevia, *ipsis literis*, boletim de um agricultor de José de Freitas, o qual, falando em nome dos demais, afirmava que o principal benefício que o Governo poderia fazer à atividade era facilitar a aquisição de arame farpado para o cercamento dos maniçobais, já que seus principais inimigos eram o gado vacum, que danificava as árvores principalmente em suas partes mais tenras, e os porcos que devoravam as raízes e sementes, anulando às vezes um grande esforço despendido no plantio e conservação.<sup>26</sup>

<sup>25</sup>

IGLÉSIAS, p. 51-2.

<sup>26</sup>LIMA REBELLO, *A indústria* ... p. 50.

#### 5.4.2. As Técnicas de Cultivo

O cultivo da maniçoba era feito obedecendo às mesmas etapas em todas as áreas. Evidentemente, pequenas alterações ocorriam, mas estas variações estavam ligadas mais ao peso assumido pelas culturas paralelas e aos cuidados dispensados ao plantio nos anos subsequentes que à prática da cultura propriamente dita.

No que se refere ao plantio eram empregados três tipos de reprodução:

- a. via sementes;
- b. pelo sistema de mudas e viveiros;
- c. pela transmutação de galhos.

O plantio através de sementeira no próprio local era o mais utilizado. Em vista da rigidez das sementes e com o intuito de acelerar o processo de germinação, eram usados artifícios como o de deixar as sementes de "molho" em água fria durante vários dias bem como o de atear fogo a uma cobertura de folhas que as envolvia. Discutia-se muito nas publicações técnicas da época a validade e a conveniência da utilização desses processos, sem que, no entanto, se chegasse a resultados conclusivos. Em regra, não era feita seleção das sementes e, portanto, das espécies a serem reproduzidas.

A questão do espaçamento e da necessidade de um determinado espaço vital mínimo para o bom desenvolvimento da plantação se constituía mais em preocupação dos técnicos que dos próprios cultivadores. Segundo as informações disponíveis, o espaçamento observado às vezes não passava de um metro entre

as árvores e ainda sem a preocupação de guardar a regularidade dessas distâncias. Em alguns casos, as sementes, sem nenhum preparo preliminar, eram apenas jogadas ao solo, onde deveriam germinar e todo o trabalho de distribuição ficava por conta do acaso. Era comum a colocação de várias sementes em uma mesma cova e como não era feita posteriormente a seleção da mais apta, resultava o crescimento de várias árvores,<sup>27</sup> todas inadequadas a fornecerem abundante látex.

Os plantios a partir da transmutação de galhos ou estacas, assim como o sistema de viveiros eram de uso excepcional. Ocorriam geralmente a títulos de experiência em fazendas particulares, geralmente de grandes plantadores. Não tinham participação significativa no conjunto das plantações. Além da cultura sistematizada em roças devidamente cercadas, também nas áreas de maniçobais nativos os extratores jogavam as sementes ao solo, criando assim zonas de maior concentração<sup>28</sup> nas próprias áreas devolutas.

Um dos aspectos mais interessantes do plantio da maniçoba é o que se refere à consorciação das espécies. A maniçoba, via de regra, não constituía cultura única e nem sempre era a principal. Seu plantio era feito paralelamente às culturas de subsistência anuais da região, como o feijão, o milho, a cabaça, o algodão, a mandioca. Isso leva a compreender a grande disseminação da cultura e a rapidez com que se alastrou não só no Piauí como no Nordeste. O custo de instalação de um maniçobal era exíguo e diluía-se na própria formação das

<sup>27</sup> LIMA REBELLO, *A indústria* ... p. 49; SILVA, *A maniçoba*... p.96.

<sup>28</sup> ULE, p. 34.

culturas de subsistência. Colhidos os produtos de ciclo curto, a capoeira ficava ocupada unicamente com o maniçobal, cujos cuidados resumiam-se, segundo críticas de autores da época, unicamente aos dedicados às culturas no primeiro ano de instalação da roça.

Poucos cultivadores tinham acesso às informações de caráter técnico publicadas sobre o assunto. As culturas, portanto, baseavam-se apenas no conhecimento empírico dos lavradores que ignoravam as exigências reais da planta, quer dissessem respeito ao tipo de solo e clima, ao espaçamento mais conveniente, à época mais adequada para o início e o término da extração do látex. Aliás, as próprias "instruções", ocasionalmente distribuídas, não eram respaldadas em conhecimentos mais seguros da cultura.

Houve intensa migração de sementes entre as diversas regiões e Estados produtores. A *Manihot piauhyensis* alcançou uma área de dispersão muito grande, constituindo-se também as sementes em produto de exportação.

Os cuidados relativos à conservação dos maniçobais não eram considerados os mais adequados. Descrições da época informam que os plantios em geral tornavam-se selvagens, disputando espaço vital com as demais árvores que se desenvolviam nas capoeiras. Em outros termos, as capinas anuais aconselhadas para conservação e melhor desenvolvimento das plantações, não eram feitas de forma regular. A conservação e os cuidados frequentes constituíam mais a exceção que a regra nos maniçobais do Piauí.

Considerada a cultura de maniçoba em suas grandes linhas, pode ser caracterizada como empírica e rotineira, no que não se diferenciava da agricultura dominante. Quer se tratasse



da preparação dos terrenos, do tratamento dados às sementes, do próprio plantio, das formas de conservação adotadas, em fim, tudo aproximava a atividade de suas congêneres. Não houve diferenciação nem rompimento com a estrutura vigente.

## 5.5 MUDANÇAS OCORRIDAS

As atividades de extração e cultivo da borracha de maniçoba afetaram de forma direta ou indireta, a vida das populações das áreas produtoras. Não é propósito aqui referir às óbvias mudanças em termos de crescimento populacional e movimento comercial, por exemplo. Outras modificações se processaram no conjunto do social, como a maior necessidade de policiamento, alterações nos preços relativos dos bens, inclusive da terra, redução da atividade agrícola e intensificação dos intercâmbios a nível regional.

No que concerne à ordem pública, para usar o termo da época, toda a organização da produção era no sentido de fazer aflorar conflitos sociais latentes, haja vista a falta de delimitação legal das áreas de exploração, a indivisão das propriedades particulares, a subordinação dos maniçobeiros aos barraquistas, a ausência de um poder público atuante, as arbitrariedades dos coronéis e de seus assecclas, as características da exploração da mão-de-obra, enfim, a arbitrariedade e a força atuavam e tinham um papel de relevo na manutenção dessa ordem social sob cujas leis viviam as populações locais.

As fontes contemporâneas são ricas na descrição de situações reveladoras do clima de insegurança dominante nos municípios de exploração mais intensiva da maniçoba. São cons-

tantes as referências à generalização da prática de furtos, assassinatos, invasões de propriedades privadas, enfim, revelam a instabilidade social que dizem gerada pela presença dos grupos de extratores nômades e adventícios da borracha.

Atribuir aos extratores adventícios as alterações havidas na ordem social é, no mínimo, uma simplificação da realidade. Criou-se com a exploração da maniçoba situação em que os arbitrariedades dos régulos locais, em muitos casos com a conivência das autoridades policiais, aliadas às disputas envolvendo interessados na exploração da borracha, acharam campo de expansão principalmente por que a ação desses grupos, via de regra, punha em risco o poder dessas autoridades locais ou alteravam o equilíbrio de forças vigente. De outro lado, esses conflitos, em suas variadas manifestações, estão presentes tanto na fase de ascensão quanto na de decadência da atividade.

A manutenção da ordem pública no Estado e, em particular, nas regiões produtoras da borracha constitui uma das preocupações manifestadas com maior intensidade pelo Governo no início do século. As informações relativas a esse tema são quase anuais. Já em 1903 afirmava-se que a cultura da maniçoba teria trazido, principalmente ao sul do Estado, uma população adventícia, turbulenta, cheia de ambições e ávida de fortuna e que em virtude disso era necessária a reorganização do corpo militar de polícia no sentido de atender às populações daqueles municípios.<sup>29</sup>

Reclamações e pedidos de reforço policial eram publicados com relativa frequência na imprensa periódica da capital, geralmente com a justificativa de que a situação era

<sup>29</sup> NOGUEIRA, Arlindo Francisco. *Mensagem ... 1903*. p.6.

causada pela afluência de maniçobeiros de outros Estados. Evidenciava-se, nesse contexto, o recrudescimento de questões ligadas ao uso e à posse da terra, à concorrência comercial, à disputa pelo controle político.

Em 1906, eram noticiadas perturbações da ordem no município de São João do Piauí, atribuídas a "grupos de turbulentos forasteiros". A ocorrência de crimes alarmou a população, determinando insistentes pedidos de providências ao Governo.<sup>30</sup>

No ano seguinte também no município de São Raimundo Nonato acusavam-se alterações da ordem - atribuídas aos forasteiros empregados na exploração da maniçoba. O Governo enviou destacamento para restabelecer a normalidade e, como era usual, para auxiliar na arrecadação dos impostos.<sup>31</sup> Problemas similares foram registrados em Corrente, Bom Jesus, Santa Filomena e São Raimundo Nonato entre os anos de 1910 e 1911. Nesta região o Governo mantinha grandes destacamentos da força pública.

A decadência da borracha foi marcada pela intensificação dos problemas em toda a área do sul. A conflagração de Caracol, em 1916/17 e a situação do Canto do Buriti, a partir de 1915, servem de exemplos.

Grande parte dos problemas ocorridos no sul do Estado, tinha como foco inicial as disputas pela terra. A súbita e intensa valorização dessas terras até então de pouco ou nenhum valor econômico provocou uma corrida no sentido do seu controle, principalmente onde a densidade das maniçobeiras nativas era maior.

<sup>30</sup> MENDES, Álvaro de Assis Osório. *Mensagem ... 1906*. p.5.

<sup>31</sup> MENDES, Álvaro de Assis Osório. *Mensagem ... 1907*. p. 3-4.

Tais questões ganham maior relevo à medida em que evidenciam aspectos potencialmente conflitantes da organização econômico-social e da atividade, em particular, como: indefinição dos limites entre as propriedades, a falta de legalização da posse de extensos domínios, a valorização das terras devolutas onde se situavam os maniçobais, teoricamente exploráveis por todos, o caráter nômade das explorações, enfim, os processos de exploração dominantes, inclusive a exploração autônoma, induziam à ocupação não só das terras devolutas como das terras privadas, que não sendo cercadas, complicavam mais essas relações.

As transformações propiciadas pela atividade punham à mostra características estruturais da economia e da sociedade, onde o controle de grandes extensões de terra era pré-requisito para o exercício do poder em qualquer instância. Quando essas tensões se tornavam muito fortes, transformando-se em conflitos armados, era solicitada a intervenção do Governo.

Em 1907 ocorreu séria disputa pelo controle de terras devolutas dos municípios de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, envolvendo a empresa americana Hirschs & Hess e proprietários da região. Na Mensagem desse ano informava-se que haviam sido comissionados dois agrimensores e um oficial do corpo de polícia para intermediar a resolução do problema e ainda verificar a extensão, situação e outras condições das terras devolutas nos dois municípios.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> MENDES, Álvaro de Assis Osório. *Mensagem ... 1907*, p. 2.

Essa era, aliás, uma das preocupações constantes do Governo. O Governador Arlindo Nogueira em, 1902 reclamava da devastação praticada nas matas pelos que se dedicavam à extração da borracha que, "pela ganância de lucros, matavam as árvores aos milhares", ao tempo em que se propunha a alienação e o arrendamento, tidos como os meios de evitar a extinção dos maníobais.<sup>33</sup> Em 1903, constatada a continuidade do problema, sugeria a demarcação e o arrendamento, reforçando que deveriam ser feitos em condições de garantir à indústria extrativa e aos direitos do Estado.<sup>34</sup> Nos anos seguintes o Governo justifica que a demarcação das terras públicas não se havia processado por dois motivos: além de ser necessário pessoal numeroso e habilitado de que o Estado não dispunha, a medida também implicava no aumento da força pública, para garantir a demarcação. Nos anos seguintes as reclamações ainda guardavam o mesmo teor. Enfim, o serviço de terras públicas continuava a reclamar providências do Governo, no dizer de seus representantes.

Esses problemas não seriam resolvidos nas duas décadas consideradas, embora em 1910 se noticiasse a criação de Escola de Agrimensura, em Teresina, para suprir a falta desses técnicos no Estado.<sup>35</sup>

Problema gerado com a intensificação de extração da borracha foi o do declínio da produção agrícola. A escassez de gêneros alimentícios e os altos preços alcançados nessa conjuntura, eram motivos de reclamações sistemáticas dos habitantes

<sup>33</sup> NOGUEIRA, Arlindo Francisco. *Mensagem ...* 1902, p. 16.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. *Mensagem ...* 1903. p.14.

<sup>35</sup> SILVA, Antonino Freire da. *Mensagem ...* 1910 p. 25.

dessas regiões, por meio da imprensa, tendo sido também registrado por observadores contemporâneos.<sup>36</sup> Essa conjuntura é facilmente explicável pela transferência havida, principalmente do fator mão-de-obra, da economia de subsistência para a atividade extrativa, que era de fato mais lucrativa no período.

CHANDLER referindo-se aos Inhamuns no início do século informava esse período como de intensificação da comercialização de cereais, em outros termos, que a produção de alimentos teria extrapolado o mercado local.<sup>37</sup> Informações relativas ao Maranhão dão conta de que esse Estado exportava alimentos para o Piauí.

No caso do Piauí, as indicações são no sentido da redução na produção agrícola. O Estado constituiu-se em mercado consumidor de gêneros oriundos de outras regiões, com o que foram intensificadas as trocas inter-estaduais. De resto, essa tendência só se acentuou à medida em que o Piauí mais e mais transformava sua economia num complexo pecuário-extrativista.

<sup>36</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura ... do Piauí*, p.

<sup>37</sup> CHANDLER, p. 175.

## 6. COMERCIALIZAÇÃO

### 6.1. O COMÉRCIO NO ÂMBITO LOCAL

Na análise do comércio da borracha de maniçoba, impôs-se, como primeiro passo, a caracterização dos polos iniciais da comercialização e o estudo das relações estabelecidas entre os produtores e as diversas categorias de intermediários, a nível do mercado local.

Esquema simplificado do comércio da borracha e que configura a integração das áreas produtoras às vilas e cidades, definidas como os polos iniciais de concentração do produto, comporta os seguintes elementos básicos:

PRODUTOR → INTERMEDIÁRIO → COMERCIANTE LOCAL

Esse modelo apresentava-se, concretamente, sob várias formas, distintas entre si à medida em que representavam relações sociais específicas no processo de produção.

As características da produção foram definidas em capítulo precedente. Certas informações serão retomadas, entretanto, à medida em que se façam necessárias ao esclarecimento do esquema de intermediação vigente na instância local.

A comercialização da borracha de maniçoba no mercado local tinha como elemento inicial o maniçobeiro. A depender de sua situação em termos do contexto da produção, o produto coletado passava às mãos dos barraquistas, dos proprietários de

maniçobais, dos arrendatários, dos quizílias, dos zangões e dos zangotes. A partir desses intermediários a borracha alcançava os comerciantes das cidades e vilas, que eram negociantes autônomos, agentes de casas exportadoras e compradores volantes.<sup>1</sup>

Em vista da localização das áreas em que era coletada a borracha, às vezes situadas a grandes distâncias das vilas e cidades, o comércio era também realizado nas feiras semanais dos povoados do interior dos municípios para onde ocorriam vendedores e compradores da borracha e de outros gêneros. Nessas "feiras da maniçoba", como eram conhecidas, em muitos casos, eram instaladas sedes de agências arrecadadoras do Estado.<sup>2</sup>

Observa-se que havia necessariamente, a presença de um ou mais intermediários entre o maniçobeiro e os comerciantes estabelecidos nos mercados locais, quer fossem eles autônomos, representantes ou agentes de empresas exportadoras ou compradores eventuais que visitassem os centros de produção durante a safra.

Percebeu-se, também, que independentemente da categoria de maniçobal explorado-nativo, cultivado, devoluto ou privado, o esquema básico da comercialização era o mesmo.

A vigência de um sistema de intermediação mais ou menos rígido no âmbito dos maniçobais, explicava-se pelas relações sociais e contratuais prevalecentes entre os maniçobeiros e seus superiores.

<sup>1</sup> LACERDA, Manuel Messias de. *Subsídios para o estudo das maniçobas lactescentes*. Rio de Janeiro. Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. p.39-43; CARNEIRO, *A borracha...*, p. 200; ZEHNTNER, *Estudo sobre a borracha...* p. 27-8; *Questionário sobre as condições da agricultura... do Piauí*, p.66 e 86; DIAS, p.141.

<sup>2</sup> FRANCO, p.123-4;126 e 134; ALMANAQUE Laemmert, p. 3770.



O comércio na instância local pode ser explicado a partir do sistema adotado nas áreas de maniçobais devolutos, cujas características comunicaram-se a outras formas de exploração - inclusive aos cultivos de particulares e empresas.

Esse sistema consistia, basicamente, no estabelecimento de um barraquista<sup>3</sup> numa área de maniçobais devolutos, exercendo o monopólio da compra e da venda de mercadorias em sua área de atuação. Assim, ao tempo em que fornecia aos maniçobeiros os gêneros indispensáveis à sua manutenção, atuava como comprador único e exclusivo da borracha produzida, ditando, por consequência, o comportamento dos preços.

A cadeia de endividamento, uma das características do comércio da borracha a nível local, alcançava todos os grupos envolvidos. Essa cadeia iniciava-se com o endividamento do barraquista, que adquiria gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos e outros bens necessários ao funcionamento do barracão, no comércio das vilas e cidades, para pagamento à medida em que fosse tendo acesso à produção. Continuava com o fornecimento antecipado feito pelo barraquista a todos os trabalhadores, a partir do momento em que passavam a compor o grupo a arrear-se no maniçobal em vias de ser explorado.

Nesse fornecimento, que continuava durante toda a safra,

<sup>3</sup> Em seu romance *Vila de Jurema*, William Palha Dias emprega o termo barraconista e em comunicação pessoal afirmou que era esta a expressão utilizada em Caracol. Optou-se, entretanto, por utilizar o termo barraquista pelo fato de ser assim expresso na generalidade das fontes consultadas. No *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* barraquista é definido como "proprietário de maniçobais, que explora estes por intermédio dos maniçobeiros". DIAS, William Palha. *Vila de Jurema*. Teresina, FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11 ed. São Paulo, Civilização Brasileira, 1969. p. 158.

incluía-se, em muitos casos, a água, indispensável não só à alimentação, como às tarefas de preparação da borracha e, via de regra, escassa nas áreas produtoras.

Assim, no âmbito do maniçobal, enquanto o barraquista fornecia-se de mercadorias nos estabelecimentos dos comerciantes locais, o maniçobeiro endividava-se, progressivamente, no barracão.

O funcionamento do sistema, no que se refere aos demais compradores de borracha de maniçoba no interior dos municípios, quanto às relações comerciais, obedecia à mesma estrutura. Os proprietários de maniçobais - nativos ou cultivados - exploravam-nos pessoalmente, estabelecendo-se com barracão ou arrendavam-nos a terceiros, para serem explorados sob a mesma forma.<sup>4</sup>

Os zangões, quer fossem compradores autônomos, quer operassem em nome dos comerciantes das cidades e vilas, situavam-se em locais em que pudessem ter fácil acesso à compra do produto, originário de qualquer tipo de exploração. Estabelecidos com mercadorias que vendiam a preço mais acessível que nos barracões, tinham agentes volantes, os zangotes que, como eles, invadiam a área de jurisdição dos barraquistas e proprietários, trocando seus gêneros geralmente pela borracha de melhor qualidade que os maniçobeiros sonegavam aos barracões.<sup>5</sup>

\* Zangões, nas áreas maniçobeiras era a expressão utilizada para definir uma categoria de fregueses dos negociantes de conta própria das cidades e vilas. Compravam mercadorias a crédito, pagas com borracha, couros e dinheiro. Recebiam importância em dinheiro para compra de borracha durante a safra.

<sup>4</sup> *Questionário sobre as condições da agricultura... do Piauí.* p.66 e

A atuação desses "fura-negócios", para usar expressão da época, representava um afrouxamento na rígida cadeia da comercialização na instância local, envolvendo os produtores e os intermediários formais. Constituiu-se, por outro lado, num estopim para a manifestação de atos de arbitrariedade e violência no seio das áreas produtoras, de que resultavam mortes, prisões e fugas dos maníobeiros coniventes ou expulsão desses intermediários das proximidades da área de exploração.

Em qualquer dos tipos de exploração considerados, tanto os primeiros intermediários na compra da borracha, quanto os produtores, iniciavam suas atividades subordinados ao sistema de endividamento. As dívidas dos maníobeiros eram pagas com o produto colhido, entregue nos barracões. Os barraquistas, por sua vez, levavam-no para venda aos negociantes das vilas e cidades, onde o valor era estimado de acordo com a cotação semanal do produto. Via de regra havia obrigatoriedade de uma relação exclusiva, no que se refere à venda da borracha do maníobeiro para o barraquista e deste para o comerciante que lhe havia feito o fornecimento inicial.

Com essas relações eram dominantes no âmbito das áreas produtoras, a ação de zangões, zangotes e quizílias era considerada ilícita.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> DIAS, p. 141, refere-se as arbitrariedades cometidas principalmente pelas autoridades policiais contra os quizílias. LACERDA, p. 40, definia-os como "negociantes sem crédito, sem dinheiro e sem reputação".

Depreende-se dessas relações, que uma das características da comercialização a nível local, como contrapartida do próprio processo de endividamento, era a pouca necessidade de capital inicial, sob forma monetária. Desde que a borracha funcionava, efetivamente, como moeda corrente e por meio dela saldavam-se compromissos entre produtores e comerciantes, diluía-se, em grande parte, a necessidade de capital - dinheiro para realizar as transações comerciais, dinamizadas com o surgimento do produto.

Essas relações indicam a existência de um fluxo de mercadorias, usualmente vendidas à crédito e um fluxo da borracha, no sentido inverso, correspondendo, em grande parte, ao pagamento dos fornecimento iniciais, necessários à dinâmica do processo de coleta do látex, nas diferentes áreas de produção.

Assim, essas transações se davam, quanto às mercadorias e ao dinheiro no sentido COMERCIANTE LOCAL → INTERMEDIÁRIO → PRODUTOR e quanto à borracha, no sentido PRODUTOR → INTERMEDIÁRIO → COMERCIANTE LOCAL.

Observa-se que entre o maniçobeiro e o elemento que lhe era imediatamente superior - fosse barraquista, arrendatário ou proprietário de maniçobal - a moeda só era utilizada no sentido de equiparar as receitas, representadas pela borracha entregue no barracão e as despesas, relativas aos adiantamentos feitos sob a forma de vales, de circulação restrita ao maniçobal e ao fornecimento de gêneros alimentícios e/ou instrumentos de trabalho.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> DIAS, p. 147.

Em se tratando da borracha produzida em roças,\* seu destino poderia, eventualmente, ser mais independente da cadeia referida. Nesse caso, a autonomia do cultivador era cerceada pela relação que ele estabelecia com a terra e pela extensão do cultivo. A forma mais livre de produção correspondia, assim, à coleta em terreno próprio, utilizando mão-de-obra familiar.

Viu-se que a venda da maniçoba aos comerciantes estabelecidos no interior dos municípios ou em suas sedes, fazia-se em pagamento dos gêneros adiantados para proceder-se à coleta da borracha e em troca de fornecimento para nova etapa de extração, geralmente semanal. As mercadorias adiantadas ou levadas no ato da entrega da borracha correspondiam a uma grande parte do valor do produto. A circulação monetária era, pois, bem menor que a correspondente ao volume de negócios realizados na safra da borracha, já que o sistema de comercialização adotado institucionalizava o crédito.

A organização social prevalecente nos diferentes tipos de exploração, em que deve ser destacada a forma de remuneração dos trabalhadores e o próprio sistema de comercialização, a impor um preço único para qualquer tipo de borracha produzida, levavam à inexistência de tipos comerciais definidos de borracha nas áreas produtoras.

O processo de remuneração, baseado na quantidade produzida, tanto do ponto de vista do maniçobeiro, como do responsável imediato pela exploração, desestimulava a produção de borracha de boa qualidade e incentivava as práticas no sentido de aumentar a quantidade produzida, até pela inserção de

\* Os autores, em geral, referem-se à borracha oriunda de cultivos como maniçoba de roça.

detritos de origem vegetal e animal à borracha em coagulação. Esta era uma prática bastante comum, principalmente na exploração de maniçobais devolutos sob o sistema de barracão.<sup>8</sup>

Os preços pagos nas áreas produtoras eram relativamente homogêneos e determinados, em parte, pela cotação nos mercados consumidores. Embora a borracha fosse cotada por um preço médio, independente de sua qualidade, atendia às características de secagem do produto. A borracha verde, que deveria sofrer o processo de quebra do peso, via perda de umidade, era comprada a preços bem mais baixos que a borracha seca, já em condições de ser acondicionada e exportada.

Viu-se, pois, que o preço não constituía mecanismo de controle da qualidade da borracha, incrementando a produção de tipos superiores, mas que associado ao sistema de pagamento dominante, atuava no sentido de depreciá-la.

A cadeia comercial, a nível local, seja considerando o circuito do crédito, via fornecimento de mercadorias ou a venda da borracha, no sentido inverso, caracterizava-se, quais quer que fossem os intermediários existentes entre o maniçobeiro e os comerciantes locais, por seu caráter marcadamente exploratório.

Assim, o interesse dos fornecedores de mercadorias em qualquer nível - fossem negociantes locais, agentes de casas exportadoras, barraquistas ou zangões - era a transferência cada vez maior de seus custos para o consumidor imediato, via elevação dos preços dos gêneros a serem pagos com a borracha. De outro lado, quando da compra desse produto, eram adotadas políticas no sentido de comprimir o preço de aquisição, inclu-

<sup>8</sup> LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 51.

sive pela alteração da qualidade e do peso.

A cadeia de intermediação, no caso da borracha, sugere - rida de forma esquemática, era, na realidade, bastante com - plexa. A instância formal não era necessariamente obedecida, como pode ser evidenciado pela ação de zangões, zangotes e quizílias que, embora constituindo categorias bem definidas de comerciantes, realizavam até certo ponto, um circuito informal da comercialização, desde que não se limitavam a comprar a borracha dos maniçobeiros livres, ou seja, desvinculados do sistema de barracamento, mas de qualquer produtor, independente do seu nível de autonomia para efetuar a venda.

Assim, os maniçobeiros subordinados a barraquistas, a arrendatários ou a proprietários de manibais deveriam vender a borracha exclusivamente aos seus patrões. Era, entre - tanto, usual que sonegassem parte da produção que deveria ser entregue nos barracões, passando-se para outros compradores, em troca de dinheiro e mercadorias. Por essa via escoava-se, freqüentemente, a borracha de melhor qualidade.

No caso dos produtores autônomos ou maniçobeiros de conta própria, a presença mais freqüente no sentido de for - çar a intermediação era a dos quizílias, que adquiriam a borracha antes da chegada do produtor à cidade ou vila a que se destinava. Oferecendo-lhe grandes vantagens, fraudavam-no quanto ao preço de mercado e quanto à pesagem, enfim, realizavam lucros simplesmente por via da especulação, já que o pagamento só era feito após a revenda da borracha no comércio local, a preços que compensassem a operação.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> LACERDA, p. 40.

Observa-se, pois, a vigência de um esquema de comercialização em que a presença de um ou de vários intermediários, atuando entre maniçobeiros e comerciantes locais, onerava o custo de produção, diminuindo a capacidade concorrencial do produto.

## 6.2. O COMÉRCIO A NÍVEL REGIONAL

A despeito da existência de compradores de borracha, tanto no interior quanto na sede da quase totalidade dos municípios do Estado, em algumas cidades esse comércio tinha maior importância, não só pela localização no centro da área produtora e pelas condições de escoamento, como por nelas se estabelecerem os grandes comerciantes no ramo e os agentes das casas exportadoras que, em muitos casos, eram os próprios comerciantes locais.\*

Essas condições atuavam no sentido de atrair a produção das áreas circunvizinhas, transformando essas cidades não só em centros de compra da borracha, como da distribuição de mercadorias para as áreas produtoras.

A formação e o desenvolvimento desses núcleos comerciais relacionava-se não apenas à proximidade das áreas produtoras, mas, sobretudo, às condições de localização em torno das vias de escoamento do produto.

\* Essa expressão como no item anterior, está sendo utilizada no sentido de comerciante estabelecido nas vilas e cidades das áreas produtoras.



Segundo LIMA REBELLO, em 1913, no Piauí, havia exportadores de maniçoba, estabelecidos com matrizes ou filiais, nas cidades de Floriano, Amarante, Teresina, União, José de Freitas e Parnaíba, num total de 25 casas comerciais envolvidas nesse negócio.<sup>10</sup>

CARNEIRO confirma a informação precedente, destacando igualmente os municípios e as firmas exportadoras. Algumas eram filiais de empresas baianas e maranhenses, que também exportavam borracha.<sup>11</sup>

Além destas, cidades como Picos, Valença, São João do Piauí e São Raimundo Nonato eram centros comerciais de destaque operando com produção própria e dos municípios vizinhos.

A própria localização dessas cidades-empórios indicava o destino da produção da borracha por ela canalizada, desde que o comércio piauiense respondia às solicitações de diversos centros regionais, como Salvador, Recife, Fortaleza, Parnaíba e São Luís, por cujos portos realizava suas importações e exportações.<sup>12</sup>

Assim, os municípios marginais do Parnaíba realizavam o seu comércio por essa via, utilizando-se do transporte fluvial, o que contribuiu para a formação de centros comerciais de relativa importância, como Floriano, Amarante, Teresina e União. A produção de borracha, tanto do Piauí, como do leste do Maranhão - embora em pequena escala, demandava a cidade de

<sup>10</sup> LIMA REBELLO, José Pires de. Anexo nº 4. Relação das casas comerciais exportadoras de borracha em 1913. \_\_\_\_\_. *A indústria* ...

<sup>11</sup> CARNEIRO, Antonio Joaquim de Souza. *Rubber in Brazil*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. p. 56.

<sup>12</sup> SOUZA, p. 39-41.

Parnaíba, por onde tinha acesso aos portos de Amarração e Tutóia.\*

Parte da produção dos municípios do sudeste e sudoeste do Estado tinha como principais centros da comercialização, as cidades de São João do Piauí e São Raimundo Nonato. As transações comerciais mais significativas dessas cidades eram feitas com a Bahia e Pernambuco, passando pelos importantes centros comerciais de Juazeiro e Petrolina.

Grande parte da borracha exportada pelo porto da Bahia era adquirida em municípios do Piauí, limítrofes com aquele Estado, e vendida em Remanso, a representantes e agentes de casas exportadoras baianas, que controlavam todo o comércio dessa área.<sup>13</sup>

A exportação de borracha do Piauí também era feita pelo Ceará, passando pelos mercados de Crato e Senador Pompeu, para daí atingir o porto de Fortaleza.

O que se observa claramente nesse período, é uma hierarquização, do ponto de vista do comércio, das cidades e vilas inseridas na área de produção da borracha de maniçoba, no Piauí e Estados limítrofes.

No caso do Piauí, cidades como Floriano, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Picos e Valença destacavam-se como concentradoras da borracha num primeiro nível, canalizando a produção das áreas circunvizinhas. Num segundo nível, e recebendo o produto originário desses centros, destacavam-se

\* Denominado Ilha do Cajueiro, na Estatística Comercial da República.

<sup>13</sup> ULE, p. 20.; A CULTURA da maniçoba no Piauí. *Boletim da Superintendência* ... p. 34.

Parnaíba, no Piauí; Juazeiro e Remanso, na Bahia; Petrolina, em Pernambuco e, embora de menor importância, Crato e Senador Pompeu, no Ceará.

Assim, considerando-se a exportação da borracha de maniçoba piauiense, verificou-se a existência de três áreas, bem definidas, de dispersão do comércio, identificadas a partir da atuação exercida pelos portos exportadores da Bahia, Ceará e Piauí/Maranhão.

No geral, essas rotas eram seguidas por todos os gêneros de exportação do Piauí, inclusive a borracha de manga-beira, produzida em pequena escala.

A exportação de caucho, que a Estatística Comercial da República registrava como piauiense, era originária de Goiás e os mercados compradores, no Piauí, eram Floriano e Amarante, que disputavam o monopólio dessa transação.<sup>14</sup>

A documentação consultada é unânime na afirmativa de que a exportação do Piauí, e, no caso particular, a da borracha de maniçoba, eram bem maiores que as registradas pelas estatísticas comerciais. Tal fato era explicado pelas peculiaridades da situação do Estado. Abrindo-se para outros Estados comerciais, seus vizinhos, o movimento de importação e exportação dividia-se por várias regiões de influência, o que dificultava o controle da entrada e saída dos gêneros pelas autoridades fiscais competentes. Aliás, as fontes de natureza oficial igualmente chamam atenção para a prática constante e incontrolável do contrabando nas fronteiras.

Assim, grande parte da produção da borracha do Piauí

<sup>14</sup> LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 33.

era legalmente exportada via fronteiras, mas, parte não menos substancial era registrada como originária de outros Estados, principalmente do Ceará e da Bahia.<sup>15</sup>

As fontes disponíveis sobre a exportação da borracha de maniçoba no Piauí, apresentam dados conflitantes, o que se justifica pela pouca exigência, à época, de sistematização estatística. Geralmente de natureza oficial, os registros eram organizados tendo em vista a cobrança dos tributos estaduais e municipais, correspondendo, evidentemente, apenas ao comércio lícito.

As estatísticas mais distanciadas da realidade da produção e da exportação do Piauí são as constantes da Estatística Comercial da República, apresentadas, para análise, em confronto com o total da exportação brasileira.

A correta interpretação desses dados exige algumas informações complementares.

Em primeiro lugar, mesmo constando na Estatística Comercial da República que a exportação da "Ilha do Cajueiro" correspondia à exportação piauiense, não se confirma essa informação, pelo menos por dois motivos:

- a. A totalidade da exportação piauiense resultava da exportação pelo porto da Tutóia (Ilha do Cajueiro), pelo porto de Amarração e pelas fronteiras terrestres do Estado.

<sup>15</sup> BELLO, p. 97; ULE, p. 20.

TABELA 17

EXPORTAÇÃO DE MANIÇOBA PELO PORTO DA "ILHA DO CAJUEIRO" E  
EXPORTAÇÃO DO BRASIL

1901 - 1920

Ano	Brasil	Ilha do Cajueiro	%
1901	472.917	164.882	35,0
1902	807.388	362.691	44,9
1903	1.721.894	632.858	36,7
1904	2.216.077	503.871	22,7
1905	2.682.217	557.530	20,8
1906	2.663.507	505.084	19,0
1907	2.428.678	520.824	21,4
1908	2.166.224	326.984	15,1
1909	3.105.449	473.613	15,2
1910	3.618.206	566.684	15,7
1911	3.444.531	686.295	19,9
1912	3.724.829	609.772	16,4
1913	1.555.243	436.428	28,1
1914	1.730.769	287.128	16,6
1915	3.499.160	288.326	8,2
1916	2.394.138	319.611	13,4
1917	2.089.504	177.934	8,5
1918	405.044	46.979	11,6
1919	945.583	92.762	9,8
1920	649.157	182.058	28,1

Fonte: Estatística Comercial da República.

A exportação via fronteiras, por seu turno, era computada para efeito de registro, pela Estatística Comercial da República, como cearense, pernambucana, baiana, dependendo do porto

por meio do qual ela se realizasse.

- b. A exportação total da "Ilha do Cajueiro" não era necessariamente piauiense, desde que o referido porto, no delta do Parnaíba, era ponto de escoamento dos produtos oriundos dos dois Estados ribeirinhos - Piauí e Maranhão.

Se a estatística federal só tomava como base o porto exportador, não se pode determinar, por esses dados, qual o Estado que produzia a borracha e em que quantidades.

De outro lado, tendo como dado que toda a produção da borracha de maniçoba, no período, era destinada à exportação-produção e exportação, a nível global, se equivaliam.

O mesmo não ocorre quando se trata do estudo de áreas específicas, que se caracterizavam umas como produtoras, outras como exportadoras. Só um estudo mais pormenorizado e que envolvesse pesquisa, no mínimo, nos Relatórios das Secretarias de Estado da Fazenda da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão, ajudaria a esclarecer e a confrontar os quantitativos da produção em cada Estado com a respectiva exportação.

As estatísticas federais não contribuem de forma significativa no sentido de esclarecer esse tipo de questão. Têm, entretanto, grande validade na explicação das correntes de comercialização do produto, mostrando seus principais portos de escoamento, em termos regionais, além de seu destino.

De acordo com esses dados, a participação piauiense no conjunto da exportação brasileira do produto seria bem menor que a evidenciada pelas estatísticas estaduais.

A Tabela a seguir resulta de informações constantes em diversos Relatórios anuais da Secretaria de Estado da Fazenda.

Embora passível de críticas, aproximava-se mais das quantidades efetivamente produzidas no Estado e mostra uma participação mais efetiva da borracha piauiense no total da exportação brasileira.

Era sobre esses quantitativos e seu valor oficial que incidia o imposto estadual de exportação.

TABELA 18

## BORRACHA EXPORTADA PELO ESTADO DO PIAUÍ

1903 - 1914

Ano	Quantidade (em quilos)	Valor Oficial (em mil réis)
1903	945.003	1.907:850\$866
1904	855.255	1.710:510\$000
1905	1.064.034	2.128:068\$000
1906	1.191.024	2.384:048\$000
1907	957.561	2.393:902\$500
1908	626.685	1.253:390\$000
1909	1.012.703	2.024:312\$000
1910	1.696.938	6.574.148\$000
1911	1.382.026	3.455:065\$000
1912	910.381	2.225:952\$500
1913	576.602	1.160:514\$483
1914	604.112	604:112\$000

Fonte: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

Se, pelos dados da Estatística Federal, o Piauí contribuía com cerca de 20% da exportação brasileira, de acordo com as estatísticas estaduais, essa participação era muito mais signifi-

cativa. Considerando os doze anos para os quais se dispõe das quantidades exportadas, de acordo com as fontes estaduais, o Piauí contribuía com uma média anual de 38,1% da exportação brasileira, ressaltando-se que elas refletem apenas o comércio lícito.

Esse dado fundamenta, em parte, as freqüentes afirmações de que o Piauí, apesar das estatísticas federais não demonstrarem isso, ocupava o primeiro lugar em termos de produção da borracha de maniçoba, no Brasil.

Todos esses dados devem ser interpretados, não como demonstrando rigorosamente a exportação do Estado, mas como refletores da tendência do comportamento dessa variável e por meio dela, da produção.

A característica de aproximação com a realidade desses quantitativos evidencia-se quando confrontados com outras fontes, como é o caso dos totais anuais encontrados por LIMA REBELLO, em trabalho para a Superintendência da Defesa da Borracha, em que utilizou, como material de consulta, os despachos relativos a exportação da borracha.

Segundo esses dados, a participação anual média do Piauí na exportação da maniçoba, numa série de dez anos, era de 35,7% do total do Brasil, o que é uma cifra expressiva, considerando-se as peculiaridades do comércio piauiense, em termos da dispersão dos gêneros produzidos e das condições efetivas de controle fiscal.

De acordo com a Estatística Estadual, de modo geral, as quantidades exportadas foram crescentes até 1906. Manifestou-se sensível redução na exportação em 1907 e principalmente em 1908, em consequência da crise financeira que assolou os mer-



TABELA 19

## EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DE MANIÇOBA DO PIAUÍ

1903 - 1912

Ano	Quantidade (em quilos)	Valor Oficial (em mil réis)
1903	897.866	1.910:517\$900
1904	976.774	2.221:362\$200
1905	968.045	2.207:385\$500
1906	966.860	2.468:184\$500
1907	909.654	2.333:818\$500
1908	704.389	1.467:988\$000
1909	939.880	2.786:078\$000
1910	1.273.224	4.602:860\$000
1911	1.339.842	3.685:506\$500
1912	929.737	2.338:070\$500

Fonte: LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 32.

cados consumidores do produto.

Em 1909 e 1910 voltam a crescer as quantidades exportadas, sendo que o último exercício consignou a maior exportação do produto registrada no período, decrescendo a seguir sucessivamente até 1913, para apresentar ligeira recuperação em 1914.

Não se dispõe de dados que informem sobre as quantidades exportadas a partir de 1914, mas, mesmo considerando que essas quantidades se tenham mantido relativamente estáveis - aos ní-

veis de 1913/14 - a receita proveniente de sua exportação passou a ter pouco significado no conjunto da receita do Estado, tendo em vista a redução de seu valor na pauta das exportações.

As quantidades e os valores encontrados por LIMA REBELLO apresentam-se com oscilações menos bruscas que os da Estatística Estadual, embora revelem as mesmas tendências.

As características da infra-estrutura de transportes e comunicações, os óbices de natureza institucional, além dos próprios imperativos da colonização do Estado, determinando a partir de sua formação as principais áreas de influência, explicam, em parte, os rumos seguidos pela produção piauiense destinada à exportação.

O Estado não possuía, no início do século, quando da fase de domínio das exportações da borracha, um quilômetro sequer de estradas-de-ferro.

Inexistiam estradas de rodagem e o transporte de gêneros do interior do Estado fazia-se em caminhos estreitos ou veredas, frequentadas por tropas de muares e jumentos, que transportavam a produção para os portos fluviais ou diretamente para Parnaíba, de onde deveria alcançar os portos de Tutóia e Amarração.

A navegação mais frequente era a do rio Parnaíba, no trecho Floriano-Parnaíba-Tutóia, com escalas nos portos intermediários de Amarante, União, Miguel Alves e Luzilândia. Havia, pois, regularidade no transporte da produção, em zonas bem específicas do Estado - a área ribeirinha e o norte, com acesso mais fácil à cidade de Parnaíba.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> SOUZA, p. 36-8.

No caso da produção dos municípios do sudeste e sudoeste, mais distanciados do rio Parnaíba, o transporte da borra - cha era feito, a partir de Juazeiro, pela Estrada de Ferro da Bahia, parte pelo rio São Francisco e ainda por via terrestre - em tropas, até o porto da Bahia. A relativa facilidade de escoamento nessa direção contribuía para solidificar as relações comerciais dessa área com a cidade do Salvador, cuja influência sobre o Piauí vinha do período colonial. As dificuldades de comunicações com o norte do Piauí, integravam-na apenas no sentido do fornecimento de rendas ao erário público. O comércio, sem dúvida, tinha como centro dinâmico a capital baiana.

No que se refere aos municípios mais próximos da fronteira leste, as comunicações eram mais frequentes com as capitais do Ceará e de Pernambuco, em detrimento de Teresina e Parnaíba.

Assim, em se tratando da comercialização da borracha de maniçoba, não havia necessariamente correspondência entre Estados produtores e exportadores, em face das características assumidas pelas linhas de comércio no interior do Nordeste. No caso do Piauí, a produção diluía-se por vários canais de exportação. Como nem toda a produção escoada por essas vias era feita de modo legal, controlada pelas autoridades fiscais - que não poderiam atuar numa área de fronteira tão extensa - presume-se que a produção foi sempre muito superior à contabilizada pelo Estado, para efeito de pagamento de impostos de exportação.

Certo é que a exploração da maniçoba aguçou as questões de fronteiras interestaduais, originárias não só da indefinição de limites, como de ingerências fiscais dos Estados na es-

fera dos outros, de que resultava todos se sentirem prejudicados em seus interesses.

Além dos problemas derivados das dificuldades de comunicações e transportes, o comércio do Piauí sofria os problemas decorrentes da falta de infra-estrutura creditícia. Os comerciantes piauienses reclamavam, com certa insistência de que as transferências feitas por seus compradores na Europa só podiam ser sacadas nas praças do Pará, Maranhão e Pernambuco e que enquanto os comerciantes dos demais Estados recebiam imediatamente o capital com que adquiriam novos estoques, no Piauí precisava-se ter acesso às casas financeiras dos Estados vizinhos para que os pagamentos das exportações fossem recebidos. Alegavam os prejuízos decorrentes dessa situação, pois seus concorrentes, os compradores dos Estados vizinhos sempre dispunham muito mais rapidamente de capital para realizar os negócios.<sup>17</sup>

No sentido de obviar esse problema, os comerciantes piauienses, representados pela Associação Comercial de Teresina, requeriam ao Governo a partir do momento em que a maniçoba se impôs como principal produto de exportação e foi eliminada a intermediação maranhense do comércio exportador, a criação de um organismo de crédito que viesse a facilitar essas transações, ou, pelo menos, a abertura de uma filial de banco de outro Estado.<sup>18</sup> Embora essa solicitação fosse uma constante em todo o período, a primeira instituição de crédito do Estado - o Banco Agrícola do Piauí, só seria criada no final da Primei-

<sup>17</sup> BANCO piauiense. *Jornal Piauí*. Teresina, 17 dez. 1905. p. 2.

<sup>18</sup> PARENTES, H. Banco. *Pátria*. Teresina, 27 set. 1903. p.3.; \_\_\_\_\_. Banco. *Pátria*. Teresina, 4 out. 1903. p.1.

ra República.

As condições acima definidas dizem respeito à comercialização da borracha, principalmente no que se refere ao acesso aos centros comerciais mais importantes.

Quanto aos elementos envolvidos na cadeia da comercialização, a série bastante definida, de operações iniciadas na área de produção, envolvendo os manijobeiros, os diversos intermediários e os comerciantes das cidades e vilas, não sofria solução de continuidade, visto que os últimos eram clientes dos negociantes desses polos de maior influência, geralmente sob as mesmas condições da instância local. As próprias casas exportadoras possuíam agentes nas cidades interioranas de maior porte, para efetuarem *in loco* as transações comerciais, além de comprarem a borracha em suas sedes e enviarem compradores volantes às áreas produtoras, durante a safra.

Assim, a borracha, passava de núcleos de menor para núcleos de maior importância, até a chegada aos centros exportadores, num processo de concentração que atingia o ápice nas cidades portuárias, onde apenas alguns grandes comerciantes controlavam a exportação.

### 6.3. O COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

A quase totalidade da exportação da borracha de manijoba no Brasil, fazia-se pelos portos de Salvador, Fortaleza e Tutóia. Pequenas quantidades eram exportadas por Recife e outros portos, como Natal, Camocim e Cabedelo.

A participação desses portos na exportação é mostrada na Tabela seguinte.

TABELA 20

## EXPORTAÇÃO DA MANIÇOBA DO BRASIL POR PORTOS

1901 - 1920

Ano	Salvador	Fortaleza	Tutóia	Recife	Outros
1901	5,0	49,0	35,0	9,1	1,9
1902	17,7	33,3	44,9	3,0	1,1
1903	28,8	30,1	36,7	2,4	2,0
1904	41,9	30,2	22,7	4,4	0,8
1905	53,8	22,0	20,8	3,1	0,3
1906	52,9	26,8	19,0	1,2	0,1
1907	52,9	24,3	21,4	0,7	0,7
1908	57,7	26,7	15,1	0,2	0,3
1909	50,5	33,2	15,2	0,6	0,5
1910	53,8	28,4	15,7	1,4	0,7
1911	50,8	27,6	19,9	1,4	0,3
1912	51,8	29,2	16,4	2,1	0,5
1913	34,9	28,0	28,1	7,6	1,4
1914	44,2	31,7	16,6	6,5	1,0
1915	48,8	34,7	8,2	6,9	1,4
1916	33,5	29,3	13,4	19,3	4,5
1917	45,8	33,0	8,5	9,3	3,4
1918	49,7	36,4	11,6	2,0	0,3
1919	30,8	51,2	9,8	5,1	3,1
1920	35,6	22,3	28,1	10,1	3,2

Fonte dos dados brutos: Estatística Comercial da República.

Evidencia-se a extrema concentração da exportação nos três principais portos, com uma média anual superior a 90% do total. De resto, a proximidade dessas áreas produtoras e as condições de acesso justificavam o comportamento das exportações.

Os grandes exportadores estavam sediadas nessas cidades, de onde controlavam todas as operações de compra e venda da borracha.

Na Bahia, as principais casas exportadoras de borracha de maniçoba e mangabeira eram Wilhem Overbeck & Cia; J. Gama da Costa Santos; M. Ullmann & Cia; Von der Linde & Cia; S. Hess & Cia; F. Stevenson & Co. Ltda e Rossback Brazil Co.<sup>19</sup>

LIMA REBELLO fornece relação das casas comerciais exportadoras de borracha, no Piauí, no ano de 1913, num total de 25 e sediadas em 6 municípios. Em Parnaíba, eram exportadores: José Mentor & Cia, J. Aristides & Cia; J. Narciso & Cia; Marc Jacob & Cia; M. Ullmann & Cia (matriz na Bahia); Jonas M. Corrêa; James Frederick Clarck; Madeira Veiga & Cia e Franklin Verras & Cia.

Em Floriano, Fonseca Borges & Cia; Neto Pires & Cia; José Ruiz Pereira de Carvalho; Deoclécio Ribeiro & Cia; Fonseca Leão & Cia.

Em Amarante: Luiz Ribeiro Gonçalves; Maia Sobrinho & Cia. (matriz no Maranhão); Sobral Junior & Cia.

Em Teresina: Castro Silva & Cia; Oliveira Pearce & Cia; Ferraz & Cia; Gil Martins & Cia; Leocádio Santos, Irmãos & Cia.

Em União exportavam borracha Francisco Narciso da Rocha e Odorico Marques de Carvalho. Em José de Freitas, José de Almeida Freitas.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> CARNEIRO, *A borracha* ... p. 203

<sup>20</sup> LIMA REBELLO, Anexo nº 4. *A indústria* ...

Além das operações de compra e venda da borracha, processava-se nas casas exportadoras, o beneficiamento e acondicionamento da borracha para exportação.

Algumas dessas casas comerciais, principalmente da Bahia e do Ceará, encaminhavam a borracha para beneficiamento em usinas apropriadas. Nos trapiches e armazéns das companhias eram realizadas as tarefas de verificação, limpeza, classificação, pesagem, prensagem, enfardamento e marcação dos fardos.

Quanto à classificação da borracha de maníçoba para exportação, a despeito das denominações variarem de acordo os locais, as casas exportadoras e o próprio destino da borracha, de um modo geral havia três tipos comerciais: superior, médio e inferior. Essa classificação era feita levando em conta a quantidade de matérias estranhas contidas na borracha e o processo de preparação. Havia uma classificação especial para a borracha proveniente dos cultivos.<sup>20</sup>

As borrachas beneficiadas alcançavam maior cotação no mercado internacional, onde, ao contrário dos mercados locais, o preço do produto relacionava-se à sua qualidade.\*

No caso da praça da Bahia, alguns exportadores especializaram-se na venda do produto de qualidade superior. No Piauí os exportadores não se prendiam a critérios de classificação, operando com todos os tipos de borracha.

\* As borrachas beneficiadas em usinas apropriadas recebiam as seguintes denominações: *sheets*, quando em forma de folhas ou lâminas finas; *crepes*, quando as lâminas eram mais espessas e *blankets*, quando formadas por três ou mais crepes.

<sup>20</sup> CARNEIRO, *A borracha na Bahia* p. 183; LIMA REBELLO, *A indústria* ... p. \_\_\_\_.

<sup>21</sup> LIMA REBELLO, *A indústria* ... , p. 53.



Do ponto de vista dos portos de destino, a borracha de maniçoba era exportada principalmente para a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a França. Outros mercados, embora de menor expressão, eram a Alemanha e Bélgica. Outros países importavam-na, eventualmente, mas em quantidades pouco significantes e sem nenhuma regularidade.

Os principais importadores constam da Tabela seguinte:

TABELA 21

## PAÍSES IMPORTADORES DA MANIÇOBA DO BRASIL %

1901 - 1920

Ano	Inglaterra	Estados Unidos da América	França	Alemanha	Outros
1901	86,7	5,9	3,9	3,5	-
1902	77,4	13,0	2,3	7,3	-
1903	76,4	14,2	3,4	5,9	-
1904	61,6	28,2	2,3	7,9	-
1905	51,4	17,0	13,5	15,5	2,6
1906	57,4	16,3	11,1	14,1	1,1
1907	62,3	20,7	8,9	7,9	0,2
1908	42,7	38,4	12,6	5,9	0,4
1909	48,4	23,9	18,5	7,9	1,3
1910	41,9	25,1	25,1	7,5	0,4
1911	35,6	19,0	34,0	10,2	1,2
1912	23,6	20,8	36,8	18,4	0,4
1913	41,0	18,2	25,8	15,0	-
1914	39,8	39,9	18,2	2,1	-
1915	23,0	53,3	23,4	-	0,3
1916	23,7	58,9	16,7	-	0,7
1917	24,3	57,9	16,6	-	1,2
1918	14,6	44,7	24,7	-	16,0
1919	20,9	33,6	39,1	-	6,4
1920	40,8	30,2	25,9	2,1	1,0

Fonte dos dados brutos: Estatística Comercial da República.

A análise da participação dos países importadores evidenciou tendências importantes no comércio da maniçoba, nas duas décadas em estudo.

Em princípio, há que se destacar a concentração dos mercados. Inglaterra, Estados Unidos da América e França, importavam mais de 90% da borracha de maniçoba brasileira. Esses países, além de mais avançados em termos industriais, exerciam a função de distribuidores do produto.

A Primeira Guerra Mundial apresenta-se claramente como um divisor de águas no que se refere à comercialização da borracha de maniçoba no mercado externo. Se, até 1913, a Inglaterra era o principal importador, depois desta data os Estados Unidos da América passam à liderança. A Alemanha, entre 1914 e 1919, praticamente saiu do mercado.

A partir de 1913, a exportação da borracha brasileira, de qualquer espécie, perde posição no contexto mundial, sendo vencida na concorrência, pela borracha oriunda das culturas do sudeste asiático, produzidas a custos inferiores.

A borracha de maniçoba não escapa a essa contingência. Na década de vinte o seu comércio já não tem expressão no Piauí, nem no Brasil.

## 7. O PAPEL DO ESTADO

### 7.1. O SIGNIFICADO DAS EXPORTAÇÕES

Durante a década de 1890, a participação das exportações na composição da receita pública do Piauí foi sempre inferior a 30%. No século XX, essa participação será cada vez maior e, por conta disso, acentuar-se-á o grau de vulnerabilidade das finanças do Estado, face ao comportamento da demanda por seus produtos. Outra modificação que se vai estabelecer nessa década em termos do comércio, é a predominância que passa a ter o mercado externo sobre o interno. Nas décadas anteriores, a exportação piauiense era basicamente de gado em pé, de derivados da pecuária, e de algodão, exportados, preferencialmente, para outros Estados do Brasil. Neste século, os produtos de demanda crescente e de maior valor na pauta de exportações terão como consumidores principais os países europeus e os Estados Unidos. Essa nova tendência se vai inaugurar a partir da década de 1890, com a exportação da cêra-de-carnaúba e da borracha de maniçoba, sedimentando-se nas primeiras décadas do século atual, com esses produtos e o babaçú.

Em vista da importância cada vez maior do comércio externo na economia e nas finanças do Estado, cedo o tema exportações constitui-se numa das preocupações do Governo, que analisa anualmente, em suas *Mensagens e Relatórios*, o desem -

penho e as expectativas do setor.

Considerando o objetivo deste trabalho, privilegiar-se-á a análise das referências do Governo em relação à exportação da borracha de maniçoba. Observações gerais serão feitas, entretanto, à medida em que contribuam para destacar a importância da exportação desse produto no período em estudo.

A primeira referência oficial à maniçoba consta da Mensagem de 1898.<sup>1</sup> O Governador Vasconcelos informava acerca do considerável comércio que já se estabelecia, ao mesmo tempo em que sugeria que se providenciasse sobre a exploração e aperfeiçoamento da indústria. Não há registro da receita oriunda da exportação para esse ano e para os anos anteriores. Entretanto, o aumento no imposto de exportação, em 1898, já é atribuído à maior eficiência na arrecadação e ao "grande comércio da borracha de maniçoba".<sup>2</sup>

Não se encontrou, até o exercício de 1903, referências às quantidades exportadas.

Em 1899, a receita sobre a exportação da borracha atinge a Rs. 115:110\$859, constituindo-se, a partir desse exercício, numa das mais importantes contribuições na formação da receita pública e correspondendo a cerca de 45% da receita do total das exportações e a 12,3% da receita pública.

O surgimento dessa nova fonte de receita gera, desde então, um posicionamento otimista do Governo frente ao desempenho das exportações e por consequência, das receitas públicas. Esse clima de euforia vai perdurar por toda uma década e manifestar-se-á não só ao nível do discurso oficial, mas, sobretudo, nos empreendimentos de grande porte projetados nesse período, tanto de iniciativa privada quanto pública.

<sup>1</sup> VASCONCELOS, *Mensagem ... 1898*, p. 19.

<sup>2</sup>

VASCONCELOS, *Mensagem ... 1899* p. 29.

TABELA 22

RECEITAS DERIVADAS DA EXPORTAÇÃO DE  
DIVERSOS PRODUTOS

1901 - 1920

Ano	Borracha	Algodão	Cêra de Carnaúba	Babaçú
1901	75:648\$366	...		
1902	143:006\$821	...		
1903	228:942\$104	...		
1904	247:492\$399	...		
1905	255:237\$288	...	...	
1906	285:846\$255	...	...	
1907	274:881\$134	91:308\$585	73:063\$506	
1908	160:237\$257	27:922\$510	63:081\$879	
1909	334:329\$360	67:373\$844	66:192\$501	
1910	542:718\$255	20:962\$299	65:854\$834	
1911	406:126\$398	48:916\$802	72:763\$480	...
1912	301:112\$325	67:670\$980	135:912\$610	...
1913	147:993\$410	46:050\$758	137:203\$835	...
1914	74:126\$577	35:099\$343	175:138\$659	...
1915	...	...	...	...
1916	...	...	...	...
1917	100:813\$616	88:618\$235	352:977\$182	94:475\$860
1918	31:686\$176	103:604\$000	412:660\$628	109:752\$480
1919	45:534\$288	115:876\$955	461:540\$114	122:750\$806
1920	15:075\$740	97:822\$901	389:630\$339	103:625\$668

Fonte: Mensagens dos Governadores do Piauí e Relatórios da  
Secretaria da Fazenda.

Apesar de 1899 se constituir num grande momento da exploração e do comércio da maniçoba, 1900 apresenta fraco desempenho do produto, conforme se depreende das informações qualitativas disponíveis.

Dispõe-se, a partir de 1901, e até 1920, de série quase completa das receitas oriundas da exportação da maniçoba. Essas informações estão sistematizadas na Tabela 22 em que são comparadas às receitas da exportação de outros produtos.

A despeito das lacunas da Tabela é possível inferir-se de sua análise, certas observações pertinentes e que reforçam a posição da borracha no início do século.

Até 1917, a contribuição da maniçoba é das mais significativas no conjunto das exportações do Estado. É, até 1913, a principal fonte da receita pública. É superada, a partir de 1914, pela cêra-de-carnaúba que assume o papel desempenhado pela borracha, qual seja, o de maior gerador de receitas para o Estado. Durante e após a Primeira Guerra Mundial torna-se evidente a perda de posição da borracha em face da exportação dos demais produtos, o que, de resto, reflete sua própria posição no contexto mundial. A medida em que a borracha vai perdendo posição no conjunto das exportações piauienses, a cêra-de-carnaúba ganha relevo, observando-se comportamento inverso na exportação dos dois produtos a partir de 1911.

O babaçú, cuja exportação teve início em 1911,<sup>3</sup> ganha importância durante e após a guerra. Esse produto e a cêra-de-carnaúba tornar-se-ão, a partir desse momento e até os meados da década de cinquenta, os sustentáculos da economia do Piauí<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro, Arte - nova. 1974. p.132.

<sup>4</sup> PORTO, p.128-42.

As receitas oriundas da exportação do algodão acusam grande instabilidade e, durante o século XX, são pouco significativas no conjunto das receitas do Estado. A conjuntura da Primeira Guerra Mundial mostrou-se favorável a vários produtos de exportação do Piauí, inclusive o algodão. A borracha, entretanto, perde completa e definitivamente sua posição no mercado.

O significado da receita oriunda da exportação da borracha pode igualmente ser evidenciado a partir da análise de sua participação percentual no total das exportações, conforme a Tabela 23.

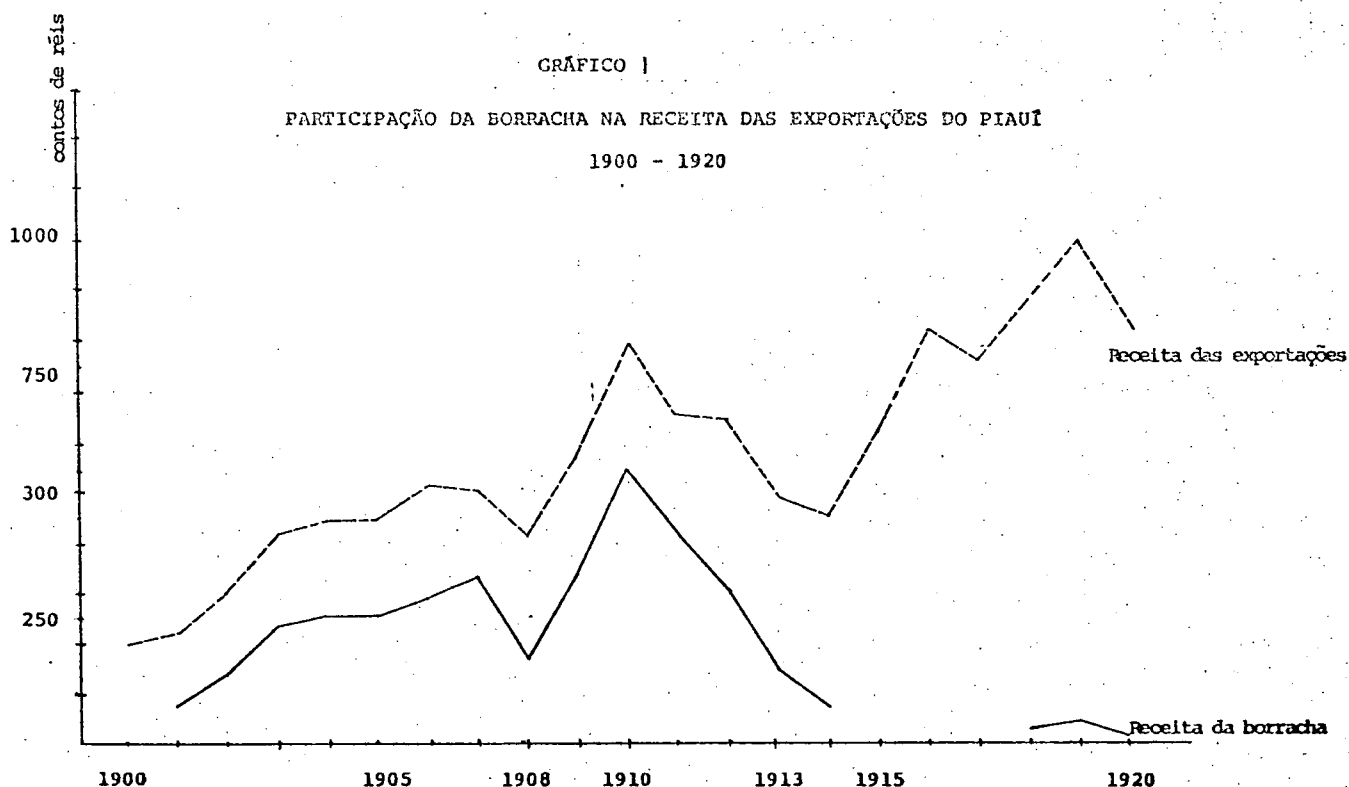
TABELA 23

PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA NA RECEITA  
DAS EXPORTAÇÕES

Ano	%	Ano	%
1901	34,4	1911	62,6
1902	46,9	1912	47,0
1903	52,2	1913	30,1
1904	55,0	1914	16,8
1905	56,9	1915	...
1906	55,1	1916	...
1907	54,8	1917	13,4
1908	44,8	1918	3,6
1909	58,8	1919	4,6
1910	68,2	1920	1,8

A análise desses dados evidencia que, no conjunto das exportações do Estado, a borracha de maniçoba atinge um alto nível de participação sobretudo durante os primeiros 13 anos do século. O produto perde importância a partir do período 1913/14, de crise mundial e de crise nacional. A tendência das exportações do Piauí nesse período é, sem dúvida, determinada pelas exportações da borracha.

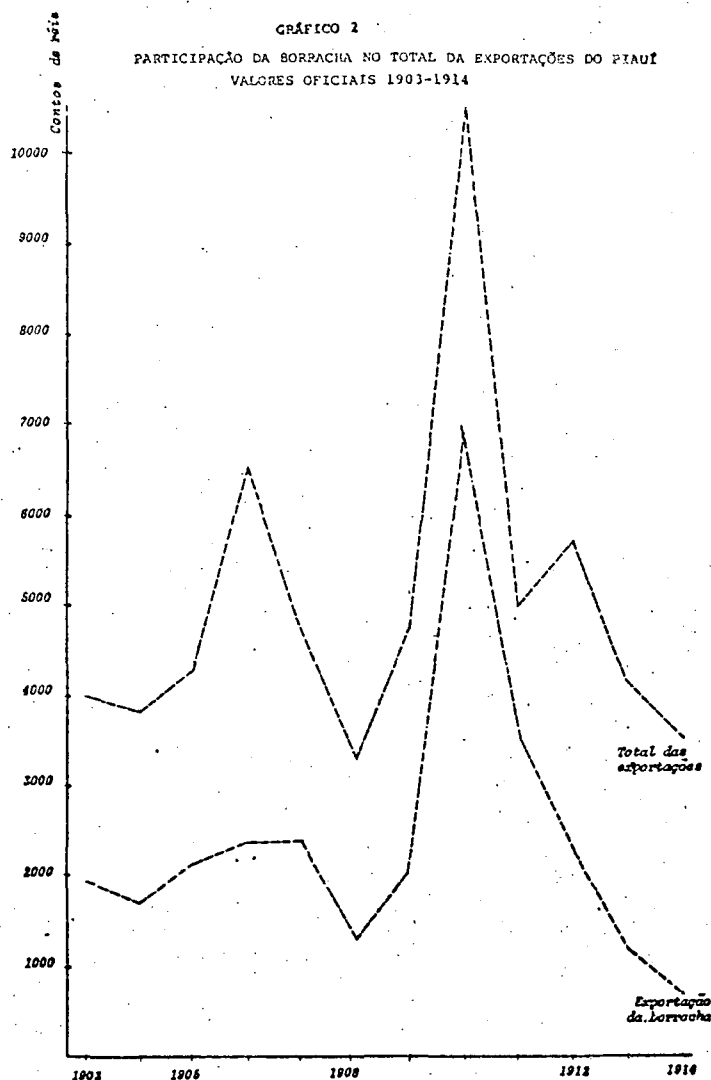
De 1901 a 1914, a borracha contribui no conjunto da receita das exportações com a média de 48,8%. Sua participação mais acentuada é no triênio 1909-1911, quando é responsável por mais de 60% dessa receita.





A sincronia quase perfeita entre as duas curvas, põe em evidência a relativa estabilidade na arrecadação da receita dos demais produtos de exportação. A partir de 1914, a tendência da curva já se explica pelo crescimento da exportação da cêra-de-carnaúba.

O confronto entre o valor oficial do total das exportações e o valor oficial da exportação da borracha reforça a importância do produto nesse contexto, ao mesmo tempo em que revela a conjuntura de preços altos por que passa a borracha. Apesar do valor oficial ser inferior ao comercial em pelo menos 1/3, a participação da borracha no valor das exportações pode ser avaliada pela observação do Gráfico 2.



A partir de 1911 manifesta-se declínio nos preços da borracha, enquanto os preços dos demais produtos, tomados em conjunto, se estabilizam ou crescem proporcionalmente.<sup>5</sup>

Em termos percentuais, a participação da borracha no valor oficial das exportações nesse período foi a seguinte:

TABELA 24

PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA NO VALOR  
OFICIAL DAS EXPORTAÇÕES

1903 - 1914			
Ano	%	Ano	%
1903	47,6	1909	43,5
1904	44,5	1910	62,8
1905	49,4	1911	69,2
1906	36,7	1912	39,3
1907	50,3	1913	28,1
1908	38,33	1914	16,9

A proeminência da borracha sobre os demais produtos não deriva das quantidades exportadas. O algodão e a cêra-de-car-  
naúba são exportados em alguns anos, em quantidades superiores às da borracha. Entretanto, seus preços são sensivelmente menores, conforme se depreende dos totais dos valores oficiais.

<sup>5</sup> LIMA REBELLO, em *A indústria ...* p.53, informa as cotações alcançadas pela borracha de maniçoba do Piauí em Londres, entre 1910 e 1913.

TABELA 25

## EXPORTAÇÃO DA BORRACHA, DO ALGODÃO E DA CÊRA-DE-CARNAÚBA

1904 - 1914

Ano	Borracha		Algodão		Cêra-de-Carnaúba	
	Quantidade	Valor Oficial	Quantidade	Valor Oficial	Quantidade	Valor Oficial
1904	855.255	1.710:510\$000	1.838.409	842:210\$400	365.211	219:126\$600
1905	1.064.034	2.128:068\$000	2.076.312	830:524\$800	99.284	99:284\$000
1906	1.191.024	2.384:048\$000	1.662.720	665:088\$400	598.871	598:871\$000
1907	957.561	2.393:902\$000	2.348.488	939:395\$200	658.392	658:392\$000
1908	626.685	1.253:390\$000	546.556	232:780\$000	354.937	283:949\$600
1909	1.012.703	2.024:312\$000	1.391.364	556:545\$600	1.155.222	693:133\$200
1910	1.696.938	6.574:148\$000	397.769	198:884\$500	1.546.575	1.546:575\$000
1911	1.382.026	3.455:065\$000	762.969	381:484\$500	739.113	591.290\$000
1912	910.381	2.225:952\$000	1.105.930	663:558\$000	1.375.750	1.100:600\$000
1913	576.602	1.160.514\$483	706.983	389:105\$341	806.535	1.146:096\$708
1914	604.912	604:112\$000	552.617	312:781\$222	1.333.377	1.777:391\$541

Fonte: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

A análise da Tabela 25 reforça a posição da borracha em relação aos outros gêneros exportados. Observa-se o alto preço do produto nessa conjuntura, a despeito das quantidades exportadas não serem necessariamente superiores às dos demais gêneros.

O ano de 1914 aparece, também no que concerne ao valor oficial total, como o momento de superação da borracha de manioca pela cêra-de-carnaúba, em termos de importância para o Estado.

Vista a participação da borracha no total da receita das exportações, bem como sua posição frente a outros produtos, deve-se evidenciar a participação das exportações no total das receitas do Estado. Veja-se a análise percentual.

TABELA 26

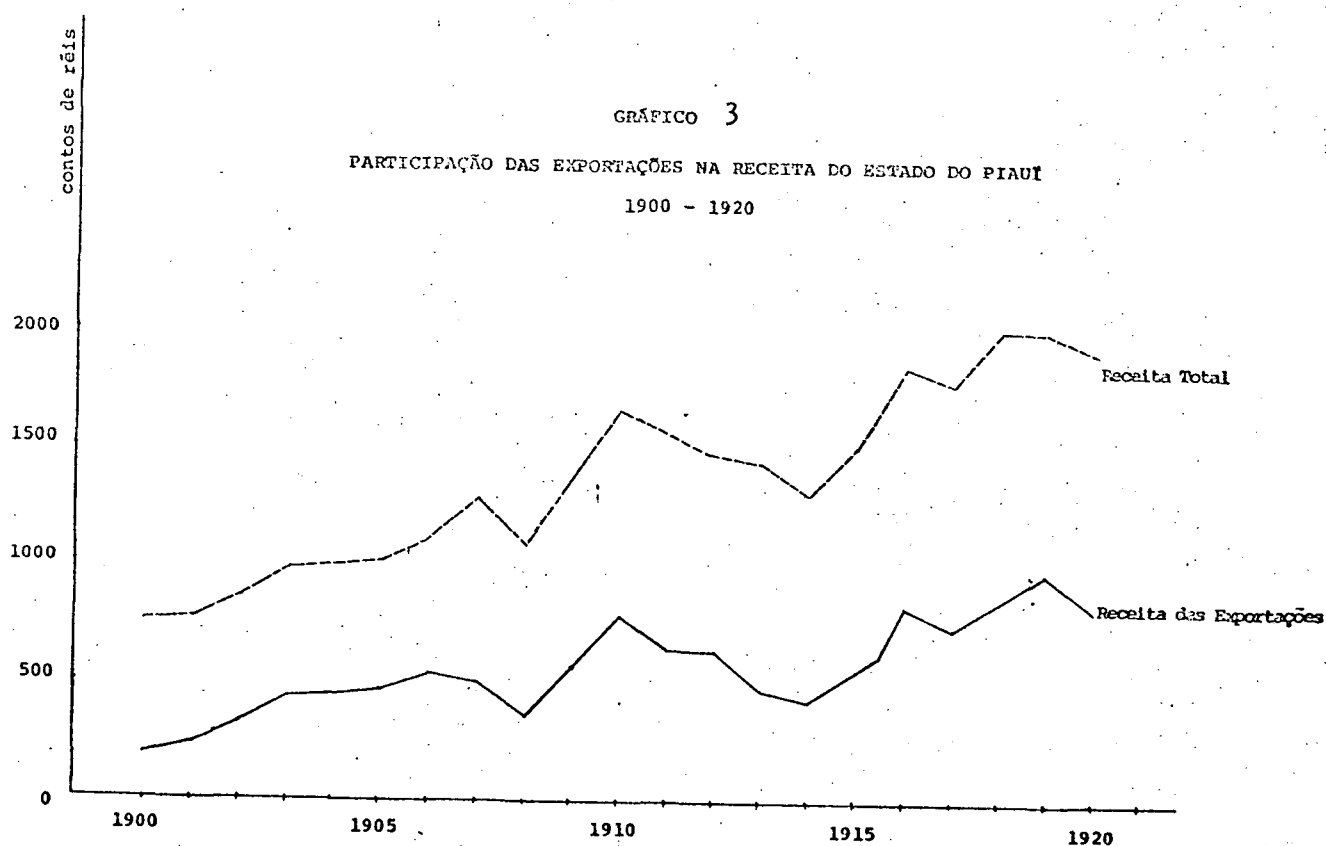
PARTICIPAÇÕES DAS EXPORTAÇÕES NA  
RECEITA DO ESTADO

1901 - 1920

Ano	%	Ano	%
1901	28,5	1911	41,4
1902	35,5	1912	43,0
1903	44,6	1913	33,3
1904	45,0	1914	33,5
1905	44,1	1915	41,2
1906	46,4	1916	44,1
1907	38,6	1917	42,0
1908	33,2	1918	43,4
1909	41,9	1919	47,9
1910	47,8	1920	42,9

Observa-se, em confronto com os resultados obtidos para a década anterior,\* que a participação das exportações na receita do Estado é crescente, e extremamente significativa em alguns anos, por exemplo, de 1909 a 1911, quando atinge a média de 43%, e a partir de 1915. Tendo em vista essa participação, explica-se a preocupação manifestada na documentação oficial, com o desempenho das exportações. Se a borracha explica, em grande parte, a tendência no comportamento das exportações, o mesmo se pode afirmar do conjunto das exportações em relação à receita total do Estado.

O comportamento da receita pública estava, em grande parte, associado ao desempenho das exportações. A similitude entre as curvas da Receita Total e da Receita das Exportações evidencia isso. Por outro lado, a participação agregada dos demais produtos na receita pública era relativamente estável. Variações, positivas ou negativas na receita associavam-se, em geral, à dinâmica das exportações.



\* Ver Tabela 3, p. 71.

TABELA 27

PARTICIPAÇÃO DA BORRACHA NA FORMAÇÃO DA  
RECEITA DO ESTADO

1901 - 1920

Ano	Participação das Exportações na Receita Total do Estado	Participação da Borracha na Receita das Exportações	Participação da Borracha na Receita Total do Estado
1901	28,5	34,4	9,8
1902	35,5	46,9	16,7
1903	44,6	52,2	23,3
1904	45,0	55,0	24,8
1905	44,1	56,9	25,1
1906	46,4	55,1	25,6
1907	38,6	54,8	21,2
1908	33,2	44,8	14,9
1909	41,9	58,8	24,7
1910	47,8	68,2	32,6
1911	41,4	62,6	25,9
1912	43,0	47,0	20,2
1913	33,3	30,1	10,0
1914	33,5	16,8	5,6
1915	41,2	-	-
1916	44,1	-	-
1917	42,0	13,4	5,6
1918	43,4	3,6	1,6
1919	47,9	4,6	2,2
1920	42,9	1,8	0,8

A observação da Tabela 27 evidencia que, de 1901 a 1920, as exportações são responsáveis por uma média 40,9% da receita total do Estado. Isso explica a vulnerabilidade das finanças estaduais relativamente ao comportamento da economia internacional, o que se manifesta nas crises de 1908 e 1913/14.

A receita proveniente da exportação da borracha constitui, de 1901 a 1914, mais de 20% da receita total, aparecendo como a principal fonte de receita pública, o que justifica a preocupação do Governo com a exportação desse produto. Explica, também, o clima de euforia predominante nas fases de alta, bem como esclarece a desorganização financeira quando de sua crise, sobretudo durante os anos de 1913/14. Entre 1917 e 1920 sua contribuição já é pouco significativa no conjunto da receita pública.

Como, de 1901 a 1914, a participação da borracha na receita das exportações ficou em torno de 48,8%, tem-se que a dinâmica das exportações, na quase totalidade do período considerado, resultou do comportamento da exportação da borracha.

A ausência de informações para os anos de 1915 e 1916, tanto sobre as quantidades exportadas, quanto sobre as receitas auferidas, dificulta a análise do desempenho do produto num momento importante da economia piauiense, momento em que se manifestam os efeitos da crise da borracha, da crise geral e em que a declaração da guerra inibe os mercados europeus. Embora, em 1917 a participação do produto seja equivalente à de 1914, a partir de 1918 sua contribuição na formação da receita do Estado é insignificante.

Por fim resta observar o comportamento das finanças públicas nesse período. As receitas e despesas do Estado, entre

1900 e 1920, com os saldos de cada exercício, estão apresentadas na Tabela 28 .

TABELA 28

## RECEITAS E DESPESAS DO PIAUÍ

1900 - 1920

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1900	738:758\$603	927:401\$810	- 188:643\$207
1901	770:544\$933	802:092\$381	- 31:547\$448
1902	858:592\$367	798:660\$357	+ 59:932\$010
1903	983:196\$480	859:926\$619	+ 123:269\$861
1904	998:824\$917	901:983\$652	+ 96:841\$265
1905	1.016:026\$437	1.116:619\$598	- 100:593\$161
1906	1.117:101\$091	1.073:700\$259	+ 43:401\$832
1907	1.299:789\$976	1.228:803\$866	+ 70:986\$110
1908	1.075:450\$832	1.291:461\$934	- 216:011\$102
1909	1.355:751\$396	1.289:379\$026	+ 66:372\$370
1910	1.664:545\$561	1.481:432\$602	+ 183:112\$952
1911	1.569:239\$999	1.575:378\$073	- 6:138\$074
1912	1.487:748\$340	1.684:981\$110	- 197:233\$230
1913	1.476:037\$429	2.007:279\$656	- 531:242\$227
1914	1.315:249\$989	1.490:040\$630	- 174:790\$641
1915	1.530:579\$570	1.482:787\$288	+ 47:792\$282
1916	1.850:007\$079	1.511:530\$887	+ 338:476\$192
1917	1.789:983\$655	1.754:765\$293	+ 35:218\$362
1918	2.024:825\$924	1.991:494\$940	+ 33:330\$984
1919	2.050:340\$544	1.850:898\$085	+ 199:442\$459
1920	1.932:871\$907	1.866:887\$513	+ 65:984\$394

Fonte: Mensagens dos Governadores do Piauí e Relatórios da Secretaria da Fazenda



É essencial, para a compreensão desse período, uma análise mais detalhada do comportamento das finanças, considerando, particularmente, seus momentos críticos - ou seja, quando os déficits orçamentários se manifestam ou se acentuam. Estão a grosso modo, na fase inicial, de 1900 a 1901, 1905, 1908, e no período de 1911 a 1914.

Cada um desses momentos se explica, sobretudo, a partir de determinações externas e da propagação de seus efeitos sobre a economia do Estado. Em outros termos, as diversas crises externas se propagam no Estado por meio das relações comerciais e se revelam no desequilíbrio orçamentário. As contas estaduais são afetadas principalmente pelo comportamento das exportações e das receitas a elas ligadas.

A conjuntura de 1900-1901 pode ser explicada, principalmente, pelos efeitos das políticas financeira e bancária de Murtinho e Campos Sales<sup>6</sup> e por fatores de ordem local - como a ocorrência de seca prolongada, o que resultou no crescimento das despesas públicas e na redução de diversos itens orçamentários.<sup>7</sup> O fraco desempenho das exportações, por seu turno, está atrelado à ocorrência de crise nos países capitalistas, em particular nos EEUU e na Alemanha e aos seus efeitos recessivos sobre a economia da borracha.<sup>8</sup> A conjugação desses fatores afetou o precário equilíbrio orçamentário do Estado.

Até 1910 ainda há ocorrência de déficits nos exercícios de 1905 e 1908. O déficit de 1905, não resulta de colapso nas

<sup>6</sup> CARONE, p. 117-18; SANTOS, p. 209; NOGUEIRA, Arlindo Francisco. *Mensagem ... 1901*, p. 20-1.

<sup>7</sup> NOGUEIRA, *Mensagem ... 1901*, p. 21; \_\_\_\_\_. *Mensagem ... 1902*, p. 17.

<sup>8</sup> SANTOS, p. 209.

exportações, mas do crescimento acentuado das despesas públicas, cujo aumento se fez numa progressão maior que o da receita arrecadada, embora esta também tenha sido crescente.\*

A essa época, a nível do Governo identificava-se relação direta entre as finanças do Estado e o comportamento das exportações da maniçoba - então o principal componente da receita pública. O Governador Álvaro Mendes, em sua *Mensagem* de 1905 afirmava que seria alarmante a situação econômica-financeira do Piauí sem a expansão dessa indústria e que impostos importantes como o de dízimos e de exportação do gado vacum vinham sendo reduzidos progressivamente, em virtude das secas constantes. Mostrava-se preocupado com a possibilidade de diminuição da receita da exportação da maniçoba, em vista do caráter depredatório que norteava sua exploração.<sup>9</sup>

O déficit do exercício de 1908 é, claramente, reflexo da crise monetária americana de 1907 e da conjuntura recessiva internacional de 1908, que afetaram particularmente as exportações de cêra-de-carnaúba e maniçoba e, de forma indireta, as exportações do algodão e do gado em pé.<sup>10</sup> Superada essa crise, o comércio de exportação normaliza-se e os preços dos principais produtos voltam a ascender. Em 1910, ano em que as cotações da borracha atingem seu ponto máximo, também a cêra-de-carnaúba teve seus preços majorados nos mercados internacionais.

\* O único produto cuja exportação foi de fato afetada nesse exercício foi a cêra-de-carnaúba. Entretanto, provocou influência mínima no conjunto da receita das exportações.

<sup>9</sup> MENDES, Álvaro de Assis Osório. *Mensagem* ... 1905, p. 15.

<sup>10</sup> SANTOS, p. 211-12.

O superávit dos exercícios de 1909 e 1910 é atribuído, pelos contemporâneos, ao alto preço alcançado pelos gêneros de exportação do Estado, particularmente a borracha, cuja conjuntura de preços era extremamente favorável.<sup>11</sup> De fato, a elevação dos preços desse produto a partir de 1909, foi tão sensível, que se processou a modificação do seu valor oficial na pauta de exportações, para efeito de cobrança do imposto estadual. O ano de 1910 representou o auge da exportação da borracha - quando corresponde a 68,2% da receita das exportações e a mais de 30% da arrecadação pública. A receita do Estado nesse exercício, cresceu sensivelmente, superando a do ano anterior em mais de 300 contos de réis.

Entretanto, a partir de 1911 e até 1914 há uma reversão no comportamento das exportações e, por consequência, desequilíbrio nas finanças públicas. Embora problemas de ordem interna, inclusive a desorganização das contas estaduais e a ocorrência de conflitos políticos tenham contribuído para acentuar as dificuldades do período, particularmente as do exercício de 1913, é relevante o papel do declínio das exportações nesse contexto.<sup>12</sup>

Entre 1912 e 1914 a rápida decadência da exportação da borracha foi o principal fator a contribuir na acentuação da crise econômica e financeira por que passava o Estado. O desequilíbrio orçamentário, surgido em 1911, atingiu em 1913, um déficit jamais visto - que levou o Estado pela primeira vez, à emissão de apólices da dívida pública, no valor de Rs.800:000\$000.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> ROSA, João Augusto. *Relatório apresentado ... em 1910 ... pelo Secretário de Estado da Fazenda*. p. 23.

<sup>12</sup> ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ... 1913*, p. 43-3.

<sup>13</sup> ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ... 1914*. p. 52.

O resgate desses títulos onerou os orçamentos até o final da Primeira República.

Em 1912, o Governador Antonino Freire já se mostrava apreensivo em relação ao desempenho das exportações do Estado e, em particular, com a retração do comércio da borracha.<sup>14</sup> Manifestava-se também, nesse interim, queda nos preços de outros produtos de exportação, entre os quais figurava o algodão.

No ano de 1913, a crise da borracha manifesta-se com maior intensidade. Seus efeitos são acentuados pelos reflexos da crise financeira por que passa o país e, em particular, os Estados do Norte - com os quais os intercâmbios do Piauí eram mais intensos.

A situação mundial - entre 1913 e 1914 - tem reflexos mais fortes no Brasil em virtude do colapso das cotações da borracha, então o segundo produto na pauta de exportações brasileiras. A retração dos mercados consumidores europeus, agravada com a instauração da guerra, incide sobre as exportações do país, cuja economia se deve ajustar à nova conjuntura.

O Piauí não está imune a essa situação. Além do crack da maníoba e da queda no preço de outros produtos comercializados no exterior, faltavam consumidores para o gado, cujos principais mercados eram os Estados do Norte e o Ceará. A situação desses mercados era tão crítica como a do próprio Piauí - afetados igualmente pela crise da borracha, embora o Ceará o fosse de forma indireta, pela redução da afluência de capitais da região Amazônica.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> SILVA, Antonino Freire da. *Mensagem ... 1912*, p. 23-5.

<sup>15</sup> ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ... 1915*. p. 27. O consumo do Ceará estaria sendo afetado não só pela crise amazônica, como pela seca, cujos efeitos já se manifestavam.

Se, em 1910, a pauta de exportações foi adaptada a uma conjuntura de alta dos preços, em 1913 ocorreria processo inverso. As alterações, trimestrais, incidiam sobre o valor oficial dos principais produtos - algodão, couros, cêra-de-car-naúba, borracha. Esta ficou sem cotação nesse exercício e sua desvalorização causou grandes prejuízos ao comércio.<sup>16</sup>

Já se tinha consciência, a essa época, de que a crise da borracha não seria passageira. O próprio Governador do Estado, Miguel Rosa afirmou que os asiáticos levavam sobre a produção brasileira, vantagens dificilmente superáveis em poucos anos.<sup>17</sup> As dificuldades de 1913 acentuaram-se em 1914 e, sobretudo, em 1915 como reflexo da guerra européia, quando as dificuldades de transportes diminuíram as exportações para as principais praças européias. A crise monetária daí decorrente, impossibilitou a satisfação de compromissos do comércio, culminando com várias falências. A queda nos preços dos produtos se acentuou pela falta de compradores. Era esta, em suas grandes linhas, a situação das exportações do Piauí.

As dificuldades pós - 1910 estavam, pois, ligadas ao desempenho das exportações, destacando-se, na conjuntura, a desvalorização da borracha e de outros produtos. Entretanto, reversão na tendência das exportações piauienses já é perceptível a partir de 1915, embora essa nova tendência altista não esteja ligada à comercialização da borracha. Está, agora, vin-

<sup>16</sup> RIBEIRO, Benedicto Francisco . *Relatório apresentado ... em 1914 ... pelo Secretário de Estado da Fazenda*, p. 17.

<sup>17</sup> ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ... 1913* p. 42.

culada à procura regular de produtos como a cêra-de-carnaúba, coco babaçu, algodão, couros e peles, cuja exportação, conjunta, superava a dos anos anteriores. O dinamismo da exportação derivava para outros produtos. A partir de 1915, o papel até então desempenhado pela borracha passa a ser ocupado pela cêra-de-carnaúba-cuja valorização internacional produziu o incremento das exportações piauienses. Essa nova fonte de receita contribuiu para a superação da crise no Estado - cujas maiores dificuldades foram, sem dúvida, as dos anos de 1913 e 1914. Persistiu, entretanto, e até acentuou-se a dependência financeira do Estado ao desempenho das exportações.

De 1915 a 1920, a normalização da vida financeira continuará diretamente vinculada ao crescimento das exportações, não sendo observada, porém, principalmente nos exercícios de 1918, 1919 e 1920, qualquer influência da maniçoba, cuja receita passa a ser insignificante no conjunto da arrecadação pública.

## 7.2. A QUESTÃO FISCAL

A ação fiscal do Estado em relação à maniçoba aparece com a própria atividade. Assim, em 1899, o Governo toma medidas objetivando maior controle e fiscalização das receitas provenientes de sua exportação. Monta-se uma estrutura adequada à ação do Estado, com a criação e descentralização dos órgãos arrecadadores.

O Decreto de nº 135, de 12 de julho de 1899 cria agências arrecadadoras no interior de vários municípios para a

cobrança do imposto de 10% sobre gêneros de exportação e outros, independentes de lançamento.

Foram criadas agências nos seguintes locais:

POVOADOS	MUNICÍPIOS
São Julião .....	Jaicós
Genipapo .....	Picos
Conceição .....	Paulistana
Barreiro Branco .....	Oeiras
Riacho .....	Oeiras
Piripiri .....	Floriano
Nova Vila .....	Bertolândia
Arcôzes .....	Valença
Miguel Alves .....	União

O Decreto de nº 141, de 17 de agosto do mesmo ano, complementa o anterior, à medida em que cria agências fiscais em São Raimundo Nonato e em São João do Piauí - municípios inseridos na mais importante área produtora da maniçoba. Esse decreto, que também especifica o imposto a ser cobrado - o de exportação - criou agências nos seguintes lugares:

POVOADOS	MUNICÍPIOS
Cacimbas .....	São Raimundo Nonato
Tamanduã .....	São Raimundo Nonato
Caracol .....	São Raimundo Nonato
Guaribas .....	São João do Piauí

Durante o ano de 1899 foram criadas 13 novas agências arrecadadoras, 12 das quais na principal área de ocorrência da *Euforbiacea* \*. A relação entre essas medidas de cunho fiscal e a nova atividade de extração do látex da maniçoba é claramente evidenciada pela localização dessas agências, a natureza do imposto a ser cobrado, a diminuição ou a estabilidade na exportação de outros produtos, bem como a preocupação, manifesta na documentação do período, no sentido de criar formas de evitar o contrabando.<sup>18</sup>

Fica evidenciado que as primeiras medidas tomadas pelo governo em relação à maniçoba são de cunho fiscal e que essa preocupação, em certo sentido, define a política pública, quando a abertura de novas fontes de receita viabiliza a necessária autonomia financeira do Estado.

No início do século, medidas de caráter geral - a elevação de 10 para 12% do imposto sobre a exportação dos gêneros do Estado e a criação de taxas adicionais a esse imposto - incidem sobre a borracha.

A questão da arrecadação do imposto de exportação está intimamente ligada ao problema da definição - ou melhor, da indefinição - dos limites entre os Estados. Esse problema que, na verdade, era nacional, revela-se muito claramente no Piauí, quando, a partir da instauração da República, aguçam-se as dificuldades com o Maranhão, o Ceará e a Bahia. Com o Maranhão é célebre a disputa da barra da Tutóia; \*\* com o Ceará, a inde-

\* Exceção da agência Miguel Alves, no município de União.

\*\* Há extensa bibliografia a respeito desse problema. Ver nota nº 7 Capítulo 1.

<sup>18</sup> VASCONCELLOS, Raimundo Arthur de. *Mensagem ...* 1900. p. 21.



finição dos limites se manifesta não só em trechos da Serra da Ibiapaba, como na região dos municípios de Cratêus e Independência. Com a Bahia os problemas estão mais diretamente relacionados à exportação da borracha.

A Lei nº 226, de 20 de agosto de 1900, autoriza negociações, para demarcação de limites com o Maranhão e o Ceará. Entretanto, as medidas propostas não se efetivam, continuando, em todo o período, as discussões em torno do apossamento indevido do território e, por consequência, das receitas auferidas pelo Piauí. Enquanto com aqueles dois Estados os problemas de limites apresentavam caráter mais geral, com a Bahia o problema central era realmente o da exportação da borracha e de outros produtos piauienses.

As discussões em torno dos limites se intensificam à medida em que a exportação da borracha ganha importância. Em primeiro de julho de 1902, nova lei, a de nº 295, autoriza a abertura de créditos para acorrer as despesas com as negociações, que nem chegaram a ser procedidas.

Conforme analisado no Capítulo 6 a exportação da borracha era feita preferencialmente pela via dos Estados limítrofes. A isso está ligada não apenas a configuração física do Piauí, mas sobretudo a estrutura do seu comércio no período.

O escoamento da produção era feito para a Bahia - pelos entrepostos de Remanso e Juazeiro; para Pernambuco - por Petrolina; para o Ceará - por Senador Pompeu e Crato.

Quanto ao Maranhão, era secular sua influência e a dependência do comércio do Piauí às praças de São Luiz e Caxias. A modificação básica que se processa nesse período - passagem do século XIX para o XX - é a ligação direta que o Piauí passa a ter com a Europa - através do Porto de Tutóia. A perda do

mercado piauiense e a disputa pelo controle desse porto tornavam mais tensas as relações entre os dois Estados.

Nesse contexto, a determinação dos limites interestaduais e, por consequência, a definição da área de jurisdição tributária de cada Estado, assumem grande importância, donde o empenho do Governo no sentido de dar solução a esses problemas.

O caráter fiscal da ação do Estado, nessa conjuntura, é igualmente confirmado pela análise dos procedimentos sugeridos no que concerne à arrecadação das receitas públicas. As recomendações dadas em 1900 eram de que deveria ser empregada a maior energia e vigilância na cobrança do imposto de exportação sobre a borracha e que o produto deveria ser subordinado à mais rigorosa inspeção por parte das coletorias estaduais e agentes fiscais. Propunham a punição dos "empregados relapsos" que, de várias formas, falseavam os Regulamentos e protegiam os contribuintes. Especificam ainda as várias formas por meio das quais o Estado era prejudicado na arrecadação de suas receitas, em particular a da borracha: dispensa do imposto; diminuição dos preços correntes na pauta de exportação; taxaço pelo mínimo, ou seja, por via da redução da quantidade do produto, dentre outros artifícios.<sup>19</sup>

Reclamações em torno da ação dos agentes fiscais são bastante comuns na documentação oficial desse período. Um dos impostos mais criticados a essa época, em vista da parcialidade em seu lançamento era o Dízimo, sobre o gado vacum e

cavalar.<sup>20</sup>

O Governador Vasconcellos propunha uma série de medidas no sentido de corrigir os abusos na arrecadação do imposto sobre a exportação da borracha, bem como no sentido de dinamizá-lo. Dentre essas proposições destacavam-se o estabelecimento de uma pauta mensal, uniforme, a ser remetida pelo Secretário de Fazenda a todas as coletorias e o aumento de taxa cobrada, estabelecida a essa época em 10% do valor oficial do produto. Esta medida era definida como inadiável e tinha como justificativa o fato do Amazonas cobrar 21% sobre a exportação das variedades lá produzidas. Acrescentava que a despeito da borracha piauiense ser inferior à amazônica, sua produção era menos dispendiosa e a pauta oficial do Piauí jamais atingira o mínimo do estabelecido naquele Estado.<sup>21</sup>

As observações acima confirmam o caráter fiscal das preocupações do Governo no que concerne ao comércio da maniçoba. A mesma documentação evidencia característica peculiar do processo de arrecadação da receita pública no Piauí. Trata-se da utilização da força policial como auxiliar na percepção de impostos, na cobrança da dívida pública e na repressão ao contrabando. Faz referências a essa prática na década anterior, com bons resultados.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Observações semelhantes, em relação à cobrança do dízimo, fez Gustavo Dodt em sua viagem pelo Piauí, em 1871. DODT, Gustavo. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, p.45-8.

<sup>21</sup> VASCONCELLOS, *Mensagem* ... 1900. p. 22.

<sup>22</sup> VASCONCELOS, *Mensagem*... 1900. p.22.

A medida em que a exportação da maniçoba se torna importante, agudizam-se os problemas do contrabando nas áreas fronteiriças, bem como as chamadas guerras tarifárias, envolvendo sobretudo o Maranhão e a Bahia. Essas ocorrências, até certo ponto, refletem características dessa etapa da história do Brasil, quando a indefinição dos limites, com reflexos na tributação e a necessidade de auto-sustentação instituída com a República, acentuaram as particularidades de interesse dos Estados.

Documento de 1904 informa sobre as irregularidades processadas nas fronteiras do Piauí, envolvendo os produtos de exportação que escoavam pelos portos dos Estados limítrofes. A denúncia feita era de que os Governos da Bahia, do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco auferiam vantagens fiscais sobre esses gêneros, em virtude da falta de acordos recíprocos e de empenho no respeito aos direitos do Piauí.<sup>23</sup> O Secretário da Fazenda acrescentava que essa situação se agravava com o incremento da indústria extrativa da borracha, sobre a qual os Estados vizinhos percebiam rendas aduaneiras, sem declaração de sua real procedência e em detrimento do Estado. Os problemas em relação a cada Estado eram focalizados sistematicamente na documentação oficial. No caso da Bahia o Governo desse Estado havia expedido Decreto\* instruindo sobre a arrecadação de impostos relativos aos gêneros que transitavam por suas fronteiras. A execução do Decreto estava criando embaraços à exportação piauiense, conforme reclamações dos coletores e exportadores dos

\* Tratava-se do Decreto de nº 218, de 15 de janeiro de 1904.

<sup>23</sup> ROSA, João Augusto. *Relatório apresentado ... em 1904 ... pelo Secretário de Estado da Fazenda*, p. 13.

municípios de São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Oeiras, Corrente e outros do sudeste e sudoeste, onde a exploração da borracha vinha tendo maior incremento. O Estado de Pernambuco estava criando embaraços idênticos à borracha piauiense exportada por Petrolina.<sup>24</sup>

A questão envolvendo o Piauí e a Bahia é sobremodo ilustrativa dessa conjuntura. Suas grandes linhas podem ser evidenciadas, uma vez que foi abordada na documentação oficial por vários anos. Tratava-se, como já foi visto, de obstáculos criados pelo fisco baiano para o trânsito da borracha de origem piauiense, que ia ter ao porto de Salvador, por Remanso e Juazeiro. Os agentes dessas cidades só aceitavam os conhecimentos expedidos no Piauí, sobre os gêneros de exportação, se reconhecida a firma, por tabelião público, das assinaturas dos agentes fiscais piauienses e dos exportadores. Sem essa formalidade, os conhecimentos eram tidos por falsos, as mercadorias embargadas, e novamente cobrado o imposto de exportação, em sua integralidade, na Bahia. O Secretário da Fazenda João Rosa, esclarecia que os despachos piauienses eram revestidos de todas as formalidades, apresentando ainda um carimbo entre o talão e o conhecimento expedido. Reconhecia que a existência de agências fiscais no interior dos municípios tornava impossível o atendimento das exigências baianas que, a continuarem, intensificariam o contrabando dos gêneros piauienses, pois os exportadores não se subordinariam a pagar duas vezes o mesmo imposto.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Ofício nº 336, de 09/01/1904, do Secretário de Estado da Fazenda, João Augusto Rosa ao Governador do Piauí. NOGUEIRA, Arlindo Francisco *Mensagem ... 1904*, p. 21-6.

<sup>25</sup> Ofício nº 336.

Acordo de natureza fiscal com a Bahia estava sendo tentado desde 1902, sem nenhum resultado. O Secretário da Fazenda do Piauí supunha que o controle severo imposto à circulação da borracha nas fronteiras do Piauí derivava do fato das autoridades baianas acreditarem que a borracha piauiense procedia, de fato, daquele Estado. Sugeria ao Governador Arlindo Nogueira que se comunicasse com o Governador da Bahia, propondo a adoção das seguintes medidas:

- igualdade dos impostos nos municípios limítrofes, sobre a exportação da borracha de maniçoba e outras, peles e couros de gado, providência que evitaria a suspeita por parte dos agentes dos dois Estados, do fornecimento de despachos com pagamento de impostos mais módicos;
- fornecimento às agências fiscais baianas, de relação dos agentes dos municípios limítrofes, dispensando-se, porém, o reconhecimento de suas assinaturas, pela impossibilidade apontada e, ainda,
- substituição dos conhecimentos do Piauí que fossem ter à Bahia, por outros lá confeccionados, com a devolução dos primeiros para conferência com os talões respectivos, sendo adotado o mesmo processo para os despachos de origem baiana.

O Secretário de Fazenda sugeria que a proposta de acordo enviada à Bahia se estendesse aos outros Estados limítrofes com o que se poderia evitar choques que estavam iminentes.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> ROSA, João Augusto *Relatório apresentado ... em 1904 ... pelo Secretário de Estado da Fazenda.* p. 14-8.

O Governador Arlindo Nogueira, avaliando as denúncias do Secretário da Fazenda, chamava a atenção para a gravidade do problema e definia a situação como atentatória da autonomia do Estado, autonomia que lhe fora outorgada pela Constituição. Para salvaguardar os interesses do fisco e zelar pela integridade dos direitos do Estado, indicava como única solução possível, dadas as circunstâncias, a mobilização de força suficiente a fim de compelir os exportadores da maniçoba ao pagamento do imposto devido. Esta ação estaria circunscrita aos limites do Estado, deixando livre a ação baiana, quando transposta a fronteira, os gêneros exportados.<sup>27</sup> A solução encontrada pelo Governo, teve, pois, caráter parcial e reflete claramente o cunho fiscalista do período.

Dificuldades similares ocorriam com o Maranhão, em virtude de divergências de tarifas nos municípios ribeirinhos do Parnaíba. As autoridades piauienses acusavam o Maranhão de manter tarifa especial, discriminativa, mais baixa que a piauiense, para os municípios limítrofes.<sup>28</sup> Na Mensagem de 1904 há notícia de que a Lei orçamentária do Maranhão, desse ano, isentava de qualquer tributo a exportação da maniçoba, quando, afirmava o documento, o produto não figurava em sua pauta de exportação. O objetivo dessas medidas, continuava o Governador, era fazer convergir para aquele Estado os produtos de exportação do Piauí, os quais seriam registrados como mara -

<sup>27</sup> NOGUEIRA, *Mensagem* ... 1904. p. 26.

<sup>28</sup> NOGUEIRA, *Mensagem* ... 1902. p. 21.

nhenses . Por outro lado, medidas dessa natureza dificultavam a cobrança dos impostos piauienses, facilitando e estimulando o contrabando.<sup>29</sup>

Em 1906 continuavam sem solução tanto as questões dos limites quanto os problemas fiscais. O Governo queixava-se de prejuízos na arrecadação pública já que a borracha e outros produtos que escoavam pelos Estados limítrofes em demanda do estrangeiro, dificilmente eram reconhecidos como piauienses. Em relação à Bahia a situação era a mesma denunciada em 1902, a despeito das tentativas de ajuste feitas desde então.<sup>30</sup>

A continuidade, por vários anos, desses problemas e o fracasso das tentativas de solução, dão idéia do quanto essas questões embaraçavam o controle das exportações nas áreas fronteiriças, favorecendo o contrabando e dificultando a ação das autoridades fiscais.

Não houve, até a década de vinte, a assinatura de nenhum acordo definitivo referente às questões de limites do Piauí. Em 1920, em decorrência de decisão tomada, em 1919, no Sexto Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Belo Horizonte, foram intensificados os trabalhos de definição dos limites interestaduais, a nível nacional.<sup>31</sup> A pretensão do Governo Federal ao solicitar representação dos Estados para a Conferência, era de que no centenário da Independência do Brasil todas as questões de limites estivessem resolvidas.

<sup>29</sup> NOGUEIRA, *Mensagem* ... 1904, p. 26.

<sup>30</sup> MENDES, Álvaro de Assis Osório. *Mensagem* ... 1906. p.4 e 23.

<sup>31</sup> ANAIS da Conferência de Limites interestaduais, p.6.



Antes da convocação da Conferência, as questões do Piauí com o Ceará e o Maranhão eram consideradas questões em aberto; com a Bahia as negociações estavam em andamento desde a assinatura, em 4 de setembro de 1919, no Congresso de Geografia de Belo Horizonte, de acordo direto entre os dois Estados. O acordo com o Maranhão, também direto, foi celebrado na Conferência de Limites Interestaduais, em 08 de julho de 1920. No dia 12 foi celebrado convênio com o Ceará, cuja questão deveria ser resolvida tendo como árbitro Washington Luís, então presidente do Estado de São Paulo.<sup>32</sup>

Ao tempo em que essas negociações se processavam, os problemas de ordem fiscal persistiam. As leis de nº 958, de 5 de julho de 1919 e 995, de 20 de julho de 1920, autorizavam o Governador do Piauí a assinar acordo com o Maranhão no sentido de evitar que entrasse em vigor pauta especial nas localidades da margem esquerda do rio Parnaíba, para a cobrança dos impostos de exportação. Era a mesma situação identificada no início do século, para a qual se tentava dar solução.

Quanto aos encargos fiscais incidentes sobre a borracha de maniçoba, além das 12% *ad valorem* cobrados a título de imposto estadual e dos impostos municipais, em 1913 ainda eram cobrados adicional de 3%, denominado taxa de conhecimento, selo de \$ 400 por guia de exportação. Para o cálculo dos impostos, o peso da borracha era reduzido em 20%, que deveria corresponder a quebra proveniente de impurezas e da secagem.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> ANAIS, p.58-9.

<sup>33</sup> LIMA REBELLO, *A indústria ...* p. 40-1.

### 7.3. EXPECTATIVAS DO PERÍODO

É perceptível, sobretudo na primeira década do século, a interpretação otimista do Governo no que concerne à situação financeira do Estado, bem como o destaque dado às exportações da borracha nesse contexto. Superadas as dificuldades dos primeiros exercícios, em 1903, o Governador Arlindo Nogueira faz uma avaliação das finanças, que são definidas como numa situação "auspiciosa" e "invejável". Quanto à economia do Estado, se estaria inaugurando nova fase de "prosperidades e esperanças". As mudanças na economia e nas finanças eram atribuídas à nova indústria da borracha de maniçoba, que teria atraído capitais e braços, reanimado o comércio, vivificado as outras indústrias e paralizado a emigração para o Amazonas e Pará.<sup>34</sup> Essa situação de prosperidade identificada pelo Governo é explicada em documento do ano seguinte quando é atribuída a dois fatores: economia dos poderes públicos e o acréscimo das exportações da maniçoba.<sup>35</sup> Do mesmo documento, consta que outras receitas, como o dízimo, o giro comercial e o imposto sobre indústrias e profissões tinham decrescido ou se mantido estacionários nos três últimos exercícios.<sup>36</sup> Dessa forma, o otimismo do Governo é discutível, já que "prosperidade" se define como equilíbrio orçamentário.

<sup>34</sup>

NOGUEIRA. *Mensagem ... 1903*, p. 16.

<sup>35</sup>

NOGUEIRA, *Mensagem ... 1904*. p. 17-8.

<sup>36</sup>

Receita proveniente da cobrança do dízimo: 1901: Rs.155.019\$620; 1902:Rs.137.353\$650; 1903:Rs.138.818\$000; Do giro comercial, indústria e profissão:1901:Rs.166.814\$828; 1902:Rs.155.370\$532;1903:Rs.98.923\$300. NOGUEIRA, *Mensagem ... 1904*, p. 18.

São relevantes alguns comentários referentes à posição do governo, à luz de informações adicionais acerca do período. Um primeiro ponto refere-se à importância que é atribuída à extração e comércio da borracha nesse momento, quando seu desempenho em 1900 e 1901 não havia correspondido às expectativas oficiais. Isso posto, só a estabilização ou o decréscimo de outras fontes da receita pública poderia justificar tal euforia em relação à borracha. A relativa estabilidade financeira dos Estados do Norte, por outro lado, alimentava, no Piauí, expectativas de crescimento do setor além de suas reais possibilidades de expansão. Quanto à economia do Estado no início do século, as fontes, em geral, convergem para o seguinte conjunto de informações: o Estado atravessa difícil conjuntura, caracterizada pela constância das secas que, por sua vez, deprecia o preço do gado, promove a afluência de imigrantes de outros Estados e induz ao abandono de fazendas e lavouras. Dada a estreita relação entre o equilíbrio orçamentário e o desempenho das exportações e, além disso, a participação crescente da borracha no conjunto das exportações, tem-se os elementos explicativos da associação estreita que se faz, no período, entre as expectativas de crescimento do setor exportador, onde se destaca a borracha e a expansão da própria economia do Estado. Há que se entender, pois, que o clima de otimismo dominante nos primeiros anos desse século é reflexo das expectativas em torno do desempenho da borracha. A avaliação de documentos do período 1903/4 põe isto em evidência. De outro lado, não se deve cobrar coerência interna na documentação oficial, já que num mesmo documento passa-se do mais franco otimismo ao discurso habitual de queixumes e reclamações. O teor do dis -

curso oficial modifica-se na dependência do tema abordado e do objetivo que se quer alcançar. Ao nível do discurso própria - mente dito e dado que as fontes consultadas são geralmente anuais, são claramente perceptíveis as mudanças no teor das apreciações sobre a economia e as finanças. Assim, observou - se que há quase uma relação direta entre orçamentos equilibrados e fases de otimismo e vice-versa.

O mesmo clima de euforia do início do século é perceptível nos anos posteriores. Além das referências ao desempenho das exportações da borracha, esse clima pode também ser inferido das tentativas de implementação de políticas de cunho desenvolvimentista. Essa preocupação com o então chamado crescimento material pode ser vislumbrada a partir da política de terras do Estado e por meio da análise dos projetos e planos - privados e públicos - então enunciados. A observação mais detalhada desses documentos mostrou que guardavam estreita relação com o desempenho das exportações da borracha.

A política econômica do Estado ganha novo contorno com a criação, em 1896, da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização.\* Essa instituição foi destinada para centro técnico de todos os serviços que pudessem ativar o progresso material do Estado, definindo, inclusive, a política de terras, cujo serviço de registro tem início em 1898.<sup>37</sup> Interessa aqui não a política de terras em si, mas as expectativas do Governo no que concerne à alienação e aproveitamento sobretudo das

\*Lei nº 86, de 12/06/1896.

terras públicas, como fatores do crescimento do Estado, bem assim as concessões de arrendamento feitas nas duas primeiras décadas do século.

A observação dos contratos de arrendamento e das propostas de alienação de terras devolutas do Estado, para exploração agrícola e pastoril, evidenciou a existência de uma cláusula comum, relativa à obrigatoriedade de explorar e conservar os maniçobais nativos, bem como realizar seu cultivo sistemático. Tais propostas de arrendamento, em geral, se constituíam em verdadeiros projetos integrados, propugnando a exploração de indústrias extrativas, o cultivo de cereais, o aperfeiçoamento da pecuária, a fundação de colônias agrícolas, além da realização de obras de infra-estrutura. Concessão de 1906, a Constantino Correia,<sup>\*</sup> e de 1909, à empresa americana Hanson & Woodruff Syndicate<sup>\*\*</sup> são exemplos de contratos desse teor. O último, referia-se ao arrendamento de um milhão de hectares de terras devolutas do Estado e uma de suas cláusulas previa o plantio anual de, no mínimo, cem mil pés de maniçoba e conservação das árvores nativas dessa espécie.

Esses contratos evidenciam, de forma clara, as expectativas em torno do desenvolvimento do Estado, bem como sua estratégia. Em vista das condições da época e da própria natureza dos empreendimentos a possibilidade de efetivação desses contratos era mínima e em geral não passavam do estágio de elaboração e aprovação pelos órgãos competentes. Afora o trabalho

<sup>\*</sup>Lei nº 407, de 02/07/1906.

<sup>\*\*</sup>Decreto nº 399, de 20/01/1909; Lei nº 532, de 08/07/1909.

pioneiro de Antônio José de Sampaio, do decênio anterior, aliás, ligado ao Governo Federal, não há referência nas fontes consultadas, a contratos desse molde que se tenham concretizado integralmente.

O Governo, entretanto, depositava esperanças na realização desses empreendimentos, que deveriam marcar "nova era de prosperidade" para o Estado.<sup>38</sup>

Uma das mais constantes proposições do Secretário João Augusto Rosa, nos vários anos em que esteve à frente da Secretaria de Fazenda, era de que a alienação e o arrendamento das terras devolutas do Estado eram os meios mais adequados para a conservação do seu potencial de riqueza. Referindo-se, em 1911, ao centro-sul do Estado - esclarecia que os maniçobais devolutos daqueles municípios se achavam entregues a particulares, que os exploravam

*"com real prejuízo para o Estado, porquanto os estragam, incendeiam, desvalorizam, de forma que mais tarde não encontrará o Governo por eles o preço de que atualmente podem gozar".*<sup>39</sup>

Apesar da convergência de interesses havida entre o Estado e alguns particulares, e das tentativas feitas, as propostas de alienação, arrendamento e exploração dessas terras não foram viabilizadas.

<sup>38</sup> ROSA, João Augusto. *Relatório apresentado ... em 1909 ... pelo Secretário do Estado da Fazenda.* P. 22.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ... em 1911 ... pelo Secretário de Estado da Fazenda,* p. 15.

Além dos contratos de arrendamento, mais estreitamente vinculados à política de terras e geralmente originados de propostas de particulares, há que se observar também os planos integrados ao esforço desenvolvimentista do Estado, de inspiração pública. Deve ficar claro que os capitais a serem empregados deveriam ser na maior parte privados, embora garantidos pelo Governo. Foram aprovadas, nas duas primeiras décadas do século, inúmeras leis determinando a realização de serviços de grande interesse público e privado. Essas leis privilegiavam serviços relacionados à navegação fluvial, fundação de núcleos coloniais, construção de estradas-de-ferro, melhoramento do porto de Amarração, instalação de serviços bancários, auxílios à agricultura e pecuária, dentre outros.\* A participação do Estado deveria ser indireta na maioria dos serviços, constituindo-se principalmente em isenção fiscal por determinado número de anos e cessão das terras devolutas necessárias à realização dos empreendimentos.

A Lei nº 549, de 30 de março de 1910, exemplifica não só as aspirações do Estado, em termos do "desenvolvimento material", como a estratégia a ser adotada na implementação das medidas e a vinculação de parte do plano às exportações. Essa vinculação se dava em dois níveis: ao tempo em que as medidas propostas deveriam ter como efeito o incremento das exportações, seriam, em parte, financiadas com recursos dela oriundos. Essa lei autori-

\*Referem-se a esses serviços as seguintes leis: Lei nº 374, de 06/07/1904; Lei nº 384, de 21/07/1905; Lei nº 435, de 03/07/1907; Lei nº 513, de 28/07/1908; Lei nº 549, de 30/03/1910; Lei nº 569, de 02/07/1910; Lei nº 607, de 26/06/1911; Lei nº 647 de 18/07/1911; Lei nº 765, de 15/07/1913; Lei nº 766, de 15/07/1913; Lei nº 816, de 11/07/1914; Lei nº 817, de 11/07/1914; Lei nº 845, de 10/07/1915; Lei nº 992, de 24/07/1920.

za, dentre outras, a execução das seguintes medidas:

- a. realização de obras preventivas contra o efeito das secas;
- b. fundação de núcleos coloniais, diretamente pelo Estado ou com auxílio federal;
- c. concessão de vantagens a um estabelecimento de crédito;
- d. extensão da navegação do rio Parnaíba até Santa Filomena;
- e. subvenção à navegação dos rios Uruçuí e Gurguéia.

Para a realização de alguns desses serviços, a participação do Estado deveria respaldar-se no acréscimo, em 1%, do imposto de exportação. Propunha-se, também, como subvenção a estabelecimento de crédito, a isenção dos impostos estaduais e municipais em prazo a ser estipulado no contrato.

A Lei-síntese do período, entretanto, é a de nº 817, de 11 de julho de 1914. Sua análise revela as preocupações do Estado por um largo período. Autoriza a contratação de empréstimo, no valor de até Rs.7.500:000\$000 (sete mil e quinhentos contos de réis), cujo produto deveria ser aplicado à consecução, dentre outros, dos seguintes objetivos:

- a. estudos de uma estrada-de-ferro ligando São Raimundo Nonato às margens do rio Parnaíba;
- b. estudos para ligação dos centros populosos do Estado, por meio de estradas de rodagem, ao rio Parnaíba e às estradas-de-ferro (a serem) construídas;
- c. criação de estabelecimento bancário;
- d. encampação de empresa de navegação a vapor do rio Parnaíba e afluentes;



- e. limpeza e desobstrução dos rios navegáveis;
- f. demarcação das terras devolutas do Estado;
- g. demarcação dos limites com o Estado do Ceará;
- h. aquisição do contrato e da propriedade das Fazendas Nacionais;
- i. incremento à pecuária e à lavoura;
- j. revalidação e prorrogação de contratos de arrendamento de terras do Estado;
- l. estabelecimento de colônias agrícolas de trabalhados - res nacionais e estrangeiros.

Nessa lei se evidencia todo o projeto desenvolvimentista do Estado nesse período, suas bases e, enfim, as medidas tidas, à época, como capazes de promover esse desenvolvimento.

Deve ser reforçado que a maior parte das medidas propostas, embora pelo Estado, deveriam ser realizadas com o concurso de capitais particulares, e que a participação pública se faria mediante a concessão de subvenções, isenção de impostos, garantia de juros aos capitais empregados e, excepcionalmente, por meio da emissão de títulos da dívida pública.

A repetição dos objetivos em toda a documentação desse período reforça o fato de que essas propostas não se realizavam efetivamente. A criação de bancos, a instituição de empresas de exploração agro-pastoril e a construção de linhas férreas por particulares são exemplos de projetos não realizados. Apesar do clima de euforia proporcionado pelo incremento das exportações, particularmente da borracha e da aparência decrescimento do Estado, a iniciativa privada não dispunha de capitais suficientes para a execução de serviços desse porte. Uns poucos serviços realizados a essa época o foram pelo Estado -

serviços de abastecimento d'água da Capital e de iluminação pública - ou pela União, que deu início em 1913, a construção de ramais férreos ligando Crateús a Teresina e Campo-Maior a Luís Correia.

Ao nível do discurso, entretanto, nem o crack da maníobra em 1913, a emissão de títulos da dívida pública desse ano no valor de Rs.800:000\$000, o alto índice de endividamento interno conseguem, de imediato, mudar o seu teor. Só em 1915 é que são assumidas as dificuldades da situação financeira do Estado e identificada sua complexidade. Contribuia nesse sentido a seca desse ano, cujos efeitos já se manifestavam, mostrando com clareza a fragilidade da estrutura econômica e financeira do Estado. Os anos seguintes, apesar da ascensão dos preços dos produtos de exportação do Estado e do relativo desafogo financeiro, não foi possível a realização de obras de vulto, nem a continuidade dos sonhos de grandeza do Estado. As preocupações do Governo passaram a girar em torno do saneamento das finanças públicas, comprometidas nos primeiros quinze anos do século. Até o começo da década de vinte, o pagamento dos atrasados do funcionalismo público, a amortização de empréstimos feitos a capitalistas, o recolhimento das apólices da dívida pública centralizaram o interesse do Governo. A fase de euforia ficara no passado.

#### 7.4. A DEFESA DA BORRACHA

A defesa oficial da borracha se processou, no Piauí, em dois níveis: num primeiro momento a avaliação da atividade e a proposição de medidas de defesa da produção se fez a nível es -

tadual; num segundo momento a questão da defesa ganhou cunho nacional, passando a constituir-se num plano integrado com vista ao incremento da produção da borracha brasileira, no sentido de enfrentar a concorrência asiática. Nessa etapa, a política estadual passa a realizar os objetivos definidos no plano nacional.

#### 7.4.1. Intervenção Estadual

Até 1911, a intervenção do Governo do Estado na exploração da maniçoba foi irrelevante, sendo privilegiadas as medidas de natureza fiscal.

Em 1899, com o intuito de animar e desenvolver a cultura da Euforbiácea, o Governo Estadual instituiu prêmio de um conto de réis aos cultivadores de maniçoba, desde que plantassem pelo menos dez mil pés e preenchessem as condições seguintes: as árvores deveriam ter mais de um ano, serem limpas e tratadas; guardar espaçamento entre dois e três metros e formar um mesmo grupo. A cada grupo de dez mil pés corresponderia um prêmio de um conto de réis.\*

Esta foi a primeira medida de incentivo adotada pelo Governo e, ao que parece, foi inócua.\*\* Foi revogada em 20 de junho de 1901, pela Lei de nº 272, possivelmente como uma das

\* Prêmio instituído pela Lei nº 184, de 12/06/1899.

\*\* Não conseguimos indicação de que o prêmio haja sido pago a algum lavrador do Estado, nem de que os plantios realizados a essa época tenham sido por ele induzidos.

medidas de contenção de despesas nessa fase de crise.

A partir de 1911, com a nova situação do produto no mercado internacional, o teor das referências à manobra na documentação oficial começa a se modificar. A posição do Governo pode ser captada a partir de juízo exposto na Mensagem de 1911.

*"A julgar pelo desenvolvimento que teve, em 1910, a nossa indústria extrativa e o movimento da nossa exportação, promissora se desenha a situação econômica do Estado.*

*Mas ... antevejo em dias próximos importantes alterações que poderão transformar aquela promissora situação, em uma crise comercial e industrial das piores consequências".*<sup>40</sup>

A posição do Governador Antonino Freire da Silva era de que a incerteza do mercado da borracha e a baixa do preço não tinham como causa essencial a especulação comercial e sim a concorrência da borracha do Oriente - que se constituía numa ameaça à espécie de monopólio detido pelo Brasil. Com base em estimativas da produção asiática, concluía que dentro de 5 anos a oferta de borracha daquela origem seria o dobro da brasileira. Caracterizava a produção oriental como de baixo custo; isenta de impostos de exportação; de fácil transporte e pagando fretes baratos. No Piauí, ao contrário, a mão-de-obra era cara; a borracha pagava pesados tributos e era absoluta a falta de meios de condução. Afirmava que suas observações sobre a borracha no contexto mundial tinham como objetivo destacar a ne-

cessidade de promover a defesa do produto, seguindo o exemplo do Amazonas e do Pará.<sup>41</sup> Sugeriu medidas visando o barateamento da produção, que, em sua opinião, era a única forma de assegurar a continuidade da borracha de maniçoba do Piauí nos mercados mundiais.

As medidas propostas podem ser assim resumidas:

- a. construção de estrada-de-ferro ligando os municípios produtores;
- b. concessão de terras públicas, obrigadas à demarcação e cultivo racional de maniçoba e cereais;
- c. perfuração de poços, de modo a permitir a exploração de áreas onde a água não existia ou era adquirida a altos preços;
- d. instituição de prêmios aos cultivadores, de acordo com regulamento a ser expedido;
- e. fixação da população adventícia dedicada à extração do produto.<sup>42</sup>

Eram essas, em síntese, as preocupações, a nível estadual, com o futuro da borracha de maniçoba. Estudo no corpo de Leis e Decretos do Estado, nesse ano, evidenciou que o assunto foi discutido na Assembléia Legislativa e algumas das sugestões de Antonino Freire foram acatadas.

A Lei nº 607, de 26 de junho de 1911, autorizava o Estado a contratar a construção de estrada-de-ferro ligando São Raimundo Nonato a São João do Piauí e desta cidade até lugar

<sup>41</sup> SANTOS, p. 246-7, analisa os objetivos do Convênio Pará-Amazonas de 1911.

<sup>42</sup> SILVA, Antonino Freire da. *Mensagem ... 1911*, p. 51-5.

conveniente às margens do rio Parnaíba. O objetivo dessa medida era, em melhorando as condições de transporte, diminuir o custo de produção da borracha e o preço dos gêneros de consumo nas principais áreas produtoras do Estado.

A Lei nº 643, de 17 de julho de 1911, tinha como objetivo o controle da extração do látex - proibindo-a de dezembro a março. Justificava-se pela necessidade de conservação dos mangobais, submetidos a uma exploração continuada e depredatória.

A Lei nº 647, de 18 de julho de 1911, autorizava a fundação de um banco, com o concurso de capitais particulares, para operar principalmente sobre o crédito agrícola e hipotecário do Estado.\* A fundação de um banco no Estado ou o estabelecimento de filial de instituição de crédito era uma das solicitações feitas com mais insistência pelo comércio do Piauí - que se sentia prejudicado pela inexistência de serviços dessa natureza.\*\*

Em 1912, o Governo autorizou o envio de representante do Estado à Exposição da Borracha, realizada em Nova York, em novembro daquele ano.\*\*\* A representação do Piauí coube ao engenheiro José Pires de Lima Rebello.<sup>43</sup>

\* Esta cláusula também constava do convênio Pará-Amazonas, de março de 1911, no qual se inspirou Antonino Freire ao propôr suas medidas de defesa.

\*\* Por volta de 1917 é que o Piauí vai ter sua primeira instituição bancária. Trata-se de filial do Banco do Brasil sediada em Parnaíba.

\*\*\* Lei nº 695, de 11/07/1912.

<sup>43</sup>

Ver trecho do *Relatório da Exposição de Borracha em New York*, publicado parcialmente em LIMA REBELLO, *A indústria...* p.34-35.

Das discussões promovidas pelo Governo durante o ano de 1912 as mais calorosas referiam-se à dispensa do imposto de exportação das borrachas beneficiadas, numa tentativa de melhorar a cotação do produto piauiense. Essa proposta não chegou a tomar a forma de lei.

Nos anos posteriores, sobretudo em 1913, continuou a ação do Estado no sentido de criar mecanismos de defesa da produção piauiense. Têm esse sentido as leis de nº 746, 765 e 777, além de diversas outras relacionadas à instituição de serviços bancários.

A Lei nº 746, de 28 de junho de 1913, autorizava o Governador do Estado a concorrer para a fundação de uma usina de refinação de borracha no Piauí, de acordo com o edital publicado pela Superintendência da Defesa da Borracha.<sup>44</sup>

Trata-se, pois, de tentativa, por parte do Estado, de realizar os objetivos do plano federal de defesa.

A Lei nº 765, de 15 de julho de 1913, autoriza o Estado a contratar a construção e arrendamento de uma estrada de ferro ligando Floriano à Vila de Corrente, passando por Jerumema, Bom Jesus e Parnaguá, com ramais para São João do Piauí e para Santa Filomena.

Pela Lei de nº 777, de 22 de julho de 1913, o Governador do Estado era autorizado a conceder vantagens que se constituíam na concessão de terras devolutas para o plantio da maniçoba e no pagamento de prêmios, na seguinte escala:

# NÚMERO DE ÁRVORES PLANTADAS VALOR DO PRÊMIO

De 100 a 200 mil pés .....	5.000\$000
acima de 500 mil pés .....	10.000\$000
acima de um milhão de pés .....	20.000\$000

Os prêmios deveriam ser pagos, pelo Estado, três anos após o plantio. O artigo 4º desta lei autorizava a cessão, ao Governo Federal, da área de terras devolutas e dos prédios estaduais necessários à instalação e funcionamento do Campo Experimental da Borracha, previsto no Art. 3º, Lei 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912.

A execução da política estadual de defesa, proposta por Antonino Freire, não sofreu solução de continuidade após a instituição do Plano de Defesa da Borracha, pelo menos do ponto de vista da institucionalização das medidas. Quanto à execução - tanto das medidas que competiam ao Estado quanto das que dependiam do Governo Federal - foi nula.

Os planos e as medidas, sugeridas pelo Governo como passíveis de realizar o desenvolvimento econômico do Estado, após 1914 já não fazem referências à maníobra, nem à sua defesa. Começava o domínio da cêra-de-carnaúba sobre as exportações e as finanças do Estado.

## 7.4.2. Plano de Defesa da Borracha ou Intervenção Federal

O Piauí foi convidado a participar, em agosto de 1911 de reunião dos representantes dos Estados produtores de borracha



com o Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, no sentido de definir políticas de defesa do produto.<sup>45</sup> Nesse encontro está a origem do chamado Plano de Defesa da Borracha, instituído e analisado pela Lei 2543-A, de 5 de janeiro de 1912 e Decreto 9.521, de 17 de abril do mesmo ano. Assim, instituído o Plano Federal, suas medidas vieram de encontro às preocupações e às propostas feitas a nível estadual.

Análise geral do conteúdo dessa Lei e de seu respectivo Decreto podem ser vistos em SANTOS.<sup>46</sup> Interessam aqui apenas as proposições relacionadas à defesa do produto piauiense e as medidas que, implementadas, poderiam afetar esse setor da economia do Estado.

A Comissão\* que representou o Piauí no Simpósio da Borracha defendeu as medidas tidas como essenciais para a redução dos custos de produção da maniçoba. Uma de suas solicitações foi no sentido de que constasse do Plano, a construção de estrada-de-ferro ligando Joazeiro, na Bahia, a Florianópolis, no Piauí, e a construção do porto do Estado.<sup>47</sup>

\*A Comissão era formada por João Chrisóstomo da Rocha Cabral, representante do Governo do Estado e por Álvaro Teixeira Mendes, representante da Associação Comercial de Teresina.

<sup>45</sup> *Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio*, 1911, p.153. Participaram representantes dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, e ainda representantes da Sociedade Nacional da Agricultura, do Centro Industrial do Brasil, da Junta de Corretores do Rio de Janeiro, do Museu Comercial, da Imprensa e de outros órgãos.

<sup>46</sup> SANTOS, p. 247-59.

<sup>47</sup> *Relatório do Ministro da Agricultura ... 1911*, p. 165-66.

O Plano de Defesa da Borracha propunha a aplicação de medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e mangabeira. Muitas de suas proposições eram de caráter geral, como a isenção de impostos de importação para os utensílios e materiais próprios para a cultura das árvores produtoras.

Algumas medidas coincidiam com as propostas do Governador Antonino Freire. Era o caso dos prêmios aos cultivadores de árvores lactíferas. Os prêmios para a maniçoba e mangabeira foram estipulados pela Superintendência da Defesa da Borracha nas seguintes bases:

ESPECIFICAÇÃO DO PLANTIO	ÁREA EM HECTARE	PRÊMIO
Plantio novo de maniçobais .....	12 .....	Rs.1:500\$000
Replantio de maniçobais nativos .....	25 .....	Rs.1:000\$000
Plantio novo de mangabais .....	12 .....	Rs. 900\$000
Plantio de mangabais nativos .....	25 .....	Rs. 720\$000

Os prêmios seriam exigíveis um ano antes da primeira extração, após fiscalização pelo Ministério da Agricultura.

Outra medida de interesse para o Piauí era o estabelecimento de Estações Experimentais para as culturas da seringueira, maniçoba e mangabeira. O Piauí deveria sediar um dos centros de estudo sobre a maniçoba e a mangabeira cuja função seria a de fornecer, gratuitamente, aos interessados, sementes escolhidas e instruções sobre a cultura dessas plantas.<sup>48</sup>

O Plano também previa a ligação do Vale do Parnaíba, por linha férrea, ao porto de Belém do Pará. Um de seus objetivos era a integração dos seringais amazônicos à rede ferroviária federal, no intuito de facilitar os transportes e reduzir os fretes, tanto da borracha quanto dos alimentos.<sup>49</sup> A ligação férrea de Belém aos rios Parnaíba e São Francisco, era apenas parte de um projeto mais amplo que previa a integração dos vales daqueles rios ao Araguaia e Tocantins. Essa proposição coincidia com a solicitação piauiense, de integração do vale do Parnaíba ao São Francisco, para facilitar o escoamento da produção.<sup>50</sup> Por sua vez, a ligação com o Pará lhe seria também favorável, desde que a Amazônia constituía um dos

<sup>48</sup>

Art. 39, da Lei 2.543-A, de 5/01/1912.

<sup>49</sup>

Art. 69, item III, Lei 2.543-A.

<sup>50</sup>

Esta era uma velha pretensão piauiense e projetos com esse objetivo datavam do século XIX. De acordo com Abdias Neves, a ligação férrea Petrolina-Teresina constituía parte do plano da viação brasileira desde 1852. Em 1866, o engenheiro Eduardo José de Moraes intentava ligar, por meio de um canal, as bacias do Parnaíba e São Francisco. Esse projeto teria sido estudado por André Rebouças, que se mostrou favorável à construção da estrada de ferro ligando Amarante a Oeiras, com ramais para Valença e Serra dos Dois Irmãos, chegando inclusive a obter concessão para realizar a obra. NEVES, Abdias. *Política das estradas de ferro e finanças da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916. 59 p.p. 7-8.

mercados consumidores de gado em pé dessa origem.

Igualmente repercutiu no Piauí a criação do prêmio de animação, no valor de Rs. 100:000\$000, a ser pago à primeira usina de refinação de borracha de maniçoba e mangabeira, com a condição de que a usina empregasse capital equivalente a quatro vezes o valor do prêmio. Discutia-se, nesse período a nível de Governo Estadual, a possibilidade de isentar do imposto de exportação as borrachas beneficiadas. A proposta não foi levada avante. Entretanto, em 1913, é autorizada a abertura de concorrência para a fundação de usina de refinação para onde deveria convergir a borracha bruta. As fontes consultadas nada indicam a respeito da viabilização dessa medida.

Embora poucas das propostas constantes do Plano de Defesa da Borracha tivessem significado para o caso piauiense, contribuíram no sentido de alimentar as esperanças e as expectativas em torno da extração e, sobretudo, da cultura da maniçoba.

Os resultados práticos do Plano para o Piauí foram irrelevantes. As medidas implementadas consistiram na fundação da Inspetoria de Proteção à Borracha, cujo funcionamento teve início em 1913, e na realização de estudos para a construção de estrada-de-ferro ligando Petrolina a Floriano.<sup>51</sup> A autorização de estudos para a melhoria do porto de Amarração, possivelmente também estava ligada aos objetivos do programa. A Estação Experimental da Borracha foi inaugurada em dezembro desse ano e sua direção confiada a um técnico francês, Émile Charropin.<sup>52</sup>

<sup>51</sup>

ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ...* 1913, p.31-3.

<sup>52</sup>

IGLÉSIAS, p. 56.

O discurso inaugural, proferido por Charropin, transcrito em IGLÉSIAS, é uma clara manifestação de otimismo não só em relação à situação do mercado mundial da borracha, como dos resultados das políticas implementadas pela Superintendência da Defesa. Identificava dois problemas fundamentais relativos à borracha no Piauí - o da qualidade e do preço. Para a solução do primeiro, a Estação dispunha de Secções de Agronomia e Química perfeitamente aparelhadas. Quanto ao preço, afirmava não acreditar que a boa organização das plantações e o emprego de processos racionais e métodos mais vantajosos constituíssem privilégio dos plantadores de borracha do Oriente.<sup>56</sup>

Para a instalação dos serviços subordinados à Inspetoria de Proteção à Borracha, o Governo do Estado cedeu a Chácara Pirajá, para sede da parte agrícola e parte da chapada Corisco, para instalação do campo experimental.

Os trabalhos desenvolvidos em 1913 pela Comissão da Borracha se constituíram no aparelhamento do Laboratório, na preparação dos terrenos para o plantio sistemático da maniçobeira e inspeções em maniçobais de alguns municípios piauienses, determinadas pelo Ministério da Agricultura. IGLÉSIAS refere-se a inspeções em maniçobais de Amarante e Regeneração, que estariam, em 1914, aptos a receber o prêmio estipulado pelo Governo Federal. A área destinada ao maniçobal em Regeneração era de 731 hectares, dos quais 630 já estavam plantados em 1913. A área restante seria plantada em 1915. Essas visitas, estavam ligadas às solicitações de prêmios à Superintendência da Defesa da Borracha.<sup>53</sup>

Boletim desse órgão, de maio de 1913, divulga solicitação de prêmio feita pelo agricultor Joaquim Coelho de Luz, proprietário da fazenda Veneza, município de Simplício Mendes. A Superintendência da Defesa encaminhou o pedido para o Distrito de Fiscalização, no Piauí, para que fossem tomadas as providências cabíveis, isto é, fosse realizada a inspeção. O <sup>54</sup>deferimento do processo dependia dos resultados da fiscalização.

Várias fontes conduzem à conclusão de que, no Piauí, muitos maniçobais, à essa época, estavam aptos a receber o prêmio instituído pela Superintendência e que, em 1912 e 1913, houve intensificação do plantio dessas árvores.

As expectativas criadas pelo Plano de Defesa podem ser evidenciadas a partir das referências do próprio órgão, da perspectiva do Governo do Estado e dos agricultores.

A Superintendência, noticiando a solicitação de prêmio do agricultor piauiense, assim se expressava:

*"Este fato é auspicioso e mostra de que maneira já estão agindo no espírito dos plantadores as medidas tomadas para a defesa da borracha. Os prêmios oferecidos ... atuam já de modo visível, animando os fazendeiros a aumentar as suas plantações de árvores produtoras de borracha"*<sup>55</sup>

O ponto de vista do Governo do Estado, evidenciado na Mensagem de 1913 era de que em funcionamento a Inspetoria de Prote -

<sup>54</sup> A CULTURA da maniçoba no Piauí. Boletim da Superintendência da Defesa. 1(1):34-5. p. 34.

<sup>55</sup> A CULTURA ... p. 34.

ção à Borracha e a Estação Experimental, a Euforbiácea piauiense seria devidamente estudada e cientificamente cultivada. De outro lado, o agricultor teria acesso a uma verdadeira escola prática onde aprenderia métodos e processos novos.<sup>56</sup>

IGLESIAS referindo-se a Amarante, afirma ter notado em fazendeiros e comerciantes do local, uma certa confiança no plano governamental de defesa da produção, com base na cultura sistemática.<sup>57</sup>

Entretanto, a suspensão dos serviços da Superintendência, em 1914,<sup>\*</sup> e entre eles o Distrito de Fiscalização nos Estados do Maranhão e Piauí e a Estação Experimental de manipulação e mangabeira, reverteu completamente as expectativas em relação ao desenvolvimento dessas atividades, já profundamente abalada pela queda dos preços internacionais.

IGLESIAS, que era funcionário da repartição extinta é ainda quem descreve o estado de ânimo provocado pela suspensão dos serviços da chamada Comissão da Borracha. Segundo ele, a notícia do fim da Comissão causou, em Teresina, profundo pesar, refletindo a desilusão dos que viam na cultura sistemática a única solução para o problema da borracha.<sup>58</sup>

\*Lei nº 2.842, de 5 de janeiro de 1914.

<sup>56</sup>

ROSÁ, Miguel de Paiva. *Mensagem ...* 1913, p. 34.

<sup>57</sup>

IGLESIAS, p.51-2.

<sup>58</sup>

IGLESIAS, p.65. , evidencia no trecho abaixo, a situação em que ficaram os funcionários da extinta Superintendência: "O Ministério da Agricultura extinguiu uma repartição com funcionários espalhados por diversos Estados do Norte, e não tomou a mínima providência para o regresso dos mesmos ao Rio de Janeiro, Nós ficamos completamente abandonados no Piauí. Solicitamos ao Sr. Ministro, por telegrama, que nos mandasse fornecer passagem de regresso. Nem um pio".

A repercussão dessa medida a nível de Governo Estadual, pode ser percebida nas observações de Miguel Rosa, quando se refere à suspensão de quase todos os serviços da União dos quais havia perspectiva de funcionamento em 1913. Depois de se reportar a dissolução de vários serviços federais, afirmava que, ao Piauí, "negou-se a proteção a maniçoba, fonte principal de riqueza pública piauiense", e que havia sido infrutífero seu esforço junto ao Ministério da Agricultura no sentido de transformar a estrutura montada pela Inspetoria numa escola prática de agricultura, com o concurso material do Estado. Reproduzindo o que a imprensa então veiculava, a respeito da presença da União no Piauí, assumia a afirmativa daquela de que haviam permanecido no Estado apenas "as estações arrecadadoras e o travo da injustiça sofrida".<sup>59</sup>

De fato, entre 1912 e 1913, estavam em andamento, no Piauí, vários programas do Governo Federal, dentre os quais a execução dos ramais férreos Crateús-Teresina e Campo Maior-Amarração, os estudos da estrada-de-ferro Petrolina-Teresina, da estrada de rodagem Floriano-Oeiras e do porto de Amarração; a construção de taludes na cidade de Parnaíba; atuação de duas comissões de obras contra as secas, encarregadas de estudos e da construção de açúdes; levantamento da planta topográfica da Colônia David Caldas. Funcionavam ainda a Escola de Aprendizes Artífices, a Inspetoria Agrícola, a Inspetoria de Proteção à Borracha e outros serviços federais.<sup>60</sup>

<sup>59</sup> ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ... 1914*, p. 41-6.

<sup>60</sup> ROSA, Miguel de Paiva. *Mensagem ... 1913*, p. 31-8; \_\_\_\_\_. *Mensagem ... 1914*, p. 41-6.



A partir de 1914 esses programas foram sendo progressivamente desativados, o que levava Miguel Rosa a reafirmar que não exagerava ao noticiar que a União só mantinha no Piauí, as estações arrecadadoras.<sup>61</sup>

Dessa forma, as modificações, a nível das políticas federais, de que resultou a suspensão, dentre outros, dos serviços da Superintendência da Defesa da Borracha, tornaram inútil toda a organização já iniciada no sentido da defesa do produto. O Plano de Defesa não deixou resultados positivos para o Piauí. Os resultados negativos foram uma frustração generalizada e a descrença cada vez maior nas promessas da União, que, numa conjuntura de grandes dificuldades para o Estado, \* agravou-a ainda mais com a suspensão da generalidade de seus serviços. De forma direta, causou prejuízo aos agricultores, que continuaram a investir no plantio da maniçoba, na expectativa da ação efetiva do Governo Federal na defesa da produção e na recepção dos prêmios estipulados na legislação.

\* Manifestavam-se já as seqüelas da famosa seca de 1915.

<sup>61</sup>

ROSA, Miguel de Paiva, *Mensagem ...* 1915, p. 25.

## CONCLUSÃO

A exploração da maniçoba no Piauí foi uma atividade desenvolvida de forma predominantemente extrativa e em caráter extensivo. Apesar da realização de plantios em todo o Estado, a coleta do produto nas reservas nativas foi a mais importante, mesmo porque grande parte das culturas realizadas ainda estava em vias de alcançar maturidade quando se manifestou a queda dos preços e teve início o progressivo abandono da extração.

A coleta nas áreas nativas e os procedimentos quanto à cultura, não se diferenciaram em suas linhas gerais da organização vigente na extração de outros produtos vegetais e na agricultura de subsistência. A diferença mais significativa estava na magnitude da atividade e no destino da produção. Desenvolveu-se em perfeita simbiose com as demais atividades econômicas, embora competindo em termos da alocação de recursos, particularmente a mão-de-obra.

A conjuntura favorável pode ser explicada por uma conjugação de fatores. Dentre os mais importantes estavam as condições de preços no mercado externo, a possibilidade de alocação de mão-de-obra sub-ocupada nas atividades de subsistência, tanto nas áreas produtoras como fora delas e, evidentemente, a ocorrência de extensas reservas nativas passíveis de exploração. A inexistência, nessa época, de qualquer outra atividade econômica em processo de expansão contribuiu para canalizar em seu favor os fatores de produção, principalmente a mão-de-obra

e as florestas nativas ainda inexploradas.

A pecuária constituiu limite à expansão do plantio da mesma forma como já o era em relação às demais culturas agrícolas, por dispor das melhores terras e aguadas e ainda pela necessidade que impunha de cercamento das roças para evitar a invasão dos maniçobais pelo gado.

Disponibilidades de reservas nativas não implicavam em efetivo aproveitamento em vista das distâncias dos centros habitados, das condições de acesso à exploração, inclusive pela oferta de água, da densidade natural das árvores e ainda das formas de apropriação e controle dessas áreas, onde a força e o poder exerciam papel de primeiro plano.

O limite para o plantio, dado também pelas condições de acesso à terra, estava relacionado ao maior ou menor interesse dos proprietários no que diz respeito à utilização de suas terras nessa atividade, sobretudo em se tratando de latifúndios pecuários e num contexto em que grande parte dos plantios eram feitos em terras de terceiros.

Quanto ao capital necessário foi limitado pela consorciação com as culturas anuais e era requerido em maior escala quando da coleta do produto. Entretanto, sua escassez foi um limite à expansão da atividade, não propiciando a formação de empresas voltadas para o seu desenvolvimento. A pequena circulação monetária impôs rigidez e morosidade às transações.

A produção propriamente dita foi limitada pelo empirismo das técnicas de extração, que resultaram na devastação de extensas reservas nativas da planta, cujo potencial de produção foi utilizado de forma inadequada. A exploração nesse molde foi favorecida pela ocorrência das plantas em terras devo -

lutas e pelo sistema de exploração adotado.

A extração da borracha das árvores nativas e o seu plantio foram condicionados não só pelas disponibilidades naturais da planta, pelo capital empregado, pelas técnicas utilizadas e pelas formas dominantes de ocupação da terra, mas fundamentalmente pelo preço do produto, em função de que era mobilizada a mão-de-obra.

O principal fator explicativo da expansão e decadência da extração da borracha foi o preço. Sua ascensão determinou a expansão da produção e a realização do plantio sistemático. Na fase do declínio, após 1911, teve início a restrição das áreas de exploração e a suspensão das culturas. As expectativas criadas com as políticas de defesa, aliadas às oscilações dos preços internacionais durante a guerra, contribuíram para a permanência da atividade, com certa expressão, até 1918. Normalizados os transportes, a produção quase foi extinta, mesmo nas áreas de maior concentração das espécies.

Como não foi adotada nenhuma medida com o objetivo de diminuir o impacto da decadência da atividade, a população dos principais municípios produtores ficou, em grande parte, relegada à própria sorte. Criaram-se condições de desemprego e subemprego e agravaram-se as dificuldades econômicas e financeiras da população engajada na atividade. A manifestação mais concreta dessas dificuldades foi o aguçamento das tensões sociais e do banditismo, enfim, o afloramento das insatisfações e dos conflitos sociais latentes na região.

A extrema dependência da produção ao comportamento dos preços, derivava da posição assumida pelo Piauí, enquanto exportador de produtos primários. O Estado não dispunha de qual-

quer mecanismo de influência sobre os mercados consumidores, senão que dependia totalmente deles . Além dessa dependência e a aprofundá-la, estavam os efeitos das políticas econômicas nacionais voltadas especificamente para o interesse de outras regiões e subordinadas também às injunções externas.

Notório no caso da borracha, no Brasil, foi a falta de implementação de medidas que contribuíssem no sentido de melhorar a posição do produto no mercado externo - quer pela redução dos custos de produção, quer pela isenção tributária. No Piauí, as políticas adotadas foram basicamente de cunho fiscal, com o objetivo fundamental de manutenção da estrutura político-administrativa em funcionamento.

A maniçoba constituiu, pelo menos por quinze anos, a atividade mais importante do ponto de vista da formação da receita pública, cuja dinâmica, em grande parte, estava a ela vinculada. Foi responsável pela relativa prosperidade econômica de extensas áreas do sudeste do Piauí, contribuindo inclusive para a concentração do povoamento e para a ocupação e incorporação de novas áreas à economia do Estado.

Na conjuntura de sua exploração foram realizados serviços públicos de pequena expressão, mas indicativos de progresso para o Estado. Foi o caso dos serviços de abastecimento d'água e de fornecimento de luz elétrica à Capital. Esses serviços só foram viabilizados mercê das transferências de receitas dos municípios do interior em favor do município da Capital, onde eram centralizadas as rendas públicas.

As áreas produtoras da maniçoba pouca atenção receberam do Governo nessa época, interessado principalmente na ar-

recadação das receitas que lhe eram devidas. A intervenção nos municípios praticamente só realizava-se quando as tensões sociais e políticas se agravavam e conflitos de maior vulto estavam iminentes. De resto, apesar da euforia dominante, a exiguidade das receitas era tão clara que mal possibilitava a manutenção do Estado, conforme se depreende das dívidas acumuladas no período, inclusive com pagamento do funcionalismo.

A exploração da maniçoba contribuiu para o desenvolvimento de cidades comerciais que se localizaram nos caminhos do escoamento da produção, e para a formação de centros urbanos importantes às margens do rio Parnaíba. Floriano apresentou crescimento surpreendente nessa fase, o mesmo ocorrendo com Parnaíba. A borracha propiciou equilíbrio ao Piauí em termos da localização dos principais núcleos populacionais, que se situaram ao longo das rotas comerciais que conduziam aos portos exportadores de Tutóia, Fortaleza, Recife e Salvador, caso de Floriano, Parnaíba, Picos, São João do Piauí e São Raimundo Nonato.

Essa atividade provocou mudanças de impacto variável sobre a economia e a sociedade piauiense. No decorrer de sua exploração contribuiu para a diminuição da produção de gêneros agrícolas e, por consequência, para o aprofundamento da dependência à importação de outros Estados e para a ocorrência de crises de escassez de alimentos - que redundavam na considerável alta dos preços. Esta característica, já perceptível no Piauí no início do século XX, e que vai ser aprofundada no seu decorrer, sofreu grande avanço na fase de coleta da borracha.

Embora a importação de produtos agrícolas já ocorresse, não era tão gritante até o século XIX em virtude das próprias

características da economia. O comércio fora do âmbito local era pouco expressivo e as necessidades eram atendidas em sua maior parte ao nível doméstico.

O processo de integração iniciado nesse século, a expansão do comércio interestadual possibilitado pela abertura de vias de comunicação terrestre, o aproveitamento mais sistemático das vias fluviais, além da transferência de mão-de-obra para o setor extrativo, conduziram ao agravamento dessa tendência e já nas primeiras décadas do século XX, ocorreriam crises alimentícias periódicas. Desse modo, quanto mais se consolidava o modelo pecuário-extrativista menos o Estado conseguia produzir para alimentar sua população crescente.

Essas circunstâncias propiciaram o início da integração de forma mais sistemática de extensas áreas do interior do Piauí à economia de mercado, concorrendo para o aprofundamento das relações do Estado com o resto do mundo e criando condições de mudança social. Essas mudanças, induzidas pelo avanço do extrativismo, implicaram num relacionamento cada vez mais intenso entre o campo e a cidade, de que resultaram alterações na forma de vida das populações tanto rurais quanto urbanas.

Em outros termos, a maniçoba representou o rompimento, embora ainda em seus passos iniciais, com a estrutura fechada e auto-suficiente, em que a produção não era para o âmbito doméstico e a mais importante para a maior parte da população e em que o comércio estava limitado a pouquíssimos bens de consumo geral.

Efeito que pode ser creditado à extração da maniçoba, em particular, e ao extrativismo, em geral, foi o mascaramento da perda de posição do Piauí não só em termos do con-

junto nacional, como no próprio âmbito regional. A inserção do Piauí no mercado mundial por meio da exportação de produtos extrativos, iniciada com a borracha e consolidada com a cêra-de-carnaúba e o babaçú, contribuiu no sentido de ocultar aquele fenômeno, inclusive pelo fato de propiciar a sobrevivência e até o fortalecimento dos grupos de grandes proprietários pecuário extrativistas e dos comerciantes e pela manutenção do Estado, enquanto instituição, em condições financeiras relativamente prósperas. Paralelamente, ocorria o empobrecimento da população, cuja solução de vida e sobrevivência passou a ser buscada cada vez mais na emigração para os maiores centros urbanos e principalmente para o sul do país.

A consorciação cada vez mais estreita entre as atividades pecuárias e o extrativismo contribuiu para que a posse da terra sofresse processo acentuado de concentração, sobretudo nas áreas de ocorrência nativa daqueles vegetais - o que resultou na valorização cada vez maior da terra e em dificuldades crescentes de acesso a ela. Para a maior parte da população restava a alternativa de engajamento nessas atividades como mão-de-obra em caráter sazonal. Restrições cada vez maiores à prática da economia agrícola de subsistência aceleraram a perda de posição dos não possuidores de terras, alimentando o processo emigratório.

De outro lado, o relativo desaforo das finanças públicas, derivado de forma direta ou indireta do extrativismo, propiciavam o fortalecimento do poder público e do Estado, consolidando sua função de empregador e mantendo de forma continuada o discurso oficial característico do início do



século e cuja tônica era superestimar a real situação das finanças públicas e da economia estadual.

Dentre os efeitos de natureza não econômica deve ser destacada a intensificação das discussões em torno dos limites estaduais, que, por sua vez, estavam ligados a problemas de natureza fiscal e de definição da área de jurisdição de cada Estado. Essas discussões evidenciavam o verdadeiro clima de competição existente entre as diversas unidades federadas que, em certos casos, chegavam a mobilizar as respectivas populações em torno da solução de questões estaduais como foi o caso da jurisdição sobre o Porto de Tutóia, envolvendo o Piauí e o Maranhão durante a Primeira República. A valorização da maniçoba, que ocorria em áreas contínuas de vários Estados, aguçou essas particularidades de interesses em vista do empenho fiscal dos mesmos.

Enfim, a exploração da maniçoba representou para o Piauí a fase inicial de nova conjuntura em que a dinâmica da economia passou a ser dada pelas exportações de produtos extrativos para o mercado internacional. Constituiu o primeiro momento de integração do Estado ao contexto mundial e, ao tempo de sua exploração, definiram-se os traços gerais que seriam característicos do processo de exploração econômica a vigir no Estado pelo menos até os meados da década de 1950. A estrutura básica estabelecida com a extração da borracha, ou seja, as formas de organização da produção, os mecanismos de exploração da força de trabalho, o sistema da comercialização e até as formas de intervenção do Estado, serão comunicados à exploração da cêra-de-carnaúba e do babaçú e com eles assumirão sua forma acabada.

Sua característica de convivência com a pecuária, a atividade econômica básica do Estado e para que tradicionalmente se voltavam os principais detentores de riqueza é ilustrativa do relacionamento que vai ser consolidado nas décadas seguintes. Os interesses dominantes daquela atividade, o fato da mão-de-obra estar disseminada em grande proporção nessas unidades onde exercia funções de natureza econômica e social que impunham limites à sua mobilidade, enfim, o molde da integração dessa atividade no contexto econômico social do Piauí é capaz de evidenciar características da sociedade e da economia do Estado por mais de meio século, e de possibilitar a compreensão de problemas que ainda afetam o Piauí hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 A CULTURA da maniçoba no Piauí. *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha*. 1(1):34, maio, 1913.
- 02 A CULTURA da maniçoba no Estado do Piauí. *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha*. 1(7):276-7, nov., 1913.
- 03 ALMANAQUE piauiense para o ano de 1903. Teresina, Tip. do Piauí, 1902. 213p.
- 04 ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. Valorização da Borracha. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 9(1):1-32, jan., 1907.
- 05 ———. Valorização da borracha. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 9(2):117-54, fev., 1907.
- 06 ALMEIDA, J. E. Carvalho d'. Cultura da maniçoba. *La Hacienda*, fev., 1916. p. 152-4.
- 07 A MANIÇOBA e sua cultura. *Boletim do Instituto Agrônomo de Campinas*. 9(1):389-401, mar., 1898.
- 08 A MANIÇOBA, instruções para sua cultura. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 8(1):36-51, jan., 1906.
- 09 A MANIÇOBEIRA, sua cultura e exploração. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 8(3):254-61, set., 1906.
- 10 A MANIÇOBA. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 10(1):34-8, jul., 1907
- 11 AMORIM, Joaquim Guedes de. *A indústria da borracha no Estado de Goiás*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha. 1913, 31p.
- 12 ANAIS da conferência de limites interestaduais. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1921. 81p.
- 13 ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 4 ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1980. 278p.
- 14 ANDRADE, Nilo Caheté Pereira de. *A indústria da borracha no Estado de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha. 1913. 47p.

- 15 ARAUJO, Hildemar Pereira de. *Maniçoba*; documento preliminar. Teresina, 1973. 11 p.
- 16 \_\_\_\_\_. *Projeto maniçoba*. Teresina, CEPA, 1980. 37 p.
- 17 BAHIANA, Joaquim. A maniçoba; instruções para sua cultura e extração da borracha. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 8(1):36-51, jan., 1906.
- 18 BELLO, Wenceslao. Borracha maniçoba. In: *A Borracha*. Rio de Janeiro, Sociedade Nacional de Agricultura, 1908., p. 79-106.
- 19 BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, 1898.
- 20 \_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Diretoria da Estatística Comercial. *Comércio exterior do Brasil*. 1900-1920.
- 21 \_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro, 1905.
- 22 \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1911*. Rio de Janeiro, 1911, p. 153-170.
- 24 \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1912*. Rio de Janeiro, 1912, p. 165-174.
- 25 \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Questionário sobre as condições da agricultura nos municípios do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, 1912.
- 26 \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no ano de 1913*. Rio de Janeiro, 1913. p. 155-74.
- 27 \_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Aspectos da vida rural brasileira*. Rio de Janeiro, Villas Boas, 1922. p. 139-42.
- 28 BRAZIL, Thomaz Pompeu de S. Maniçoba. In: *O Ceará no centenário da Independência do Brasil*. Fortaleza, Minerva, 1926. p. 237-44.
- 29 BRASIL. SUDHEVEA. *Estudo de viabilidade técnica e econômica da exploração da maniçoba (manihot sp) e mangabeira (Hancornia speciosa) como produtoras de borracha no Brasil*. Rio de Janeiro, 1978. 73 p.
- 30 BREVE notícia sobre o Estado do Piauí. Rio de Janeiro, s. ed., 1908. 72 p.

- 31 CAMPOS, José de Arimatéia. *Produção de borracha de maniçoba no Ceará*; versão preliminar. Fortaleza, CEPA, 1978. 18 p.
- 32 CANELLA, Camilo F. C. et alii. Intoxicação experimental pela "maniçoba" (*Manihot glaziovii* Muel. Arg.) em bovinos. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, 3:347-50, 1968.
- 33 CARDOZO, Augusto. Notas sobre a maniçoba, sua cultura e rendimento. *La Hacienda*, dez., 1908. p. 66-7.
- 34 CARNEIRO, Antonio Joaquim de Souza. *Rubber in Brazil*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 94 p.
- 35 \_\_\_\_\_. *A borracha no Estado da Bahia*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. p. 1-280.
- 36 CARONE, Edgar. *A República Velha*; instituições e classes sociais. 2 ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. 390 p.
- 37 CARVALHO, J. A. *Monografia sobre a indústria da borracha de mangabeira e maniçoba no Estado da Paraíba do Norte*. Paraíba, Imp. Oficial, 1912. 38 p.
- 38 CATÁLOGO dos produtores do Piauí na exposição nacional de 1908. Rio de Janeiro, Americana, 1908. 73 p.
- 39 CATRAMBY, Guilherme. *A borracha no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1913. 48 p.
- 40 CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e os sertões dos Inhamuns*; a história de uma família e uma comunidade rural no Nordeste; 1700-1930. Fortaleza, Edições UFC, 1980. 213 p.
- 41 COELHO, Alfródísio S. O látex da maniçoba do Ceará. *Boletim da Agricultura*, 8(8):372-6, ago., 1907.
- 42 \_\_\_\_\_. Ainda o látex da maniçoba do Ceará. *Boletim da Agricultura*, 8(10):479-83, out., 1907.
- 43 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Superintendência do Desenvolvimento Agropecuário. *Perspectivas do aproveitamento econômico da maniçoba, mangaba e guayule como plantas produtoras de borracha*; versão preliminar. Brasília, 1980. 86 p.
- 44 CORREA, M. Pio. *Dicionário das plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro, IBDF, 1974. v.5. p. 90-4.
- 45 COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. 484 p.
- 46 COSTA, Lena Castello Branco Ferreira da. Um coronel do meio-norte. In: \_\_\_\_\_. *Arraial e coronel*; dois estudos de história social. São Paulo, Cultrix, 1978. p. 105-206.
- 47 DIAS, Willian Palha. *Vila de Jurema*. Teresina, s. ed., s. d., p. 18-147.

- 48 DODT, Gustavo. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte. Itatiaia, 1981. 108 p.
- 49 DUQUE, J. G. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. Fortaleza, BNB, 1964. p. 207-11.
- 50 DUTRA, Gustavo. Maniçoba de Jequiê. *Boletim da Agricultura*. 7(12):558-68, dez., 1906.
- 51 \_\_\_\_\_. A maniçoba. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 9(1):56-73, jan., 1907.
- 52 \_\_\_\_\_. Maniçobeiras de Jequiê. *Boletim da Agricultura*. 10:708-24, 1909.
- 53 ENCICLOPÉDIA e dicionário internacional. s.n.t., p. 6956-60.
- 54 ESTADO do Piauí. *Almanaque Laemmert*. Rio de Janeiro, 1916. p. 3733-3775.
- 55 ESTAFETA. Teresina, 1898.
- 56 FONSECA, Cássio. *A economia da borracha*. Rio de Janeiro, Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950. 259 p.
- 57 FORMAN, Hugo. *Produção de maniçoba e mangabeira*. Rio de Janeiro, Superintendência da Borracha, 1978. 13 p.
- 58 \_\_\_\_\_. *Palestra sobre maniçoba realizada pelo Dr. Hugo Forman*. s.n.t., 9 p.
- 59 \_\_\_\_\_. *Sinopse histórica da atuação da Rubber Development Corporation no Brasil*. s.n.t., 10 p.
- 60 FRANCO, José Patrício. *O município no Piauí; 1761-1961*. Teresina, Comepi, s.d., 156 p.
- 61 FREIRE, Antonino. *Limites do Piauí*. Rio de Janeiro, Imp. Guanabara, 1921. 87 p.
- 62 FRETES da maniçoba. *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha*. 1(3):143, jul., 1913.
- 63 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1976. 248 p.
- 64 GIRÃO, Raimundo. A maniçoba. In: *História econômica do Ceará*. (Fortaleza), Instituto do Ceará, 1947. p. 380-2.
- 65 IGLESIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e chapadões*. São Paulo, Ed. Nacional, s.d., 638 p. (Brasiliense, 271).
- 66 INDÚSTRIA da borracha de maniçoba. *Boletim da Agricultura*. 7(1):1-4, jan., 1906.
- 67 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro, 1927.

- 68 LABROY, O. & CAYLA, V. Maniçoba. In: *A borracha no Brasil; hévea, maniçoba, cauchou e mangabeira; exploração e cultura*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. p. 94-141.
- 69 LACERDA, Manoel Messias de. *Subsídios para o estudo das maniçobas lactescentes*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 43 p.
- 70 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil*. 4 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. 276 p.
- 71 LIMA REBELLO, José Pires de. *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 62 p.
- 72 \_\_\_\_\_. Apenso IV; estatística parcial dos maniçobais existentes no Piauí em 1913. In: \_\_\_\_\_. *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. s. p.
- 73 \_\_\_\_\_. Apenso V; estatística da borracha exportadora e do imposto arrecado nos anos de 1903 a 1912. \_\_\_\_\_. *A indústria da borracha no Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. s. p.
- 74 LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional. 1976. 198 p.
- 75 MADEIRA, Armando. *Interesses piauienses*. São Paulo, Olegário Ribeiro, 1920. 113 p.
- 76 MARQUES, A. *A indústria da borracha no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913.
- 77 MARTINS, Agenor et alii. *Piauí; evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina, Fundação CEPRO, 1979. 262 p.
- 78 MAURO, Frederic. *História econômica mundial; 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 506 p.
- 79 MEDEIROS, Antonio de. Cultura da maniçoba no Estado do Rio de Janeiro, *Jornal dos Agricultores*, maio/jul., 1904.
- 80 MENDES, A. Notas sobre a maniçoba. In: *A borracha no Brasil*. São Paulo, Sociedade Impressora Brasileira, 1943. p. 131-33.
- 81 \_\_\_\_\_. Porque é aconselhável plantar a "maniçoba". In: *A borracha no Brasil*. São Paulo, Sociedade Impressora Brasileira. 1943. p. 126-29.
- 82 \_\_\_\_\_. *As plantas da borracha e sua cultura*. São Paulo, Melhoramentos, 1948. 107 p. (Biblioteca Criação e Lavoura, 11).
- 83 MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos piauienses*. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. 215 p. (Brasiliana, 116).

- 84 MOMBAY, Albert. A maniçoba. *Revista agrícola, comercial e industrial mineira*. 2:330-35.
- 85 MONTEIRO, Orgmar. *Borracha no Piauí*. Teresina, 1959. 20 p.
- 86 MORAES, Luiz de. *A indústria da borracha no Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 23 p.
- 87 NEVES, Abdias. *Política de estradas de ferro e finanças da República*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1916. 59 p.
- 88 \_\_\_\_\_. *Aspectos do Piauí; formação territorial, composição étnica, valores econômicos, organização política*. Teresina, Tip. do Piauí, 1926.
- 89 NUNES, Castro. Constituição do Estado do Piauí. In: \_\_\_\_\_. *As Constituições estaduais do Brasil*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1922. p. 75-92.
- 90 NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. v. 4., 318 p.
- 91 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Diretoria Geral de Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*. 1908-1912. v. 1. Rio de Janeiro. Tip. da Estatística, 1916.
- 92 PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias; 1889-1934; a Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 265 p.
- 93 PÁTRIA. Teresina, 1902-5.
- 94 PEQUENO, Antonio Fiuza. *A indústria da borracha no Estado do Ceará*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 34 p.
- 95 PERRUCCI, Gabriel. *A república das usinas; um estudo de história econômica e social do Nordeste, 1889-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 96 PIAUÍ. Governo. *Coleção de leis e decretos do Estado*. 1900-1920.
- 97 PIAUÍ. Governo. 1892-1896 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 8 de junho de 1893*. Teresina, Tip. do Piauí, 1893. 14 p.
- 98 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Coriolano de Carvalho e Silva, em 11 de junho de 1894*. Teresina, Tip. do Piauí, 1894. p. 1-11.
- 99 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador, Dr. Coriolano de Carvalho e Silva, em 7 de setembro de 1895*. Teresina, 1895. 14 p.
- 100 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Dr. Coriolano de Carvalho e Silva, em 19 de junho de 1896*. Teresina. Tip. do Piauí, 1896. p. 1-13.



- 101 PIAUÍ. Governo. 1896-1900 (Vasconcellos). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1897 pelo Dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado. Teresina, Tip. do Piauí, 1897. 24 p.*
- 102 \_\_\_\_\_. Governo. 1896-1900 (Vasconcellos). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 2 de junho de 1898 pelo Dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado. Teresina, Tip. do Piauí. 1898. 34 p.*
- 103 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1898 pelo Dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado. Teresina, Tip. do Piauí, 1899. 36 p.*
- 104 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1900 pelo Dr. Raimundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado. Teresina, Tip. do Piauí, 1900. 33 p.*
- 105 PIAUÍ. Governo. 1900-1904 (Nogueira). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1901. Teresina, Tip. do Piauí, 1901. 28 p.*
- 106 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1902. Teresina. Tip. do Piauí, 1902. 21 p.*
- 107 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1903 pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Governador do Estado. Teresina, Tip. do Piauí, 1903. 18 p.*
- 108 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa a 1º de junho de 1904 pelo Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado. Teresina. Tip. do Piauí, 1904. 30 p.*
- 109 PIAUÍ. Secretaria de Estado da Fazenda. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado do Piauí, em 20 de maio de 1904, pelo Secretário da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa. Teresina, Tip. do Piauí, 1904. 39 p.*
- 110 PIAUÍ. Governo. 1904-1907 (Mendes). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 10 de junho de 1905, pelo Exmo. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, Governador do Estado. Teresina. Tip. do Piauí, 1905. 30 p.*
- 111 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1906. Teresina. Tip. do Piauí, 1906. 16 p.*
- 112 \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1907. Teresina, Tip. do Piauí, 1907. 30 p.*
- 113 PIAUÍ. Secretaria de Estado da Fazenda. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Anísio Auto de Abreu, Governador do Estado do Piauí, em 10 de maio de 1909 pelo Secretário de Estado da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa. Teresina, Tip. do Piauí, 1909. 32 p.*

- 114 \_\_\_\_\_ . *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado do Piauí em 17 de maio de 1910. pelo Secretário de Estado da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa. Teresina, Tip. do Piauí, 1910. 50 p.*
- 115 PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva. Governador do Estado, no 1º de junho de 1910. Teresina, Tip. do Piauí, 1910. p. 1-42.*
- 116 \_\_\_\_\_ . *Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1911. Teresina, Imp. Oficial, 1911. p. 1-70.*
- 117 PIAUÍ. Secretaria de Estado da Fazenda. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado do Piauí em 17 de maio de 1910, pelo Secretário de Estado da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa. Teresina, Tip. do Piauí, 1910. 50 p.*
- 118 \_\_\_\_\_ . *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado do Piauí, em 22 de maio de 1911, pelo Secretário de Estado da Fazenda, Cel. João Augusto Rosa. Teresina, Tip. do Piauí, 1911. 36 p.*
- 119 PIAUÍ. Governo. 1910-1912 (Silva). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado no dia 1º de julho de 1912. Teresina, Imp. Oficial, 1912. 26 p.*
- 120 PIAUÍ. Governo. 1912-1916 (Rosa). *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Miguel de Paiva Rosa, no dia 1º de junho de 1913. Teresina, Paz. 1913. 41 p.*
- 121 \_\_\_\_\_ . *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Miguel de Paiva Rosa, no dia 1º de junho de 1914. Rio de Janeiro, Liga Marítima Brasileira, 1914. 70 p.*
- 122 \_\_\_\_\_ . *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1915 pelo Dr. Miguel de Paiva Rosa. Governador do Estado. Teresina, Tip. do Piauí, 1915. 41 p.*
- 123 PIAUÍ. Secretaria de Estado da Fazenda. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, Governador do Estado do Piauí, em 30 de abril de 1914 pelo Secretário de Estado da Fazenda, Benedito Francisco Ribeiro. Teresina, Tip. do Piauí, 1914. 39 p.*
- 124 PINTO, Carlos de Cerqueira. *Borracha de maniçoba. Boletim da Agricultura do Estado da Bahia. 11(3):160-64, set. 1907.*
- 125 PLANTAÇÃO da maniçoba em diversas regiões tropicais. *Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha. 1(4):186, ago., 1913.*
- 126 PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí. Rio de Janeiro, Artenova, 1974. 192 p.*

- 127 PORTO, Hannibal. Borracha. In: *Borracha, madeira, castanha*. Rio de Janeiro, Bernard Frères, 1917, p. 5-11.
- 128 \_\_\_\_\_. *A política econômica no problema da borracha*. Rio de Janeiro, Noite, 1921, 52 p.
- 129 PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. 364 p.
- 130 RABELLO, Antonio da Motta. *A indústria da borracha no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 35 p.
- 131 RELATÓRIO apresentado ao Ministro da Fazenda pelo Delegado do Federal no Estado do Piauí. Maranhão, A. P. Ramos d'Almeida, 1901.
- 132 RIBEIRO, José Pedro. *A indústria da borracha no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha, 1913. 40 p.
- 133 ROCHA, Evandro. *Relatório apresentado ao diretor geral do serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas*. Teresina, 1913. 19 p.
- 134 SÁ, Hugo. Cultura da maniçoba. *Boletim da Agricultura*. 2(2):113-5, fev., 1901.
- 135 SAMPAIO, Antonio José de. *Descrição geral do Estado do Piauí*. Teresina, Imp. Oficial, 1963, p. 45-50.
- 136 SMALL, Horatio L. *Geologia e suprimento d'água subterrânea no Piauí e parte do Ceará*. Rio de Janeiro, IFOCS, 1923.
- 137 SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina, Cultura, 1964. 123 p.
- 138 SANTOS, Roberto de Oliveira. *História econômica da Amazônia; 1800-1920*. São Paulo, T. A. Queiroz. 1980. 358 p.
- 139 SILVA, Alberto Pereira da. *A indústria da borracha no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Superintendência da Defesa da Borracha. 1913. 118 p.
- 140 SILVA, Raimundo Fernandes e. A maniçoba piauiense. *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. 2(3):94-102, maio/jul. 1913.
- 141 SOUZA, Bernardino José de. *Corografia do Estado do Piauí*. Parnaíba, Bastos, 1913. 54 p.
- 142 SOUZA, Joaquim Ângelo. Sobre o cultivo da maniçoba. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 9(5):488-91, maio, 1907.
- 143 \_\_\_\_\_. Sobre o cultivo da maniçoba. *Boletim da Agricultura do Estado da Bahia*. 9(6):591-607, jun. 1907.

- 144 ULE, Ernest. *Extração e comércio da borracha da Bahia*. Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Minerológico do Brasil, 1909. 52 p.
- 145 VIEIRA, Dorival Teixeira. *Evolução do sistema monetário brasileiro*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. 384 p.
- 146 ZEHNTNER, Leo. *Relatório sobre o estudo da borracha de maniçoba do Estado da Bahia apresentado ao Governo depois de uma excursão na respectiva zona*. Bahia, Of. da Empresa "a Bahia", 1911, 27 p.
- 147 \_\_\_\_\_. *Estudo sobre as maniçobas do Estado da Bahia em relação ao problema das secas*. Rio de Janeiro, IFOCS, 1914. 113 p.

## ANEXO 1

## RECEITA ARRECADADA PELO ESTADO EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS

(em mil réis)

Municípios	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913
Floriano	94:782\$135	108:376\$850	70:509\$569	...	148:923\$533	148:967\$413	122:452\$178	114:335\$364
São Raimundo Nonato		39:846\$374	40:180\$001	...	109:656\$205	88:205\$763	57:264\$428	44:364\$972
São João do Piauí	73:246\$655	74:764\$151	61:188\$084	...	100:445\$903	61:921\$216	37:815\$020	39:966\$350
Oeiras	58:535\$016	63:525\$164	47:018\$878	...	69:345\$739	73:591\$468	66:420\$730	55:616\$777
Picos	45:836\$388	42:480\$528	32:607\$026	...	66:040\$942	56:988\$183	63:385\$298	47:706\$823
Valença do Piauí	46:936\$835	56:008\$310	37:617\$802	...	71:050\$552	54:561\$085	47:852\$952	36:734\$062
Jaicós	20:028\$813	23:533\$833	18:545\$579	...	48:172\$047	51:135\$184	39:099\$737	31:578\$313
Simplício Mendes	23:278\$182	19:335\$792	16:250\$851	...	35:301\$494	23:985\$182	17:130\$272	17:701\$438
Paulistana	14:752\$655	14:481\$171	10:215\$479	...	27:291\$144	13:406\$590	18:073\$190	11:282\$758
Pedro II	19:845\$724	26:380\$943	10:768\$069	...	30:952\$008	26:692\$279	22:331\$785	14:263\$359
Amarante	49:597\$019	59:102\$458	32:502\$692	...	37:546\$773	35:652\$958	36:954\$912	33:555\$339
Bertolínia	6:917\$708	5:983\$148	5:334\$845	...	17:778\$852	18:210\$763	16:843\$342	6:803\$251
Parnaguá	5:502\$383	8:187\$175	6:226\$985	...	17:731\$349	21:375\$282	14:923\$663	10:801\$705
Castelo do Piauí	28:700\$602	36:322\$115	40:963\$703	...	47:562\$766	45:585\$466	38:862\$390	37:046\$147
Bom Jesus	9:528\$529	4:745\$343	10:838\$607	...	20:835\$067	25:988\$535	20:257\$176	12:172\$176

Fonte: Relatórios da Secretaria da Fazenda.

ANEXO 2  
POPULAÇÃO DO PIAUÍ

Município	1890	1900	1910	1920
Teresina	31.523	45.316	48.614	57.500
Valença do Piauí	17.693	13.764	19.126	34.742
Barras	12.384	15.321	17.781	29.715
Picos	14.667	14.770	17.141	27.273
Oeiras	19.858	24.567	28.335	24.563
Parnaíba	4.415	9.960	19.413	24.152
Jaicós	11.841	10.875	12.621	22.579
União	4.344	21.577	16.987	21.440
Pedro II	6.351	8.950	13.528	20.982
São Raimundo Nonato	5.997	11.843	11.648	19.851
Floriano	8.210	7.529	8.738	19.678
Campo Maior	12.425	13.025	13.654	17.992
Luzilândia	5.880	10.003	11.609	17.926
São João do Piauí	8.581	7.519	14.422	17.079
Castelo do Piauí	4.241	5.247	6.089	16.218
Regeneração	11.422	14.130	18.110	15.993
Amarante	15.525	8.387	9.326	15.844
Miguel Alves	-	-	-	14.785
Buriti dos Lopes	4.693	2.337	8.543	14.498
Palmeirais	3.889	8.877	9.871	14.063
Piripiri	5.335	6.402	8.165	12.644
Jeromenha	...	...	9.421	12.162
Piracuruca	4.735	8.640	9.591	10.565
Bom Jesus	5.984	7.403	8.591	10.427
Alto Longá	6.976	6.198	7.193	10.227
Uruçuí	-	-	7.222	9.997
Paulistana	6.128	5.620	6.522	9.878
Batalha	5.420	7.217	8.374	9.557
Simplicio Mendes	-	-	9.563	9.168
Pio IX	4.304	5.325	9.492	8.558
Gilbúes	-	4.430	5.141	8.529
Luiz Correia	4.347	4.691	5.062	8.098
Corrente	6.012	3.007	3.490	8.006
José de Freitas	3.822	5.015	5.820	7.414
Canto do Buriti	-	-	-	6.962
Parnaguá	4.981	6.126	7.151	6.558
Santa Filomena	5.626	6.960	8.007	5.093
Bertolínia	-	3.261	3.784	4.868
Caracol	-	-	-	3.443
<b>TOTAL</b>	<b>267.609</b>	<b>334.292</b>	<b>428.145</b>	<b>609.027</b>

Fontes: Recenseamento de 31 de dezembro de 1890.

Sinopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900

Anuário Estatístico do Brasil: 1908-1912.

Recenseamento de 1920.

## ANEXO 3

## EXPORTAÇÃO DA MANIÇOBA DO BRASIL, POR PORTOS

(em quilos)

Ano	Bahia	Fortaleza	Ilha do Cajueiro	Pernambuco	Outros
1901	23.676	232.607	164.882	42.900	9.852
1902	143.041	268.943	362.691	24.215	8.498
1903	496.224	517.824	632.858	41.333	33.655
1904	929.157	668.809	503.871	97.556	16.684
1905	1.443.826	589.218	557.530	82.666	8.977
1906	1.409.802	714.829	505.084	31.076	2.716
1907	1.285.103	588.854	520.824	16.875	17.022
1908	1.249.367	579.468	326.984	3.954	6.451
1909	1.566.969	1.031.911	473.613	18.706	14.250
1910	1.948.604	1.027.838	566.684	49.462	25.618
1911	1.747.868	949.876	686.295	48.911	11.581
1912	1.929.533	1.088.525	609.772	77.428	19.571
1913	542.783	435.631	436.428	117.757	22.644
1914	764.838	548.649	287.128	113.373	16.781
1915	1.705.827	1.212.555	288.326	242.039	50.413
1916	801.314	701.413	319.611	463.244	108.556
1917	958.010	688.606	177.934	194.252	70.702
1918	201.080	147.477	46.979	8.268	1.240
1919	291.487	484.268	92.762	48.135	28.931
1920	231.204	144.884	182.058	70.341	20.670

Fonte: Estatística Comercial da República.

## ANEXO 4

## PAÍSES IMPORTADORES DA MANIÇOBA DO BRASIL

(em quilos)

Ano	Inglaterra	Estados Unidos	França	Alemanha	Outros
1901	409.730	27.605	18.605	16.664	-
1902	624.906	105.287	18.534	58.661	-
1903	1.316.915	245.146	58.789	101.044	-
1904	1.365.218	624.039	51.704	174.216	900
1905	1.380.003	455.230	361.148	416.758	69.078
1906	1.530.082	433.155	295.184	374.070	30.016
1907	1.514.594	501.976	215.739	192.021	4.348
1908	924.433	831.364	273.743	127.421	9.263
1909	1.501.879	744.077	575.444	244.720	39.329
1910	1.516.195	908.743	905.690	272.424	15.154
1911	1.226.140	653.695	1.172.355	352.355	39.986
1912	879.896	775.150	1.368.891	686.499	14.393
1913	639.790	283.300	400.805	233.201	147
1914	688.104	690.601	315.846	35.791	427
1915	805.302	1.865.783	817.318	-	10.737
1916	567.563	1.408.932	400.358	-	17.285
1917	507.918	1.209.174	347.835	-	24.577
1918	59.337	180.892	100.000	-	64.815
1919	197.768	317.755	369.591	210	60.259
1920	264.818	196.181	167.842	13.842	6.801

Fonte: Estatística Comercial da República



## ANEXO 5

VALORES OFICIAIS DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES  
E DA EXPORTAÇÃO DA BORRACHA: 1903-1914

(em mil réis)

Ano	Valor Oficial do Total das Exportações	Valor Oficial da Exportação da Borracha
1903	4.005:140\$356	1.907:850\$866
1904	3.843:994\$576	1.710:510\$000
1905	4:307:035\$277	2.128:068:000
1906	6.496:059\$518	2:384:048\$000
1907	4.758:009\$000	2.393:902\$000
1908	3.269:758\$550	1.253:390\$000
1909	4.652:550\$000	2.024:312\$000
1910	10.467:798\$351	6.574:148\$000
1911	4.993:187\$248	3.455:065\$000
1912	5.669:510\$550	2.225:952\$000
1913	4.134:700\$240	1.160:514\$483
1914	3.582:894\$380	604:112\$000

FONTE: Mensagens dos Governadores do Piauí. Relatórios da  
Secretaria da Fazenda.

## ANEXO 6

## RECEITAS DAS EXPORTAÇÕES DO PIAUÍ

1900 - 1920

(em mil. réis)

Ano	Exportações	Ano	Exportações
1900	198:113\$981	1911	649:129\$360
1901	219:828\$508	1912	640:295\$762
1902	304:957\$470	1913	491:348\$049
1903	438:364\$683	1914	440:113\$953
1904	449:888\$373	1915	630:251\$159
1905	448:227\$644	1916	816:386\$560
1906	518:766\$094	1917	751:438\$663
1907	501:816\$879	1918	878:738\$247
1908	357:379\$934	1919	982:016\$408
1909	568:195\$536	1920	829:575\$237
1910	795:563\$110	-----	

FONTE: Relatórios da Secretaria da Fazenda.